

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Renata Garcia Campos Duarte

IMPrensa Operária e Educação:
debates e demandas educacionais dos trabalhadores de Belo Horizonte (1897-1930)

Belo Horizonte

2019

Renata Garcia Campos Duarte

**IMPrensa OPERÁRIA E EDUCAÇÃO:
debates e demandas educacionais dos trabalhadores de Belo Horizonte (1897-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga

Belo Horizonte

2019

D812i T	<p>Duarte, Renata Garcia Campos, 1986- Imprensa operária e educação [manuscrito]: debates e demandas educacionais dos trabalhadores de Belo Horizonte (1987-1930) / Renata Garcia Campos Duarte. - Belo Horizonte, 2019. 285 f., enc, il.</p> <p>Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Orientadora: Cynthia Greive Veiga. Bibliografia: f. 257-283. Apêndices: f. 284-285.</p> <p>1. Educação -- Teses. 2. Educação -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 3. Sindicatos (Jornalismo) -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 4. Jornalismo trabalhista -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 5. Imprensa trabalhista -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 6. Trabalho -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 7. Sindicalismo -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 8. Movimento sindical -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 9. Trabalhadores -- Políticas públicas -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 10. Trabalho -- Políticas públicas -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 11. Educação -- Políticas públicas -- História -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 12. Belo Horizonte (MG) -- Educação -- História -- Teses. I. Título. II. Veiga, Cynthia Greive. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.</p>
	CDD- 331.09

Catálogo da Fonte* : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário†: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O
(Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica da ficha catalográfica‡.)

* Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

† Conforme resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia nº 184 de 29 de setembro de 2017, Art. 3º - "É obrigatório que conste o número de registro no CRB do bibliotecário abaixo das fichas catalográficas de publicações de quaisquer natureza e trabalhos acadêmicos".

‡ Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."

Tese intitulada “Imprensa operária e educação: debates e demandas educacionais dos trabalhadores de Belo Horizonte (1897-1930)” de autoria da doutoranda Renata Garcia Campos Duarte, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga (Orientadora)
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Profa. Dra. Isabel Aparecida Bilhão
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Profa. Dra. Maysa Gomes Rodrigues
Universidade FUMEC

Prof. Dr. Marcus Aurelio Taborda de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Profa. Dra. Vera Lúcia Nogueira (Suplente)
Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (Suplente)
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2019.

*Aos trabalhadores belo-horizontinos, mineiros
e brasileiros que bravamente conquistaram
seus direitos nos idos dos séculos XIX e XX.*

AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto de muito empenho e dedicação, mas só se tornou possível a partir do apoio de pessoas muito queridas, as quais tentarei, ainda que de modo singelo, agradecer aqui, neste pequeno espaço.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Isabel e Nilo, pelo apoio e incentivo no decorrer do meu percurso acadêmico. Sem o suporte constante de vocês, esta tese não teria sido mais que uma aspiração.

Gratidão aos meus avós, Ana e José; ao meu tio Alexandre; ao meu irmão Fabiano, por compreender minhas falhas e ausências, sempre acreditando em mim; ao primo Gustavo, pelo carinho e doçura partilhada; à minha bela vó Ana, em particular, pelas palavras de sabedoria e por sua admirável força no dia a dia, um exemplo de ser humano.

Ao meu companheiro Rodrigo Armond, agradeço pela confiança, carinho, amor, palavras de conforto e calma em momentos nem sempre tranquilos. Que continuemos serenos e firmes nesta bonita caminhada a dois.

À minha orientadora, Cynthia Greive Veiga, sou imensamente grata pela disponibilidade, excelentes contribuições e direcionamentos na pesquisa de doutorado. Sua experiência foi crucial para a construção desta tese. Não posso deixar de mencionar seu cuidado e carinho com todos os orientandos nos encontros, reuniões e congressos.

Agradeço aos meus amigos pelo contínuo afeto, ainda que eu tenha faltado em incontáveis momentos: Ester Duarte, Júlia Lima, Kedma Moncelant, Lara Di Mambro, Mariana Cavaca e Família Lemos. Gratidão especial a Mari, minha irmã de alma e companheira de toda hora.

Gratidão aos meus colegas e amigos das instituições de ensino em que trabalho e/ou trabalhei, seja pela caminhada diária, por vezes árdua, seja pela incansável busca por uma educação de qualidade: Adriana Furtado, Ana Oliveira, Ana Paula Soares, Camila Meireles, Carolina Côrtes, Cristiany Rocha, Elaine Morais, Érika Rodrigues, Fabiana Carneiro, Fernanda Rohlfs, Flávia Alcântara, Ivana Miranda, Lílian Ferreira, Lucimar Machado, Marcelina Almeida, Paula Rodrigues, Raquel Baêta, Renata Ramires, Roger Vieira, Simone Gomes e Valcira Oliveira. Nós não desistiremos.

Sou igualmente grata aos meus alunos, pelas trocas e ensinamentos diários, brincadeiras, sorrisos, carinhos e por compreenderem as limitações e dificuldades por mim enfrentadas. É possível que nem saibam o quão são importantes para minha formação pessoal,

acadêmica e profissional. Sem vocês a vida não seria a mesma.

Agradeço a toda a equipe da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, pela colaboração com os estudantes, comprovando a excelência da instituição e do programa de pós-graduação em Educação; aos professores que tive no decurso do doutorado, vinculados à linha de pesquisa História da Educação da FAE/UFMG, pelos brilhantes ensinamentos, os quais foram essenciais para a finalização desta tese, em especial: Ana Galvão, Cynthia Greive, Marcus Taborda, e Thais Fonseca; ao GEPHE, gratidão pelos encontros e formações.

Aos professores membros da banca examinadora, Ana Galvão, Isabel Bilhão, Luciano Faria Filho, Marcus Taborda, Maysa Rodrigues e Vera Lúcia Nogueira, agradeço pelo aceite e disponibilidade na leitura e avaliação desta tese; ao Marcus e Isabel sou muito grata pelas relevantes contribuições no exame de qualificação, realizado em março de 2017.

Sou imensamente grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes, pela concessão da bolsa de estudos no curso de doutorado, o que viabilizou este empreendimento, bem como a participação em eventos científicos nacionais e internacionais; e aos funcionários dos acervos e arquivos pesquisados, destacadamente, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e Arquivo Público Mineiro.

Meu agradecimento ao colega Deivison Amaral pelas trocas de ideias e experiências concernentes ao estudo do movimento operário em Belo Horizonte, assim como pelo compartilhamento do banco de dados do Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais, desenvolvido pelo Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), um instrumento muito profícuo a esta pesquisa de doutorado; aos professores Carlos Veriano e Lucília Neves, que me acompanham desde os tempos da graduação em História na PUC Minas, docentes primordiais para esta formação acadêmica.

Gratidão aos amigos que conquistei durante o doutorado na FAE – Joseni Reis, Leonardo Gomes, Paulo Henrique Alves (Pity) e Sidmar Meurer –, pelas conversas nos corredores, “recreios” compartilhados e outros tantos momentos lúdicos que suavizaram estes últimos quatro anos; à Raquel Baêta, responsável pela leitura do primeiro projeto de pesquisa, que dividiu comigo a alegria de ingressar no doutorado; aos amigos do grupo de pesquisa História dos Processos Educadores, coordenado pela professora Cynthia, cujas discussões foram e são extremamente relevantes à nossa formação: Adélia Bassi (e Pedro), Amanda Martins, Ana Carolina Bergamaschi, Cristiane Xavier, Eliana Oliveira, Fabiana Bernardo,

Jardel Pereira, João Victor Nogueira, Kelly Morato, Maysa Gomes e Nádía Rezende; à Daniel Triginelli e Daniela Passos, espero que juntos possamos discutir e ampliar paulatinamente nossas discussões, debates acadêmicos e, é claro, nossa amizade; à Jumara Pedruzzi, um feliz encontro durante o estágio docente, que sua delicadeza e humildade se multipliquem.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de uma ou outra forma contribuíram para o desenrolar desta jornada que aqui se encerra. Muito obrigada.

“Educação e cultura, não menos que os impostos locais para os pobres, eram encaradas como esmolas que deveriam ser administradas ao povo ou dele subtraídas de acordo com seus méritos. O desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros permanece extremamente forte durante a época vitoriana: e continua vivo ainda hoje”.

E. P. Thompson, 1968

RESUMO

Esta tese teve como principal objetivo identificar e discutir as demandas educacionais de trabalhadores de Belo Horizonte a partir da análise de periódicos de quatro associações operárias, quais sejam, Associação Beneficente Tipográfica, Centro Confederativo dos Operários, Confederação Auxiliadora dos Operários e Confederação Católica do Trabalho, no período compreendido entre a última década do século XIX e o final da década de 1920. A hipótese desta pesquisa é a de que as políticas públicas educacionais, por meio de reformas estaduais e municipais, não contemplavam as necessidades dos trabalhadores e de seus filhos, e nem foram efetivadas a contento. Desse modo, surgiram iniciativas, promovidas por associações operárias e divulgadas em seus impressos, com a intenção de fomentar a instrução para os trabalhadores. Para o desenvolvimento da pesquisa, afora levantamento e leitura bibliográfica, foram analisados os seguintes periódicos das associações: “O Labor” (1905-1906), da Confederação Auxiliadora dos Operários, “O Confederal” (1907), do Centro Confederativo dos Operários, “O Operário” (1920-1929), da Confederação Católica do Trabalho, e a revista da Associação Beneficente Tipográfica (1906, 1908, 1911, 1920, 1925, 1930, 1936). Além destes, outras fontes foram pesquisadas: estatutos das associações operárias; documentos de caráter oficial; leis mineiras, especialmente aquelas relativas à implantação da escola primária; reformas da instrução pública e educação de adultos; além de anuários e recenseamentos. Para análise dos documentos, foram feitos estudos teóricos conceituais no campo da história social, com ênfase nas contribuições de E. P. Thompson, bem como outros autores concernentes à história do trabalho, história de Belo Horizonte e história da educação. A tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro apresenta revisão bibliográfica de estudos sobre trabalho e movimento operário no Brasil, enfocando particularidades do movimento operário em Belo Horizonte. O segundo capítulo trata do surgimento das quatro associações operárias, na dinâmica de construção e desenvolvimento de Belo Horizonte, nova capital de Minas Gerais, e suas relações nos processos de debate, elaboração e implementação das políticas educacionais de governo. O terceiro capítulo aborda os objetivos e a materialidade dos periódicos das associações operárias, para compreender as demandas educacionais propostas. Por fim, o quarto capítulo relaciona e analisa tais demandas cotejando com as reformas educacionais estabelecidas no período de implantação da escola primária pública e educação de adultos.

Palavras-chave: Associações operárias. Imprensa operária. Classe trabalhadora. Demandas educacionais. Belo Horizonte. História da Educação.

ABSTRACT

This thesis aims to identify and discuss the educational demands of workers from Belo Horizonte, based on the analysis of newspapers and magazines of four workers' associations: *Associação Beneficente Tipográfica*, *Centro Confederativo dos Operários*, *Confederação Auxiliadora dos Operários*, and *Confederação Católica do Trabalho*, between the last decade of the 19th century and the end of the 1920s. The hypothesis is that educational public policies, through state and municipal reforms, did not contemplate the needs of workers and their children and were not effectively applied. Thus, there were initiatives promoted by workers' associations, published in their newspapers and magazines, which aimed to promote workers' education. To develop the research, besides the bibliographic survey, we analyzed the following newspapers and documents from those associations: “*O Labor*” (1905-1906), from *Confederação Auxiliadora dos Operários*, “*O Confederal*” (1907), from *Centro Confederativo dos Operários*, “*O Operário*” (1920-1929), from *Confederação Católica do Trabalho* and the magazine of *Associação Beneficente Tipográfica* (1906, 1908, 1911, 1920, 1925, 1930, 1936). Besides these sources we researched other ones: statutes of workers' associations, official documents, laws from the state of Minas Gerais, especially those related to the implementation of basic school, reforms on public education, and adult education, as well as yearbooks and censuses. To analyze the documents, we used conceptual theoretical studies on social history, focusing on the contributions of E. P. Thompson, and others on history of work, history of Belo Horizonte, and history of education. The thesis is divided into four chapters. The first presents the bibliographical review of studies on worker and workers' movement in Brazil, focusing on the particularities of Belo Horizonte. The second chapter deals with the appearance of the four analyzed workers' association, their dynamic of construction and development in Belo Horizonte, the new capital of Minas Gerais, and their relations in the processes of debate, elaboration, and implementation of governmental educational policies. The third chapter approaches the objectives and materiality of the newspapers and magazines of the workers' associations to understand the educational demands they proposed. Finally, the fourth chapter relates and analyzes such demands comparing them with the educational reforms established in the period of implementation of public basic school and adult education.

Key words: Workers' association. Workers' press. Workers. Educational Demands. Belo Horizonte. History of Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Planta geral da Cidade de Minas	55
Figura 2 –	Os bairros operários na planta geral da Cidade de Minas	66
Figura 3 –	Sede da Associação Beneficente Tipográfica (Rua Espírito Santo)	98
Figura 4 –	Localização da sede da ABT na planta geral de Belo Horizonte	100
Figura 5 –	Vista externa da Escola Maternal Melo Viana em Belo Horizonte	105
Figura 6 –	Localização das sedes da Confederação Auxiliadora dos Operários na planta geral de Belo Horizonte	115
Figura 7 –	Localização da sede do Centro Confederativo dos Operários na planta geral de Belo Horizonte	122
Figura 8 –	Fachada do edifício para sede da Confederação Católica do Trabalho, localizado na segunda seção urbana, Rua Guarani	132
Figura 9 –	Localização da sede da CCT na planta geral de Belo Horizonte	133
Figura 10 –	Edifício construído para escola maternal	140
Figura 11 –	Capa da <i>Revista Comemorativa</i> do 25º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1925)	154
Figura 12 –	Capa de <i>O Gráfico Mineiro</i> (1936)	155
Figura 13 –	Ilustração na coluna “Rabugem de velho”	162
Figura 14 –	Propaganda da Tipografia Moderna	166
Figura 15 –	Primeira página do segundo número de <i>O Confederal</i>	175
Figura 16 –	Primeira página do terceiro número de <i>O Confederal</i>	176
Figura 17 –	Programa de governo de Artur Bernardes em <i>O Operário</i>	185
Figura 18 –	Informe sobre manifestação em apoio à candidatura presidencial de Antônio Carlos em <i>O Operário</i>	186
Figura 19 –	Valores de anúncios em <i>O Operário</i>	194
Figura 20 –	Localização (ruas e avenidas) das cadeiras de instrução primária na planta geral de Belo Horizonte (1901)	204

Figura 21 – Localização das escolas e grupos escolares públicos no mapa do município de Belo Horizonte	219
Figura 22 – Vista externa da Escola Maternal Melo Viana em Belo Horizonte	232
Figura 23 – Vista parcial de área interna da Escola Maternal Melo Viana em Belo Horizonte	233

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Organizações de trabalhadores existentes em Belo Horizonte por data de fundação e categoria profissional (1897-1930)	88
Quadro 2 –	Periódicos de associações operárias de Belo Horizonte	144
Quadro 3 –	Artigos sobre “demandas educacionais” em <i>O Labor</i>	168
Quadro 4 –	Artigos sobre “demandas educacionais” em <i>O Confederal</i>	178
Quadro 5 –	Artigos sobre “demandas educacionais” em <i>O Operário</i>	195
Quadro 6 –	Cadeiras de instrução primária em funcionamento em Belo Horizonte (1901)	203
Quadro 7 –	Escolas públicas em funcionamento em Belo Horizonte (1902-1930) ...	205
Quadro 8 –	Ensino Primário Supletivo em Belo Horizonte (1937)	223
Quadro 9 –	Escolas públicas infantis e maternas em funcionamento em Belo Horizonte (1900-1930)	234
Quadro 10 –	Escolas secundárias em funcionamento em Belo Horizonte (1937)	237
Quadro 11 –	Escolas superiores em funcionamento em Belo Horizonte (1937)	238
Quadro 12 –	Bibliotecas em estabelecimentos de ensino de Belo Horizonte (1935) ..	243

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Total de trabalhos sobre imprensa operária e educação de trabalhadores no Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE)	22
Tabela 2 –	Salários médios (jornadas diárias) de alguns ofícios em Belo Horizonte ..	74
Tabela 3 –	Taxa de analfabetismo, Brasil e Minas Gerais: 1872, 1890, 1900 e 1920 ..	84
Tabela 4 –	Taxa de analfabetismo em Belo Horizonte: 1905, 1912 e 1920	85
Tabela 5 –	Artigos sobre “demandas educacionais” por periódico operário	145
Tabela 6 –	Classificação dos artigos sobre “demandas educacionais”	146
Tabela 7 –	Distribuição dos textos segundo autoria e vinculação à ABT	151
Tabela 8 –	Número de estabelecimentos escolares públicos inaugurados por tipo e zona de Belo Horizonte (1900-1930)	214
Tabela 9 –	Total de estabelecimentos escolares públicos inaugurados por tipo e zona de Belo Horizonte (1900-1930)	215
Tabela 10 –	População recenseada pela Municipalidade em 1905, 1912 e 1920, segundo as zonas e o grau de instrução	221

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABT	Associação Beneficente Tipográfica
APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
APM	Arquivo Público Mineiro
BOC	Bloco Operário e Camponês
CBHE	Congresso Brasileiro de História da Educação
CCNC	Comissão Construtora da Nova Capital
CCT	Confederação Católica do Trabalho
COB	Confederação Operária Brasileira
COPEHE	Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PCB	Partido Comunista do Brasil
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 TRABALHO E MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL E EM BELO HORIZONTE DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA	36
1.1 Entre “vermelhos” e “amarelos”: discussão historiográfica e história do movimento operário brasileiro durante a Primeira República	37
1.2 O acesso à educação e o lugar destinado aos trabalhadores no processo de construção da nova capital de Minas Gerais	50
1.3 Um movimento operário “dócil e dentro da ordem”: considerações em relação às condições de trabalho e moradia e especificidades do movimento operário belo-horizontino (1897-1930)	61
2 ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS NA DINÂMICA DE CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE BELO HORIZONTE E DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS	87
2.1 A Associação Beneficente Tipográfica	95
2.2 Confederação Auxiliadora dos Operários	107
2.3 Centro Confederativo dos Operários	120
2.4 Confederação Católica do Trabalho	127
3 IMPRENSA ASSOCIATIVA: OBJETIVOS, MATERIALIDADE, DEMANDAS PEDAGÓGICAS PARA OS TRABALHADORES	144
3.1 <i>Fac et spera. Pro nobis laboremus: a Revista Comemorativa da Associação Beneficente Tipográfica (1906-1936)</i>	146
3.2 <i>O Labor</i> , da Confederação Auxiliadora dos Operários (1905-1906)	157
3.3 “União, desinteresse e trabalho”: <i>O Confederal</i> , do Centro Confederativo dos Operários (1907)	170
3.4 <i>O Operário</i> , da Confederação Católica do Trabalho (1920-1929)	180
4 DEMANDAS EDUCACIONAIS DAS ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS E POLÍTICAS OFICIAIS	199
4.1 Ensino Primário	200
4.2 Escola Maternal e Jardins de Infância	230
4.3 Ensino Secundário e Superior	236
4.4 Ensino Profissional	239
4.5 Bibliotecas	243
4.6 Outras demandas educacionais	247

CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
REFERÊNCIAS	257
APÊNDICE A	284

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como principal objetivo identificar e analisar os debates e demandas educacionais presentes em quatro periódicos vinculados a associações operárias da cidade de Belo Horizonte, nas primeiras décadas republicanas. A seleção desses periódicos se deu, especialmente, pela presença de alguma regularidade de publicação, sendo eles: *Revista Comemorativa*, da Associação Beneficente Tipográfica; *O Labor*, da Confederação Auxiliadora dos Operários; *O Confederal*, do Centro Confederativo dos Operários; e *O Operário*, da Confederação Católica do Trabalho. Essas associações tiveram, como característica fundamental, aproximação com a Igreja Católica e com os gestores políticos estaduais e municipais.

Durante o curso de mestrado, foi investigada a Associação Beneficente Tipográfica, estabelecida em Belo Horizonte no ano de 1900. Compõem as temáticas da dissertação a organização da Associação e seus sócios, os tipógrafos, bem como as tensões e as disputas entre trabalhadores, patrões e poder público, em Belo Horizonte, até 1930. (DUARTE, 2011).

No decorrer daquela pesquisa, foi possível o contato com periódicos da imprensa operária belo-horizontina, dentre os quais os impressos investigados nesta tese. Para além dos objetivos da pesquisa de mestrado, nesses periódicos era realçada a presença da temática educação. A imprensa produzida por associações operárias buscava, por meio de suas demandas educacionais, o esclarecimento dos operários, possível pressuposto para a melhoria de suas condições materiais e para a conquista de direitos (jornada de trabalho, descanso dominical, aumento salarial etc.). A partir da proximidade com esses impressos de associações operárias, surgiu o interesse em pesquisar como eram expressas as demandas por educação de trabalhadores nas primeiras décadas da nova capital mineira, Belo Horizonte.

Há de se destacar que o processo de construção da cidade, iniciado em 1894, e seu desenvolvimento demandaram mão de obra em diferentes setores econômicos (construção, comércio, indústria), o que propiciou a organização do operariado em associações com as mais distintas finalidades: socorro mútuo, cooperativas, sindicatos, associações de classe, etc. Em geral, essas associações visavam proteger e defender os trabalhadores, quando ainda não havia leis que os amparassem.

Entre as associações, destaco as quatro selecionadas para a pesquisa. A Associação Beneficente Tipográfica foi a segunda associação operária fundada na nova capital de Minas

Gerais¹. De acordo com a publicação do jornalista José Maria de Azevedo Júnior no *Jornal do Povo*², em abril de 1900, essa Associação teve origem a partir da movimentação dos tipógrafos nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ocorrida após a morte precoce de um compositor tipógrafo do jornal Minas Gerais, por falta de recursos médicos.

Criada com o propósito de “trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe [dos tipógrafos], pela solidariedade entre seus membros e [...] pelo interesse coletivo da mesma”³, a referida Associação pretendia, principalmente, auxiliar materialmente os tipógrafos em caso de doença e morte. Em 1906, passou a editar a *Revista Comemorativa* da Associação Beneficente Tipográfica, da qual mais seis edições foram divulgadas (1908, 1911, 1920, 1925, 1930 e 1936) e cujo objetivo era publicar artigos de assuntos referentes à questão social do operariado, bem como notícias sobre o funcionamento da Associação. Observa-se, nesse periódico, um posicionamento favorável à “emancipação operária”, ao mesmo tempo em que manifestava apoio a autoridades políticas de Minas Gerais.

Em março de 1905, foi criada a Confederação Auxiliadora dos Operários, que buscava, além de fortalecer o operariado, filantropia (auxílios materiais aos sócios), sociabilidade, instrução (Liceu de Artes e Ofícios e aulas noturnas na sede), ordem e progresso. Suas demandas se realizavam em diálogo com o governo, responsável por organizar e resolver questões relativas ao operariado. Publicou 12 edições de seu jornal *O Labor* entre 1905 e 1906, periódico que reforçava algumas demandas da Confederação e se empenhava em exigir do Estado instrução para o operariado.

Já o Centro Confederativo dos Operários foi fundado a partir das resoluções do Primeiro Congresso Operário Mineiro, realizado em abril de 1907, em Sabará. A ação do Centro era qualificada, em seu jornal *O Confederal*, como “moderada”, visto que argumentava a favor de negociações entre operários e patrões e exigia do governo a efetivação de leis a fim de melhorar a situação do operariado mineiro. Ainda no ano de 1907, o Centro publicou cinco edições de *O Confederal* com o objetivo de reivindicar direitos para os operários, além de empenhar-se pela instrução dos trabalhadores e de seus filhos, tendo como principal bandeira combater o analfabetismo.

¹ A primeira foi a Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, em 1897.

² JORNAL DO POVO, Belo Horizonte, ano I, n. 104, 05 abr. 1900. p. 01.

³ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 03.

A Confederação Católica do Trabalho foi criada em 1919, embasada nas ideias da encíclica papal *Rerum Novarum*⁴, por isso, seu propósito era auxiliar na solução da questão operária dentro do princípio da harmonia social. Seu jornal, *O Operário*, foi publicado ao longo da década de 1920 para colaborar na divulgação do programa da Confederação. Nesse sentido, a Confederação também participou do debate das questões centrais de reivindicação do operariado, especificamente no contexto operário de Belo Horizonte, quais sejam: descanso dominical, jornada de trabalho de oito horas, habitações para os operários, campanha por um salário justo. Além disso, a Confederação esteve engajada em ações para a promoção da educação dos trabalhadores.

De acordo com Dutra (1988), nas associações operárias existentes em Belo Horizonte, havia o predomínio de ações e propostas reformistas⁵, ou seja, com resoluções das questões trabalhistas no âmbito da esfera governamental. Assim afirma,

Isto aponta para um certo predomínio dos reformistas no meio sindical local beneficiados sem dúvida pela condição da cidade enquanto capital, porquanto centro político, onde a interferência maior do poder público se faz notar em todas as atividades, incluindo as manifestações associativas das classes sociais, particularmente dos setores subalternos. (DUTRA, 1988, p. 124).

Além da característica reformista, ressalta-se a influência da doutrina católica nas associações operárias estudadas, o que pode ser verificado pelo teor do discurso presente nos seus impressos, possivelmente uma consequência da encíclica papal publicada em 1891 e das relações estabelecidas entre as associações, principalmente a Associação Beneficente Tipográfica, a Confederação Auxiliadora dos Operários e a Confederação Católica do Trabalho.

O recorte temporal da pesquisa, 1897-1930, foi delimitado levando-se em consideração o processo de construção e desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte, a

⁴ A encíclica *Rerum Novarum: sobre a condição dos operários*, escrita pelo Papa Leão XIII em 1891, examinava as condições gerais da classe operária, além de defender a propriedade privada e a harmonia entre as classes sociais, e condenar as ideias socialistas e anarquistas, consideradas prejudiciais à harmonia social. Mais que isso, essas e outras doutrinas surgidas após o Iluminismo ameaçavam o poder da Igreja Católica enquanto fonte de saber. Provavelmente foi por essa razão que foram combatidas. Segundo Souza (2002), após momento de impassibilidade da Igreja concernente às relações fabris e ideias que questionavam os dogmas cristãos, o catolicismo social entrou na disputa pelo operariado e foi introduzido no mundo do trabalho com a *Rerum Novarum*, em 1891, e “impôs-se no Brasil ao longo de décadas, até se tornar, nos dias atuais, presente no discurso das lideranças de classe e nos textos normativos das relações trabalhistas, assistenciais, previdenciárias e sindicais”. (SOUZA, 2002, p. 20).

⁵ No movimento operário brasileiro, o reformismo foi composto por diferentes correntes ideológicas, cujas ações sindicais assemelhavam-se; a greve era entendida como último recurso, e sua principal característica foi a aceitação do auxílio de intermediários (advogados, políticos) nas conquistas dos direitos dos trabalhadores. (BATALHA, 1989, 2000).

movimentação das associações operárias, bem como o contexto de intensos debates educacionais relativos à necessidade de reformas educacionais, à ampliação da escola pública e à luta contra o analfabetismo. O período final foi definido tendo em conta dois aspectos: o primeiro foi a retração no movimento operário, no final da década de 1920, quando a Confederação Católica do Trabalho, associação bastante atuante que aglutinava sindicatos e associações, passou a dividir espaço com outras organizações ligadas à Ação Católica⁶, dentre as quais os círculos operários e a Juventude Operária Católica. De acordo com Dutra (1988), essas associações, a partir da década de 1930, assinalaram uma nova etapa do denominado sindicalismo cristão, minimizando a influência da Confederação Católica do Trabalho no movimento operário da cidade. O segundo aspecto foi o início de um novo contexto nas discussões educacionais, com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930.

Portanto, no recorte temporal aqui selecionado, propõe-se a análise da organização das associações, a publicação de seus impressos, as demandas educacionais neles contidos e as reformas educacionais republicanas empreendidas pelo governo mineiro. Entre as questões de análise, pretende-se investigar as aproximações e distanciamentos das demandas dos operários, expressas nos periódicos, em relação às proposições oficiais.

Essas questões são discutidas no âmbito da organização da recém-inaugurada capital mineira, Belo Horizonte, em 1897, para onde um contingente significativo de trabalhadores se direcionou.

O contexto de construção e desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte não foi pautado apenas por precariedades para as condições de vida e trabalho dos operários, o mesmo ocorreu com a educação escolar, havendo escolas de funcionamento extremamente precário em todo o período, apesar da educação ser considerada, pelo ideário republicano da época, como mecanismo civilizatório garantidor de progresso social. (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2013).

Com predominância de escolas isoladas⁷, em 1906 e 1907, o governo de João Pinheiro empreendeu uma reforma, com vistas a modernizar a educação no Estado, que criou os grupos escolares e a Escola Normal da Capital. Especificamente na cidade de Belo Horizonte, até

⁶ Fundada em 1922 pelo Papa Pio XI, a Ação Católica pretendia organizar, em vários países, o apostolado leigo com objetivo de evangelização. No Brasil, após a aprovação dos estatutos pela Santa Sé em 1935, a Ação Católica efetivamente se organizou por dioceses. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; CENTRO DE PESQUISAS E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2010).

⁷ A escola isolada foi o principal sistema de instrução pública no século XIX e parte do XX. Segundo Vieira e Galvão (2012, p. 480) era “composto por aulas avulsas, ministradas por mestres-escola em suas próprias residências ou em salas alugadas”.

1911, privilegiou-se a construção dos grupos escolares na região central, local não residido por trabalhadores, o que dificultava o acesso do operariado e de seus filhos à estrutura escolar oferecida. Ademais, o primeiro grupo escolar noturno foi criado somente em 1917.

Ao que tudo indica, a mobilização dos trabalhadores para reivindicar mais escolas e cursos noturnos, por meio das associações, fez-se tendo em vista a insuficiência e ineficácia escolar oferecida pelas políticas públicas do Estado e Município. Por outro lado, considerando a separação constitucional entre Igreja e Estado, e a aproximação das associações aqui estudadas com a Igreja Católica (seguindo orientação da encíclica *Rerum Novarum*), é provável que a publicização das demandas educacionais de trabalhadores tenha sido uma estratégia da Igreja para ocupar e estabelecer espaços políticos.

Em levantamento empreendido, observou-se ser escassa a produção acadêmica publicada em periódicos, anais de congressos, teses e dissertações, entre os anos 2005 e 2015, sobre a temática desta tese.

Foram pesquisadas as seguintes revistas dos campos da História e História da Educação: Revista História da Educação⁸, Cadernos de História da Educação⁹, Revista Brasileira de História da Educação¹⁰, Revista Brasileira de Educação¹¹ e Revista Brasileira de História¹². Nesse levantamento, encontrou-se apenas um artigo, publicado na Revista História da Educação, cuja temática se aproxima da desta tese. Trata-se do artigo de Dagoberto Buim Arena (2007) sobre princípios, métodos e organização do currículo das escolas anarco-sindicalistas do Brasil.

O autor utiliza, como fonte principal, o jornal anarquista *A Voz do Trabalhador*, produzido entre 1908 e 1915, no Rio de Janeiro, por anarco-sindicalistas vinculados à Confederação Operária Brasileira. O foco do artigo é a análise das resoluções sobre educação tomadas no 2º Congresso Operário Brasileiro (1913) e veiculadas pelo jornal. À vista disso, é explorado o surgimento do anarquismo no Brasil, a fundação da Confederação Operária Brasileira, a criação e os objetivos do jornal, a ação e a importância da educação para os

⁸ A *Revista História da Educação* é publicação da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE).

⁹ *Cadernos de História da Educação* é publicação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED-UFU).

¹⁰ A *Revista Brasileira de História da Educação* é publicação da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

¹¹ A *Revista Brasileira de Educação* é publicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

¹² A *Revista Brasileira de História* é publicação da Associação Nacional de História (ANPUH).

anarco-sindicalistas, com destaque para a criação de escolas, a organização curricular e os métodos utilizados.

Sobre a produção acadêmica apresentada em congressos, dois deles foram pesquisados: o Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais (COPEHE) e o Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE). Do primeiro congresso, o COPEHE, foram analisadas as edições 2009, 2011, 2013 e 2015 e nenhum trabalho sobre a temática foi encontrado.

Do CBHE também foram verificadas as edições 2008, 2011, 2013 e 2015, analisando a quantidade de trabalhos sobre o tema ‘imprensa operária’ e ‘educação de trabalhadores’ e o seu teor. A tabela 1 retrata esse levantamento, com informações dos respectivos congressos, o total de trabalhos aceitos, a quantidade de trabalhos sobre o tema por evento e o total de trabalhos sobre o tema, considerando a somatória de todos os congressos.

Tabela 1 – Total de trabalhos sobre imprensa operária e educação de trabalhadores no Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE)

Congresso	Ano	Trabalhos aceitos	Trabalhos sobre imprensa operária e educação de trabalhadores	%
V CBHE	2008	783	01	0,12%
VI CBHE	2011	876	-	0%
VII CBHE	2013	731	01	0,13%
VIII CBHE	2015	823	02	0,24%
Total		3213	04	0,12%

Fontes: Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008-2015.

Tal levantamento evidencia a existência de poucas pesquisas sobre a temática, menos de 1%. No V Congresso, foi apresentado um trabalho de Giglio e Lugli (2008) sobre modelo escolar em São Paulo no início do século XX, a partir da imprensa operária (jornal *A Voz do Trabalhador*) e de um periódico educacional (a *Revista de Ensino*). Em *A Voz do Trabalhador*, Giglio e Lugli (2008) procuram analisar a divulgação do ensino racionalista no Brasil – considerado pelo espanhol anarquista Ferrer y Guardia¹³ o mais adequado para a educação dos filhos dos operários, bem como escolas operárias em contraposição às escolas públicas.

¹³ Ferrer y Guardia (1859-1909) defendia um ensino racional e anarquista baseado na coeducação dos sexos e das classes, a fim de educar a classe trabalhadora a partir de princípios laicos e racionais. (FERRER Y GUARDIA, 2014). Fundou, junto de outros anarquistas, a Escola Moderna, que funcionou em Barcelona

No VI congresso, não houve apresentação de trabalho sobre essa temática. Já no VII congresso, o trabalho de Francisco Vargas (2013) discorre sobre anarquismo e educação em Rio Grande, de 1918 a 1927, resultado de dissertação de mestrado defendida em 2011. No VIII congresso, dois trabalhos sobre o tema foram apresentados. Um deles, de Isabel Bilhão (2015), analisa a difusão do ensino racionalista de Ferrer y Guardia e a criação das escolas modernas direcionadas à educação dos trabalhadores e de seus filhos, em três veículos da imprensa anarquista (*A Lanterna*, de São Paulo; *A Luta*, de Porto Alegre; e *A Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro), de 1900 a 1920. O outro, de Bárbara Canedo Ruiz Martins (2015), aborda a experiência dos trabalhadores no que diz respeito à instrução na cidade do Rio de Janeiro, de 1901 a 1910. Neste trabalho, os sentidos e significados das aulas e cursos noturnos são investigados, percebendo-se os diferentes projetos em disputa para a educação dos trabalhadores a partir da imprensa operária (jornal *A Gazeta Operária*).

As teses e dissertações foram buscadas em quatro bibliotecas digitais que contêm um extenso acervo: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Banco de Teses da Capes, o Portal Domínio Público e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Minas Gerais.

O levantamento totalizou duas dissertações que analisam a influência de ideias anarquistas na educação libertária no Brasil, tomando como base principal as proposições do ensino racionalista e da escola moderna de Ferrer y Guardia. A dissertação de Vargas (2011) enfoca a educação libertária na cidade do Rio Grande, no início do século XX. Já a de Aracely Mehl Gonçalves (2007) analisa o pensamento educacional libertário propagado no Brasil, principalmente em São Paulo, na transição do século XIX para o XX. Ambos trabalhos utilizam a imprensa operária anarquista (jornais *Nosso Verbo* e *A Plebe*, respectivamente), ferramenta dos libertários para divulgação de suas ideias, entre elas a defesa da educação operária.

A partir desse levantamento, pode-se perceber a escassez de estudos sobre educação de trabalhadores veiculadas em periódicos operários no período aproximado proposto por esta tese. Desse modo, infere-se que esse tema não tem sido suficientemente estudado, sendo necessária, por isso, a ampliação de pesquisas nas diversas cidades brasileiras, destacando-se

entre 1901 e 1906. Segundo Gallo (2013, p. 242), a Escola Moderna “era um local amplo e arejado, com salas bonitas e bem decoradas, espaços múltiplos e pátios externos, para atividades ao ar livre. Além disso, eram frequentes as atividades fora da escola: visitas a fábricas, passeios pela praia para estudar a geografia local e assim por diante”.

a relevância em se estudar as propostas de trabalhadores em relação às iniciativas de educação e ao alcance das reformas educacionais por parte dos diferentes governos. Isso, também, porque havia outras propostas de organização e educação do operariado para além do anarquismo, como o caso de Belo Horizonte, sobretudo considerando a estreita relação das associações operárias com o governo, bem como a forte presença do catolicismo na organização dos trabalhadores. Esses e outros fatores confirmam a relevância desses estudos, principalmente para problematizar o alcance e a efetividade das políticas públicas educacionais para os trabalhadores e os seus filhos.

Para a discussão teórica do problema de pesquisa aqui desenvolvido, recorreu-se à abordagem da história social. Eric Hobsbawm, em texto clássico de 1970, menciona as dificuldades de definição do termo “história social” e que, até as décadas de 1950 e 1960, “não havia nenhuma premência em defini-lo, já que não se haviam formado os interesses institucionais e profissionais que normalmente insistem em demarcações precisas”. (HOBSBAWM, 2007, p. 83). De acordo com esse autor, a formação de um campo acadêmico especializado em história social somente começou a se desenvolver a partir da década de 1950. Ou, como afirma a historiadora Hebe Castro,

Foi nas décadas de 1950 e 1960, entretanto, que uma história social, enquanto especialidade, tendeu a se constituir no interior desta nova postura historiográfica, que começava a se tornar hegemônica. Foram décadas marcadas, *grosso modo*, pelo apogeu dos estruturalismos (...), pela euforia do uso da quantificação nas ciências sociais, pelos primeiros avanços da informática e pela explosão de tensões sociais que dificilmente a comunidade dos historiadores podia continuar a ignorar. (CASTRO, 1997, p. 47, grifo do autor).

Também segundo Castro (1997, p. 50), o desenvolvimento da história social esteve atrelado à crise dos estruturalismos nos anos 1970, pois a “consciência de que os comportamentos e realidades sociais definitivamente não se conformavam a ficar confinados a modelos preestabelecidos”. Além disso, não é possível pensar a história social como isolada de outros domínios. Como afirma Hobsbawm, a história social

(...) nunca pode ser mais uma especialização (...) porque seu tema não pode ser isolado (...). Mas os aspectos sociais ou societais da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos de seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização. Não podem ser separados, mais que por um momento, dos modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material. Nem por um só momento podem ser separados de suas ideias, já que suas mútuas relações são expressas e formuladas em linguagem que implica conceitos no momento mesmo em que abrem a boca. (HOBSBAWM, 2007, p. 87).

Outro autor expoente da abordagem da história social, Raphael Samuel (1991, p. 135, tradução nossa), explana que a história social tem “orgulho de se preocupar com a ‘vida real’ em vez de abstrações, pelas pessoas ‘comuns’ em vez das elites privilegiadas, pelas coisas cotidianas em vez dos eventos sensacionais¹⁴”. Por sua vez, Castro (1997, p. 54) diz que essa é “uma forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica”.

Assim sendo, a partir de conceitos e análises da história social, nesta tese, deseja-se investigar as reivindicações dos trabalhadores, pessoas comuns, pela sua educação, por meio da imprensa associativa, no cotidiano de Belo Horizonte, verificando as especificidades dos sujeitos e das organizações que davam vida à cidade.

Ante essas explicações, destaca-se o conceito de “experiência” desenvolvido por E. P. Thompson (1981), central para a história social e importante para esta tese. Isso porque, para esse autor, os conceitos não deveriam ser operados como “camisas de força” (THOMPSON, 1981). Também segundo Schueler (2006/2007, p. 15), aos historiadores foi essencial escapar “do imobilismo das estruturas, a partir da inserção dos sujeitos na história, considerados em todos os aspectos da vida social e cultural”. Para tanto, era preciso recuperar e explorar o “termo ausente”, experiência. Segundo Thompson:

O que descobrimos (...) está num termo que falta: “experiência humana”. (...) homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Thompson estuda os sujeitos na história que experimentam situações e relações como necessidades e interesses. As experiências não são vistas apenas como meras “ideias”, mas “como sentimentos e [os sujeitos] lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (...) na arte ou nas convicções religiosas”. (THOMPSON, 1981, p. 189). Valores que, por seu turno, são vividos e “tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de *contradição*, de luta

¹⁴ (...) enorgullece de preocuparse por la 'vida real' en vez de las abstracciones, por la gente 'corriente' en vez de las élites privilegiadas, por las cosas cotidianas en vez de los eventos sensacionales. (SAMUEL, 1991, p. 135).

entre valores e visões-de-vida alternativos”. (THOMPSON, 1981, p. 194, grifo do autor).

A partir do conceito de experiência, Thompson (2004) desenvolve o conceito de classe trabalhadora. Para esse autor, a classe trabalhadora não pode ser tomada como categoria ou estrutura, mas como um fenômeno histórico constituído no âmbito das relações humanas, desse modo, o entendimento sobre a formação da “consciência de classe” também não deve ser considerado como definido *a priori*, pois se faz de modos distintos, em diferentes tempos e lugares.

Thompson faz críticas às definições de classe interpretadas como categorias prontas e estáticas, por vezes reduzidas a números, em que a teoria precede a evidência histórica sobre a qual deveria teorizar, ou seja, como conceito acabado exclui a observação histórica por meio dos tempos e ignora que, enquanto categoria histórica, a classe se constitui no seu fazer-se. (THOMPSON, 1984).

Nesse ponto, o referido autor analisa a incorporação dessa concepção estática de classe por correntes marxistas, em particular em sua forma leninista, que se fundamenta na vanguarda que “sabe melhor do que a própria classe quais devem ser os verdadeiros interesses (e consciência) desta¹⁵”. (THOMPSON, 1984, p. 35, tradução nossa). A principal questão aqui, para Thompson (2004), é que a consciência de classe não surge como ela de fato é, mas como uma projeção do que ela deveria ser.

“Ela”, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção. Uma vez isso assumido, torna-se possível deduzir a consciência de classe que “ela” deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais. Há uma superestrutura cultural, por onde esse reconhecimento desponta sob formas ineficazes. Essas “defasagens” e distorções culturais constituem um incômodo, de modo que é mais fácil passar para alguma teoria substitutiva: o partido, a seita ou o teórico que desvende a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser. (THOMPSON, 2004, p. 10).

De outro modo, Thompson enfrenta a inércia conceitual ao tratar classe como um fenômeno histórico que ocorre nas relações humanas e deve ser formulado enquanto conceito a partir da observação do processo, ao longo do tempo histórico, em que certos padrões e regularidades nas ideias, relações e instituições dos homens são encontrados. (THOMPSON, 1984).

¹⁵ (...) sabe mejor que la clase misma cuáles deben ser los verdaderos intereses (y conciencia) de ésta. (THOMPSON, 1984, p. 35).

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 2004, p. 10).

Classe e consciência de classe só são possíveis a partir da luta de classes. Logo, ambas correspondem a estágios posteriores do processo histórico, reforçando que o conceito estático de classe não se sustenta e é derivado do equívoco de pensar que “as classes existem, independentemente das relações e lutas históricas, e lutam *porque* existem, ao invés de emergir sua existência da luta¹⁶”. (THOMPSON, 1984, p. 38, grifo do autor, tradução nossa). Ademais, Thompson (2004) afirma que a consciência de classe sempre se manifesta por meio dos tempos e lugares, porém nunca da mesma forma, visto que não é determinada pelas relações de produção.

Levando-se em consideração essas reflexões, pretende-se estudar trabalhadores da capital mineira, os quais, a partir das experiências vivenciadas, constituíram-se em associações e buscaram melhores condições de vida e trabalho, dentre as quais destacam-se as reivindicações educacionais, sendo a educação formal entendida como possibilidade de seu aprimoramento. A ação desses trabalhadores não se deu sem tensões; contudo, em geral, fez-se mediante diálogos com o governo mineiro. Logo, destaca-se a especificidade da organização classista em Belo Horizonte no seu fazer-se, a qual, diferentemente de outras cidades brasileiras, apresentava características reformistas.

Em um dos poucos textos em que Thompson (2002) aborda diretamente a educação, ele afirma que, para além da escola e da sala de aula, a educação se faz nas relações sociais. Apoiado na sua experiência enquanto professor de turma de adultos e na essencial experiência que esses estudantes trazem para a relação de ensino-aprendizagem, o referido autor empenha-se na relação dialética existente entre cultura erudita e cultura popular, analisando-a desde o século XVIII, primordialmente na Inglaterra. A elaboração de seu pensamento concentra-se na existência de um profundo distanciamento entre a cultura erudita (refinada ou

¹⁶ (...) las clases existen, independientemente de relaciones y luchas históricas, y que luchan *porque* existen, en lugar de surgir su existencia de la lucha. (THOMPSON, 1984, p. 38, grifo do autor).

letrada) e a cultura popular.

Nesse sentido, Bertucci, Faria Filho e Taborda de Oliveira (2010), em obra que dimensiona a importância do pensamento de Thompson para os estudos em história da educação no Brasil, reforçam a sua tese principal: para as elites letradas “as culturas dos pobres e do aprendizado *na e pela* experiência deveriam ser abandonadas a favor das racionalizadas e racionalizadoras culturas escolares”. (BERTUCCI; FARIA FILHO; TABORDA DE OLIVEIRA, 2010, p. 47, grifo dos autores). As instituições escolares enquanto lugares disciplinadores são superestimadas em detrimento de uma cultura popular concatenada à experiência, reputadas pela elite letrada como experiências subalternas, muitas vezes presas a vícios e desordens.

Os referidos autores também evidenciam as tensões entre escolarização (cultura letrada) e tradições e experiências do povo (cultura popular) no contexto brasileiro:

(...) uma história da educação que negligencie a história das tradições e dos costumes que conformam as práticas formativas que tensionam com as práticas escolares estará deixando de lado uma dimensão que diz respeito ao núcleo do processo de escolarização. Se, por um lado, tal história não pode, nostalgicamente, reafirmar a existência de um certo modo, mais puro e autêntico de vida das camadas populares no Brasil, o qual teria sido abandonado ou negligenciado pela escolarização, por outro, não pode deixar de ser uma denúncia contundente do desprezo e do desdém com que a cultura das camadas mais pobres foi, via de regra, tratada por nossas elites, defensoras da escolarização. A irrupção cotidiana das culturas dos pobres no interior da escola demonstra, por outro lado, a incapacidade dos imperativos escolares em silenciar a ação dos sujeitos a quem eles pretendem conformar. (BERTUCCI; FARIA FILHO; TABORDA DE OLIVEIRA, 2010, p. 53-54).

Contrariando uma história de feição sociologizante, estrutural, marcada pela ênfase nos sindicatos e partidos como únicos espaços de luta dos trabalhadores (ortodoxia marxista), Thompson contribuiu por instaurar na historiografia brasileira uma “história vista de baixo”, que busca “interpretar as experiências dos subalternos a partir de suas próprias especificidades constituintes”. (SCHUELER; MAC CORD, 2014, p. 68). Ou ainda, como afirma Faria Filho (2005, p. 248), “no lugar da aparente linearidade do processo de escolarização, (...) podemos vislumbrar lutas as mais diversas por imposição de projetos culturais, lutas estas que têm nas reformas educativas uma de suas mais importantes faces”.

Nesse sentido, há de se destacar, nos impressos operários estudados, a existência da defesa de uma educação gratuita e obrigatória promovida pelo Estado, que atendessem não somente às classes mais abastadas, mas também aos operários. Esse fato poderia diminuir, do

ponto de vista dos trabalhadores, a distância entre as culturas erudita e popular, na medida em que a educação era entendida enquanto possibilidade de desenvolvimento classista e consequente conquista de direitos sociais.

Observa-se, a partir das afirmações de Bertucci, Faria Filho e Taborda de Oliveira (2010), que as lutas empreendidas pelos trabalhadores pela educação pública não denotaram o seu silenciamento, ao contrário, afirmaram sua cultura e experiência, enquanto válidas na dinâmica social da capital mineira. Tal tensionamento foi eficiente, pois, como se verá nesta tese, a partir de 1910, foram criadas, pelo governo, escolas em zonas da cidade habitadas por operários. Paralelamente, as associações operárias também lançaram mão de algumas estratégias, a fim de suprir as necessidades dos operários e de seus filhos por educação.

Um outro conceito fundamental para esta tese é “trabalho”, para o qual se recorre às ideias de Karl Polanyi. Entre o final do século XVIII e início do XIX, houve o estabelecimento de uma economia de mercado e, sendo este mercado auto regulável, demandava, “no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política”. (POLANYI, 2000, p. 92). Ademais, esse tipo de economia passa a compreender trabalho, terra e dinheiro (componentes da indústria) como mercadorias, ou seja, objetos produzidos e vendidos no mercado. Todavia, Polanyi (2000, p. 93) chama atenção para o fato de que esses componentes, trabalho e terra, “nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado”.

Destacando o trabalho, ou mão de obra, entre os demais componentes da indústria, é o seu preço que compõe os salários, os quais correspondem aos “preços para o uso da força de trabalho, que constitui a renda daqueles que a vendem”. (POLANYI, 2000, p. 90).

Isso posto, ao criticar o economicismo e a forma adotada por alguns indivíduos que enxergam nas atividades produtivas apenas ganhos monetários, Polanyi avalia a ideia do trabalho como mercadoria enquanto ficção criada pelo mercado auto regulável, que não se explica unicamente pelo aspecto econômico:

Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (POLANYI, 2000, p. 94).

Considerando o sistema fabril como “parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento”. (POLANYI, 2000, p. 97). Não obstante, mesmo que não sejam mercadorias reais, são fundamentais para a organização da sociedade em uma economia de mercado. Nesse quadro, Polanyi (2000) não enxerga outra possibilidade de solução e reivindicação operária fora do âmbito do socialismo, tida como a única forma de superação e submissão do mercado auto regulável à sociedade democrática.

Ele [o socialismo] é a solução natural para os trabalhadores industriais que não vêem qualquer motivo para que a produção não seja diretamente regulada e que os mercados sejam mais do que uma característica útil, mas subordinada, numa sociedade livre. Do ponto de vista da comunidade como um todo, o socialismo é apenas a continuidade do esforço de fazer da sociedade uma relação de pessoas nitidamente humana e que, na Europa Ocidental, sempre esteve associada às tradições cristãs. Do ponto de vista do sistema econômico, ele é, ao contrário, uma ruptura radical com o passado imediato, na medida em que ele rompe com a tentativa de fazer dos ganhos monetários privados o incentivo geral para as atividades produtivas, e não reconhece aos indivíduos particulares o direito de disporem dos principais instrumentos de produção. (POLANYI, 2000, p. 273).

Tal qual Thompson, Polanyi também discute o conceito de classe em sua obra. Segundo Alexandre Fortes (2016, p. 589), esse conceito se destacou na elaboração de paradigmas explicativos por correntes teóricas das ciências sociais, principalmente entre o final do século XIX e o momento pós-guerra, “marcado pelo aumento da força dos movimentos políticos baseados em organizações de trabalhadores”. Com a constituição do bloco socialista e o estado do bem-estar social na Europa Ocidental, esse movimento ganhou ainda mais estímulo, contribuindo para a consolidação no campo marxista da “perspectiva teleológica esboçada no século anterior, que identificava classe como a única chave explicativa objetiva para o conflito e a 'evolução' social, descartando outros fatores como 'resíduos', 'ilusões ideológicas' ou 'contradições secundárias’”. (FORTES, 2016, p. 589).

Essa interpretação de classe e seu poder explicativo passaram a ser questionados, sobretudo, a partir da década de 1960. (FORTES, 2016). Contudo, na década de 1940, Polanyi já criticava o conceito que, segundo ele, era utilizado por capitalistas e marxistas com teor idêntico, sendo que “o próprio Marx seguiu Ricardo ao definir as classes em termos econômicos e a exploração econômica foi, sem dúvida, um aspecto da era burguesa”. (POLANYI, 2000, p. 184). Seu argumento se desenvolve a partir da ideia de que somente o aspecto econômico é insuficiente para explicar o conceito de classe.

No marxismo popular isto levou a uma incipiente teoria de classe do desenvolvimento social. A pressão por mercados e zonas de influência foi simplesmente atribuída à motivação do lucro de um punhado de financistas. O imperialismo foi explicado como uma conspiração capitalista para induzir governos a se lançarem a guerras no interesse de grandes negócios. Atribuía-se as guerras a esses interesses, combinados. De fato, liberais e marxistas estavam de acordo ao inferir o movimento protecionista a partir da força dos interesses seccionais; em responsabilizar as tarifas agrárias pela força política dos latifundiários reacionários; em fazer da fome de lucro dos magnatas industriais a responsável pelo crescimento das formas monopolísticas de empresa; em apresentar a guerra como resultado da agressividade dos negócios.

A perspectiva econômica liberal encontrou, assim, um apoio poderoso numa estreita teoria de classe. Defendendo a perspectiva das classes em oposição, liberais e marxistas apresentaram proposições idênticas. Estabeleceram um caso inequívoco para a afirmativa de que o protecionismo do século XIX foi o resultado da ação de classe, e que essa ação deveria atender basicamente aos interesses econômicos dos membros das classes envolvidas. Entre si, eles quase obstruíram por completo uma visão geral da sociedade de mercado e a função do protecionismo em tal sociedade. (POLANYI, 2000, p. 184-185).

Explicações focadas apenas no aspecto econômico acabam por limitar o entendimento conceitual de classe, visto que não se pode perder de vista que não há classe fora da sociedade, “nem o nascimento nem a morte das classes, nem os seus objetivos, nem o grau em que elas o atingem, nem as suas cooperações ou os seus antagonismos podem ser compreendidos fora da situação da sociedade como um todo”. (POLANYI, 2000, p. 185). Sob esta perspectiva, verifica-se que a classe trabalhadora de Belo Horizonte, no período estudado nesta tese, constituiu-se não exclusivamente a partir de demandas econômicas. Como exemplo, pode-se mencionar a existência de outras bandeiras de associações e movimentos operários da cidade que envolviam aspectos diversificados da sociedade, como a questão educacional.

Polanyi (2000, p. 187) não despreza os fatores econômicos, mas considera que as “motivações dos indivíduos humanos só excepcionalmente são determinadas pelas necessidades do desejo-satisfação material”. Em contrapartida, destaca a relevância do reconhecimento social para o comportamento da classe, concluindo que

O desejo-satisfação pode ser, sem dúvida, o resultado de um tal reconhecimento, especialmente como seu indício ou prêmio exterior. Todavia, os interesses de uma classe se referem mais diretamente à sua posição e lugar, ao status e segurança, isto é, eles são basicamente não-econômicos, mas sociais. (POLANYI, 2000, p. 187).

Além das categorias conceituais para análise do movimento de trabalhadores, recorreu-se a estudos referentes ao movimento operário em Minas Gerais durante a Primeira República. Apesar do pouco número de publicações, destaca-se livro clássico de Dutra (1988)

em relação ao movimento operário em Belo Horizonte e Juiz de Fora, o livro de Passos (1991) sobre a vinculação entre classe operária e Igreja Católica e, mais recentemente, os trabalhos de Amaral (2007, 2015) sobre catolicismo e trabalho, com ênfase na Confederação Católica do Trabalho.

Por meio dessas leituras foi possível confirmar as particularidades do movimento operário em Belo Horizonte, principalmente quando comparado aos movimentos de outros estados. Daí a relevância de pesquisas sobre o movimento operário brasileiro, tais como a dos autores Batalha (1989, 1990, 2000, 2006), Batalha, Fortes e Silva (2004), Bilhão (2013) e outros, que, nas três últimas décadas, têm desenvolvido uma série de estudos acerca do tema, a partir de uma visão não etapista e paradigmática, integrantes da renovação historiográfica, no campo da história social.

Sobre a história de Belo Horizonte, várias publicações contribuem para o entendimento da construção, instalação e desenvolvimento da nova capital. Entre elas, destacam-se a dos autores Le Ven (1977), Guimarães (1991), Julião (1996), Silva (1991, 1998), Veriano (2001), Veiga (2002) e Silveira (2008).

Quanto ao entendimento das demandas educacionais registradas nos impressos das associações operárias, realizaram-se estudos em publicações de história da educação de Belo Horizonte e Minas Gerais, a partir de autores como Mourão (1962, 1970) e Veiga (2002); bem como Nogueira (2012), a respeito da escola primária noturna em Minas Gerais; Faria Filho (2000), sobre a cultura escolar em Belo Horizonte durante a Primeira República; Rodrigues (2009), Gouvêa *et al* (2016) e Gouvêa e Nicácio (2017), sobre as escolas isoladas na capital mineira.

Para sustentar as problemáticas trazidas nesta tese, realizou-se vasta pesquisa documental, cujas fontes foram localizadas em diferentes acervos de arquivos institucionais e/ou de associações operárias em Minas Gerais. Dentre os tipos de fontes, destacam-se: impressos e estatutos de associações operárias, periódicos diversos, documentos oficiais, anuários e recenseamentos.

A principal fonte utilizada foram os periódicos operários, jornais e revistas produzidos, sobretudo, por operários e/ou a eles destinados, vinculados a associações, nos quais as contendas, tensões e orientações eram expostas. Observa-se que os impressos operários, de modo geral, caracterizavam-se pela indefinição da periodicidade, curta duração e necessidade de subscrições por parte dos leitores para sua conservação (DECCA, 1987; FERREIRA,

1988; HARDMAN & LEONARDI, 1991; LUCA, 2006; MACIEL, 2008a e 2008b).

A revista da Associação Beneficente Tipográfica (1906, 1908, 1911, 1920, 1925, 1930 e 1936) foi localizada tanto no acervo da Associação como no Arquivo Público Mineiro (APM). Já os demais impressos, *O Labor* (12 edições, entre 1905 e 1906), *O Confederal* (cinco edições, em 1907) e *O Operário* (mais de 80 edições ao longo da década de 1920), foram encontrados em meio digital; os dois primeiros, na Coleção Linhares do Centro de Memória da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e o último, também na Coleção Linhares e no Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A partir das proposições metodológicas de Renée Zicman (1985) e Bilhão (2016), esses impressos foram analisados em duas etapas. A primeira consistiu na caracterização geral dos periódicos, enfocando aspectos históricos, aspectos formais e materiais, aspectos econômicos, clientela e público leitor alvo. Na segunda, realizou-se análise temática do conteúdo dos impressos operários: categorização dos temas; presença, frequência, orientação ou tonalidade dos temas; informação sobre os temas (número de vezes aparece, localização, área ou superfície dedicada, qual o tipo de matéria); elaboração de ficha de caracterização para cada artigo; e intenções explícitas, denúncias e acusações.

Além dos periódicos das associações, outros jornais que circularam em Belo Horizonte no período foram pesquisados para dar suporte às análises das questões propostas, tais como *A Capital*, *Diário de Minas*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Estado de Minas*, *Jornal do Povo*. Estes também foram consultados na Coleção Linhares e na Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais. Seguindo o pensamento de Darnton e Roche (1996), que apresentam novas abordagens ao estudo da Revolução Francesa, pela ênfase da imprensa como agente, a imprensa, nesta tese, é compreendida não como mero registro dos acontecimentos, mas em sua dimensão constitutiva, sendo ela um agente que dava forma a esses acontecimentos.

No APM, foram encontrados, ainda, os estatutos das associações: Associação Beneficente Tipográfica (1904), Confederação Auxiliadora dos Operários (1911), e Confederação Católica do Trabalho (1920). Também na sede da Associação Beneficente Tipográfica foi disponibilizada a edição do estatuto de 1924. Não foi possível localizar o estatuto do Centro Confederativo dos Operários.

Entre os documentos oficiais citam-se a coleção de leis e decretos mineiros, disponível para consulta no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e no APM. Outro conjunto oficial analisado foram relatórios de governantes: os Relatórios dos Presidentes de

Estado, digitalizados e disponibilizados online no site do *Center for Research Libraries*, e os Relatórios dos Prefeitos de Belo Horizonte, coleção disponível no site do APCBH.

No APM, ainda, foram consultados o fundo Secretaria do Interior, anuários e recenseamentos de Belo Horizonte e Minas Gerais, com diferentes datas de publicação (1906, 1909, 1911, 1912, 1913, 1918, 1921, 1922-1925). Já os anuários nacionais, de 1936 e 1948, foram localizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Anuário Estatístico de Belo Horizonte (1937), no site do projeto Memória Estatística do Brasil, da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

Cabe ainda destacar a análise das cartas encíclicas da Igreja Católica (*Rerum Novarum*, de 1891, e *Quadragesimo Anno*, de 1931) e o acervo do Banco de dados do Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais, projeto desenvolvido pelo Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Esta tese está organizada em quatro capítulos. O primeiro, *Trabalho e Movimento Operário no Brasil e em Belo Horizonte durante a Primeira República*, tem como proposta uma breve discussão sobre trabalho e movimento operário no Brasil e em Belo Horizonte durante as primeiras décadas republicanas. Esse capítulo está dividido em três partes: a primeira faz uma revisão bibliográfica dos estudos sobre movimento operário brasileiro no período; a segunda objetiva entender, no processo de construção da nova capital de Minas Gerais, quem e qual era o lugar do trabalhador; e a terceira busca compreender as particularidades do movimento operário da capital mineira.

O segundo capítulo, *Associações operárias na dinâmica de construção e desenvolvimento de Belo Horizonte e das políticas educacionais*, tem como objetivo analisar o surgimento das associações, enquanto partícipes do processo de construção e desenvolvimento da capital mineira, e da elaboração e implementação de políticas governamentais educacionais. Divide-se em quatro partes, cada uma correspondente a uma das associações operárias.

O terceiro capítulo, *Imprensa associativa: objetivos, materialidade, demandas pedagógicas para os trabalhadores*, está subdividido em outros quatro tópicos, referentes a cada um dos periódicos das associações, e tem como propósito investigar seu surgimento, objetivos, materialidade e demandas pedagógicas registradas.

O quarto capítulo, *Demandas educacionais das associações operárias e políticas*

oficiais, objetiva identificar e discutir as principais demandas do campo educacional presentes nos periódicos de cada associação operária, cotejando com as políticas oficiais no mesmo período e verificando o processo governamental de implantação da escola primária e educação de adultos. A divisão do capítulo se fez a partir dos temas de educação presentes nos impressos, sendo eles: ensino primário; escola maternal e jardins de infância; ensino secundário e superior; ensino profissional; bibliotecas e outras demandas educacionais.

1 TRABALHO E MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL E EM BELO HORIZONTE DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Este capítulo objetiva discutir trabalho e movimento operário no Brasil e em Belo Horizonte durante a Primeira República, estando dividido em três tópicos. No primeiro, *Entre “vermelhos” e “amarelos”: discussão historiográfica e história do movimento operário brasileiro durante a Primeira República*, a proposta é fazer uma revisão bibliográfica da história do movimento operário, bem como abordar alguns acontecimentos do percurso deste movimento durante a Primeira República. Sabe-se que até meados da década de 1980, a historiografia analisava o movimento operário de modo mais esquemático, dando destaque às manifestações tidas como revolucionárias (anarquismo e comunismo) e aos imigrantes, limitando-se ao eixo Rio-São Paulo. Outras correntes e práticas sindicais existentes no período não tiveram destaque, pois eram caracterizadas como ausentes de “consciência de classe”. Contudo, nas três últimas décadas, sob influência dos estudos da história social e com os avanços na história do trabalho, houve uma renovação no campo e outras manifestações e experiências da classe operária passaram a ser consideradas.

No segundo tópico, *O acesso à educação e o lugar destinado aos trabalhadores no processo de construção da nova capital de Minas Gerais*, a proposta é buscar quem eram esses trabalhadores e qual era o lugar destinado a eles na nova cidade que se edificava para se tornar o centro administrativo do Estado. Pretende-se analisar a presença de trabalhadores no curso da continuidade das edificações da nova capital, inaugurada em 1897, bem como o desenvolvimento das políticas de instrução pública elementar e ações voltadas para os trabalhadores.

No último tópico deste capítulo, *Um movimento operário “dócil e dentro da ordem”¹⁷: considerações em relação às condições de trabalho e moradia e às especificidades do movimento operário belo-horizontino (1897-1930)*, o objetivo é compreender algumas particularidades do movimento operário de Belo Horizonte, as tensões relativas às condições de moradia, à carestia de vida e à jornada de trabalho.

¹⁷ Dutra (1988, p. 172) qualifica o movimento operário da capital mineira como “dócil e dentro da ordem”. Também nos periódicos operários analisados, encontram-se referências às características desse movimento. Como exemplo tem-se o *O Operário*, de 04 de agosto de 1921, o qual reconhecia a evolução do movimento operário de Belo Horizonte dentro da ordem e do direito. (CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 06, 04 ago. 1921. p. 04.).

1.1 Entre “vermelhos” e “amarelos”: discussão historiográfica e história do movimento operário brasileiro durante a Primeira República

Até aproximadamente a década de 1980, os estudos históricos que tomavam o movimento operário como objeto de pesquisa analisavam o tema de forma linear e paradigmática. Para Haupt (1985), havia uma produção historiográfica a nível mundial que buscava legitimar certas ideologias e governos, logo, a ênfase recaía mais nos partidos políticos e em suas ideologias e menos na classe operária, em seus movimentos e em experiências específicas.

Podem-se distinguir dois tipos de respostas diametralmente opostas. O primeiro recoloca em questão os limites científicos, teóricos e conseqüentemente políticos de uma história operária tradicional, que foi praticada durante decênios e não corresponde mais, nem às exigências de uma ciência histórica em plena renovação, nem aos interesses e à sensibilidade das novas gerações de militantes. (...) esse tipo de história transmite imagens desbotadas, e oculta os verdadeiros problemas. Ele minimiza as dimensões do mundo operário e o aprisiona em quadros fixos e estáticos. É que seu enfoque não tem como objeto a classe operária, mas suas representações organizacionais e ideológicas, particularmente as instâncias dirigentes do partido. (HAUPT, 1985, p. 210).

Um dos representantes da historiografia atrelada ao paradigma revolucionário, Rodrigues¹⁸ (1968, p. 06, *apud* PINHEIRO, 1975, p. 95) subdividiu a trajetória do movimento operário brasileiro em alguns estágios: “período mutualista (antes de 1888); período de resistência (1888-1919); período de adaptação (1919-1934); período de controle (1934-1945); período de competição (1945-1964)”. Sobre o período mutualista, Pinheiro destaca que:

Antes que os trabalhadores imigrantes europeus tivessem construído as primeiras associações (...), não existiam senão associações de ajuda mútua, organizadas por algumas categorias de trabalhadores urbanos, que não gozavam de nenhuma proteção, no quadro da sociedade patriarcal-escravagista. (PINHEIRO, 1975, p. 95).

À vista disso, essa divisão, ao mesmo tempo que confere ao mutualismo um caráter anterior do movimento operário, ignora o fato de que inúmeras associações mutualistas continuaram a existir, após 1888, em diferentes estados do Brasil. Viscardi (2011, p. 02) acrescenta que o mutualismo foi uma “estratégia de enfrentamento da pobreza e da exclusão social” que contribuiu para o avanço da luta pela cidadania, apreendida como extensão dos

¹⁸ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

direitos (civis, políticos ou sociais) para o conjunto da sociedade civil.

Sader (1980, p. 12), também inserido a historiografia mais tradicional, analisa a fase de resistência do movimento operário brasileiro, caracterizada pelo predomínio do anarco-sindicalismo, considerada “a parcela mais combativa, mais capaz de unir a classe e de enfrentar os patrões e o governo”, pela influência de elementos estrangeiros e pela pouca organização das lutas operárias. Esse último fator teria contribuído para o declínio do anarquismo a partir da década de 1920, quando o comunismo começou a se fortalecer. O referido autor pondera sobre essas diferenças de atuação entre a etapa anarquista e a comunista, de 1900 a 1929, o que evidenciou a linearidade e o pressuposto revolucionário da classe operária, inerentes a esse modelo explicativo:

O fim da hegemonia anarquista teria significado o fim de um período de autonomia operária? Ou, pelo contrário, a passagem ao comunismo de um núcleo decisivo representaria, apesar da empresa varguista, um passo avante na constituição do proletariado brasileiro? Penso que a resposta mais justa não se contém nem na visão idílica daquele paraíso perdido, nem no otimismo evolucionista da segunda hipótese. É verdade que no período anarquista assistimos a uma prática classista mais próxima à autonomia. Mas não podemos ignorar a distância entre essa prática militante e as massas de operários nacionais crescentes, mantidas fora dos sindicatos revolucionários. Nesse sentido, os comunistas são portadores de um projeto global mais capaz de realizar a unidade da classe e de enfrentar a hegemonia burguesa em suas distintas instâncias. Mas o modo sectário de sua aplicação retardará decisivamente o armamento ideológico da classe frente a reorganização burguesa de 1930. (SADER, 1980, p. 23).

Essa percepção que tendia a homogeneizar o movimento operário privilegiava as correntes anarquista e comunista, ou seja, a classe operária era observada somente a partir de uma “consciência de classe” revolucionária, sendo o sindicalismo revolucionário considerado a forma autêntica de enfrentamento das demandas sociais.

Ainda de acordo com Sader (1980, p. 12), “no Brasil a primeira aparição do proletariado enquanto classe ‘para si’, quer dizer sua primeira forma de consciência, ganhou características do anarco-sindicalismo”. Deste modo, para fins de pesquisa histórica, foram esquecidas ou diminuídas as manifestações ou associações de classe que não se enquadravam em um paradigma revolucionário, anarquista e/ou comunista, pois eram entendidas como manifestações ausentes de “consciência de classe”, uma vez que não objetivavam alterar a ordem estabelecida¹⁹.

Tal historiografia, fundamentada em uma visão estruturalista do marxismo e com

¹⁹ Tais como associações mutualistas, sociedades beneficentes, e ligas de resistência.

concepção estática de classe, tem como perspectiva o ideal revolucionário de classe cuja liderança, em geral, é o imigrante, em detrimento de outros sujeitos e outras formas de luta e organização operária, qualificadas como inferiores, “amarelas”, reformistas. Todavia, é importante lembrar que as categorias “classe”, “presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 2004, p. 09) e “consciência de classe” compõem o processo histórico de luta de classes e não fazem sentido fora dele. Logo, são as experiências vivenciadas em cada tempo e lugar, as disputas e tensões, levando-se em conta as particularidades, que possibilitam a formação da classe e sua consciência enquanto tal.

Batalha (1989) destaca, na história do movimento operário brasileiro, a predominância, desde a década de 1950, de uma historiografia militante pautada pelo paradigma revolucionário, a qual ainda era presente quando da publicação de seu trabalho, no final da década de 1980. Essa historiografia militante era desprovida de base empírica documental e adquiriu “o peso de uma verdade insofismável”. (BATALHA, 1989, p. 01).

A principal tese defendida por essa historiografia era a de que, até a década de 1920, o movimento operário brasileiro foi caracterizado pela predominância das ideias anarquistas, trazidas para o Brasil por imigrantes, os quais foram responsáveis pela liderança do movimento e por toda a agitação política naquele momento histórico²⁰. Isso porque, a eles era atribuída uma “consciência de classe” revolucionária, em oposição aos trabalhadores nacionais, tidos como dóceis, despreparados e sem “verdadeira consciência de classe”. Segundo Batalha (2000), o italiano anarquista representava a imagem caricata do operário “típico” da Primeira República, cujas diversidades étnicas e culturais eram desconsideradas²¹. Foi essa relação que originou a polarização entre “vermelhos” (portadores de uma “consciência de classe” revolucionária) e “amarelos” (sem “consciência de classe” revolucionária e, por isso, dóceis e facilmente manipuláveis)²² no movimento operário brasileiro, como veremos adiante.

²⁰ Para exemplificar o peso desta tese, Fausto (1986, p. 63) atribui considerável peso à imigração para o desenvolvimento do anarquismo no Brasil, visto que “através dos imigrantes, chegaram ao país não só os intelectuais portadores da ideologia como massas de trabalhadores pelo menos em algum grau tocados por ela”.

²¹ De acordo com Batalha (2000), a maior parte dos imigrantes que vieram para o Brasil eram provenientes de áreas rurais em seus países de origem, e sem experiência sindical e de trabalho na indústria.

²² Batalha (2000, p. 32) problematiza a utilização do termo “sindicalismo amarelo” pela historiografia brasileira, visto que este traz consigo alguns inconvenientes. Em sua origem, na França, foi empregado pelos sindicalistas revolucionários para desqualificar seus adversários “que indicava no caso francês um sindicalismo estimulado e financiado pelos patrões (fenômeno que no Brasil foi extremamente marginal, reduzido ao caso de algumas associações beneficentes de empresas)”.

Durante a década de 1920, conforme a historiografia mais tradicional, após intensa perseguição aos líderes anarquistas, o movimento operário foi conduzido, sobretudo, pela proposta comunista, principalmente com a consolidação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. De acordo com análise de Costa (1982, p. 218), após esse período, anarquismo, comunismo e “o próprio movimento operário, na perspectiva de alguns autores, perderia seu ímpeto”. O “golpe final”, porém, foi dado nos anos 1930 por Getúlio Vargas, responsável pela criação de uma estrutura corporativista, “atrelando movimento operário ao Estado” (COSTA, 1982, p. 218), quando os trabalhadores brasileiros, “vindos das zonas rurais, analfabetos e politicamente inexperientes”, passaram a ter vez. (COSTA, 1982, p. 219). Essa compreensão do movimento operário construída pela historiografia se fez, principalmente, pautada pelas experiências desenvolvidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, locais onde houve predomínio anarquista.

Estudos mais recentes demonstram que, durante a Primeira República, havia, conforme Amaral (2007, p. 35), “uma multiplicidade de experiências e uma variedade de correntes ideológicas. O fato de os principais estudos desconsiderarem fatores regionais impossibilita a ampliação de tais conclusões para o restante do país”. Entre as correntes ideológicas do movimento operário brasileiro, havia, também, o socialismo, o anarquismo, o positivismo, o cooperativismo e o catolicismo.

Segundo Batalha (2000), os partidos socialistas surgiram no final do século XIX e duraram até aproximadamente 1930. Na pauta de manifestações dos socialistas, havia uma série de reformas, tais como voto secreto e ampliação do direito ao voto, redução da jornada de trabalho para oito horas, criação de tribunais arbitrais entre patrões e empregados, proibição do trabalho de menores de 14 anos de idade, direito de greve, etc., que seriam concretizadas “por meio de pressões e da eleição de seus representantes”. (BATALHA, 2000, p. 22).

Já os anarquistas começaram a divulgar suas ideias em 1890, sobretudo por meio de seus grupos de propaganda e periódicos, atuando também na educação de trabalhadores e em associações operárias, até mesmo em sindicatos, vertente do anarquismo que ficou conhecida como anarco-sindicalista e que pretendia a transformação social por meio de ações, como a greve geral revolucionária, ligada aos sindicatos autônomos. A atuação ou não nos sindicatos, para Toledo (2004), foi a principal divergência entre os anarquistas. Contudo, apesar das diferentes correntes anarquistas, como anarco-sindicalismo, anarco-comunismo e anarco

individualismo²³, havia aspectos partilhados por todas, como antiestatismo, federalismo, recusa da luta político parlamentar, anticlericalismo e “rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo”. (BATALHA, 2000, p. 24).

O ideário positivista, por vezes, apresentava finalidades similares ao ideário socialista. Os positivistas pretendiam melhorar as condições de vida e trabalho dos operários,

(...) através de apelos às autoridades, apresentação de candidatos operários para os cargos eletivos e busca de formas de entendimento, sem recurso à greve e outras formas mais radicais de luta. Em suma pretendem, ao seu modo, garantir uma certa cidadania social para os trabalhadores, pondo em prática a máxima de Augusto Comte da “incorporação do proletário à sociedade moderna”. (BATALHA, 2000, p. 26).

Por sua vez, o cooperativismo, de acordo com Batalha (2000), não teve grande destaque até 1923, quando se aliou ao recém-criado PCB, o que possibilitou aos comunistas a publicação de uma coluna no jornal *O Paiz*.

O catolicismo, corrente mais expressiva, no meio operário, que o positivismo e o cooperativismo, fundamentava-se nas diretrizes contidas na encíclica papal *Rerum Novarum* de 1891 e, em linhas gerais, pretendia afastar o operariado das ideologias anarquista e comunista e superar as “mazelas sociais, por meio da integração capital-trabalho, como postura a ser defendida junto aos trabalhadores”. (BILHÃO, 2013, p. 38). Segundo Batalha, as organizações associadas à Igreja,

(...) estavam presentes nos principais centros urbanos a partir de fins do século XIX, dispondo com frequência de jornais próprios para difundir suas posições de defesa do catolicismo, do entendimento entre trabalhadores e patrões e contrária às greves, mescladas a uma tímida denúncia dos males da industrialização e a um virulento anti-socialismo. (BATALHA, 2000, p. 27-28).

De acordo com Bilhão (2013, p. 49), a Igreja, ao participar da organização da classe operária, no contexto laico da República brasileira, teve como intenção “se legitimar como irradiadora de uma ‘consciência moral do mundo’, procurando firmar-se como instituição normalizadora da lógica social que se estabelecia, definindo padrões de comportamento aceitáveis tanto para os trabalhadores quanto para os patrões”.

²³ A diferença fundamental entre as correntes anarco-comunista e anarco individualista era o meio de ação para a transformação social, realizado coletivamente para a primeira e individualmente para a segunda. Para Toledo (2004, p. 13), “enquanto uns acreditavam nas insurreições, outros apostavam nos atos individuais de violência; uns escolheram a propaganda e a educação de todos os homens, enquanto outros elegeram o mundo do trabalho como espaço privilegiado para a propagação de suas ideias”.

Quanto à prática sindical, Batalha (2000) apresenta duas principais concepções: o sindicalismo revolucionário, também conhecido como de ação direta, e o sindicalismo reformista ou “amarelo”. A primeira foi hegemônica, em determinados momentos e lugares, tinha a Confederação Geral do Trabalho francesa como modelo, rejeitava intermediários no conflito entre trabalhadores e patrões, condenava a organização político-partidária e parlamentar, reprovava a assistência nos sindicatos, recusava a luta por conquistas parciais e entendia a greve como principal meio de luta operária. Foi essa concepção que dominou nos congressos operários brasileiros realizados em 1906, 1913 e 1920. (BATALHA, 2000). Toledo (2004) resume as características do sindicalismo revolucionário da seguinte forma:

(...) é um fenômeno internacional, uma prática sindical que se constitui como corrente política autônoma; é um movimento em defesa do sindicato como único órgão capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não-associação deste último a qualquer corrente política, o que se traduz em garantia de sua autonomia e da superação das divisões entre os trabalhadores. (TOLEDO, 2004, p. 13).

Por seu turno, o sindicalismo reformista não era ideologicamente homogêneo e agregava “socialistas de diferentes matizes, positivistas, republicanos sociais, sindicalistas pragmáticos”. (BATALHA, 2000, p. 33). Ao contrário do sindicalismo de ação direta, os reformistas viam a greve enquanto último recurso a ser utilizado. Em contrapartida, para atendimento de suas reivindicações, aceitavam auxílio de intermediários (políticos, advogados, autoridades em geral), defendiam a conversão das conquistas, ainda que parciais, em leis e não se opunham à participação política mediante candidaturas a cargos eletivos.

Conforme Batalha (1989), ainda que um crescente número de trabalhos – a partir de meados da década de 1980 – apresentasse outras manifestações da classe operária, escapando do paradigma tradicional revolucionário, estes não romperam com o paradigma naquele momento.

Um desses trabalhos foi o de Dutra (1988) sobre o movimento operário em Minas Gerais na Primeira República, o qual é analisado a partir de dois pontos principais: o movimento grevista e associativo em Juiz de Fora e Belo Horizonte. A justificativa para a escolha das cidades se deu devido ao crescimento industrial, que permitiu dizer da existência de uma classe operária. Dutra (1988, p. 19) persegue em sua obra as respostas para as seguintes questões: “O que se sabe sobre as práticas da classe operária de Minas Gerais na

Primeira República? Que fatores internos e externos a seus movimentos determinaram, então, possivelmente, os contornos de suas experiências?”. De antemão, a autora afirma que, na década de 1980, a história do movimento operário de Minas Gerais era uma zona obscura (DUTRA, 1988).

Ainda que o trabalho de Dutra (1988) sobre o movimento operário de Minas Gerais seja datado, é emblemático, uma vez que foi o primeiro e mais completo esforço investigativo do movimento operário mineiro, por isso, uma obra de referência. Sua importância é aumentada diante da diminuta bibliografia sobre o movimento operário de Belo Horizonte.

Ao que parece, uma das razões para não se romper com o velho paradigma seria certa dificuldade dos historiadores do movimento operário brasileiro ao analisar distintas práticas associativas e sindicais, como o reformismo na Primeira República, caracterizado enquanto manifestação insignificante, precursora do “peleguismo”²⁴, e de caráter estranho à classe operária, “já que essas manifestações são encaradas como subordinadas aos interesses da burguesia ou do Estado”. (BATALHA, 1989, p. 03). O reformismo não corresponde a uma corrente política determinada, mas a um conjunto de ideologias com práticas sindicais idênticas ou semelhantes, como define Batalha (1989),

Podem ser considerados como aspectos do reformismo, associações operárias de um espectro ideológico bastante diversificado, que vão desde o socialismo reformista ao mais estreito trade-unionismo, passando por correntes que se arvoram como republicanas sociais ou cooperativistas. Essas diversas correntes reformistas, que não alcançam uma unidade, nem no tempo, nem no espaço, têm em comum concepções sindicais marcadas por: uma visão da greve como o “último recurso”; buscar consolidar as conquistas trabalhistas através de medidas legais; apelar para os serviços de intermediários (advogados, políticos, representantes dos poderes públicos); sustentar a ideia de sindicatos fortes e ricos, recorrendo à beneficência como forma de assegurar o número de associados e a entrada de recursos; tentar consolidar espaços de participação institucional, lançando candidatos próprios nas eleições parlamentares ou apoiando candidatos que se comprometam com a defesa de seus interesses. (BATALHA, 1989, p. 05-06).

Consoante Batalha (1989, p. 06), a historiografia tradicional recusa a compreensão histórica do reformismo, alegando a tese da “manipulação, por um Estado todo poderoso, de parcelas do movimento operário caracterizadas pela docilidade”. Em outras palavras, o reformismo é entendido pela historiografia tradicional como adesão consciente aos valores dominantes, logo, sua “consciência de classe” não é revolucionária. Todavia, não ter uma

²⁴ Modalidade de sindicalismo que surgiu no Brasil após a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, na qual os sindicatos subordinavam-se ao controle deste ministério. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; CENTRO DE PESQUISAS E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2010).

“consciência de classe” revolucionária não significa que os reformistas são desprovidos de qualquer forma de “consciência de classe”. Ao contrário, apresentam uma outra “consciência de classe”, pois “mesmo que a crítica ao capitalismo assuma por vezes uma forma radical, o fundamental da ação reformista visa combater os males do capitalismo e não superá-lo, ou melhor, destruí-lo”. (BATALHA, 1989, p. 12).

Outro avanço ocorrido na historiografia se deu no âmbito da história do trabalho, com implicações na própria concepção de trabalhador. Batalha (2006) indica que foram muitas e significativas as conquistas desta historiografia, desde o final dos anos 1990, embora afirme que é preciso avançar na reflexão metodológica. Assim explica:

Houve ganhos no volume e na qualidade da pesquisa produzida, com reflexos evidentes nas publicações, na variedade dos temas abordados, na construção de espaços institucionais e acadêmicos para a história do trabalho. Sem esta última, dificilmente esse campo de estudos teria o espaço que hoje tem nos periódicos especializados e nos encontros científicos da disciplina.

Eu diria que a história do trabalho passou por um processo de ampliação no que diz respeito aos temas e de abertura no que diz respeito às abordagens e enfoques. Essas mudanças possibilitaram seu retorno ao primeiro plano da produção acadêmica, fugindo ao ostracismo a que fora relegada e contrariando as previsões de sua morte anunciada nos anos 1990. (BATALHA, 2006, p. 88-89).

O alargamento do conceito de trabalhador, o surgimento de outros recortes para além da classe social (como gênero, raça, etnia), a ampliação dos limites cronológicos e dos recortes geográficos²⁵, entre outros avanços, possibilitaram o desenvolvimento de estudos sobre uma gama de processos e práticas operárias, como, por exemplo, a própria análise da ação dita reformista (associações mutualistas, de beneficência, “sindicatos amarelos”, etc.). Esses desdobramentos foram possíveis, entre outros motivos, devido aos diálogos com a

²⁵ Como exemplo da ampliação dos recortes geográficos destaco, na *Revista Brasileira de História*, em dossiê “Trabalho e Trabalhadores” (2012), dois artigos: “‘Não trabalhou por que não quis’: greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948)”, de Antonio Luigi Negro, sobre greve no setor têxtil da Bahia, em 1948, e consequente processo na Justiça do Trabalho após queixa patronal; e “Os mineiros de carvão, seus patrões e as leis sobre trabalho: conflitos e estratégias durante a Segunda Guerra Mundial”, de Clarice Gontarski Speranza, que problematiza o conflito entre trabalhadores de minas de carvão e patrões, em 1943. No dossiê “Mundos do Trabalho”, da *Revista Estudos Históricos* (2016), evidenciam-se os textos “Nas tramas do cotidiano: experiências de jovens e mulheres trabalhadoras na indústria têxtil de Blumenau (1958-1968)”, de Cristina Ferreira, que examina as relações entre normas e práticas de jovens e mulheres trabalhadoras da indústria têxtil em Blumenau entre 1958 e 1968; e “O tal de natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963”, de Pablo Francisco de Andrade Porfirio, que analisa a luta por direitos trabalhistas na região a partir do assassinato de cinco trabalhadores rurais, em 1963. Finalmente, a revista *Mundos do Trabalho* (do Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho, da Associação Nacional de História), traz dossiês sobre gênero, movimentos sociais rurais e urbanos, trabalhadores e ditadura, saúde e medicina na América Latina, experiências indígenas, trabalho e trabalhadores da mineração, biografia e história do trabalho. Esses temas são analisados sob diferentes perspectivas e com produções científicas originárias de diferentes localidades do país.

história social inglesa e com as proposições de Thompson (1924-1993), colaborando para a superação do tradicional paradigma revolucionário. Nesse processo, foi fundamental a ampliação da concepção de fontes históricas, e novos olhares foram lançados.

Na recém-fundada República brasileira, sem tardar, o Estado mostrou sua capacidade repressora na “expulsão, sem processo, de operários estrangeiros acusados de anarquismo, determinada por Floriano Peixoto, com base no Código Penal de 1890”. (BATALHA, 2000, p. 38). Embora as associações operárias, em geral, e a maior parte das greves ocorridas no final do século XIX apresentassem características mutualistas, já naquele tempo, socialismo e anarquismo (em suas diversas vertentes) tornaram-se possibilidades de fonte de organização dos trabalhadores.

No início do século XX, houve avanço dos movimentos reivindicativos em decorrência da expansão econômica (principalmente a partir de 1903) e da multiplicação de organizações operárias “voltadas para a resistência, isto é, para a luta sindical”. (BATALHA, 2000, p. 39). Essas associações surgiram em decorrência de greves ou eram anteriores a elas,

(...) em todo caso, nasceram em momentos de mobilização das categorias que as criaram. Desse modo, categorias inteiras que não haviam passado por experiências prévias de organização formaram sociedades. Em São Paulo, por exemplo, houve aumento significativo do número de greves nos primeiros anos do século com relação ao período precedente; em contrapartida verificou-se um incremento na organização dos trabalhadores em sociedades de resistência. (BATALHA, 2000, p. 39).

Nesse contexto de expansão do movimento operário, várias greves se sucederam e foi organizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, pela Federação Operária Regional Brasileira (que deu origem, posteriormente, à Federação Operária do Rio de Janeiro, FORJ). O congresso aconteceu em abril de 1906, no Centro Galego, Distrito Federal, com 28 delegações oriundas do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Pernambuco. Esse evento se caracterizou por apresentação de proposições sindicalistas revolucionárias, tendo como orientação interventora a denominada via de ação direta (greves, boicotes, sabotagens, etc.), colocando na agenda do movimento operário a luta pela jornada de oito horas de trabalho. Também no mesmo Congresso, foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB), com o objetivo de direcionar os rumos do movimento operário brasileiro. Batalha (2000) denota que não havia um pensamento homogêneo da função e aplicabilidade do sindicato no movimento operário, visto que diferentes grupos atribuíam significados diversificados para a sua ação. Dentre esses, destacava-se um que entendia o sindicato como

meio de ação operária, e outro que o via como objetivo e fim último da organização operária.

No Brasil, (...) o que prevalece desde as resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906 é a receita do funcionamento prático do sindicato desburocratizado, autônomo e voltado primordialmente para a resistência, ou seja, para a luta econômica. Assim, para a maioria da liderança anarquista, que defendia a participação nos sindicatos, não havia nenhuma incompatibilidade entre seu próprio programa de longo prazo e a adoção, no dia-a-dia da luta sindical, do sindicalismo revolucionário. Esta se torna, portanto, a forma de ação adotada pelos anarquistas no meio sindical, sem que isso significasse que a atuação desses anarquistas estivesse restrita ao sindicato.

No entanto, se o sindicato se torna campo de ação para mais de uma corrente anarquista e o sindicalismo revolucionário fornece o programa e a prática de aplicação possível, isso não significa que não existissem aqueles que tinham esse programa e essa prática como objetivo – isto é, aqueles que não viam o sindicalismo revolucionário apenas como um recurso tático, assumindo integralmente essa versão brasileira do projeto francês, que era sem dúvida mais sindicalista que revolucionária. Esses sindicalistas podem ser encontrados sobretudo entre aqueles que, na falta de um termo mais adequado, podemos chamar de “quadros intermediários” do movimento operário, que tem uma ação muito mais voltada para suas categorias profissionais, atuando quase que exclusivamente nos seus sindicatos. (BATALHA, 2000, p. 30-31).

As divergências no que diz respeito à ação do sindicato no movimento operário estão presentes nas resoluções desse Congresso, as quais, de acordo com Pinheiro e Hall (1979), em trabalho que apresenta documentos relativos ao movimento operário, eram mais sindicalistas que revolucionárias. Os referidos autores afirmam, ainda, que:

Apesar de endossar entusiasticamente a ideia de ação direta e de sindicatos compostos de minorias militantes, e apesar de criticar os partidos e a participação política, é mencionada apenas de passagem a greve geral, então a pedra de toque da teoria sindicalista revolucionária. A destruição do Estado e a construção da sociedade do futuro (...) não foram discutidas naquelas resoluções. (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 41).

A partir de 1908, verificou-se um refluxo do movimento operário, em decorrência da repressão estatal (publicação em 1907 e efetivação da Lei Adolfo Gordo que expulsou estrangeiros envolvidos com a militância operária) e da retração da economia nacional. Em 1912, o movimento foi retomado com a eclosão de greves em diferentes pontos do país, inclusive em Belo Horizonte. Em geral, os trabalhadores em greve lutavam pela jornada de oito horas de trabalho. Com o mesmo objetivo, foi deflagrada greve em Juiz de Fora, em agosto de 1912, a qual, segundo Batalha (2000, p. 46), “pode ser considerada a mais importante do período (...), envolvendo várias categorias e assumindo as dimensões de uma greve ‘quase geral’. Esta paralisação teve desenlaces desiguais nas diferentes categorias e

empresas, mas de modo geral não viu atendida sua reivindicação principal”.

Ainda em 1912, foi realizado o Quarto Congresso Operário Brasileiro, no Palácio Monroe, sede do Senado Federal, organizado pela Liga do Operariado do Distrito Federal, reunindo trabalhadores e alguns políticos. Nesse cálculo, os congressos socialistas de 1892 e 1902 foram considerados os dois primeiros, sendo o terceiro o Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906. O argumento para a realização do quarto congresso operário foi uma entrevista realizada com o deputado (pelo estado da Bahia) Mário Hermes, que o sugeria com o objetivo de discutir as necessidades da classe, objetivando ações legislativas em prol dos trabalhadores. O deputado era “integrante do grupo militar que apoiava o governo e filho do presidente da República” (BATALHA, 2000, p. 46), Hermes da Fonseca (1910-1914). Com base nessas relações, entende-se tanto a localidade escolhida para sediar o congresso, o Palácio Monroe, quanto as passagens gratuitas, da Estrada de Ferro Central do Brasil, oferecidas aos delegados.

Segundo Batalha (2000, p. 46), participaram do congresso 74 delegações de 13 estados, “o melhor resultado em abrangência dentre os congressos operários nacionais da Primeira República”. De Minas Gerais, tomaram parte cerca de 20 associações operárias, das quais dez eram de Belo Horizonte: Federação do Trabalho, Confederação Operária do Estado de Minas Gerais, Sociedade Operária de Belo Horizonte, Sociedade dos Pedreiros e Anexos, Sociedade dos Operários em Madeira, Sociedade dos Operários Pintores, Sociedade dos Operários em Metais, Sociedade dos Sapateiros e Afins, Sociedade dos Empregados no Comércio e Sociedade dos Artistas Alfaiates. De acordo com Batalha, esse evento,

Além de aprovar a criação da Confederação Brasileira do Trabalho (...) e condenar a lei de expulsão de estrangeiros, o congresso ratificou moções já aprovadas em outros congressos referentes à jornada de trabalho de oito horas de trabalho, ao descanso semanal obrigatório, à indenização das vítimas de acidentes do trabalho, à regulamentação do trabalho de crianças e mulheres nas fábricas etc. (BATALHA, 2000, p. 46-47).

No ano seguinte, em setembro de 1913, em resposta e condenando o Quarto Congresso Operário, tido como reformista em virtude da colaboração de alguns políticos, a COB organizou o Segundo Congresso Operário Brasileiro que, em grande medida, retomou as resoluções do Primeiro Congresso, tal como o reforço da ação direta enquanto artifício de luta, além de ter se posicionado contra o cooperativismo, o mutualismo e o sindicalismo católico. O congresso ocorreu no Centro Cosmopolita, no Rio de Janeiro, com a participação

de 59 associações operárias e representantes de quatro jornais operários. De Belo Horizonte, participaram: Sindicato dos Pedreiros, Sindicato dos Carpinteiros e Centro Operário Sindicalista.

Mas o auge da mobilização operária na Primeira República, conforme Batalha (2000), se deu entre 1917 e 1922. Em julho de 1917, foi deflagrada greve geral em São Paulo e várias outras se irromperam no Rio de Janeiro. Além disso, “diversas greves foram desencadeadas na Paraíba e greves ferroviárias ocorreram no sul de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul (e novamente em outubro, no caso desse último estado)”. (BATALHA, 2000, p. 52-53). Embora o patronato estivesse mais organizado e associado aos aparatos repressivos, movimentos grevistas transcorreram também em 1919 em diferentes locais: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em geral, lutavam pela jornada de oito horas de trabalho e aumento salarial.

Em abril de 1920, efetuou-se o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, novamente organizado pela COB, considerado o mais amplo dos três congressos por reunir diferentes correntes do movimento operário e que, pelo esforço em desideologizar algumas questões, refletia “a experiência recente do movimento”. (BATALHA, 2000, p. 57).

Inevitavelmente – independente do que pretendiam seus idealizadores – refletiu de certa maneira, as mudanças ocorridas no próprio movimento sindical a partir de 1917, com a presença crescente de um sindicalismo industrial de massa, menos ideológico e mais pragmático do que o sindicalismo de ofício dos trabalhadores qualificados que marcara o movimento operário anteriormente. (BATALHA, 2000, p. 57).

Batalha (2000) aponta para um novo ciclo de instabilidade do movimento operário iniciado na década de 1920, o que contribuiu para o fortalecimento de organizações católicas entre o operariado.

As principais correntes ideológicas até então presentes no movimento passam por mudanças ao longo dos anos 1920: o socialismo, ideologicamente vinculado à Segunda Internacional – mesmo que não existisse qualquer ligação mais sólida –, praticamente desaparece no movimento operário; o sindicalismo reformista associa-se, cada vez mais, a reivindicações setoriais específicas, ao passo que politicamente torna-se mais conservador; já o anarquismo tende a assumir um caráter mais ideológico, inclusive dentro dos sindicatos, à medida que o sindicalismo revolucionário vai declinando. Não chega a ser surpreendente, neste contexto, a multiplicação das iniciativas e organizações católicas no meio operário. (BATALHA, 2000, p. 58).

É fundamentado nessa crise ideológica, que Batalha (2000, p. 58) discute a

participação de ex-anarquistas e ex-sindicalistas revolucionários na fundação do PCB em 1922, visto que “muitas das referências que os militantes tinham até então deixaram de fazer sentido”.

Entre 1922 e 1926, como consequência do levante tenentista²⁶, foi decretado estado de sítio com fechamento de vários sindicatos. Em contrapartida, durante a presidência do mineiro Artur Bernardes (1922-1926), algumas leis trabalhistas foram publicadas, frente a uma mobilização internacional de indústrias com a finalidade de homogeneizar a exploração do trabalho e, com isso, evitar diferenças na competição pelo mercado,

(...) uma vez que a adesão do Brasil ao Tratado de Versailles, com o fim da I Guerra Mundial, e sua participação nas Conferências Internacionais do Trabalho, organizadas pelo Birô Internacional do Trabalho, supunham a aplicação das medidas referentes aos direitos trabalhistas propostas nessas reuniões internacionais. Além disso, em 1925 o Brasil aspirava ocupar uma cadeira permanente no conselho de administração da Sociedade das Nações, o que dependia da boa imagem do país. (BATALHA, 2000, p. 60).

Essas leis faziam parte de uma dinâmica estatal em relação aos trabalhadores e seu movimento, que oscilava entre “a repressão brutal e o início da formação de uma legislação reguladora das relações produtivas”. (BILHÃO, 2013, p. 42). Nesse contexto, em 1923, foi publicada a lei Eloy Chaves, que criou caixas de aposentadorias e pensões dos empregados ferroviários, e entrou em funcionamento o Conselho Nacional do Trabalho. Em 1925, foi editada a lei de férias para trabalhadores do comércio e da indústria “que previa quinze dias de férias anuais aos trabalhadores do comércio e da indústria e a que limitava o trabalho de menores. Entretanto, a lei de férias dependia de regulamentação e até 1930 não havia sido aplicada ao setor industrial”. (BILHÃO, 2013, p. 42).

No ano seguinte, em 1926, houve uma retomada da organização dos trabalhadores, particularmente com o Bloco Operário (depois Bloco Operário e Camponês, BOC)²⁷ do PCB, que elegeu Azevedo Lima²⁸ intendente pelo Distrito Federal. O BOC foi a expressão legal do

²⁶ O movimento tenentista ocorreu na década de 1920, envolvendo jovens militares de baixa e média patente do Exército que contestavam o governo oligárquico e defendiam algumas reformas, como o fim do voto aberto, a instauração do voto secreto, a reforma no sistema educacional público, etc. Entre os principais acontecimentos desse movimento, destacam-se a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922; a Revolta Paulista, em 1923; a Comuna de Manaus, em 1924; e a Coluna Prestes, entre 1925 e 1927.

²⁷ Criado em 1926, o Bloco Operário era uma frente eleitoral que objetivava as eleições legislativas do Rio de Janeiro no ano seguinte, 1927. Em 1928, transformou-se em Bloco Operário e Camponês, BOC, a fim de agregar os camponeses à luta político-partidária. O BOC foi extinto em 1930.

²⁸ João Batista de Azevedo Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1888, formou-se em Medicina, com especialidade em fisiologia. Foi vereador (1917-1920) e deputado federal do Distrito Federal (1921-1923, 1924-1926, 1927-1929).

PCB quando este foi posto na ilegalidade, em 1927. Nesse período, outras iniciativas se desenvolveram: no Rio de Janeiro, em 1927, comunistas realizaram um congresso que originou a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, e anarquistas restabeleceram a FORJ; em 1929, por meio de um congresso nacional, os comunistas criaram a Confederação Geral do Trabalho do Brasil.

Concomitantemente à retomada do movimento operário nesse período, medidas repressoras foram intensificadas: impedimento de manifestações, invasão e fechamento de sindicatos e jornais, etc. Isso, somado à recessão mundial e ao desemprego generalizado, colaborou para a desorganização do movimento operário autônomo a contar de 1929.

1.2 O acesso à educação e o lugar destinado aos trabalhadores no processo de construção da nova capital de Minas Gerais

O Congresso Mineiro, reunido em Sabará em 1893, decidiu pela mudança da capital de Minas Gerais, que, até esse momento, localizava-se na cidade de Ouro Preto. Os argumentos para essa alteração foram os mais distintos: desde a inadequação geográfica da antiga capital, até a necessidade de ajustamento ao novo regime político nacional, visto que Ouro Preto era considerada “atrasada”, símbolo do império e do escravismo. Vários locais foram designados e, após debates e disputas, o Congresso optou pelo então denominado Curral del-Rei, posteriormente, Belo Horizonte. Essa opção foi feita a partir de princípios da racionalidade científica, levando-se em conta a “lógica de custos menores e a lógica de espaço do futuro”. (VEIGA, 2002, p. 70).

Além disso, a escolha indicava uma questão político-econômica. Por encontrar-se localizada em uma região mais central, Belo Horizonte (antigo Curral del-Rei) era uma boa opção para favorecer o equilíbrio político e econômico, unindo diversas regiões econômicas de Minas Gerais²⁹. Nesse contexto, Dutra ressalta a emergência de novas forças econômicas no Estado como um dos fatores impulsionadores da transferência da capital:

A transferência da capital mineira de Ouro Preto para outro local não tinha outra razão a não ser retirar a capital da decadente e antiga zona de mineração para atender outras zonas mais dinâmicas economicamente, como a Mata e o Sul que se desenvolveram graças à produção e exportação de café. (DUTRA, 1988, p. 52).

²⁹ Houve intensa disputa entre cinco locais para a construção da capital de Minas Gerais. Além de Belo Horizonte, as outras possibilidades foram Barbacena, Juiz de Fora, Paraúna e Várzea do Marçal.

Em fevereiro de 1894, foi instituída a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) que, imediatamente, no mês seguinte à sua criação, deu início às obras da nova capital³⁰. As construções da época do arraial do Curral del-Rei foram demolidas, e delas “pouco ou quase nada restou”. (IGLÉSIAS³¹, 1987 *apud* MONTE-MÓR, 1994, p. 14-15). Em dezembro de 1897, durante o governo de Bias Fortes, a capital estabeleceu-se em Belo Horizonte, embora houvesse obras por fazer.

O projeto arquitetônico de Belo Horizonte estava em sintonia com os projetos de reformas urbanas, nacionais e internacionais do século XIX. Considerava as novas experiências sociais e urbanas a partir de um discurso racionalizador, que pretendia não apenas a configuração do espaço físico da cidade, em decorrência das novas relações de trabalho e produção, mas também a “projeção de seus habitantes nas formas de se fixarem material e culturalmente na nova cidade”. (VEIGA, 2002, p. 15).

Veiga (2002) também aponta a dimensão pedagógica da nova capital, onde práticas sociais tradicionais deveriam ser substituídas por outras, consideradas modernas:

Na discussão dos teóricos perpassava toda uma dimensão pedagógica: a localidade deveria inspirar possibilidades de uma educação ampliada em várias dimensões, quais sejam: consolidação das relações de apropriação e exploração da propriedade, ênfase da higiene em seu sentido tanto cultural como econômico, alocação e disponibilidade da mão de obra e problemas relativos a gastos públicos. Na nova cidade deveria surgir um novo cidadão. (VEIGA, 2002, p. 61).

Mas esse novo cidadão originado a partir da constituição da nova cidade deveria ser alocado em um lugar social e político determinado. Nesse sentido, a própria planta da cidade de Belo Horizonte funcionava como delineadora da vida das pessoas. Cada uma das zonas da cidade (urbana – limitada pela Avenida do Contorno –, suburbana e rural) apresentava lógica e objetivos definidos segundo a concepção dos engenheiros da CCNC.

Os maiores investimentos em infraestrutura (ruas, avenidas, parques, edifícios) ocorreram na zona urbana. Já na zona suburbana, praticamente não houve investimentos, sendo que “a maioria da população localizada nos subúrbios é constringida pela situação espacial e social, onde a carência de equipamentos básicos vai se fazer presente”. (VEIGA, 2002, p. 122-123).

³⁰ A CCNC foi extinta em 1898, no ano seguinte a inauguração da nova capital. As obras inacabadas da cidade foram assumidas pela Secretaria da Agricultura.

³¹ IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória e significado de Belo Horizonte. In: *Memória da Economia da Cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: BMG, 1987.

A aposta dos engenheiros era a de que a cidade cresceria da zona urbana para a suburbana, ou seja, o projeto de civilização inerente à zona urbana se expandiria com o crescimento da cidade de dentro para fora. Contudo, contrariando os planos e expectativas dos técnicos, o crescimento de Belo Horizonte ocorreu da zona suburbana para a urbana, frustrando a perspectiva pedagógica e disciplinar a partir do centro da cidade e das elites que o habitavam³².

A planta da cidade de Belo Horizonte, bem como o processo de construção da capital, tornou explícita uma concepção urbana na qual se complementam uma monumentalidade dos espaços físicos e edificações centrais com a prática de expulsão de grande parte da população para os subúrbios na intenção de dar lugar ao novo. No que se assemelhou às orientações de outras reformas empreendidas no final do século XIX. Essas práticas expuseram com ênfase questões anteriores, entre elas, sem dúvida, o crescente processo de desqualificação social, político e econômico enfrentado pelas camadas pobres e trabalhadoras que, por meio de uma também crescente mobilização, lutaram pelos seus direitos e espaços na sociedade. Dessa forma, o projeto de cidadania e cultura expresso nos projetos urbanos disse respeito à demarcação dos lugares físicos, econômicos, sociais e culturais dos diversos sujeitos sociais de forma a resguardar e fazer sobressair os espaços da civilização enquanto paradigma da sociedade moderna. Não obstante, trouxe com ênfase a justificativa da irracionalidade e da incivilidade como impedimentos para que grande parte da população tivesse acesso à propriedade e aos demais direitos políticos e sociais. (VEIGA, 2002, p. 157).

Para a construção da nova capital, foi necessário empregar mão de obra hábil e suficiente, o que evidenciou a importância dos operários, muitos dos quais migrantes de outras regiões de Minas Gerais, do país e de outros países. A crise cafeeira no estado foi responsável por disponibilizar um contingente de mão de obra que migrou de áreas em decadência econômica para locais mais promissores, em desenvolvimento, como era o caso de Belo Horizonte. Se, em 1899, registrava-se população de 12 mil habitantes (PENNA, 1997, p. 60), em 1929, era de 108.849 mil (PENNA, 1997, p. 234).

Os imigrantes europeus foram importantes sujeitos para o povoamento da nova capital. Conforme Le Ven (1977), quando a cidade foi inaugurada, em 1897, já estavam instaladas cerca de vinte famílias com 106 sujeitos de origem estrangeira, dos quais 71 italianos, 19 espanhóis, 10 austríacos, quatro alemães e dois franceses. De acordo com Passos (1991, p.

³² Segundo Aguiar (2006), Belo Horizonte permaneceu com centro esvaziado e periferia com maior densidade populacional até a década de 1970. O recenseamento de Belo Horizonte de 1912 corrobora essa questão (até o ano de 1912) ao apresentar os seguintes dados: em 1906, a população da zona urbana era de 7.694 habitantes, ao passo que a zona suburbana e colônias somavam a cifra de 9.921; já em 1912, a zona urbana era composta de 12.033 habitantes, e 26.789 as demais zonas. (BELO HORIZONTE. Recenseamento: iniciado em 12 de novembro de 1911 e terminado em junho de 1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912).

11), “houve uma política migratória, no Estado de Minas, por meio da Lei nº 32, de 18 de julho de 1892. Em março de 1893, foi regulamentada a vinda de imigrantes para o Estado, pelo decreto nº 612, de 6 de março de 1893”. Nelson de Senna, em anuário estadual datado de 1909³³, afirmava a existência de elevado número de estrangeiros em Belo Horizonte, principalmente italianos, que equivaliam a cerca de cinco mil. Segundo recenseamento municipal de 1912³⁴, dos 38.822 habitantes de Belo Horizonte, 4.381 eram estrangeiros (11,3%), correspondendo 2.963 a italianos (67,67%), seguidos de portugueses (12%), espanhóis (7,63%) e turcos (4,75%). Já em 1921, o Anuário Estatístico de Minas Gerais³⁵ indicava que 8,4% da população da cidade era estrangeira em 1920.

Esses imigrantes residiam em núcleos coloniais agrícolas³⁶, localizados no entorno da área urbana, abastecendo a cidade de mercadorias e mão de obra qualificada do setor da construção civil, atividade importante para a construção da capital³⁷.

Apesar de se ocuparem das obras de Belo Horizonte, o planejamento da cidade não favorecia a fixação da residência dos operários dentro do perímetro urbano por dois motivos. Primeiro, porque o planejamento da cidade apresentava uma avenida, a Avenida 17 de Dezembro, atual Avenida do Contorno, como uma espécie de limite urbano e sanitário, que separava o centro da periferia, as elites das classes trabalhadoras, sendo o trabalhador um morador/ocupante: residia além do perímetro urbano, todavia era mão de obra empregada nas obras da capital. Veriano (2001, p. 74) afirma que “o trabalhador de Belo Horizonte é, ao mesmo tempo, seu construtor e morador/ocupante, portanto um segmento temporário no decorrer do desenvolvimento da cidade, na visão do poder público”. Segundo, porque o governo planejou e estabeleceu lugares de moradia para cada setor da população, sendo os lotes da área urbana destinados aos funcionários públicos e antigos moradores de Ouro

³³ MINAS GERAIS; SENNA, Nelson de. *Anuário Histórico-Corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1909.

³⁴ BELO HORIZONTE. *Recenseamento*: iniciado em 12 de novembro de 1911 e terminado em junho de 1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.

³⁵ MINAS GERAIS; SECRETARIA DA AGRICULTURA. *Anuário Estatístico de Minas Gerais – Ano I – 1921*. Volume III. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1925.

³⁶ Em 1895, foi criada a primeira colônia agrícola na Fazenda do Barreiro, abolida em 1899. As colônias Carlos Prates e Américo Werneck (antiga Córrego da Mata) surgiram em 1896 e foram implementadas em 1898. Já os núcleos coloniais Afonso Pena, Bias Fortes e Adalberto Ferraz instituíram-se em 1899.

³⁷ Gouvêa e Nicácio (2016, p. 386) afirmam que “o plano arquitetônico referenciado em padrões estéticos Art Nouveau demandava mão de obra especializada. Assim é que praticamente 50% dos operários envolvidos na construção da capital era constituída por imigrantes, com predomínio de italianos com experiência em construção civil”.

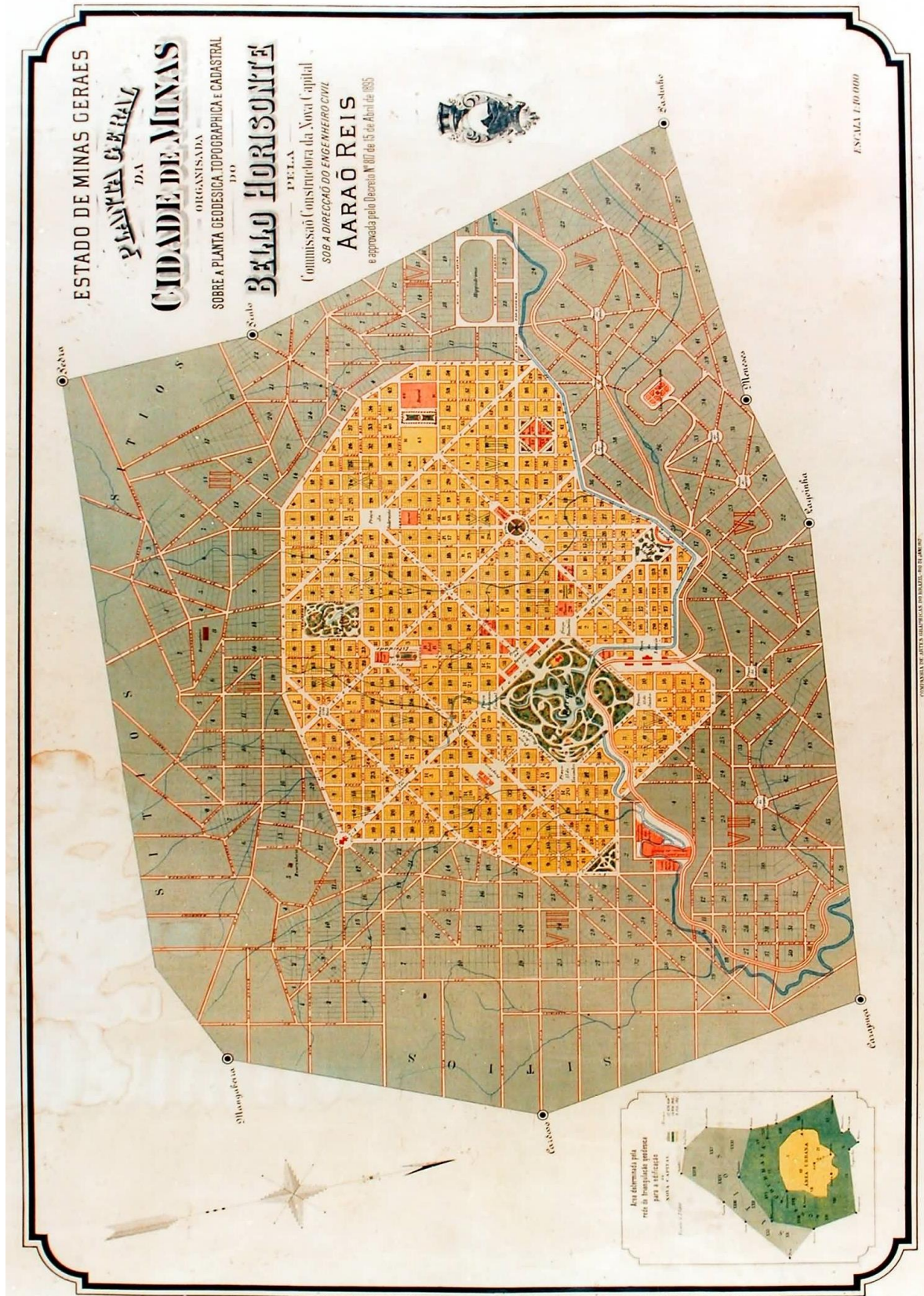
Preto³⁸, cujos elevados preços e “as exigências feitas aos que os adquirissem oneravam ainda mais o comprador que deveria ter boas condições financeiras para fazê-lo, o que não possuíam, é claro, os imigrantes e migrantes aqui chegados”. (DUTRA, 1988, p. 57). Os funcionários públicos, por sua vez, eram avaliados como sujeitos que apresentavam perfil adequado à fixação de suas residências na área urbana:

Diversos estudos que abordam a fase inicial de constituição da cidade apontam, nos discursos da época, referências ao tipo de população que seria considerada adequada e condizente com a imagem de cidade que se queria cunhar. Assim, por exemplo, os habitantes do Curral Del Rey, bem como os que trabalhavam na construção da cidade, ou os pobres em geral não se enquadravam na categoria acima. Já aos funcionários públicos seriam desenvolvidos projetos habitacionais segundo uma tipologia que variava de acordo com a própria hierarquia do funcionalismo. (MOURA, 1994, p. 51).

Na figura 1 observa-se a Avenida do Contorno, que separava a área urbana – centralizada, com traçado simétrico, ruas, avenidas, lotes e quarteirões bem distribuídos – da área suburbana, com vias estreitas e lotes irregulares, “localizava-se em terreno mais acidentado, de recorte irregular, apresentando sete praças, três avenidas e 168 ruas”. (VEIGA, 2002, p. 109). A área rural, reservada para a composição de um “cinturão verde” em torno da cidade, não estava representada na planta.

³⁸ 1.143 lotes foram doados na área urbana aos funcionários públicos e ex-proprietários em Ouro Preto e Curral del-Rei. (LE VEN; NEVES, 1996, p. 78).

Figura 1 – Planta geral da Cidade de Minas



Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, 1895.

O afastamento da moradia dos pobres e operários da zona urbana de Belo Horizonte indicava a logicidade da urbe: por um lado, cidade símbolo do progresso, do pensamento positivista e da ruptura com o passado colonial; por outro, reforçava uma ordem social excludente e segregacionista. De modo geral, os trabalhadores residiam nos subúrbios da capital mineira, visto que “não reservaram áreas no espaço urbano para as camadas populares, excluindo, assim, de antemão, os operários construtores da Capital e outros que para cá vieram a partir da fundação da cidade”. (LE VEN³⁹, 1977 *apud* BUÉRE, 1997, p. 75).

Para exemplificar esse caráter segregacionista da construção de Belo Horizonte, basta mencionarmos que a primeira vila operária criada pelo governo foi formalizada somente em 1909, 12 anos após a inauguração de Belo Horizonte⁴⁰. Já as colônias agrícolas da zona rural, igualmente secundarizadas pelo poder público, foram incorporadas aos poucos pela zona suburbana e oficialmente extintas nos anos de 1911 e 1912, “sendo os lotes divididos, criando-se vilas que permitissem a ocupação por uma população maior, que não tinha como arcar com os preços dos lotes da região urbana”. (GOUVÊA; NICÁCIO, 2016, p. 387).

A partir do processo de construção da capital, da necessidade e das formas de utilização da mão de obra, e da exclusão dos trabalhadores das experiências e benefícios da zona urbana da cidade, entende-se a organização do operariado em associações com as mais diversas finalidades: socorro mútuo, cooperativas, sindicatos, associações de classe. Em geral, estas visavam proteger e defender os trabalhadores quando não havia leis que os amparassem, além de reivindicar o direito de morar e ocupar diferentes espaços da cidade, visto que o planejamento inicial idealizado pelos construtores não considerava sua presença na moderna área urbana. Conforme Amaral (2007, p. 43), os trabalhadores organizados reivindicaram moradias, e a pressão exercida por eles “fez com que a prefeitura começasse a formalizar áreas para a criação de moradias para os operários, já nos primeiros anos após a inauguração da cidade”.

Junto às demandas por habitação, ocorriam reivindicações por outros direitos sociais, como escolas públicas. Apesar de prevista no projeto arquitetônico de Belo Horizonte, a estrutura escolar da instrução pública somente se organizou após sua inauguração e, principalmente, no início do século XX, com o surgimento dos grupos escolares durante o

³⁹ LE VEN, Michel Marie. *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte - 1893-1914*. Belo Horizonte: UFMG, 1977 (Dissertação de mestrado em Ciência Política).

⁴⁰ Essa vila operária foi criada por meio do decreto nº 2.486, e estava situada em região conhecida como Barro Preto, na zona suburbana de Belo Horizonte.

governo de João Pinheiro (1906-1910) pela Reforma do Ensino Primário e Normal, de 1906.

Até 1906, Belo Horizonte contava com algumas escolas privadas “que receberam doação de terrenos e outros subsídios, oito cadeiras urbanas, quatro do sexo feminino e quatro do masculino, 5 cadeiras mistas nas colônias e nenhuma na zona suburbana”. (GOUVÊA; NICÁCIO, 2016, p. 388). Entretanto, a ausência de escolas públicas na zona suburbana não impedia que as crianças frequentassem aulas em escolas de outras zonas. Ao contrário, dados levantados por Faria Filho (2000) e Gouvêa e Nicácio (2016) indicam que as crianças do subúrbio, no início do século XX, frequentavam tanto as escolas públicas urbanas quanto as das colônias agrícolas.

A reforma de João Pinheiro e a introdução de grupos escolares na cidade coadunava com a ideia de formar “um povo instruído e regenerado para a nova vida”. (VEIGA, 2002, p. 310). Os seus pressupostos se relacionavam ao ideário republicano brasileiro, segundo o qual a “escola é concebida como instrumento de civilização, o ensino público é avaliado como padrão para se medir o progresso e a moralidade de um povo, a instrução é base fundamental para o verdadeiro progresso social (...)”. (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2013, p. 131-132).

Essa reforma de ensino, ao criar os grupos escolares, redefiniu o ensino primário e, por conseguinte, reinventou a escola em Minas Gerais. (FARIA FILHO; NOGUEIRA, 2011, p. 538). Ademais, buscou ser uma alternativa às escolas isoladas – tidas como atrasadas e materialmente precárias – ao instituir os grupos escolares em Minas Gerais, cuja materialidade (suntuosidade dos prédios dos grupos escolares, boa localização, mobiliário e métodos modernos, turmas seriadas, professores adequados, fiscalização profissional, etc.) era “um espetáculo de racionalidade e de civismo”. (VEIGA; FARIA FILHO, 1997, p. 216)⁴¹.

De acordo com Veiga (2002, p. 330), “a hierarquização da ocupação da cidade corresponde à hierarquização do acesso ao saber”, o que significa dizer que o próprio ordenamento urbano de Belo Horizonte interferiu na abertura de grupos escolares, que seguiram a lógica da racionalidade, partindo do centro (zona urbana, destinada as elites) em direção à periferia (zona suburbana, em geral, ocupada por pobres e trabalhadores).

Seguindo esse pressuposto, entre 1907 e 1910, Belo Horizonte contava com três

⁴¹ Schueler, Sá e Ferro (2013) apontam que, a despeito da defesa, nos discursos dos presidentes dos estados brasileiros, dos grupos escolares como a mais moderna forma de escola primária, esta se manifestou timidamente até a década de 1920, momento em que as escolas isoladas ainda eram maioria. As autoras revelam, também, a título de exemplificação, a existência de 171 grupos escolares e 1.566 escolas isoladas em Minas Gerais no ano de 1922.

grupos escolares localizados na zona urbana: Barão do Rio Branco (1907)⁴², Afonso Pena (1907) e Cesário Alvim (1909)⁴³. A partir de 1911, foram surgindo alguns grupos fora da zona urbana central, sendo o primeiro, em 1911, o quarto grupo escolar, Francisco Sales, construído no Barro Preto, naquele tempo um bairro operário, que se localizava no limite entre a zona urbana e suburbana⁴⁴. Faria Filho (2000) sublinha o fato de haver diferenciação entre o estabelecimento de grupos escolares na área central e nas áreas periféricas:

Ao que tudo indica, não por acaso, os grupos escolares da periferia da capital, lugar dos casebres e pardieiros, ao serem organizados, não parecem ter contado com grandes preocupações das autoridades republicanas em dotá-los de boas condições de funcionamento. (FARIA FILHO, 2000, p. 42).

Evidencia-se que a criação dos grupos escolares em Belo Horizonte não pretendeu substituir a fundação de escolas isoladas e reunidas⁴⁵, principalmente nas regiões mais afastadas do centro e, por isso, mais carentes de recursos públicos e equipamentos urbanos.

As escolas isoladas foram secundarizadas, ainda que reconhecidas como necessárias no provimento da instrução, sendo objeto de políticas que buscaram garantir sua permanência diante da impossibilidade de se estender a escola graduada a toda a população escolar do estado, mesmo a da capital. (GOUVÊA *et al.* 2016, p. 333-334).

Percebe-se que os maiores investimentos em escolas e outros equipamentos urbanos modernos ocorreram na região central da cidade, local não residido por trabalhadores. De acordo com Faria Filho (2000), contrariando o que as elites e os próprios teóricos da educação defendiam, os dados corroboram o interesse da população mais pobre de Belo Horizonte pela

⁴² O Grupo Escolar Barão do Rio Branco funcionou até 1914, onde atualmente está localizada a Escola Estadual Afonso Pena, na Avenida João Pinheiro (dentro da antiga zona urbana da capital mineira, aproximadamente a dois quilômetros de distância da Avenida do Contorno). A partir desta data foi transferido para prédio próprio, na Avenida Getúlio Vargas (também localizada na zona urbana).

⁴³ O prédio do Grupo Escolar Cesário Alvim foi inaugurado em 1930. Antes disso, funcionou provisoriamente em outros locais.

⁴⁴ Grupos escolares que foram criados fora da zona urbana: Grupo Escolar Barão de Macaúbas (1914), no Floresta; Grupo Escolar Bernardo Monteiro (1914), no Calafate; Grupo Escolar Henrique Diniz (1914), no Santa Efigênia; Grupo Escolar Silviano Brandão (1914), no Lagoinha; Grupo Escolar Sandoval de Azevedo (1928), no Horto; Grupo Escolar Mariano de Abreu (1929), no Cachoeirinha; Grupo Escolar Lúcio dos Santos (1929), no Carlos Prates; Grupo Escolar Diogo de Vasconcelos (1930), no Floresta; Grupo Escolar Flávio dos Santos (1930), no Floresta; Grupo Escolar José Bonifácio (1930), no Santa Tereza; Grupo Escolar Professor Caetano Azeredo (1930), no Barro Preto; além de outros grupos escolares criados na zona urbana – Olegário Maciel (1925) e Pedro II (1926) – e das escolas isoladas e escolas reunidas dispersas pela cidade e que coexistiram junto aos grupos escolares.

⁴⁵ Modelo intermediário entre as escolas isoladas e os grupos escolares, as escolas reunidas eram resultado da reunião de escolas isoladas.

escola. Nas décadas posteriores à fundação da nova capital, quando as escolas eram insuficientes nas regiões periféricas, e mesmo depois, quando os grupos escolares já haviam se estabelecido nos subúrbios, as crianças de origem pobre e operária se faziam presentes nas escolas públicas centrais⁴⁶. Além disso, o referido autor afirma que a existência da própria escola evidenciava o interesse das camadas mais pobres da capital pela escola pública primária, já que

(...) o processo de criação de uma cadeira de instrução pública dependia, em grande parte, da necessidade explicitada pela população, da iniciativa de uma professora em começar a trabalhar com os alunos e, por fim, da boa vontade ou esperteza política de algum dirigente político local, interessado em adquirir prestígio junto à população. São inúmeros os indicadores indiretos de que a população explicitava essa necessidade e, mais ainda, de que as professoras começavam a trabalhar primeiro para depois se vincular ao Estado. Ou seja, a incorporação da cadeira ao sistema público de ensino significava, então, na maioria das vezes, o reconhecimento de um esforço e de um interesse já materializados em uma escola. (FARIA FILHO, 2000, p. 55).

No que diz respeito à instrução primária noturna para trabalhadores, segundo Faria Filho e Nogueira (2011), esta já existia em Minas Gerais desde o século XIX, sofrendo retração a partir dos anos finais do mesmo século, por meio das duas primeiras reformas educacionais (1892 e 1899), que praticamente eliminaram as escolas noturnas do Estado ao enfatizarem a escolarização da infância. A reforma de 1906 retomou a questão, embora somente em 1917 tenha sido criado o primeiro grupo escolar noturno do Estado, o Grupo Escolar Assis das Chagas⁴⁷.

De acordo com a Reforma João Pinheiro, regulamentada pelo decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906, era obrigação do governo a criação de escolas noturnas para adultos, desde que houvesse frequência mínima de 30 alunos. O decreto nº 3.191, de 09 de junho de 1911, que aprovou o regulamento geral da instrução do Estado, estipulou a duração dos cursos noturnos em quatro anos, com frequência mínima de 30 adultos, destinados a homens com idade entre 16 e 40 anos. (NOGUEIRA, 2012). De acordo com a pesquisa de Nogueira

⁴⁶ Em 1919, por exemplo, 140 alunos matriculados no Grupo Escolar Afonso Pena, localizado na região central de Belo Horizonte, eram de origem pobre, perfazendo 31% do total de alunos matriculados no estabelecimento. (FARIA FILHO, 2000).

⁴⁷ O Grupo Escolar Assis das Chagas foi criado pelo decreto nº 4.726, de 21 de março de 1917. Funcionou nas dependências do Grupo Escolar Cesário Alvim até 1937, depois foi transferido para as dependências do Grupo Escolar Olegário Maciel. O nome do grupo escolar foi uma homenagem a Francisco Assis das Chagas Rezende, advogado, nomeado para alguns cargos públicos, que atuou na educação mineira enquanto membro do Conselho Superior de Instrução Pública, em 1915, e membro, sócio-fundador, do Conselho Fiscal da Caixa Escolar Thomaz Brandão, do Grupo Escolar Cesário Alvim. (NOGUEIRA, 2006).

(2012), a despeito do perfil informado, em geral, crianças, jovens e adultos, de ambos os sexos, frequentavam as escolas noturnas, descumprindo o normativo de 1911. A autora afirma, ainda, que:

Em Minas, o que se pode perceber, entretanto, é que a presença das crianças trabalhadoras nas escolas noturnas não se constitui como problema social a ponto de deflagrar discussões sobre tal temática, ao contrário, essa presença foi tolerada por muitos anos e, por vezes, ocultada dos dados enviados à Secretaria. (NOGUEIRA, 2012, p. 167).

Ainda de acordo com Nogueira (2012), atrasos e/ou infreqüência eram justificados pelas professoras, diretoras e inspetores de ensino levando-se em conta a especificidade da condição dessas crianças, qual seja, trabalhadoras durante o dia, estudantes à noite. Nessa conjuntura, as associações operárias desempenharam um importante papel, já que algumas delas mantiveram escolas (diurnas e noturnas) destinadas aos trabalhadores e seus filhos, em suas sedes ou nos centros fabris⁴⁸. Dentre essas associações, podemos citar a Confederação Auxiliadora dos Operários, o Centro Confederativo dos Operários e a Confederação Católica do Trabalho. Faria Filho e Nogueira (2011) assinalam o papel dos trabalhadores no estabelecimento de escolas:

Agentes indispensáveis na promoção das mudanças e na reivindicação de seus direitos, articularam, para isso, uma intensa vida associativa, via organização e mobilização da classe trabalhadora, buscando na instrução e na educação os principais instrumentos de luta e defesa de seus direitos. (FARIA FILHO; NOGUEIRA, 2011, p. 553).

Ainda segundo Faria Filho e Nogueira (2011), essas escolas vinculadas às associações empreendiam, única e exclusivamente, a alfabetização desses operários, processo que objetivava a formação da classe para lutar pacificamente por seus direitos, não pretendendo, segundo Regimento Interno da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, ser lugar de doutrinação político.

⁴⁸ Desde meados do século XIX, empresários das indústrias têxteis mineiras se empenharam na educação de operários. Possivelmente, tal preocupação advém da quantidade de trabalhadores nas fábricas em idade escolar, bem como da obrigatoriedade escolar imposta por lei. (NOGUEIRA, 2012).

1.3 Um movimento operário “dócil e dentro da ordem”: considerações em relação às condições de trabalho e moradia e às especificidades do movimento operário belo-horizontino (1897-1930)

O movimento operário em Belo Horizonte surgiu quase ao mesmo tempo em que a cidade era construída, devido ao afluxo de trabalhadores à localidade, “quando se fez necessária a contratação de trabalhadores especializados, artífices para trabalhar nas diversas construções da nova cidade”. (DUTRA, 1988, p. 115). Posteriormente, no início do século XX, com a redução das obras, “os trabalhadores foram absorvidos por outros setores da economia que se desenvolviam na cidade, como a indústria têxtil, metalúrgica, madeireira, cerâmica, alimentos e de serviços, em geral”. (AMARAL, 2007, p. 44). Não obstante, o movimento operário da capital apresenta suas peculiaridades e não se enquadra na tipologia da visão tradicional (paradigma revolucionário) de movimento operário. Essas particularidades devem ser observadas associadas às experiências, práticas sociais e culturais, entre outras questões, as quais devem ser consideradas em conjunto para se entender como era o cenário da capital mineira nas primeiras décadas de existência.

Para Dutra (1988), durante a Primeira República, houve em Belo Horizonte predominância de setores sindicais moderados (trabalhistas e reformistas) que frequentemente recorriam ao Estado, e que foram fortalecidos com a influência da Igreja Católica no movimento operário, expressão máxima do fenômeno que a autora denomina de clientelismo operário⁴⁹. Entre 1917 e 1930, não foi verificada a presença de sindicatos de resistência, a partir do que se constata, *a priori*, “uma baixa capacidade mobilizatória autônoma do movimento operário, contrastando com o vigor da Confederação Católica do Trabalho e de suas iniciativas”. (DUTRA, 1988, p. 128). A Confederação foi criada em 1919 a partir das prescrições da encíclica papal *Rerum Novarum*, comprometendo-se a colaborar com a questão operária de modo pacífico, harmonizando as relações entre patrões e operários, ou seja, sem luta de classes.

Os reformistas, segundo Dutra (1988), seriam contrários à ação revolucionária do operariado e objetivavam, sim, a reforma do sistema social, mas de modo progressivo e de

⁴⁹ Para Dutra (1988, p. 188-189), “essa forma de clientelismo oferecia às elites a possibilidade de iniciar a incorporação da classe operária ao sistema, controlando o processo e auferindo ganhos políticos da operação a médio prazo, considerados os sinais de saturação que o sistema oligárquico deixava visíveis na conjuntura político-econômica dos anos 20”.

dentro, sendo a política partidária um de seus instrumentos de luta. A primazia das propostas reformistas no movimento operário da cidade era explicada por esta ser o centro político mineiro, onde o poder público interferia diretamente em todas as atividades.

À parte da elevada contribuição do trabalho de Dutra para a historiografia do movimento operário mineiro, este é datado e não rompe com a historiografia tradicional, dado que desconsidera o reformismo enquanto uma das formas de “consciência de classe” assumida pelos trabalhadores nacionais, reforçando a polarização entre vermelhos e amarelos. Conforme Amaral, Dutra (1988),

(...) seguindo uma corrente de pensamento bastante comum na época em que seu estudo foi produzido, desconsidera o reformismo como uma forma de consciência de classe que foi assumida por uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros, durante a Primeira República. Além disso, a ação reformista, a exemplo de outras doutrinas, é também contrária aos males do capitalismo e suas implicações no mundo do trabalho. (AMARAL, 2007, p. 61).

Como já mencionado, a questão da moradia dos operários que vieram trabalhar nas obras de construção da cidade não foi preocupação do poder público durante o planejamento de Belo Horizonte. Mas o criterioso planejamento da nova capital de Minas Gerais não impediu algumas práticas e pressões populares.

Nos locais ou bairros periféricos⁵⁰, onde residia a classe operária, não havia infraestrutura básica (abastecimento de água e luz, rede de esgoto, calçamento, transporte), e as construções eram precárias, “dispostas em ruas tomadas de lama ou poeira, percorridas por águas servidas a animais de toda espécie”. (SILVEIRA, 2008, p. 121). Nesse contexto, a classe trabalhadora ocupou, pouco a pouco, a zona suburbana, em locais relativamente próximos da zona urbana de Belo Horizonte, adjacente aos locais de serviços e equipamentos mais modernos, porém a eles impedida a fixação. Um exemplo dessa ocupação ocorreu em 1902 no lugar conhecido como Barroca, onde 2.000 pessoas viviam em favelas. (MOURA, 1994, p. 54).

Diante da crescente ocupação por pobres e trabalhadores que erguiam suas cafuas (casas de barro cobertas por capim) e barracos (casas de tábuas cobertas por capim ou zinco)⁵¹

⁵⁰ A partir da análise das fontes, foi possível identificar alguns locais habitados por operários: Acaba Mundo, Barro Preto, Barroca, Bom Sucesso, Calafate, Carácará, Cardoso, Carlos Prates, Concórdia, Córrego do Leitão, Engenho Nogueira, Esplanada, Favela, Floresta, Lagoinha, Nova Suíça, Palmital, Pedreira Prado Lopes, Santa Tereza, Santo André, Santo Antônio, Serra, Quartel, Vila Bressane e Vila Caiaux.

⁵¹ Conforme Guimarães (1991), as cafuas e barracões eram tipos de moradias características dos operários em Belo Horizonte no início do século XX.

na zona suburbana, o poder público interferiu, removendo essas moradias da região e realocando os moradores em novas áreas, mais afastadas do perímetro urbano e mais condizentes ao projeto de cidade desejado pelo poder público e elites.

Essa não foi uma prática exclusiva dos dirigentes da capital mineira. Ao contrário, a proposta dialogava com ideias surgidas no final do século XIX que postulavam, em primeiro lugar, ser incumbência dos governantes cuidar para que o caminho em direção à civilização “fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio” e, em segundo lugar, solucionar os problemas de higiene pública, condição para o desenvolvimento de uma nação. (CHALHOUB, 2004, p. 35).

O resultado dessas duas operações mentais é o processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma “científica” – isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes. (CHALHOUB, 2004, p. 35).

De modo geral, em Belo Horizonte, as medidas governamentais para a solução definitiva da questão de habitação operária eram constantemente proteladas e, quando alguma providência era tomada, ocorria de modo débil e provisório. O ingresso das camadas populares em locais que não eram delimitados como seus indicava uma resistência à ideia de modernização e ordem vinculada às elites e à cidade que queriam instituir. Por mais que desejassem a unicidade na cidade e que seu plano fosse único e hegemônico, ele não o era: a população pobre e operária resistiu com seus valores, modos de vida e experiências; e, ao mesmo tempo, procurou seu espaço e afirmou a multiplicidade na cidade. Em análise sobre a apropriação do espaço urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos de existência, Bué (1997) afirma que:

Os limites impostos pela arquitetura, por si só, não foram instrumentos eficientes de contenção da “multidão” de pobres que, logo nos primeiros anos de existência da Capital, começaram a ocupar os espaços que lhes eram negados pelos planejadores. Assim, disciplinar a “turba” de homens pobres passou a ser o objetivo principal da classe dominante na Capital. “Limpar” o centro urbano, isolar os espaços de lazer, de trabalho e moradia, moralizá-los e submetê-los às regras e padrões aceitáveis, normalizar e disciplinar a população urbana exigiu a mobilização e ação vigilante e repressiva, das autoridades administrativas, dos órgãos sanitários e da polícia.

A mobilização de todo esse aparato “regenerador” e repressivo demonstra a capacidade de resistência das camadas populares frente ao projeto modernizador em curso. Elas, desde os primeiros anos de existência da Capital, não se limitaram aos espaços determinados pela Comissão Construtora. A implementação da modernidade vai construindo-se de forma tensa e conflituosa, porque assentada sobre novas relações sociais e em novos sujeitos – em sua maioria, setores populares – que dela emergiram. Sujeitos que insistiram em fazerem-se partícipes de um projeto, que, a priori, os havia excluído. (BUÉRE, 1997, p. 81-82).

Ao que parece, antes mesmo da inauguração da nova capital, a questão da moradia operária estava na agenda do poder público, ainda que de modo transitório e pouco efetivo. Em parecer de 1896, o engenheiro-chefe⁵² da CCNC, Francisco Bicalho, indicava uma possível solução para o problema da moradia operária:

Sendo absolutamente insuficientes as casas aqui existentes e, apesar do contínuo levantamento de cafuas e pequenas barracas pelos próprios operários para sua residência, tornava-se isto causa de grandes embaraços, originando queixas nessa classe. Por esse motivo, foram construídas pela Comissão pequenas casas de pau-a-pique, cobertas de zinco, com acomodação para famílias e solteiros, as quais se acham todas alugadas por módica mensalidade. (BICALHO⁵³, 1896 *apud* BARRETO, 1996, p. 399).

A partir da fala do engenheiro, é possível perceber as contradições entre o projeto da CCNC para a elaboração de uma cidade moderna, as pressões dos operários e a negligência do poder público, que desconsiderou os operários de seu planejamento urbano. Esses trabalhadores, por sua vez, lançaram mão de mecanismos para morar, seja construindo cafuas e barracos ou pagando aluguéis (apesar dos baixos salários). A visão de Barreto (1996)⁵⁴ sobre a disposição espacial da recém-inaugurada capital exemplifica a provisoriedade ou exclusão dos operários da zona urbana:

(...) ao ser instalada a capital, contava esta com umas duzentas casas de funcionários, umas 300 particulares, os edifícios públicos, as vilas referidas, muitas casas velhas ainda habitadas, e além de grande número de cafuas e barracões nos grandes e barulhentos bairros provisórios – Leitão e Favela ou Alto da Estação. (BARRETO, 1996, p. 638).

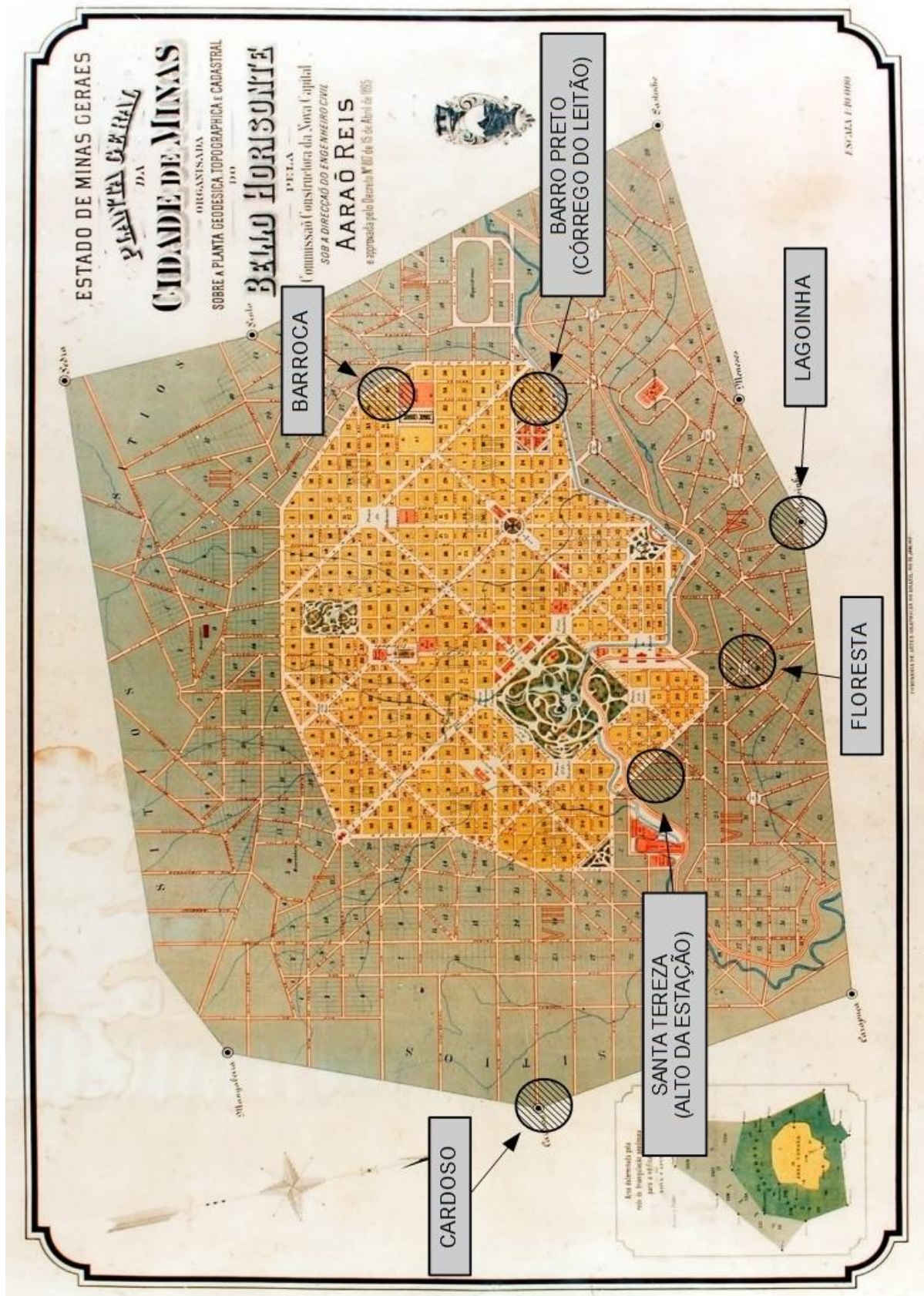
⁵² Aarão Reis foi o engenheiro-chefe da CCNC de 1894 a 1895, seguido de Francisco Bicalho até a extinção da repartição em 1898.

⁵³ MINAS GERAIS; COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. *Relatório*. Belo Horizonte, 1896.

⁵⁴ Quando jovem, Abílio Barreto trabalhou como tipógrafo e foi um dos fundadores da Associação Beneficente Tipográfica, para a qual contribuiu em algumas publicações e em outras atividades. Escreveu diversos livros sobre Belo Horizonte e, quando era diretor do Arquivo Público Mineiro, em 1935, foi convidado a organizar o Arquivo Geral da Prefeitura de Belo Horizonte, o qual deu origem, em 1943, ao Museu Histórico de Belo Horizonte. Em 1967, dez anos após a morte de Barreto, o museu foi rebatizado de Museu Histórico Abílio Barreto, uma homenagem ao primeiro diretor e idealizador da instituição. (DUARTE, 2011).

As palavras “cafúas”, “barracões”, “barulhentos” e “provisórios” denotam a precariedade que envolvia os bairros operários no início de Belo Horizonte, dentre os quais os locais conhecidos como Córrego do Leitão e Favela ou Alto da Estação, respectivamente os atuais bairros Barro Preto e Santa Tereza, ambos localizados na área urbana, conforme se verifica na planta de Belo Horizonte (ver figura 2).

Figura 2 – Os bairros operários na planta geral da Cidade de Minas



Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, 1895 (adaptado pela autora).

Além do planejamento da nova capital não favorecer a fixação dos trabalhadores na zona urbana, os terrenos localizados nessa região eram a eles inacessíveis não somente pelas exigências realizadas aos compradores mas, também, pelo alto preço alcançado em leilões públicos, o que duplamente inviabilizava a aquisição por parte dessa classe que se formava na cidade. Áreas mais afastadas do centro urbano, no subúrbio, eram possibilidades de habitação para os trabalhadores, reforçando a segregação e a exclusão social. Conforme Dutra (1988, p. 57), “o governo desde o início da construção da cidade estabeleceu áreas separadas para moradia de ‘operários, inferiores⁵⁵ e praças da Brigada Policial do Estado”.

O descaso governamental era tal que a questão habitacional se tornou uma lucrativa estratégia da iniciativa particular desde os últimos anos do século XIX. Desse modo, proprietários de terrenos solicitavam autorização do governo para a construção de pequenas casas de aluguel com fins de residência de trabalhadores. Uma dessas iniciativas foi realizada, na época da construção da capital, por Alberto Bressane Lopes, que propôs a construção de 100 casas de tipos diversos com preços de aluguéis mensais entre 25\$000 e 80\$000, o que deu origem à Vila Bressane⁵⁶. (BARRETO, 1996, p. 638).

A primeira medida pública para a eliminação de aglomerados da zona urbana ocorreu no Córrego do Leitão e Favela, região densamente povoada por operários, cuja ocupação desordenada comprometia a estética desejada para a nova cidade. Na tentativa de removê-los, o prefeito⁵⁷ Adalberto Ferraz consentiu aos trabalhadores, em 1898, terrenos no bairro Lagoinha, localizado na zona suburbana da cidade, os quais foram vendidos a dez réis o metro quadrado. As condições básicas para a efetivação da venda, no entanto, eram a celeridade na construção das casas e a demolição das cafuas. (GUIMARÃES, 1991). Essa medida não foi suficiente para a total remoção das cafuas e barracos na zona urbana da nova capital, tanto que dois anos mais tarde, outra tentativa seria efetuada.

Em 1900, o prefeito Bernardo Monteiro declarou ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte⁵⁸ que “a extinta Comissão Construtora teve necessidade de permitir que os operários estabelecessem na zona suburbana grandes núcleos de cafuas”, desde que fossem

⁵⁵ Na obra de Dutra (1988), não há especificação sobre quem eram os “inferiores”.

⁵⁶ Segundo Freitas (2007), a Vila Bressane foi construída na atual Rua Rio Grande do Norte, no bairro Funcionários, dentro da antiga zona urbana de Belo Horizonte.

⁵⁷ Até 1947, o prefeito da capital era designado pelo governador do Estado de Minas Gerais.

⁵⁸ O Conselho Deliberativo da Prefeitura de Belo Horizonte foi criado por meio da lei nº 275, de 12 de setembro de 1899, e era composto por sete membros eleitos pelo povo da cidade e encarregados dos exercícios de fiscalização e aprovação de orçamentos e tributos municipais, tendo funcionado entre 1900 e 1930.

demolidas na inauguração da cidade em 1897. Segundo Silveira (2008), as cafuas só foram aceitas em virtude do aumento dos aluguéis. Decorridos três anos da inauguração, o prefeito exaltava por ter conseguido “com a maior prudência e critério” a remoção das favelas existentes, “menos uma grande parte das do Córrego do Leitão”, e acrescentava:

Não sendo fácil aos pobres operários, dignos de todas as atenções do poder público, a construção na zona suburbana, de casas dos tipos adotados pela Prefeitura, para construções congêneres, vi-me obrigado a ceder-lhes, gratuitamente, lotes, em ponto afastado, na vasta esplanada que vai ao Calafate, para onde provisoriamente estão sendo transferidos. Para esse fim é dado ao operário um título provisório do lote (...). (MONTEIRO⁵⁹, 1902 *apud* SILVA, 1998, p. 25, grifo nosso).

Esse discurso de Bernardo Monteiro se mostrava contraditório. Se, em um primeiro momento, afirmava a totalidade da atenção do poder público em relação aos operários, reconhecendo, inclusive, as dificuldades cotidianamente enfrentadas; em outro momento, demonstrava a provisoriedade das medidas e a obrigação em doar lotes na zona suburbana a fim de eliminar os casebres construídos. Ademais, as construções deveriam seguir as normas dos tipos de casas aceitas pela Prefeitura. O prefeito desconsiderava a condição material dos trabalhadores, visto que se seus salários eram insuficientes para viver com suas famílias, a construção de casas conforme normas estabelecidas pelo poder público não era prioridade. Afora demarcar os locais em que os operários deveriam se fixar, o poder público estipulava uma série de exigências e padrões para a construção das residências.

Em um periódico operário publicado em 1900, os redatores opinavam que as medidas legais fomentadas por Bernardo Monteiro, tal como a eliminação de cafuas em determinados pontos da cidade, pouco serviam para resolver o problema habitacional dos operários, visto que novas cafuas eram erguidas em outras partes da cidade.

O digno Prefeito desta Capital baixou uma portaria ordenando a demolição das cafuas do Córrego do Leitão. Louvaríamos o ato do Sr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas definitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de cafuas não compreendemos o motivo por que manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos dos seus interesses. Cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam⁶⁰.

Segundo Dutra (1988, p. 63), o decreto nº 1.516, de 1902, determinou a concentração dos operários em uma área específica da capital mineira, a Vila Operária do Barro Preto, cujas

⁵⁹ MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro: 12 de setembro de 1899 a 31 de agosto de 1902. Belo Horizonte: *Imprensa Oficial*, 1902.

⁶⁰ LIGA OPERÁRIA. O Operário, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 02 set. 1900. p. 02.

condições de higiene eram inexistentes e os casebres deram origem às primeiras favelas da cidade.

Contudo, devido à alta concentração de moradias aí verificada, o local passou a ser insuficiente e em 1917 o prefeito Cornélio Vaz de Melo passa a solicitar nova área para ser concedida ao operariado, o que é feito em 1920, com a criação da Vila Proletária nos terrenos da Lagoinha. (DUTRA, 1988, p. 63-64).

Alcides Batista Ferreira⁶¹, conselheiro no Conselho Deliberativo, em 1909, propôs um projeto que autorizava o prefeito Benjamin Jacob a ceder gratuitamente lotes aos operários que os quisessem mediante requerimento, e “à Prefeitura cabia demarcar a área e adotar um *tipo modesto* de casas para operários mas que estas respeitassem a *estética e a higiene*”. (SILVA, 1998, p. 27, grifo do autor).

Em março de 1909, o Governo do Estado, através do decreto nº 2.486, designa a área para habitações operárias. A área é demarcada pelas avenidas Paraopeba, Cristóvão Colombo e 17 de Dezembro, e as ruas Rio Grande do Sul e Barbacena, ou seja, a região conhecida como Barro Preto. Esta área passa a ser destinada exclusivamente a operários. (SILVA, 1998, p. 27).

Quase uma década após a inauguração da nova capital, foi criada a primeira vila operária por iniciativa do governo do Estado, no lugar conhecido como Barro Preto, na zona suburbana da cidade. Para a concessão gratuita dos lotes aos trabalhadores, era exigida a comprovação de que eram operários, de que residiam em Belo Horizonte por no mínimo dois anos antes da data do requerimento e de qual era o ofício durante esse mesmo período, além de apresentarem bons costumes e dedicação ao trabalho, corroboradas a partir de atestados de pessoas idôneas e de autoridade policial, itens imprescindíveis. (BUÉRE, 1997).

Por meio da publicação do decreto nº 2.486, o poder público revelava como “necessária a alteração do projeto original da cidade para que se pudessem estabelecer em Belo Horizonte os operários que para cá vieram desde o período da construção”. (SILVA, 1998, p. 28). Mesmo que à margem da zona urbana de Belo Horizonte, essa normatização indicava uma importante conquista operária, visto que esses trabalhadores moravam em

⁶¹ Alcides Batista Ferreira exerceu ofício de tipógrafo compositor do *Minas Gerais* até sua formatura em Direito. Segundo Silva (1998), foi um dos membros do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte no período de 1902 a 1920. Foi sócio-fundador da Associação Beneficente Tipográfica, onde participou ativamente, sendo eleito algumas vezes para cargos administrativos. Também atuou, em 1907, como presidente do Congresso Operário Mineiro, no qual representou a Confederação Auxiliadora dos Operários e o Centro Operário de Belo Horizonte. Também foi diretor do Centro Confederativo dos Operários e redator do jornal *O Confederal*.

barracos e cafuas em regiões impróprias e a eles impedidas.

As discussões que se iniciaram no Conselho Deliberativo em 1909 originaram uma proposta em 1910, aprovada em 1911, que dava alguns incentivos às empresas que construíssem moradias para os operários, dentre os quais isenção de impostos e concessão gratuita dos terrenos para a construção. Em 1913, Artur Joviano obteve a aprovação de um requerimento para construção de uma vila operária em suas propriedades no bairro Calafate, sem cobranças de impostos e taxas por um período de dez anos⁶². A proposta, que inicialmente previa a construção de 100 casas, foi ampliada para 250⁶³.

Alguns anos mais tarde, em 1919, o prefeito Afonso Vaz de Melo aprovou a construção de vilas operárias em áreas adequadas e preestabelecidas na capital mineira⁶⁴. Os lotes foram aforados a operários não proprietários de terrenos e que viviam exclusivamente do trabalho, preferencialmente aqueles instalados na região da Barroca. As cafuas foram permitidas desde que substituídas por moradias definitivas, que eram tipos de casas que variavam o valor entre um a três contos de réis, no prazo de quatro anos. Apesar de regulamentação pública que objetivava padronização dos “tipos de construção para que a cidade não ficasse muito descaracterizada” (SILVA, 1991, p. 25), nenhuma proposta de financiamento público para a construção dessas casas foi feita. Contudo, em 1921, foram proibidas cafuas e demais construções que não satisfizessem as exigências estabelecidas, na área urbana e suburbana, e “nas áreas operárias fora do perímetro suburbano, o Prefeito ainda poderia conceder licença para construções provisórias desde que fosse observada a legislação existente”. (SILVA, 1998, p. 29). Em 1923, foi promulgada norma que permitiu a construção de moradias mais simples e de menor custo nos subúrbios, tendo-se em vista a impossibilidade de execução das exigências feitas anteriormente, principalmente em relação ao gasto que demandavam. (SILVA, 1998).

Tais decisões eram conquistas operárias provenientes de pressões de trabalhadores e campanhas executadas por organizações operárias, chefiadas pela Confederação Católica do Trabalho, que, durante a década de 1920,

⁶² BELO HORIZONTE. Lei nº 63, de 10 fev. 1913. Concede ao cidadão Arthur Joviano isenção do imposto predial e taxas. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 10 fev. 1913.

⁶³ BELO HORIZONTE. Lei nº 69, de 10 out. 1913. Eleva a duzentos e cinquenta o número de casas a que se obrigou o concessionário Arthur Joviano, de acordo com a Lei nº 63, de 10 de fevereiro deste ano e contém outras modificações à referida lei. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 10 out. 1913.

⁶⁴ BELO HORIZONTE. Lei nº 178, de 06 out. 1919. Cria vilas operárias. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 06 out. 1919.

(...) fizeram intensa campanha visando a garantir a posse dos terrenos doados pela prefeitura nas vilas operárias. O objetivo era criar melhores condições para que o trabalhador pudesse construir sua moradia, além de melhorar as condições de salubridade das regiões ocupadas por trabalhadores. (AMARAL, 2007, p. 103).

Em 1921, a Confederação encaminhou uma representação ao Conselho Deliberativo, solicitando a revalidação gratuita dos terrenos localizados nos bairros Barro Preto e Barroca, e a facilitação dos meios para construção de casas modestas em conformidade com as posturas municipais. Argumentava que os operários já viviam na região há cerca de 20 anos, não sendo justa – diante da proibição das cafuas pela Prefeitura – sua retirada e alocação em outra região

(...) fora da cidade, obrigando-os a encurralar-se em terras ásperas, sem possibilidade de esgotos e outros elementos higiênicos! Localizá-los distante do centro, longe dos seus meios de trabalho, para aumentar ainda mais as duras privações que lhes tornam negra a existência, é uma barbaridade desnecessária (...)⁶⁵.

Cerca de um mês depois, em outubro de 1921, era sancionada a lei municipal nº 209, que concedia prazo de dois anos para a substituição definitiva das cafuas por casas, de acordo com a legislação⁶⁶. Em 1923, fim do prazo de construção, era permitido requerer prorrogação por mais um ano⁶⁷. Até 1929, a situação do bairro Barroca não havia sido resolvida:

Há muito, a situação dos operários residentes na Barroca vai se tornando cada vez mais precária. Ocupando terrenos que não lhes pertencem, construíram casas, fizeram benfeitorias apenas mediante licença escrita ou tácita da Prefeitura. A população calculada em mais de 3.000 pessoas, desde o princípio do atual governo, tem sido informada de que deve desocupar o bairro. (...). O distinto prefeito em relatórios e mensagens tem tratado do caso, sugerindo até a criação da VILA CONCÓRDIA para receber os desocupantes da Barroca⁶⁸.

Mais uma vez a Confederação intercedeu, solicitando ao presidente do Estado a concessão gratuita dos terrenos ocupados e um prazo para a construção das residências.

⁶⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 14, 29 set. 1921. p. 02.

⁶⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 16, 13 out. 1921. p. 02.

⁶⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano IV, n. 35, 15 nov. 1923. p. 03.

⁶⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 09, 30 maio 1929. p. 01.

Aqueles operários que, por alguma razão, não obtivessem lotes, só seriam transferidos para a Vila Concórdia quando esta estivesse equipada com água, luz e transporte⁶⁹.

As sucessivas leis e decretos manifestavam a ineficiência das autoridades públicas em relação ao rápido e desordenado crescimento de Belo Horizonte, por isso “a falta de verbas, a pobreza da população, a falta de condições para a instalação de uma infra-estrutura (...) acabou por gerar legislações que se sobrepunham umas às outras e não conseguiam controlar o crescimento da cidade”. (SILVA, 1998, p. 30). Além disso, conforme Silveira (2008, p. 122), em princípio, a preocupação dos poderes públicos “parecia ser não a habitação insalubre dos pobres, mas o lugar que ela ocupava no espaço da cidade”.

Se, por um lado, pobres e trabalhadores eram empurrados para os subúrbios da cidade sem os apropriados equipamentos urbanos; por outro, eram frequentemente controlados e vigiados pelo Estado por meio da polícia e outros órgãos de fiscalização. Proibir cafuas, demolir favelas e alocar essa população longe do centro eram tão somente estratégias para “impedir que a pobreza se alastrasse, contaminando a cidade com suas doenças e hábitos condenáveis (...)”. (JULIÃO, 1996, p. 90).

Silva (2009) associa a abertura da primeira subdelegacia no Barro Preto – por volta de 1903 – à ocupação dos bairros suburbanos principalmente por operários e estrangeiros. O ato de se estabelecer um posto policial em uma área operária há pouco normatizada (a criação da Vila Operária do Barro Preto data de 1902), uma região de casebres, sem saneamento e residida por operários, corresponde a “uma estigmatização desses espaços como lugares da desordem e que por esse motivo mereciam atenção policial específica”. (SILVA, 2009, p. 64). Essa era a visão do poder público. À população que habitava o local eram associados hábitos e costumes condenáveis, geradores de desordens diversas. Por isso, para governo e elites, era preciso vigiar de perto seus habitantes, regulando seus hábitos e punindo os vícios, ordenando pouco a pouco a cidade que se desenvolvia.

Intelectuais e médicos do período associavam as formas de morar das populações pobres aos vícios de diferentes ordens: “(...) os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de (...) terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos”. (CHALHOUB, 2004, p. 29). À vista disso, as classes pobres eram reconhecidas como perigosas para a sociedade, por isso, deveriam ser supervisionadas por meio da suspeição generalizada da polícia.

⁶⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 09, 30 maio 1929. p. 01-02.

Assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age a partir do pressuposto de suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros. (CHALHOUB, 2004, p. 23).

Para conter os problemas relativos aos pobres – tratados como perigosos em razão do risco de contágio de doenças, dos maus hábitos (jogos, ociosidade), da ausência de salubridade das moradias –, era necessário, de imediato, combater os hábitos de não-trabalho de adultos e, a longo prazo, “cuidar da educação dos menores”. (CHALHOUB, 2004, p. 29). Sendo assim, evitava-se duplamente que as crianças reproduzissem os supostos vícios de seus pais.

Outra possibilidade de moradia dos operários da capital mineira eram as casas de aluguel. Segundo dados, os aluguéis mensais das casas edificadas por Alberto Bressane Lopes, no final do século XIX, eram de 25\$000 a 80\$000 (BARRETO, 1996, p. 638). Em 1912, o valor médio e anual de um aluguel nos subúrbios era 497\$127, aproximadamente 41\$000 por mês (GOUGH, 1994, p. 51), e, em 1921, o valor diário era cerca de 1\$000, 30\$000 mensais⁷⁰. A média dos aluguéis mensais de casas modestas para residência dos operários, dos últimos anos do século XIX até a década de 1920, variava entre 25\$000 e 41\$000. Esse valor é considerado elevado, especialmente considerando-se a média salarial do trabalhador brasileiro, que era 150\$000 em 1917, e que “as necessidades vitais de uma família operária de quatro pessoas orçava em 207\$000, o que corresponde a um déficit orçamentário de 31%”. (FARIA; GROSSI, 1982, p. 170). À frente do elevado custo dos aluguéis, as famílias operárias lançaram mão de estratégias realizáveis, como a construção de cafuas, barracões e outras habitações simples.

Raras são as informações referentes aos salários de operários em Belo Horizonte durante a Primeira República. Alguns dados sobre salários médios (jornada diária) em 1921 e 1923 estão organizados na tabela 2⁷¹. Sabe-se que, em 1929, o salário médio dos operários não atingia 10\$000 diários, somente “um bom oficial de pedreiro, de pintor, de marceneiro

⁷⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. O Operário, Belo Horizonte, ano I, n. 32, 16 jun. 1921. p. 02.

⁷¹ A título de comparação, conforme alguns jornais de Belo Horizonte, à época, uma Pasta Dentifrícia S. S. White custava 2\$500 (*Estado de Minas*, 07 set. 1922), um Sabão da Costa de B. M. Silva 1\$000 (*Diário Popular*, 01 jul. 1921), um quilo de carne 1\$250, um chapéu 8\$000, e um vestido de chita 20\$000 (O Operário, 16 jun. 1921).

etc. alcança 15\$000 por dia. A grande maioria, porém, ganha entre 5\$000 e 8\$000⁷²”.

Tabela 2 – Salários médios (jornadas diárias) de alguns ofícios em Belo Horizonte

Profissões	1921	1923	Aumento salarial (%) 1921-1923
Alfaiate	8\$000	8\$000	0%
Barbeiro e cabeleireiro	-	6\$000	-
Bombeiro	-	12\$000	-
Carpinteiro	8\$000	10\$000	25%
Ferreiro	6\$000	8\$000	33,3%
Marceneiro	9\$000	12\$000	33,3%
Pedreiro	-	10\$000	-
Pintor	-	12\$000	-
Sapateiro	7\$000	7\$000	0%
Serralheiro	-	12\$000	-
Tintureiro	-	7\$000	-
Tipógrafo	-	6\$000	-

Fonte: Anuários estatísticos de Minas Gerais de 1921 e 1922-1925.

Para os operários receberem sua remuneração, deveriam cumprir uma jornada estipulada de trabalho, geralmente em condições insalubres. Dutra (1988) exemplifica uma dessas situações:

As fábricas de tecidos foram objeto de denúncia nas páginas do jornal *Avante!* várias vezes. Essas fábricas eram apontadas como “vulcões absorventes da juventude e da esperança”. Segundo o jornal, as moças entravam fortes e bonitas e em pouco tempo perdiam a saúde, ficavam tuberculosas e iam morrer nos hospitais. (DUTRA, 1988, p. 63).

Em 1921, o jornal *O Operário*, da Confederação Católica do Trabalho, denunciava o descompasso da relação entre custo de vida e salários dos operários. Segundo a publicação, era dramática a situação experimentada por operários na capital mineira, os quais majoritariamente “não chega[m] a perceber o salário cotidiano de 4\$000”, sendo que para viver minimamente o operário necessitava receber por jornada o valor de 7\$000. Esse montante baseava-se em análise que calculava os gastos mínimos diários com alimentação (\$692 por pessoa), vestuário (homem \$380, mulher \$350 e criança \$200), habitação (1\$000),

⁷² CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 12, 20 jun. 1929. p. 01.

e educação e beneficência (\$200 por pessoa), o que totalizava uma despesa diária de 4\$798 para uma família de cinco pessoas (homem – 1\$072, mulher – 1\$050, e três filhos – 2\$676)⁷³.

O periódico alertava que a análise publicada não considerava alguns itens básicos, que o cálculo foi realizado a partir de preços menores que os praticados no comércio e que “não se tomou em consideração o caso de moléstia, assim como não se contou com despesa alguma eventual, (...) nem parada de trabalho, nem a mais leve diversão, nem vício algum tolerado (...)”⁷⁴.

Le Ven (1977) e Dutra (1988) entendem que a classe operária belo-horizontina já nasceu controlada, em virtude de a cidade ser o centro das ações políticas mineiras com interferência explícita do poder público. Dutra (1988) elenca alguns fatores que favoreceram esse controle em virtude da condição de Belo Horizonte enquanto capital: facilidade do contato da elite com a classe trabalhadora, a qual mostrava interesse nesta aliança, o que foi facilitado “pelo predomínio do movimento sindical cristão na cidade, também ele motivado a se aliar a setores da elite política” (DUTRA, 1988, p. 199); sucesso do aparato de controle social montado pela Secretaria de Segurança Pública nos anos 1920; diluição do operariado em meio a uma população que se encontrava, em sua maioria, no setor terciário (predomínio do funcionalismo público); e o fato de a prefeitura e o Estado serem os grandes empregadores da construção civil. Amaral ressalta, nesse contexto, a influência da Ação Católica enquanto orientadora do movimento, e afirma:

A forma de ação dos trabalhadores delineada nos primeiros vinte anos de existência da capital, foi de um sindicalismo voltado para reivindicações mais pacíficas, sem o comprometimento da ordem pública. (...) outro fator merece destaque na formação do operariado belo-horizontino e em sua forma de ação, a influência da Igreja Católica, que será melhor percebida durante a década de 1920. (AMARAL, 2007, p. 47).

Os operários conquistaram jornada de trabalho de nove horas em 1909 e de oito horas em 1912, o que não significava que patrões cumprissem os acordos e normas, alguns dos quais forçavam seus empregados a jornadas de 10 a 12 horas diárias. (DUTRA, 1988, p. 68-69). Em 1920, oito anos após a conquista da jornada de oito horas, os patrões teimavam em não cumprir o acordo e empregavam artifícios, como referia o jornal *O Operário*, “para

⁷³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 32, 16 jun. 1921. p. 01-02.

⁷⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 32, 16 jun. 1921. p. 02.

obrigar os operários a trabalhar mais de 8 horas, pagam-lhes remuneração mesquinha (...) os trabalhadores se vêm na dura necessidade de pedir e trabalhar até 9, 10 e 11 horas da noite⁷⁵”.

A campanha pela jornada de oito horas de trabalho se iniciou em 1912, quando a Liga Operária⁷⁶ organizou uma extensa programação em comemoração ao Dia do Trabalhador⁷⁷, a qual previa alvorada com bandas musicais e salva de tiros, passeatas e uma sessão cívica no teatro municipal. Segundo Bilhão (2013), a celebração da data ocorreu nas principais cidades brasileiras, seguindo uma fórmula que apresentava algumas variações a depender da localidade.

Os préstitos operários reunidos, sob fogos de artifício, logo ao amanhecer, desfilavam pelas ruas centrais, observando uma ordem que, em geral, intercalava comissões de festejos, bandas musicais, moças que trajavam vestes que simbolizavam as aspirações operárias – especialmente liberdade, justiça social e redução das horas de trabalho – e grupos carregando bandeiras e estandartes representando a nação e as diversas organizações sindicais presentes. Durante as comemorações, líderes operários proferiam discursos e, não raras vezes, senhoritas declamavam poesias de exaltação ao trabalhador. (BILHÃO, 2013, p. 35).

À sessão programada no teatro municipal, “encheu-se uma multidão vibrante de entusiasmo, vendo-se, além do operariado, representantes de todas as associações da capital”, bem como o prefeito Olinto Meireles e representantes do Estado⁷⁸. Mourão (1970) descreveu as comemorações daquele ano do seguinte modo:

Os festejos comemorativos da data de 1º de maio começaram pela madrugada, com o toque de alvorada pelas Bandas “Euterpe Horizontalina” e “Carlos Gomes”. Foi

⁷⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. O Operário, Belo Horizonte, ano I, n. 32, 16 jun. 1921. p. 02.

⁷⁶ A Liga Operária foi criada em Belo Horizonte em 1900. Era composta majoritariamente por italianos (segundo a listagem dos sócios-fundadores eram 204 italianos, 44 de outra nacionalidade e 15 brasileiros), sendo seu principal líder Donato Donati. A Liga condenava os meios não legais para a conquista dos direitos operários, bem como publicou *O Operário*, primeiro periódico com essa nomenclatura. Logo em seu início, conforme Faria e Grossi (1982), denunciou os vales como forma de pagamento pela Prefeitura. Após a greve de 1912, em Belo Horizonte, se reformulou com o nome de Centro Operário Sindicalista, participando do Segundo Congresso Operário em 1913, no Rio de Janeiro, organizado pela Confederação Operária Brasileira.

⁷⁷ Conforme Batalha (2000), as comemorações do Dia do Trabalhador – ou Primeiro de Maio – se associavam, desde a sua origem, no Congresso Socialista Internacional de Paris de 1889, à luta pela jornada de trabalho de oito horas. Possivelmente, esse dia foi comemorado pela primeira vez no Brasil em 1891, no Rio de Janeiro. Contudo, a celebração tornou-se regular somente no início do século XX, com a constituição das associações operárias. Bilhão (2013), ao analisar o modo como diferentes grupos se apropriaram da festividade, dando-lhe diferentes significados e formas de celebrar, corrobora a versão das primeiras comemorações em 1891, organizadas por socialistas e apresentando, ao mesmo tempo, caráter festivo e de protesto. Posteriormente, a data foi ressignificada por anarquistas como dia de greve e luto (em decorrência do enforcamento dos operários em Chicago no ano de 1887); pelo Estado que a oficializou enquanto feriado nacional, em 1924, um dia dedicado a glorificação ao trabalho; e pela Igreja Católica, que a considerava um dia santificado.

⁷⁸ DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 823, 03 maio 1912. p. 01.

dada também uma salva de 21 tiros. Bondes especiais percorreram várias ruas da cidade, levando pessoas, em manifestação de júbilo. À tarde, no Teatro Municipal, houve uma sessão cívica, ficando a casa repleta de operários e suas famílias. Nessa sessão, várias autoridades se fizeram representar, tendo o Prefeito Olinto Meireles comparecido pessoalmente. Houve discurso de conhecidas personalidades como Mario de Lima, Donato Donati, Oswaldo de Araujo e outros. Em nome dos operários, discursou o Dr. Alcides Batista.

À noite partiu uma multidão do edifício Confederação Operária, em imponente *marché aux flambeaux*, em direção ao Palácio, onde o Prof. José Mamede da Silva saudou o Presidente Bueno Brandão em nome dos trabalhadores. O chefe do Estado agradeceu e enalteceu a ação dos operários, concitando-os a trabalhar pelo progresso do país. (MOURÃO, 1970, p. 165).

Alguns dias após essa comemoração, em seis de maio de 1912, foi deflagrada a greve de maior relevância em Belo Horizonte durante a Primeira República. Os operários que trabalhavam nas obras das linhas de bondes da Rua da Bahia⁷⁹ iniciaram a movimentação ao abandonarem os postos de serviço e saírem pelas imediações convidando os operários a aderirem à greve pela diminuição da jornada de trabalho de nove para oito horas e fixação de salário correspondente. Essa redução era exigida alegando-se que a jornada era rigorosa e incompatível com a capacidade física dos trabalhadores, embora fosse apontada a existência de “não poucos patrões, que levam suas exigências ao extremo, a ponto de só admitirem que os seus operários trabalhem, no mínimo, 11 horas⁸⁰”.

Começaram então os primeiros gritos de protesto, dos grevistas, gritos que fizeram convergir curiosos e operários que trabalhavam nas imediações. As adesões começaram daí. Um grupo de uns 40 trabalhadores subiu rua da Bahia, dando vivas entusiástico aos operários e convidando os camaradas, que encontravam no percurso, a tomarem parte no movimento⁸¹.

Os grevistas, aproximadamente 2.000 operários⁸², seguiram “sempre na ordem, não fazendo depredações, nem ameaças decisivas” até o Palácio da Liberdade, onde foram recebidos pelo presidente do Estado, “aclamadíssimo pela massa de operários”, que os “aconselhou calma, prometendo trabalhar fortemente no sentido de conseguirem os operários do Estado e da Prefeitura o que desejavam”. Depois se dirigiram às redações dos jornais da capital mineira⁸³. A despeito de a greve ter se desenrolado “sem alteração da ordem”,

⁷⁹ A Rua da Bahia localiza-se cerca de um quilômetro e meio de distância da Avenida do Contorno, no interior da antiga zona urbana de Belo Horizonte.

⁸⁰ ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 123, 08 maio 1912. p. 01.

⁸¹ DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 826, 07 maio 1912. p. 01.

⁸² Michel Le Ven e Magda de Almeida Neves (1996) afirmam que esse número correspondia a 40% do total de trabalhadores de Belo Horizonte.

⁸³ DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 826, 07 maio 1912. p. 01.

incidentes foram registrados em alguns pontos da capital⁸⁴.

No dia seguinte, sete de maio, cerca de 300 trabalhadores caminharam pelas ruas da cidade, “dando vivas ao governo do Estado, operários etc.”⁸⁵, em direção ao Palácio da Liberdade para conversa com o presidente do Estado. Na ocasião, os ânimos já estavam exaltados, sendo um grevista preso por agressão. Ademais, houve excesso do uso da força policial (tiros e disparos de carabinas sem motivo, invasão de casas comerciais, depredações), gerando pânico no centro da cidade⁸⁶.

Reunidos, às 2.30 da tarde, na avenida Afonso Pena, em frente da estação de bondes, daí saíram em passeata por diversas ruas da cidade.

Os incidentes da véspera reproduziram-se, apenas com as variantes da ocasião. Alguns exaltados, que nunca faltam, deram causa a diversas cenas condenáveis, num ou noutro ponto havendo gritos, correrias, etc., como já havia acontecido no dia anterior.

Às 5.30 da tarde, quando o cortejo se achava nas imediações da matriz de S. José, apareceu o esquadrão de cavalaria, travando-se logo um conflito entre a força e os grevistas.

Na confusão geral que se estabeleceu, surgiram protestos contra a violência dos soldados que, de espada em punho, golpeavam à direita e à esquerda, sem a menor ordem nem reflexão. Até uma mulher, que se dirigia para a igreja, foi vítima da bravura de um mantenedor da ordem, o qual lhe vibrou diversas cutiladas, uma das quais apanhou a cabeça da pobre criatura.

Muitas pessoas ficaram feridas, estando nesse número cavalheiros que nada tinham com o caso, a não ser a coincidência de se acharem na zona de ação da polícia.

Até a hora em que escrevemos continuava muito agitada a parte da cidade onde tais cenas se desenrolaram.

Alega a polícia que os grevistas pretendiam, no momento em que ela começou a agir, tirar da cadeia um companheiro que aí estava recolhido por haver agredido, durante o dia, um cidadão que procurou os grevistas para dar conselhos no sentido de não persistirem no propósito de manter e generalizar a greve⁸⁷.

Condenava-se a participação de alguns sujeitos considerados responsáveis por ocorrências reprováveis, identificados como “maus elementos” e alheios às aspirações e atividades do operariado, os quais

(...) se prevaleceram da situação para agitar o instinto dos homens do trabalho e, ainda mais, para promover um estado de anarquia no seio da cidade.

Esses agitadores, cuja atitude dentro da greve é a causa de todas as desordens que a imprensa tem registrado, não podem merecer da nossa parte senão a mais positiva reprovação⁸⁸.

⁸⁴ ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 122, 07 maio 1912. p. 01.

⁸⁵ DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 827, 08 maio 1912. p. 01.

⁸⁶ ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 123, 08 maio 1912. p. 01.

⁸⁷ ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 123, 08 maio 1912. p. 01.

⁸⁸ ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 124, 09 maio 1912. p. 01.

Também nesse dia, reuniram-se nas oficinas dos senhores Garcia de Paiva Pinto, 29 industriais, dos quais 23 resolveram negar o pedido de diminuição da jornada de trabalho para oito horas, ficando “resolvido que os industriais, que negaram a concessão, fechem[fechassem] as suas fábricas, até que os operários queiram[quisessem] voltar ao trabalho⁸⁹”. A principal alegação para a negativa era que a redução do número de horas de trabalho, sem a diminuição de outras despesas, colocaria as fábricas de Belo Horizonte em desvantagem em relação as congêneres do Estado e do país, visto que os preços dos produtos se elevariam⁹⁰.

Às oito horas da manhã do dia seguinte, oito de maio, os operários distribuíram um boletim convocando a classe a reunir-se a partir das 11 horas na Praça do Mercado⁹¹. O encontro objetivava “resoluções no sentido de dar à greve um critério diverso do até então seguido⁹²”. Reunidos no local combinado, começaram a discursar algumas lideranças operárias locais, como Donato Donati⁹³. Entre 14 e 15 horas, um esquadrão da cavalaria e a força de infantaria se dirigiram do quartel até praça, sem, contudo, exceder a força como indicaram os relatos do dia anterior.

Enquanto os operários estavam reunidos, foi divulgado boletim convidando “todos os acadêmicos de Belo Horizonte a comparecerem, a 1 hora da tarde de hoje, na Escola de Engenharia, para promover-se o conagraçamento entre Operários e Patrões, atualmente em desacordo⁹⁴”. Essa ação denotava não somente a extensão e importância dos acontecimentos ligados à greve, atingindo outras classes e categorias da cidade, mas também a prática de intervenção por parte de outros setores na resolução harmoniosa da disputa.

Em razão dos conflitos ocorridos nos dias precedentes, especialmente em sete de maio,

⁸⁹ DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 827, 08 maio 1912. p. 01.

⁹⁰ DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 827, 08 maio 1912. p. 01.

⁹¹ Atual Praça Rio Branco, localizada na região central de Belo Horizonte (no interior da antiga zona urbana).

⁹² ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 124, 09 maio 1912. p. 01.

⁹³ Donato Donati nasceu em Florença, Itália, no ano de 1866. Imigrou para a América do Sul em 1886. Em Buenos Aires, Argentina, exerceu atividades jornalísticas e, em 1890, veio para o Brasil, cidade de São Paulo. Em 1883 se transferiu para Campinas e, em 1896 veio para o Curral del-Rei, no momento da construção de Belo Horizonte. Participou da fundação da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, em 1897, da qual foi o primeiro presidente (1897-1898). Abriu uma fábrica de colchões e, mais tarde, trabalhou como carpinteiro e marceneiro no local denominado Favela ou Morro da Estação. Em 1900, fundou a Liga Operária e, em 1908, colaborou na fundação da União Espírita Mineira. Integrou a greve que paralisou a capital mineira por nove dias em maio de 1912 e, em agosto do mesmo ano, auxiliou na greve de Juiz de Fora, quando foi preso e libertado por ordem do presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão. Esteve envolvido na reorganização da Federação do Trabalho, da qual foi o representante no Quarto Congresso Operário Brasileiro. Em 1914, participou de um comício convocado pelo Centro Operário Sindicalista (ex-Liga Operária) em comemoração ao Dia do Trabalhador, acompanhado de Alexandre Zanella, José Torres e Aquilino Cendon. Faleceu em fevereiro de 1928, aos 61 anos de idade. (DUARTE, 2011).

⁹⁴ ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 124, 09 maio 1912. p. 01.

a Associação Beneficente Tipográfica (representada por Francisco de Paula Gil Júnior), acompanhada da Confederação Auxiliadora dos Operários (representada por Augusto Berardo Nunan)⁹⁵, e outras associações operárias de Belo Horizonte⁹⁶, distribuíram uma circular – às 17 horas de oito de maio – que foi publicada nos meios de comunicação,

(...) lastimando as ocorrências de ontem [sete de maio] e ao mesmo tempo identificadas e zelando os interesses reais do operariado aconselham e pedem não só aos seus associados, como a todos os operários se abstenham e que evitem reuniões e manifestações pelas ruas; e caso desejem se reunir para deliberações, só o façam nas sedes das respectivas associações, em atitude pacífica⁹⁷.

A circular mencionava, ainda, que as diretorias das associações “vão agir desde já, empregando os meios que puderem, para ver se conseguem alguma coisa a favor das aspirações justas do operariado”, e recomendava o retorno ao trabalho para, assim, facilitar a “ação das diretorias, que só desejam promover o bem e defender os interesses da classe que representam⁹⁸”.

De acordo com Amaral (2015), a despeito de não terem sido as organizadoras da greve, foi a primeira vez que as associações operárias se articularam em uma ação conjunta. As “organizações aparecem, contudo, após o confronto entre grevistas e polícia e concitam os trabalhadores a evitarem manifestações públicas”. (AMARAL, 2015, p. 87)

A parede persistiu por mais alguns dias, porém mais calma, no “espírito moderado e ordeiro dos nossos homens de trabalho⁹⁹”. A reivindicação sobre a jornada de trabalho somente foi resolvida por meio de uma corte arbitral, composta por três representantes dos operários – Joaquim Francisco de Paula, Mário de Lima e José Mamede da Silva¹⁰⁰, três

⁹⁵ Francisco de Paula Gil Júnior e Augusto Berardo Nunan exerceram ambos a profissão de tipógrafo. Em 1911, participaram da diretoria da Associação Beneficente Tipográfica, quando Nunan foi eleito vice-presidente e Gil Júnior secretário. Gil Júnior representou essa associação em distintos momentos, como nos acontecimentos da greve de 1912 e em reunião das associações de classe promovida pela União dos Empregados do Comércio, em dezembro de 1927. Ocupou vários cargos de diretoria: 2º secretário em 1910, 1º secretário em 1911, vice-presidente em 1912, presidente em 1918, 1919, 1923-1928, 1932, 1936; em 1916, foi eleito membro da Comissão de Contas da associação. Também foi autor de textos publicados nas edições da *Revista Comemorativa* da associação. Nunan, além de sua atuação na Associação Beneficente Tipográfica, participou ativamente da Confederação Auxiliadora dos Operários, assumindo cargos de direção desde a sua fundação em 1905. Isto posto, ressalta-se os laços existentes entre as diferentes associações, bem como a existência de sujeitos mais ativos no movimento operário da capital mineira. (Banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas; *Revista Comemorativa da Associação Beneficente Tipográfica*: 1906, 1911, 1920, 1925, 1930 e 1936).

⁹⁶ Liga Operária, Grêmio Espanhol, Associação Beneficente dos Alfaiates, e Associação Municipal.

⁹⁷ DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 828, 09 maio 1912. p. 01.

⁹⁸ DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 828, 09 maio 1912. p. 01.

⁹⁹ DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 829, 10 maio 1912. p. 01.

¹⁰⁰ Dos três representantes dos operários nas negociações sobre a jornada de trabalho, há informações de José

representantes dos industriais –, Edmundo Lins¹⁰¹, Henrique Sales e José Dantas, e dirigida pelo presidente do Estado¹⁰². Em 14 de maio, após nove dias de paralisação e com a participação de aproximadamente 40% do operariado belo-horizontino (FARIA; GROSSI, 1982), a questão já estava resolvida e a greve chegou ao fim com a vitória dos operários: “o trabalho será reduzido de 9 a 8 horas, a começar de 16 de agosto¹⁰³”.

Reunidas, ontem, pela 2a vez, as comissões encarregadas de, em nome dos operários e dos industriais, resolverem a crise grevista, aprovaram o laudo, de que foi relator o sr. desembargador Edmundo Lins.

Foi aceita a reclamação dos operários no sentido de ser reduzido a 8 o número de horas de trabalho.

As comissões deliberaram também que essa medida não deve ser alterada absolutamente, senão em caso de força maior. Isto é, nenhum operário, para o efeito de aumentar os seus salários, deverá trabalhar mais de 8 horas, não o podendo permitir também os patrões, salvo a hipótese mencionada.

O serviço entrará às 7 horas da manhã, interrompendo-se às 10 horas para o almoço; recomeçará às 11 horas para terminar às 4 da tarde¹⁰⁴.

Contudo, apesar de conquistada a jornada de trabalho de oito horas em 1912 pelos trabalhadores da cidade, foi comum o seu descumprimento por patrões¹⁰⁵. Para Amaral (2015, p. 87), a ausência de garantia do benefício na forma de lei ou decreto contribuiu para “reincidência do tema em várias campanhas organizadas pelos trabalhadores da cidade na década seguinte”.

Mamede da Silva e Mário de Lima. A respeito de Joaquim Francisco de Paula, sabe-se somente de sua atuação nessa corte arbitral. José Mamede da Silva foi presidente da Junta Auxiliar do Morro Velho (de Nova Lima) antes de se unir à Confederação Auxiliadora dos Operários em 1906, na qual foi professor da escola noturna em 1912; assinou junto de outros representantes a convocação do Congresso Operário Mineiro em 1907, sendo o orador da associação procedente do congresso, o Centro Confederativo dos Operários; e representou a Associação dos Empregados do Comércio na reunião das associações de classe promovida pela União dos Empregados do Comércio, em dezembro de 1927. Já a participação de Mário de Lima foi emblemática por não ser esse sujeito um operário, mas um literato, formado em Direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, local onde posteriormente atuou como professor. Além da carreira jurídica, exerceu cargos de direção no Arquivo Público Mineiro, na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e foi secretário dos presidentes do Estado de Minas Gerais nos governos de Melo Viana (1924-1926) e Antônio Carlos (1926-1930). Além de ter representado os operários no contexto grevista, era sócio benemérito da Associação Beneficente Tipográfica, com textos publicados em edições da *Revista Comemorativa* desta associação. (Banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas).

¹⁰¹ Dos representantes dos industriais na corte arbitral, sabe-se que, àquela época, Edmundo Lins era desembargador do Tribunal de Relação de Minas Gerais. (ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 125, 10 maio 1912. p. 01).

¹⁰² DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 829, 10 maio 1912. p. 01.

¹⁰³ DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 833, 15 maio 1912. p. 01.

¹⁰⁴ ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 129, 15 maio 1912. p. 01.

¹⁰⁵ Conforme veremos no item 2.4, em *O Operário*, periódico da Confederação Católica do Trabalho, era denunciado, em 1920, o não cumprimento da legislação sobre a jornada de trabalho de oito horas, conquistada com a greve de 1912.

É importante ressaltar que o Ministério do Trabalho somente foi criado em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, o qual foi responsável por unificar a nível nacional a legislação trabalhista brasileira em vigor por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada com o decreto-lei nº 5.452, de 1943, durante o Estado Novo varguista¹⁰⁶. Contudo, antes disso, algumas leis haviam sido conquistadas pelos trabalhadores, de modo temporalmente esparso e local. Conforme Dutra (1988, p. 69), “diante da quase ausência de leis trabalhistas e da prática comum de burlar as poucas leis existentes era comum que isso acontecesse com frequência”.

Questão pertinente à historiografia do movimento operário, entretanto pouco explorada nos trabalhos acadêmicos, refere-se ao trabalho infantil, a extensão de sua utilização nas diferentes cidades brasileiras, bem como suas conexões com a escolarização. Conforme Veiga (2016), desde a longa duração histórica, as crianças trabalhavam para auxiliar na subsistência familiar. No Brasil não foi diferente, sendo relativamente comum a utilização do trabalho infantil, pelo menos até as primeiras décadas do XX.

A novidade no século XIX, e que veio alterar em parte essa tradição, foi o atrelamento do trabalho à obrigatoriedade escolar a partir da intervenção do Estado, que compreendia a “importância da escola como opção para a formação das gerações futuras”. (VEIGA, 2016, p. 277). Desse modo, considerando, naquele momento, a escola como um direito também para as crianças pertencentes às classes trabalhadoras, as discussões da época giravam em torno da quantidade adequada de escola e de trabalho para essas crianças.

Isso posto, conferências foram realizadas para homogeneizar as relações de trabalho (possibilitando preços mais competitivos no mercado) e a escolarização das crianças, como a Conferência Internacional de Berlim, realizada em 1890 com a participação de 13 países¹⁰⁷. Entre outras decisões, fixaram-se as seguintes: idade limite de trabalho em 12 anos (10 anos para os países mediterrâneos); conclusão do requisito da instrução primária; impedimento do trabalho noturno e aos domingos para crianças com menos de 14 anos; trabalho real de seis horas com pausa para descanso de meia hora; e exclusão das crianças de ocupações insalubres e perigosas. Contudo, há de se destacar que alguns códigos e compromissos firmados em conferências nem sempre eram cumpridos por todos os envolvidos.

¹⁰⁶ BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 01 maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 09 ago. 1943.

¹⁰⁷ Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Suécia-Noruega e Suíça.

Segundo De Paula e Gouvêa (2008, p. 05-06), ainda que percebida como atividade que poderia controlar e afastar as crianças dos vícios, o trabalho infantil não deixou “de receber críticas por afastar as crianças da escola”. Nesse contexto, apontam a iniciativa de alguns empresários ao criarem escolas para seus empregados, caso das fábricas têxteis mineiras Cedro e Cachoeira¹⁰⁸. Nesses estabelecimentos, afora a insalubridade, extensa jornada de trabalho, e rígida disciplina, cumpridas as horas da jornada, algumas crianças (de ambos os sexos e idades variadas) frequentavam as escolas existentes nas dependências das fábricas, cujas aulas ocorriam das 18 às 21 horas.

Para os autores, “o corpo desses menores se submetia a um alongamento do tempo de disciplina. Primeiro o tempo da fábrica e depois o tempo da escola”. (DE PAULA; GOUVÊA, 2008, p. 12). De Paula (2010) enumera algumas justificativas para o estabelecimento dessas escolas por parte dos empregadores:

(...) as causas da criação de escolas poderiam ir desde o simples interesse do poder patronal em usar a escola como instrumento ideológico na produção da disciplina de seus trabalhadores, até outras, tais como possibilidade de contribuir na formação dos operários, reflexo de uma atitude paternalista por parte do poder patronal, ou ainda, talvez porque o fornecimento via iniciativa fabril acabasse desonerando os cofres públicos. Não excluindo, é claro, a existência de algumas delas. (DE PAULA, 2010, p. 166).

A hipótese do autor é que, ao lado das razões acima descritas, havia a imposição legal que obrigava as fábricas a abrirem escolas para as crianças trabalhadoras.

Em meio a esses debates, sabe-se que a obrigatoriedade do ensino primário, no período republicano, foi matéria legislativa em Minas Gerais desde a Constituinte Mineira (1891), sendo reforçada, de acordo com Mourão (1962), pelas reformas de ensino promovidas pelos sucessivos governos estaduais, nas quais eram previstas multas aos pais e responsáveis por crianças não matriculadas em escolas. Fazendo um apanhado do texto dessas reformas, tem-se que a obrigatoriedade de ensino era direcionada às crianças nas seguintes faixas etárias: de 7 a 13 anos, para ambos os sexos, em 1892, 1899, 1900; meninos de 7 a 14 anos, e meninas de 8 a 12 anos, em 1906; de 7 a 14 anos, para ambos os sexos, em 1911, 1920, 1924, 1927.

Em 1907, o Centro Confederativo dos Operários mostrava-se preocupado com o futuro do país, tendo-se em vista o alto índice de analfabetismo – especialmente em Minas Gerais

¹⁰⁸ A escola noturna de primeiras letras da fábrica Cedro foi criada em 1874; e Cachoeira, em 1884. (DE PAULA; GOUVÊA, 2008).

cujo coeficiente é descrito como “assombroso” – ao evidenciar a não efetividade da obrigatoriedade da frequência escolar nas escolas públicas primárias, conforme a legislação vigente de 1906, por parte de alguns responsáveis que não enviavam seus filhos à escola. Nas primeiras décadas republicanas, houve uma ampliação dos debates sobre o combate ao analfabetismo, considerado uma “via de incorporação do povo à nação, para legitimação do projeto republicano”. (VEIGA, 2017, p. 166). Como exemplo dessa preocupação, foi criada a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, em São Paulo, no ano de 1915.

Os dados sobre analfabetismo estão apresentados na tabela 3, os quais evidenciam que, entre os anos de 1872 e 1920, quase sempre as taxas eram maiores em Minas Gerais quando comparadas às taxas do país. Em Belo Horizonte, para outros períodos analisados, as taxas eram bem menores, como pode ser verificado na tabela 4, onde são apresentadas as taxas de analfabetismo em 1905, 1912 e 1920, considerando a população da zona urbana, suburbana e rural da cidade.

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo, Brasil e Minas Gerais: 1872, 1890, 1900 e 1920

Local	Grau de instrução	1872	1890	1900	1920
Brasil	População total	9.930.478	14.333.915	17.388.434	30.635.605
	Sabendo ler e escrever	1.564.481	2.120.559	4.448.681	7.493.357
	Não sabendo ler nem escrever	8.365.997	12.213.356	12.939.753	23.142.248
	Taxa de analfabetismo (%)	84,24%	85,20%	74,41%	75,54%
Minas Gerais	População total	2.039.735	3.184.099	3.594.471	5.888.144
	Sabendo ler e escrever	223.713	331.404	920.110	1.216.611
	Não sabendo ler nem escrever	1.816.022	2.852.695	2.674.361	4.671.533
	Taxa de analfabetismo (%)	89,03%	89,59%	74,40%	79,33%

Fonte: Anuários estatísticos de Minas Gerais de 1922-1925 e do Brasil de 1947.

Tabela 4 – Taxa de analfabetismo em Belo Horizonte: 1905, 1912 e 1920

Anos	População total	Não sabendo ler nem escrever	Taxa de analfabetismo (%)
1905	17.615	9.026	51,24%
1912	39.533	17.487	44,22%
1920	55.563	21.885	39,38%

Fonte: Anuário estatístico de Belo Horizonte de 1937.

Essas crianças pobres, os filhos da classe trabalhadora, em vez de irem à escola, frequentavam às fábricas para ajudar na renda familiar. Trabalhavam por uma jornada de \$200,

(...) quase sempre em serviços pesadíssimos, impróprios de sua idade e que os depauperam, tornando-os raquíticos; e assim concorrem para o nosso retrocesso, pois se não tomarmos medidas sérias, seremos em breve, um país de degenerados física, moral e intelectualmente¹⁰⁹.

A sugestão aventada pelo Centro Confederativo dos Operários para sanar o problema da obrigatoriedade escolar, garantindo a frequência escolar, era a aplicação de penalidades aos responsáveis, tal como previsto em dispositivos legais anteriores – como a reforma do ensino primário do governo Afonso Pena, lei nº 41, promulgada em 1892, cujo artigo 62 dizia sobre multas “a serem impostas aos responsáveis por meninos não matriculados em escolas”. (MOURÃO, 1962, p. 26)¹¹⁰. Em momento algum a lei mencionava a proibição do trabalho de menores; mas, sim, as suas condições e a importância da escola, principalmente para a infância. O Centro cobrava uma postura do Estado em relação a essa situação que envolvia a infância mineira, que deveria ser preservada e instruída para a formação e desenvolvimento da nação.

No caso brasileiro, tem-se como marco normatizador do regime de trabalho infantil o decreto nº 1.313, de 1891, o qual fixava em 12 anos a idade mínima para trabalho e jornada de trabalho de sete horas com garantia de pausa para menores empregados em fábricas na capital federal, o que se aproximava das proposições da Conferência Internacional de Berlim, realizada no ano anterior. Naquele tempo, as leis publicadas eram específicas de cada estado

¹⁰⁹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

¹¹⁰ Outras leis que impuseram penalidades aos responsáveis pela infrequência de crianças em idade escolar na instrução primária foram a lei nº 800, de 1920 (multa de 10\$000 e prisão por três dias), e a Reforma Francisco Campos, de 1927 (multas).

da federação e, ao que tudo indica, em Minas Gerais não havia nenhuma norma que determinasse o horário de trabalho dos menores em minas e fábricas, a qual seria necessária a fim de proibir:

(...) absolutamente a aceitação nelas [fábricas e minas] de menores de 12 anos, não só porque o serviço pesadíssimo e exaustivo das fábricas lhes anquilosa o desenvolvimento físico, ocasionando graves perturbações no organismo, e enfraquecimento consequente da energia vital, como também porque, atraídos pelo dinheiro, cujo real valor desconhecem, por ele abandonam a educação e instrução e vão assim concorrer para aumentar o coeficiente de analfabetismo e da degenerescência, que já é tão elevado entre nós¹¹¹.

Somente em 1927, o trabalho infantil foi nacionalmente regulamentado, por meio do Código de Menores, que determinava:

(...) proibição de trabalho de menores de 12 anos; exigência de atestado médico; jornada de seis horas; proibição de trabalho noturno; permissão, com restrição, de trabalho infantil como atores, figurantes, acrobatas; proibição de menores de 18 anos nos serviços gráficos de conteúdo imoral, e exigência de certificado de estudos primários. (VEIGA, 2016, p. 294).

Tendo-se em vista essas análises e discussões em diferentes âmbitos do movimento operário no Brasil e, particularmente, em Belo Horizonte, no próximo capítulo, faz-se necessária a investigação sobre a constituição das associações operárias belo-horizontinas (Associação Beneficente Tipográfica, Centro Confederativo dos Operários, Confederação Auxiliadora dos Operários, e Confederação Católica do Trabalho), bem como as relações estabelecidas no campo das políticas educacionais governamentais entre 1900 e 1930.

¹¹¹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

2 ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS NA DINÂMICA DE CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE BELO HORIZONTE E DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Esse capítulo objetiva analisar o advento das quatro associações operárias aqui propostas para pesquisa: Associação Beneficente Tipográfica, Centro Confederativo dos Operários, Confederação Auxiliadora dos Operários, e Confederação Católica do Trabalho. Para este propósito será discutido o surgimento das associações como integrantes do processo de construção e desenvolvimento da capital de Minas Gerais, e como se posicionavam em relação ao processo de elaboração e implementação de políticas governamentais educacionais. O capítulo está dividido em quatro partes, cada qual tratando de uma associação operária, sendo que, inicialmente, é feita uma explanação sobre a constituição e funcionamento dessas organizações operárias buscando investigar, em seguida, acerca das relações estabelecidas no que diz respeito às políticas educacionais do governo.

Como já foi dito, apesar de as investigações historiográficas privilegiarem, em geral, o movimento operário que se fez no Rio de Janeiro e em São Paulo, Belo Horizonte não esteve à margem desse fato, visto que, também nela, emergiu uma classe operária ao mesmo tempo em que a cidade se industrializava e se edificava enquanto capital de Minas Gerais, “estruturando um contingente de operários com tendência a se agrupar em associações de classe, que desempenharam (...) papel significativo no processo de desenvolvimento da cidade”. (FARIA; GROSSI, 1982, p. 171).

Conforme Dutra (1988), as primeiras associações criadas na nova capital do Estado foram de caráter mutualista, tais como a Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro (1897), a Sociedade Beneficente de Belo Horizonte (1900) e a Associação Beneficente Tipográfica (1900). Embora outras associações tenham surgido com orientações diferenciadas até 1930, houve continuidade da proposta mutualista junto às de orientação católica e, em menor grau, às de orientação socialista reformista. O quadro 1, formulado com base no banco de dados do Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais¹¹², do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas, apresenta esses dados para o período

¹¹² O projeto *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* foi aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) em 2008. Seu objetivo foi fazer um levantamento histórico e biográfico do movimento operário em Minas Gerais, que resultou em um banco de dados, disponível no Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas.

analisado.

Quadro 1 – Organizações de trabalhadores existentes em Belo Horizonte por data de fundação e categoria profissional (1897-1930)¹¹³

	Fundação	Última aparição nas fontes	Tipo	Categoria profissional
Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro	1897	1934	Mutualista	-
Associação Beneficente Tipográfica	1900	1934	Mutualista	Tipógrafos
Sociedade Beneficente Belo Horizonte	1900	1934	Mutualista	-
Liga Operária de Belo Horizonte	1900	1912	Socialista reformista	Operários, estudantes, comerciantes e funcionários públicos
Auxiliadora dos Funcionários Públicos	1902	1902	Mutualista	Funcionários públicos
Sociedade Beneficente dos Empregados dos Correios de Minas Gerais	1902	1930	Mutualista	Empregados dos correios
Centro Operário Belo Horizonte	1904	1907	-	-
Associação Beneficente dos Funcionários Públicos	1904	1904	Mutualista	Funcionários públicos
Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais	1905	1930	Mutualista	-
Sociedade Beneficente Liga Operária Mineira	1906	1934	Mutualista	-
Club Recreativo dos Operários	1906	1913	-	-
Partido Operário Independente Mineiro	1907	1907	-	-
Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas	1907	1912	Socialista reformista	-
Associação dos Empregados do Comércio de Minas Gerais	1908	1930	-	Empregados do comércio
Sindicato Grêmio Espanhol	1909	1909	Mutualista	-
União Popular	1909	1934	Católica	-
Sociedade Beneficente dos Cocheiros e Carroceiros	1909	1909	Mutualista	Cocheiros e carroceiros
Liga dos Operários Mineiros	1911	1934	-	-
Grêmio Beneficente Espanhol	1911	1911	Mutualista	-
Centro da Colônia Portuguesa	1912	1912	Mutualista	-
Sociedade Beneficente dos Empregados do Comércio	1912	1912	Mutualista	Empregados do comércio
Associação B. dos Alfaiates	1912	1912	Mutualista	Alfaiates
Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos	1912	1914	Mutualista	Funcionários públicos

¹¹³ Não foi possível discriminar, com as fontes analisadas, quais dessas associações arroladas foram criadas efetivamente por operários ou a eles destinadas por terceiros.

	Fundação	Última aparição nas fontes	Tipo	Categoria profissional
Sociedade dos Artistas Alfaiates	1912	1912	-	Alfaiates
Sociedade dos Operários em Metais	1912	1912	-	Operários em metais
Sociedade dos Sapateiros, Seleiros e Afins	1912	1912	-	Sapateiros, seleiros e afins
Confederação Operária Mineira	1912	1921	Socialista	-
Sindicato dos Carpinteiros	1913	1927	Católica	Carpinteiros
Sindicato dos Pedreiros	1913	1927	Católica	Pedreiros
Centro Operário Sindicalista	1913	1913	Comunista	-
Associação Beneficente Operária Belo Horizonte	1913	1913	Mutualista	-
Centro Instrutivo dos Alfaiates	1913	1913	-	Alfaiates
Sociedade Pedreiros e Anexos	1914	1914	-	Pedreiros e anexos
Sociedade dos Operários em Madeira	1915	1915	-	Operários em madeira
Sociedade dos Operários Pintores	1916	1916	-	Pintores
Liga dos Operários Mineiros	1917	1917	Mutualista	-
Confederação Católica do Trabalho	1919	1941	Católica	-
Centro de Resistência dos Condutores de Veículos	1919	1919	-	Condutores de veículos
Cooperativa Operária	1920	1920	-	-
União Gráfica de Belo Horizonte	1921	1922	Mutualista	Gráficos
Sociedade Beneficente da Guarda Civil	1921	1921	Mutualista	Guarda civil
Sindicato dos Marceneiros	1921	1927	Católica	Marceneiros
Sindicato dos Ferroviários do Brasil	1921	1921	-	Ferroviários
Sindicato dos Empregados em Fábricas de Tecidos	1921	1921	-	Empregados em fábricas de tecido
Centro dos Chauffeurs de Belo Horizonte	1922	1934	Mutualista	Chauffeurs
Sindicato Misto	1922	1927	Católica	-
União Operária de Brasópolis	1922	1924	Mutualista	-
Aliança dos Condutores de Veículos	1922	1931	Mutualista	Condutores de veículos
União Internacional dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Pensões, Cafés e Anexos	1924	1934	-	Empregados de restaurantes, hotéis, cafés e anexos
União dos Empregados do Comércio de Belo Horizonte	1925	1934	-	Empregados do comércio
União dos Operários em Calçados e Anexos	1925	1933	-	Operários em calçados e anexos
Sindicato de Motorneiros e Condutores	1926	1927	Católica	Motorneiros e condutores
Sindicato dos Empregados dos Correios	1927	1927	Católica	Empregados dos correios
Sindicato dos Alfaiates	1927	1927	Católica	Alfaiates
Sindicato dos Padeiros	1927	1927	Católica	Padeiros
Sindicato dos Ferroviários	1927	1927	Católica	Ferroviários
Sindicato dos Mecânicos e Eletricistas	1927	1927	Católica	Mecânicos e eletricitas

	Fundação	Última aparição nas fontes	Tipo	Categoria profissional
Sindicato dos Empregados em Fábrica de Tecidos	1927	1927	Católica	Empregados em fábricas de tecido
Sindicato das Guardas e demais Empregados da Central	1927	1927	Católica	Guardas e demais empregados da central
Sindicato dos Retalhistas e mais Empregados em Açougue	1927	1927	Católica	Retalhistas e empregados em açougue
Sindicato das Empregadas Domésticas	1927	1927	Católica	Empregadas domésticas
Sindicato dos Pintores	1927	1927	Católica	Pintores
Sindicato dos Barbeiros	1927	1927	Católica	Barbeiros
Sindicato dos Carroceiros	1927	1927	Católica	Carroceiros
União Beneficente dos Retalhistas de Carne Verde	1927	1929	Mutualista	Retalhistas de carne verde
União dos Oficiais de Alfaiate	1927	1927	-	Oficiais de alfaiate
Centro Político dos Chauffeurs de Belo Horizonte	1927	1927	-	Chauffeurs
União Política dos Chauffeurs	1927	1927	-	Chauffeurs
Sindicato de Padeiros e Açougueiros	1927	1927	-	Açougueiros e padeiros
Confederação do Trabalho	1927	1934	-	-
União dos Trabalhadores em Padarias e Similares	1928	1934	Mutualista	Distribuidores, confeitores, panificadores e trabalhadores em fábrica de macarrão
Confederação das Associações Católicas de Belo Horizonte	1928	1928	Católica	-
Caixa Beneficente da Guarda Civil e a Previdência	1928	1945	Mutualista	Guardas civis
Centro de Cultura Proletária	1930	1930	-	-

Fonte: Banco de dados do Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas (apud AMARAL, 2015, p. 177-180).

O tipo da associação (se mutualista, socialista, católica ou comunista) foi definido levando-se em conta a sua caracterização nas fontes analisadas para a elaboração do dicionário (jornais e estatutos, principalmente). Dentre as organizações de trabalhadores elencadas entre 1897 e 1930, sabe-se que 25 eram mutualistas, 20 católicas, 3 socialistas e 1 comunista.

Um acontecimento expressivo para o movimento operário mineiro foi a realização do Congresso Operário Mineiro, de dois a seis de abril de 1907, em Sabará, cidade vizinha a Belo Horizonte, que objetivava tratar da “organização das classes proletárias do Estado e de estudar quais meios que deve lançar mão o operariado, a fim de conquistar o lugar a que tem

direito no convívio social”¹¹⁴.

Ao contrário do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906 no Rio de Janeiro, de natureza anarquista, o Congresso Operário Mineiro, nas palavras de Passos (2011, p. 75), “tinha como objetivo difundir os ideais reformistas”. As reformas deveriam ocorrer gradualmente, sem as ameaças à estrutura social atribuídas à orientação revolucionária, dado que era indispensável a “evolução dos costumes”¹¹⁵. Conforme texto publicado em *O Confederal* (1907):

Plenamente conhecedor do meio e do tempo em que agia, certo de que o movimento, atualmente embrionário, das classes trabalhadoras não pode, de um só passo, solver todas as graves questões que formam o complexo problema do proletariado, e que deve ser atacado de maneira firme, resoluta e sem desfalecimentos, embora a sua solução se faça lenta, pausada e vagarosamente, o Congresso entendeu que, no momento atual, não se deviam agitar as reformas radicais e necessárias que tendem a minar as convencionais e tradicionais bases sobre que repousa o eril edifício social¹¹⁶.

Entre as associações da capital convidadas para o Congresso, somente três enviaram representantes: Auxiliadora dos Funcionários Públicos, Centro Operário e Confederação Auxiliadora dos Operários. A Associação Beneficente Tipográfica aderiu à proposta do congresso, mas não enviou representante. Associações operárias das cidades de Sabará, Maria Custódia, Vera Cruz, Vila Nova de Lima, Honório Bicalho, Curvelo, Diamantina, Montes Claros, Ouro Preto, Passagem de Mariana e Vila Nova enviaram seus delegados, totalizando 13 associações operárias participantes¹¹⁷.

Conforme Amaral (2015), a discussão entre os 20 congressistas direcionou a criação de uma instituição que confederasse outras associações e unificasse os esforços em favor de conquistas trabalhistas. Dentre as associações que se confederaram, tem-se: Liga de Resistência Operária (Belo Horizonte), Centro Operário (Belo Horizonte), Clube Operário Sabarense José do Patrocínio (Sabará), Agremiação Socialista (Barbacena), Junta Operária Beneficente (Mariana), Sociedade Operária Beneficente São José (Ouro Preto), União Operária Beneficente (Diamantina), Círculo dos Operários da Lavoura de Vera Cruz (Sabará), Liga Operária Beneficente (Montes Claros), União Operária Beneficente (Curvelo) e União

¹¹⁴ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

¹¹⁵ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

¹¹⁶ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

¹¹⁷ Foram computadas as associações que aderiram e enviaram representantes ao Congresso Operário Mineiro.

Operária de Jequitai¹¹⁸.

Merecem ênfase as seis conclusões do Congresso Operário Mineiro, que embasariam a formação de uma confederação das associações operárias mineiras¹¹⁹. A primeira dizia respeito à organização do operariado por meio da confederação de associações com sede em Belo Horizonte, “onde haverá uma comissão central diretora, cujas atribuições serão definidas em lei básica por ela confeccionada e aprovada”¹²⁰, o que originou o Centro Confederativo dos Operários. A comissão central, responsável pela administração do Centro, seria eleita anualmente, a partir de decisão dos representantes das associações, e composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, orador, 1º secretário, 2º secretário, procurador e por uma comissão de sindicância, totalizando dez membros. A primeira comissão escolhida foi formada por Alcides Batista Ferreira (presidente), João Hamacek (vice-presidente), Pedro Paulo Gallotti (tesoureiro), José Mamede Silva (orador), José Gomes Jardim (1º secretário), Alberto Gomes (2º secretário), Vicente de Paula Medeiros (procurador) e Firmino Brígido Peixoto, Antônio Caetano da Rocha e José Alves Pereira integrando a comissão de sindicância¹²¹.

Em cada sede da associação haverá uma comissão parcial que se constituirá da diretoria da Associação e que se corresponderá amiudamente com a comissão central, da qual é a representante legal na sede de que se tratar, e que terá atribuições particulares definidas em lei.

À comissão central fica incumbida toda a propaganda dos princípios sociais, a inspeção das escolas fundadas nos centros operários, a direção da imprensa operária e da política confederal, a regulamentação das escolas livres e a convocação do futuro Congresso Operários (sic)¹²².

A segunda conclusão defendia a adesão de uma lei básica pelo Centro e associações confederadas para que houvesse unidade de ação, “por isso as associações só serão admitidas na Confederação mediante um tratado assinado entre a associação a confederar-se e a comissão central que é a representante legal e jurídica do Centro Confederativo”¹²³.

A terceira tratava dos meios a serem utilizados para preparar os operários “para a luta

¹¹⁸ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 02, 01 jul. 1907. p. 04.

¹¹⁹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

¹²⁰ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

¹²¹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 01.

¹²² CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

¹²³ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

pacífica pelos seus direitos”, tais como a fundação de uma imprensa livre de doutrina e propaganda, bem como uma representação destinada ao governo sobre:

(...) a necessidade da fundação de escolas noturnas nos centros fabris e industriais e de escolas profissionais e de belas artes no Estado, e de ser concedido auxílio pecuniário as fundadas pelas associações; e aconselhará a fundação de escolas livres nas sedes destas, logo que as condições do meio o permitirem.

As escolas livres, fundadas pelas associações terão regulamentação especial, calcada nas leis do país, e terão por fito a difusão da instrução e educação moral, cívica e intelectual entre os operários¹²⁴.

A quarta definia a adoção de ideais políticos como esfera de ação para intervir “nas lutas políticas municipais, estaduais e federais, a fim de conseguir eleger seus representantes e influir diretamente na administração do Estado, para poder alcançar as reformas necessárias e reclamadas para a afirmação prática e efetividade de seus direitos”¹²⁵. Ter representantes significava levar aos governos as aspirações e reclamações do operariado e, com isso, buscar a “emancipação operária” por meio do direito operário. A criação de um partido político, o Partido Operário Mineiro Independente, seria um instrumento para essa ação.

Constituindo nós um partido, atuando inicialmente com o peso material do voto, para mais tarde podermos atuar moralmente com o voto e a palavra dos nossos representantes, é necessário que façamos sentir que, jamais seremos um partido de oposição ao Estado; estaremos, ao contrário, ao lado do governo enquanto suas resoluções não forem vexatórias e prejudiciais a classe operária e exercermos inexorável e serenamente o direito de crítica contra os desmandos, seja quem for que os cometa, e nunca descenderemos ao terreno do revide pessoal, só explicável nos casos em que há interesses inconfessáveis a defender, porque nosso ideal político, calcado nos são princípios do socialismo, está muito acima desta politiquice pessoal, verdadeira corrupção e gangrena moral, que degenera o povo, abate-lhe os sentimentos e amortece-lhe o brio, fazendo-o perder a noção de dignidade¹²⁶.

A quinta reforçava a intenção de criação de um jornal vinculado ao Centro para garantir a eficácia da propaganda, para além da atuação em instâncias políticas.

Será criado na sede central, um jornal de doutrina e propaganda, mediante contribuição das associações confederadas, e que ficará sob a imediata gestão e responsabilidade da Comissão Central, que, de acordo com as circunstâncias pecuniárias e as exigências da propaganda fará com que seja ele publicado semanal, bi-semanal ou diariamente.

¹²⁴ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

¹²⁵ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

¹²⁶ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

As associações confederadas receberão números de jornais proporcional à sua cota de contribuição¹²⁷.

Por fim, a sexta e última resolução reafirmava a instrução dos operários e de seus filhos (em 1º lugar) e a eleição de representantes municipais, estaduais e federais (em 2º lugar) – “que, em todos os ramos dos poderes, pugnem pelos interesses do operariado”¹²⁸ – como os principais meios lançados para resolver o problema operário em Minas Gerais, qual seja, a constituição do direito operário. Segundo o Centro, esse direito era um “complexo de normas especiais que, quebrantando a dura severidade das leis atuais, em que o operário não tem tido ainda foros de homem livre e de cidadão, exalça a condição social e jurídica dos humildes obreiros do trabalho (...)”¹²⁹. Contudo, esse conjunto de normas não era incompatível ao desenvolvimento do capitalismo:

(...) a sistematização da transcendente questão social no tocante às relações jurídicas do capitalista e do operário constituirá em breve uma das mais interessantes manifestações do direito dos povos cultos, regulando convenientemente essas relações sem sacrifícios da liberdade e dignificação do trabalho, ou embaraços injustificáveis à expansão do capitalismo¹³⁰.

A partir de 1919, com o surgimento da Confederação Católica do Trabalho, uma parte significativa das associações operárias passou a adotar suas proposições e atuar em conjunto, resultado do processo de arregimentação promovido pela militância católica. A Confederação não somente liderou o movimento operário da cidade até a década de 1930, como foi responsável pela criação de alguns sindicatos organizados por categoria profissional, o que pode ser verificado no quadro 1, principalmente no curso da década de 1920.

Após esse período, houve adequação da Igreja Católica às orientações de Roma baseadas na encíclica *Quadragesimo Anno*¹³¹, publicada em 1931, quando “não se tratava mais de criar e controlar as organizações operárias, mas de estruturar os leigos numa

¹²⁷ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

¹²⁸ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

¹²⁹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 01.

¹³⁰ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 01.

¹³¹ Lançada pelo Papa Pio XI em 1931, 40 anos após a *Rerum Novarum*, a encíclica papal *Quadragesimo Anno* foi escrita após a crise econômica de 1929. Reforça a doutrina econômica e social da Igreja, esclarecendo determinados pontos, indicando a reforma cristã dos costumes como via de restauração e aperfeiçoamento da ordem social.

organização política com um projeto para a sociedade, mobilizando e formando opiniões”. (LE VEN; NEVES, 1996, p. 86).

2.1 A Associação Beneficente Tipográfica

Em cinco de abril de 1900, o jornalista José Maria de Azevedo Júnior publicou uma crônica, no *Jornal do Povo*, sobre o precoce falecimento do tipógrafo do jornal *Minas Gerais*, João Guilherme de Carvalho, a respeito das dificuldades econômicas que envolveram tal fato e a necessidade de formação de um grêmio para amparo material da categoria tipográfica¹³². Ao que parece, essa crônica impulsionou a categoria a se constituir em associação, dado que os tipógrafos se movimentaram nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e coletaram cerca de 80 assinaturas dos que seriam os sócios-fundadores da Associação Beneficente Tipográfica (ABT).

A sessão inicial ocorreu em 29 de abril de 1900, na residência de Antônio Augusto das Dores, localizada na Avenida São Francisco¹³³, quando 25 tipógrafos reunidos discutiram sobre a construção de uma associação para amparo da categoria, redigiram as suas bases sociais e escolheram uma diretoria provisória (a eleição da diretoria efetiva se verificou em 24 de maio de 1900)¹³⁴. Eram os sócios-fundadores: Alcides Batista Ferreira, José Alves Pereira, João Andrade, Abílio Barreto, Antônio Augusto das Dores, Eugênio Velasco, Pedro Alonso de Verçosa, José Victor, Olívio Ferreira, Oscar Pereira, Alípio Silva, José Coelho, Theophisto Vaz de Mello, João Osório Teixeira, Pergentino Prata, Hermenegildo Cruz, Manoel Sabino, José Arantes, Francisco Coelho Neto, Pedro de Lima Valverde, João Honório Gonzaga, Américo Olavo, Messias Caetano, Pedro Alexandrino e Gustavo Dores¹³⁵.

Naquele momento, foi fundada a ABT, tendo como principal objetivo amparar os tipógrafos em situações diversas, como em caso de doença e morte, sendo que, em pouco tempo, já contava com 116 inscritos, entre sócios efetivos e fundadores. Segundo o regimento, suas finalidades eram: 1) auxiliar o sócio enfermo que pela gravidade da doença não pudesse trabalhar; 2) concorrer com auxílios para o enterro de sócios efetivos; 3) trabalhar pelo

¹³² JORNAL DO POVO, Belo Horizonte, ano I, n. 104, 05 abr. 1900. p. 01.

¹³³ A Avenida São Francisco corresponde à atual Avenida Olegário Maciel, localizada nos limites da Avenida do Contorno.

¹³⁴ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, maio 1911. p. 11.

¹³⁵ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Gráfico Mineiro*: edição comemorativa do aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1936), Belo Horizonte, abr. 1936. p. 26.

reerguimento e nivelamento social da categoria, para solidariedade entre seus membros e também para seus interesses¹³⁶.

Nos estatutos de 1904 e 1924, encontram-se importantes informações relativas ao funcionamento da associação. Os sócios eram efetivos, remidos (aquele que quitasse de uma só vez a quantia de 300\$000), honorários ou beneméritos. As categorias de sócios honorários e beneméritos valiam somente pela dignidade, já que não desfrutavam de direitos e nem se sujeitavam aos deveres previstos aos sócios.

Para ser sócio efetivo, os proponentes deveriam apresentar idade conforme estipulado¹³⁷; “serem tipógrafos ou trabalharem em artes congêneres à tipográfica durante dois anos consecutivos, pelo menos, sendo que delas tirem meios de subsistência”; não padecerem de doenças incuráveis (o que poderia tornar um membro oneroso); apresentarem bom comportamento na sociedade; e “serem propostos por um ou mais sócios, e aceitos por maioria de votos”¹³⁸.

Depois de admitido, ao sócio caberia contribuir com pagamento de joia (taxa de admissão), obtenção de diploma (certificado) e mensalidades; comparecer às sessões previamente agendadas¹³⁹; “concorrer por todos os meio dignos para o engrandecimento e progresso da Associação”; “respeitar e fazer com que sejam observados rigorosamente os Estatutos e as decisões tomadas pela Casa”; “acatar e cumprir as decisões e ordens do Presidente e do Conselho Deliberativo, desde que sejam legais”; “tomar a defesa da Associação ou de seus consócios, quando injustamente acusados”; aceitar qualquer cargo para o qual foi eleito ou nomeado; e solicitar auxílios em caso de doença¹⁴⁰.

Se em dia com a ABT, o associado poderia usufruir de pensão mensal, quando adoentado, que variava de acordo com o fundo disponível. Em caso de falecimento, à sua família era disponibilizado um auxílio para as despesas com o enterro, e um “pecúlio de 1:200\$000, que será pago em prestações mensais de 100\$000, a partir do trigésimo dia de

¹³⁶ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 03.

¹³⁷ Nos estatutos de 1904 constam que os sócios deveriam ser maiores de 15 anos. A partir dos estatutos de 1924 somente eram aceitos sócios maiores de 18 anos e menores de 45 anos. Os filhos varões dos sócios que exercessem profissões julgadas honestas também poderiam ser admitidos como sócios.

¹³⁸ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 04-05.

¹³⁹ Qualquer sócio poderia se eximir de comparecer às sessões da Associação Beneficente Tipográfica permanentemente, desde que pagasse uma quantia mensal.

¹⁴⁰ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904. p. 05.

falecimento”¹⁴¹. Além dessas beneficências, a ABT apoiava juridicamente os sócios se acusados de delitos “até a sentença que os declara[sse] criminosos ou inocentes”¹⁴², e realizava empréstimos no caso de pessoa doente na família.

Ainda que os dados sejam escassos e fragmentários, nota-se que o número de sócios foi regular e quase sempre crescente até 1925: 116 sócios em 1900, 100 em 1906, 122 em 1911, 164 em 1920, 156 em 1921, e 231 em 1925¹⁴³. Provavelmente, o expressivo aumento de sócios entre 1921 e 1925 foi consequência da arregimentação no meio operário promovida pela Confederação Católica do Trabalho, na década de 1920, que objetivava, entre outras ações, o fortalecimento de algumas associações operárias existentes em Belo Horizonte para a conquista de demandas coletivas e a constituição de uma única confederação em Minas Gerais.

A diretoria da ABT – composta por presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro e procurador ou recebedor – era anualmente eleita (ver anexo A). Além dos quadros da direção, havia comissões permanentes e especiais, e conselho deliberativo.

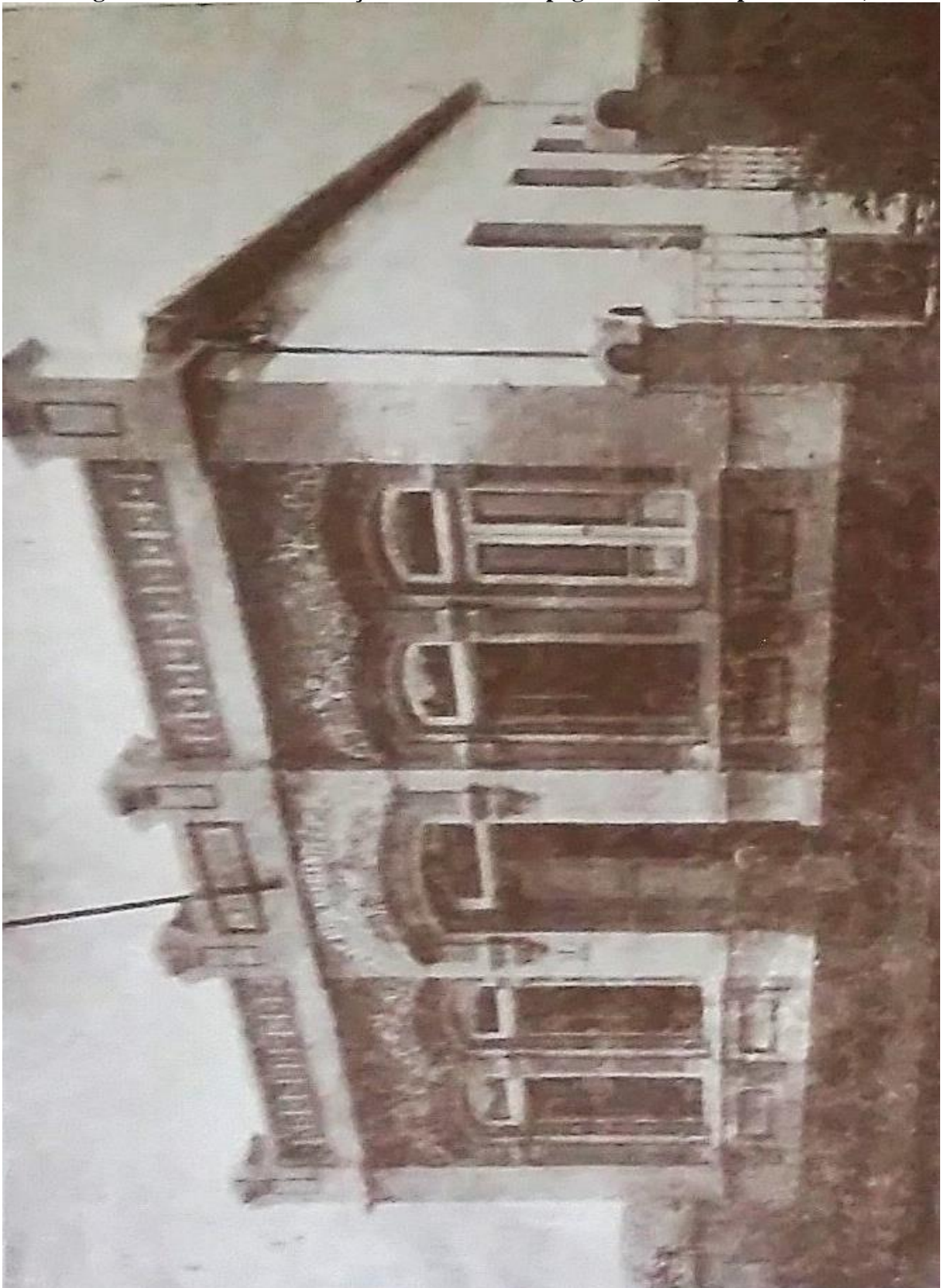
Apesar de fundada em 1900, a ABT somente inaugurou a sua sede social uma década mais tarde (figura 3). Nesse ínterim, os salões da Imprensa Oficial ou da Câmara dos Deputados de Belo Horizonte eram utilizados para as reuniões, o que sugere parceria entre essa associação e instituições públicas.

¹⁴¹ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, 1924. p. 14.

¹⁴² BARRETO, Abílio. Breve histórico da A. B. Tipográfica. *O Gráfico Mineiro*: edição comemorativa do aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1936), Belo Horizonte, abr. 1936. p. 04.

¹⁴³ Conforme dados extraídos da *Revista Comemorativa* do aniversário da Associação Beneficente Tipográfica de 1906, 1911, 1920 e 1925.

Figura 3 – Sede da Associação Beneficente Tipográfica (Rua Espírito Santo)



Fonte: Revista Comemorativa do 25º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica, 1925.

A lei nº 39, de 29 de outubro de 1909, autorizou o prefeito Silviano Brandão a conceder gratuitamente à ABT o espaço necessário para a construção da sede. (PENNA, 1997, p. 116). Alguns meses depois, em janeiro de 1910, foram doados três lotes em Belo Horizonte. A localização dos lotes doados, na Rua Espírito Santo, zona urbana da cidade, está especificada na figura 4.

A 26 de janeiro de 1910, o Prefeito da Capital, de acordo com uma lei do Conselho Deliberativo, doava à Associação os lotes 15, 17 e 18, do quarteirão 17, a 4.^a secção urbana, para a construção da sede social, e a 3 de janeiro de 1911, na administração do sr. Américo Gomes de Souza, a Associação contratava com os srs. Garcia de Paiva & Pinto essa construção por 10:000\$000, sendo a planta desenhada pelo arquiteto sr. Edgard Nascentes Coelho¹⁴⁴.

Contudo, de acordo com a revista da ABT de 1911, a associação não dispunha de suficientes recursos financeiros em caixa para a construção do edifício destinado à sede. Para tanto, em 1910, solicitou ao governo do Estado uma verba de 10 contos de réis, a qual foi deferida por Wenceslau Brás. Um artigo do periódico da associação (1911) glorifica a figura do governante em decorrência dessa concessão, que “com aquela nítida compreensão dos deveres do Estado para com as classes laboriosas, não tardou em deferir”¹⁴⁵. Essa quantia concedida pelo governo, somada à quantia disponível nos cofres, possibilitou a construção do edifício-sede, inaugurado em 29 de abril de 1911^{146 147}.

¹⁴⁴ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Gráfico Mineiro*: edição comemorativa do aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1936), Belo Horizonte, p. 03-04.

¹⁴⁵ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. Dois grandes beneméritos. *Revista da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, maio 1911, p. 08-09.

¹⁴⁶ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Gráfico Mineiro*, Belo Horizonte, out. 2000, p. 28.

¹⁴⁷ Já na década de 1940, o edifício foi reestruturado a partir de empréstimo autorizado pelo governador Milton Campos via Caixa Econômica Estadual.

Figura 4 – Localização da sede da ABT na planta geral de Belo Horizonte



Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, 1895 (adaptado pela autora).

A ABT publicou sete números da *Revista Comemorativa* entre 1900, ano em que foi criada, até 1936, ano de edição da última edição, as quais correspondem aos anos de 1906 (a primeira edição), 1908, 1911, 1920, 1925, 1930 e 1936. O objetivo da revista era a publicação de artigos sobre a questão social do operariado para tornarem conhecidos os serviços de defesa e propaganda em favor da “emancipação operária”. A revista apresentava artigos que tratavam de assuntos diversificados, desde textos sobre combate ao comunismo, tipografia, questões relacionadas aos operários, poesias e homenagens, até temáticas concernentes à ABT: sua criação, desenvolvimento, quadro de sócios, administração e movimentações financeiras.

O apoio a autoridades e dirigentes públicos é perceptível em homenagens e textos da revista, o que pode ser indicativo da estreita relação entre essa associação e parte da elite dirigente, integrando uma estratégia para a conquista de benefícios, tal qual nos eventos referentes à construção da sede. Alguns desses sujeitos eram sócios (honorários e beneméritos) da ABT, que apareciam em destaque na edição da revista de 1930, provenientes da política, medicina, literatura, advocacia, ciências e artes: Wenceslau Brás, Melo Viana, Abílio Machado, Léon Roussolières, Mário de Lima, Gudesteu Pires, Nelson de Senna, Juscelino Barbosa, Lauro Jacques, Abílio Barreto, Eduardo Frieiro, Carvalhais de Paiva, etc.¹⁴⁸.

Embora um dos principais objetivos fosse o auxílio material aos seus associados, a organização era favorável à “emancipação operária” dentro dos limites políticos estabelecidos pelo Estado, enfrentando lutas mais amplas, como a conquista do direito operário, o qual era concebido como modo de “dentro da órbita da justiça e da lei, propugnar convicta e ardentemente a emancipação e dignificação social do operário”¹⁴⁹. Esse posicionamento articulava-se à noção de socialismo defendida pela ABT. Assim sendo, o “verdadeiro” socialismo relacionava-se ao princípio das religiões, sintetizado na máxima “ama ao teu próximo como a ti mesmo”. Se esse socialismo era “fecundo”, aquele socialismo favorável às greves e revoluções era rechaçado e considerado “dissolvente e anárquico” e “nocivo à fraternidade universal”¹⁵⁰.

¹⁴⁸ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Gráfico Mineiro*: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 42.

¹⁴⁹ FERREIRA, Alcides Batista. *Aos Operários*. *Revista Comemorativa do 6º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, maio 1906. p. 09.

¹⁵⁰ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, maio 1911. p. 08.

Outras bandeiras levantadas pela ABT foram: aumento salarial, normatização sobre acidentes de trabalho e consequentes indenizações, fixação da jornada de trabalho em oito horas, extinção da categoria dos jornaleiros, aposentadoria, descanso dominical, regularização das moradias operárias¹⁵¹, algumas das quais desenvolvidas em parceria com outras organizações, como a Confederação Auxiliadora dos Operários, o Centro Confederativo dos Operários e a Confederação Católica do Trabalho.

Sobre a colaboração entre a ABT e outras associações, tem-se, em 1907, sua adesão a proposta do Congresso Operário Mineiro, com o objetivo de organizar e unificar os interesses do operariado mineiro, e participação em algumas comemorações do Dia do Trabalhador, como as que foram organizadas em 1907, pela Confederação Auxiliadora dos Operários, e em 1912, pela Liga Operária.

A partir da década de 1920, a ABT e outras organizações operárias passaram a se respaldar na vertente católica que adquiriu bastante solidez na capital mineira por meio da Confederação Católica do Trabalho, criada em 1919, que passou a liderar os embates operários¹⁵². De acordo com Amaral (2007),

De forma geral, a Confederação Católica do Trabalho encaminhava as reivindicações dos trabalhadores da cidade aos poderes públicos e buscava, por sua força e representatividade, seu atendimento. As principais campanhas da entidade foram pela garantia da jornada de 8 horas, pela conquista de habitações populares e pelo respeito ao descanso dominical. (...). Em linhas gerais, o papel exercido pela entidade era de conquistar garantias legais para os trabalhadores junto aos poderes públicos, fiscalizar o cumprimento delas nos locais de trabalho, denunciar o não cumprimento por parte dos patrões e mediar soluções para os conflitos.

A proximidade com o poder público expressou-se em muitas ocasiões em artigos publicados no *O Operário*, nos quais figuras políticas eram elogiadas pela preocupação com a causa operária. (AMARAL, 2007, p. 59).

Os laços entre a ABT e a Confederação Católica do Trabalho foram estreitados a ponto de aquela apoiar, em 1925, o “lançamento da pedra fundamental destinada ao edifício para a sede da Confederação Católica do Trabalho”, representada pelo sócio Arthur Cyrino. Ademais, Américo Gomes de Souza – vice-presidente da ABT, em 1903 e 1909, e presidente em 1910, 1911 e 1916 – foi vice-presidente da Confederação em 1925. No mesmo ano, em edição comemorativa de *O Operário*, foi estampada uma fotografia da sede e outra do presidente da ABT, Francisco de Paula Gil Júnior, e apresentado artigo sobre a organização

¹⁵¹ LOBO, Estevão. *O Operariado Moderno. Revista Comemorativa do 6º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, maio 1906. p. 14.

¹⁵² Ver item 2.4 sobre a Confederação Católica do Trabalho.

dos tipógrafos na cidade, a fundação, as finalidades, a reformulação dos estatutos da ABT, etc.

Na edição de 1908 da revista da ABT, identifica-se artigo sobre educação, de autoria de J. Camelo. No entendimento desse autor,

Seria longo e, acaso, impossível para mim, tratar de todos os meios destinados a criar o entendimento do povo e a apurar-lhe o sentimento, tornando-o consciente e, portanto, livre.

Dando, porém, em fórmula breve o que se exige para tal ascendente, julgamos que é necessário – instruir e educar.

Verdade velha, sem dúvida, mas infelizmente iludida pelos fatos, quase sempre.

Não falamos em instrução especial; pensamos no esclarecimento geral do povo, acessível a qualquer, por todos os recantos, e elementar.

Por educação, entendemos a nobilitação de todos pela influência do bom exemplo das classes dirigentes, amigas do trabalho, da justiça, da liberdade.

Queremos a instrução que habilite a cada um produzir, exercendo qualquer atividade de acordo com a moral, e a educação austera dos mais humildes, para a perseverança no esforço, o devotamento ao semelhante, a abnegação cívica, a confiança no futuro.

Estes devem ser os fins da política operária. (...)153.

O autor compactua integralmente com os padrões ao defender a instrução elementar como necessária ao esclarecimento do povo para o exercício de atividade produtiva, e a educação como enobrecimento geral a partir do bom exemplo dos dirigentes, vistos como amigos do trabalho, da justiça e da liberdade.

Um dos escritos da edição da revista da ABT de 1925 referendava as obras desenvolvidas durante o governo Melo Viana (1924-1926), das quais sobressaía a criação de uma escola maternal:

Vivíamos a lamentar a sorte das crianças pobres, dos filhos dos operários. A elas se referiam os homens de governo com uma ternura indescritível. E os literatos dos jornais, em torno dos pequeninos seres, faziam frases. Não obstante, o filho do operário continuava por aí, ao desamparo, sem instrução, e quantos deles a nos estender as mãos às portas das igrejas!

O senhor Melo Viana, farto do quadro triste que se deparava de ver o filho do pobre sem instrução e com fome, e, com certeza, mais farto ainda de tanta literatice – fundou a Escola Maternal¹⁵⁴.

Segundo Mourão (1970, p. 359), o edifício da escola maternal, localizado na atual

¹⁵³ CAMELO, J.. Política operária. *Revista Comemorativa do 8º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, abr. 1908. p. 10-11. Grifo nosso.

¹⁵⁴ ANDRADE, Moacyr Assis. Presidente Melo Viana. *Revista Comemorativa do 25º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, abr. 1925. p. 02.

Avenida Augusto de Lima¹⁵⁵, foi realmente construído (ver figura 5), todavia não “ficou servindo para a finalidade de sua construção, qual a de receber crianças pobres, filhas de operários, para sua educação e preservação”. No prédio funcionou o Ginásio Mineiro e, ao que parece, uma repartição pública e o Colégio Militar. Nesse espaço também se estabeleceu a Escola de Aperfeiçoamento, em março de 1929, cujo objetivo era “dar aos professores primários uma técnica moderna de ensino, promovendo-lhes, ao mesmo passo, o desenvolvimento físico, intelectual e social (...)”. (MOURÃO, 1970, p. 438).

¹⁵⁵ A Avenida Augusto de Lima localiza-se cerca de um quilômetro de distância da Avenida do Contorno, no interior da antiga zona urbana de Belo Horizonte. O terreno do edifício em questão abriga atualmente o Fórum Lafayette.

Figura 5 – Vista externa da Escola Maternal Melo Viana em Belo Horizonte



Fonte: Arquivo Público Mineiro (1927).

Nessa mesma edição consta texto “Às mães de família mineiras”, de autoria do próprio Melo Viana, que frisava o artigo 82 do regulamento da reforma de ensino primário de 1924 (decreto nº 6.655, de 18 de agosto de 1924), cuja prescrição era a seguinte: “O governo ouvirá, sempre, sobre a eficiência e moralidade do ensino, as associações de mães de família que por ventura se organizem na localidade para promover ou inspecionar o ensino”. O governante ponderava que a primeira educação era empreendida pelas mães em seus lares, a qual avançava com a escola, apontada como “prolongamento do lar”. Por isso, defendia o acompanhamento materno nos estudos dos filhos a fim de colaborar para o desenvolvimento da educação pública do Estado, dividindo com as famílias mineiras o que revelava como “difícil e sagrada missão educativa do Estado”¹⁵⁶.

Deve-se problematizar o sentido da revista ao publicar matérias com este tipo de conteúdo, afinal mulheres pobres e da classe trabalhadora, em geral, trabalhavam fora de casa, não dispoem de tempo para acompanhar seus filhos nesta e em outras atividades. Logo, infere-se que sua publicação mais pretendia dar visibilidade às políticas oficiais que, de fato, alcançar essas mulheres.

Em texto do tipógrafo e sócio Antônio Borges, publicado na edição de 1930, evidenciava-se a necessidade do ensino profissional para a categoria tipográfica, sem, contudo, apostar na carência desse tipo de ensino como a única culpada pelo que designava como “inferioridade artística”.

(...) Sejam justos e clarividentes. Não será pequena a vantagem se o ensino profissional nos levará mecanização da arte, mecanização perfeita, é claro, como a conseguiram os Estados Unidos e nossa vizinha Argentina; tão perfeita que não me escandalizarei se amanhã me asseverarem que os tipógrafos novaiorquinos não precisam saber ler!

Que venham os institutos profissionais: será motivo de orgulho nosso se pudermos sem grandes perturbações formar na legião da burguesia tipográfica!¹⁵⁷

A instalação de institutos profissionais voltados ao desenvolvimento das técnicas tipográficas poderia, segundo o autor, contribuir para o melhoramento da tipografia brasileira. Observa-se que o aperfeiçoamento almejado se vinculava à implantação da mecanização que avançava a tal ponto que não tardaria ser dispensável o domínio da leitura. Além da possibilidade dos avanços mecânicos, a alfabetização necessária aos tipógrafos os

¹⁵⁶ VIANA, Fernando Melo. Às mães de família mineiras. *Revista Comemorativa do 25º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, abr. 1925. p. 04-05.

¹⁵⁷ BORGES, Antônio. Mecanização da arte. *O Gráfico Mineiro: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930)*, Belo Horizonte, abr. 1930. p. 22.

diferenciava em relação a outros operários. É provável que a referência à formação de uma “legião da burguesia tipográfica” se fez em virtude desses argumentos.

Há de se destacar que essa visão da categoria tipográfica como “elite” do movimento operário brasileiro é discutida por Ferreira (1988). Para a autora, a categoria foi a primeira a se organizar em sindicatos e associações no mundo e no Brasil em decorrência das necessidades da própria profissão, que exigia saber ler e escrever, entendida como uma particularidade do ofício gráfico. Além disso, aponta que sua remuneração era superior à dos demais operários. Esses elementos indicados por Ferreira, contudo, não são suficientes para explicar a categoria tipográfica como “vanguarda” ou “elite” do movimento operário. Sobre a remuneração, inclusive, sabe-se que, em Belo Horizonte, em 1923, conforme a tabela 2, os tipógrafos recebiam salários menores que os de alfaiate, bombeiro, carpinteiro, ferreiro, marceneiro, pintor, sapateiro, serralheiro e tintureiro.

2.2 Confederação Auxiliadora dos Operários

A Confederação Auxiliadora dos Operários¹⁵⁸ foi criada a 12 de março de 1905, após reunião realizada na casa do sócio Joaquim Magalhães com a presença de 11 pessoas ao todo. Segundo Passos (2011), a iniciativa de sua fundação partiu de José Maria Pereira, também sócio-fundador, e seu objetivo inicial era “instituir uma sociedade operária para *socorrer* os trabalhadores”. (PASSOS, 2011, p. 71, grifo do autor). José Modestino Leão, funcionário público que trabalhava nos Correios, foi o primeiro presidente da Confederação. (PASSOS, 2011, p. 117).

De acordo com Abílio Barreto, a Confederação iniciou suas atividades com um capital de cinco mil contos de réis. O dinheiro foi obtido através de subscrições de 250 ações de vinte mil réis cada. O capital foi utilizado na compra de uma tipografia, onde era editado o jornal *O Labor*, o periódico da Confederação. (PASSOS, 2011, p. 71-72).

Como noticiado no jornal *O Labor*, o acontecimento foi comunicado a autoridades públicas, quais sejam, o presidente do Estado, Francisco Sales; o chefe de polícia, Cristiano

¹⁵⁸ Após uma dissidência, em 1906, a Confederação Auxiliadora dos Operários se dividiu em duas confederações, originando uma segunda com nome idêntico, alterado para Liga Operária de Resistência em 1907 e, em 1908, para Liga Operária Mineira. (Banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas).

Brasil; o prefeito da capital, Francisco Bressane Azevedo; o delegado da 2ª circunscrição; e também algumas associações: Associação Beneficente Tipográfica, Centro Operário, Associação dos Funcionários da Capital, e Junta Auxiliar de Morro Velho¹⁵⁹.

Essa associação, “constituída unicamente de operários”¹⁶⁰, pretendia a união operária para amparar os “homens filhos do trabalho e tão desprotegidos da sorte”¹⁶¹. Orientava-se a partir dos princípios de filantropia, sociabilidade, instrução, ordem e progresso, os quais, para Passos (1991, p. 13), esbarrava “com os princípios do Positivismo, crendo encontrar na sua filosofia um meio para solucionar os problemas do momento, evitando assim a conturbação social e política”¹⁶². Conforme Amaral (2015, p. 81), ainda que fosse uma associação de caráter beneficente, atuou “para resolver tensões entre operários e patrões”.

A Confederação se posicionava “pela tutela do operariado por parte do Poder Público, que cuidaria de conseguir a harmonia do corpo social”. (FARIA; GROSSI, 1982, p. 189). Dessa maneira, diferentemente das associações anarquistas e comunistas, a Confederação aceitava o regime republicano, por isso não apresentava ideias contrárias ao governo e características revolucionárias. Ao contrário, tal qual a ABT, suas críticas e lutas por direitos se realizavam dentro dos limites governamentais, como observamos nos estatutos, em que estava expresso que um dos fins da Confederação era o de “empregar todos os meios possíveis de resolver qualquer divergência entre operários e industriais ou chefes”¹⁶³. Conforme Dutra, esta instituição:

Antes de 1920 chegou a se constituir como uma tendência organizatória do movimento operário de Belo Horizonte. A Confederação participou do Congresso Operário Mineiro, realizado em 2 de abril de 1907 em Sabará, onde foram vitoriosas as proposições reformistas; atendeu também a convocações da Liga Operária para comemorações do 1º de maio de 1912, enviou telegramas de congratulações ao 2º Congresso Operário de 1912 e apoiou todas as iniciativas do movimento sindical católico durante a década de 20. (DUTRA, 1988, p. 118).

¹⁵⁹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905. p. 02.

¹⁶⁰ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 05, 17 ago. 1905. p. 02.

¹⁶¹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 02 jul. 1905. p. 01.

¹⁶² Apesar do citado vínculo com o ideário positivista, este não impediu a posterior vinculação da Confederação Auxiliadora dos Operários à Confederação Católica do Trabalho.

¹⁶³ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911. p. 03.

A Confederação perdurou por toda a Primeira República¹⁶⁴. Em 1920, contabilizava 738 sócios e, em 1925, 900 sócios¹⁶⁵. Possuía sede própria e considerável renda¹⁶⁶. Caso deixasse de existir, os bens dessa associação seriam doados à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte¹⁶⁷.

De acordo com o regimento da associação, dentre seus fins estavam: a promoção da solidariedade entre as associações congêneres, a resolução das divergências entre operários e patrões, o oferecimento de auxílios pecuniários, a realização de enterro de sócios, a ajuda no emprego de associados desempregados, a criação e a manutenção de uma biblioteca e de um liceu de artes e ofícios¹⁶⁸. Também aspirava empregar seus capitais acumulados em outras ações:

(...) desenvolvendo indústrias, que darão trabalho e rendimento ao operário, que darão incremento à nossa terra e rendimentos ao Estado, quase exausto na atualidade; construirá casas de tipos a servir para moradia de famílias operárias, mediante um aluguel relativo ao capital empregado, elegerá pelas urnas um representante patriota, sem fingimento e na altura de levar apresentações aos governos em prol dos mesmos e das classes trabalhadoras.

Neste ponto alcançaremos então, com honra, o lugar a que temos direito; porém, será com o trabalho que o alcançaremos, com o trabalho assíduo, com lealdade franca, com perseverança sincera, para o que, urge que os operários todos se inscrevam nesta associação sagrada, urge que se levantem dessa letargia, pela qual estão sendo dominados (...)¹⁶⁹.

A Confederação contava com diretoria composta por cinco membros (presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, e tesoureiro) e conselho composto por 14 membros, ambos com mandato de dois anos. Além disso, havia três comissões – de contas, sindicância e beneficência – encarregadas de proceder a diferentes verificações¹⁷⁰.

Planejava ser constituída por um número ilimitado de sócios, que se dividiam entre as categorias de fundadores, efetivos, remidos, correspondentes (residentes em outras

¹⁶⁴ Segundo informações do banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas, a última aparição nas fontes da Confederação Auxiliadora dos Operários foi em 1930.

¹⁶⁵ Essas informações foram extraídas do banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais*, disponível no Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas.

¹⁶⁶ Em 1919 dispunha de renda de 16.824\$000. (FARIA; GROSSI, 1982, p. 196).

¹⁶⁷ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911. p. 21.

¹⁶⁸ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911. p. 03.

¹⁶⁹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 02 jul. 1905. p. 01.

¹⁷⁰ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911. p. 12-17.

localidades), beneméritos e honorários¹⁷¹. Somente eram admitidos como sócios os operários¹⁷² maiores de 16 anos e menores de 55, com bom comportamento social, e que não padecessem de moléstia impeditiva ao trabalho. Os menores de 16 anos poderiam se associar, sem direito ao voto, mediante autorização dos pais ou tutores, que responderiam pelo pagamento da joia, diploma e demais despesas¹⁷³.

Para se associar era preciso o pagamento de joia, diploma e de mensalidades. Qualquer operário da cidade poderia se inscrever, bastava procurar os membros da comissão de propaganda ou da diretoria, e serem propostos e aceitos nas sessões de diretoria realizadas aos domingos na sede dessa associação¹⁷⁴.

Ao sócio era prescrito cumprir os deveres do regulamento, tais como aceitar e desempenhar bem o cargo para o qual fosse eleito ou nomeado, respeitar as resoluções dos dirigentes, comparecer às assembleias gerais, acompanhar o enterro dos sócios falecidos, comunicar ao presidente em caso de prisão de sócio, comunicar à diretoria quando desempregado, declarar moléstia sofrida à comissão de beneficência (mostrando os vestígios e informando sobre o tratamento prescrito por médico), além de pagar joia, diploma, e mensalidades¹⁷⁵.

O sócio quite com a Confederação desfrutava de alguns direitos: participar das eleições e assembleias, assistir às sessões do conselho, convocar assembleias gerais extraordinárias (mediante assinatura de um mínimo de 30 sócios), votar e ser votado para cargos da administração, apresentar reclamações quando prejudicado em seus direitos de sócio, usufruir de beneficências, como as mensalidades em caso de enfermidade e quantia para despesas médicas, farmacêuticas e enterro¹⁷⁶.

A partir de 18 de junho de 1905, a Confederação passou a editar, quinzenalmente, seu órgão de propaganda, *O Labor*, do qual tem-se notícia de 12 edições publicadas até 31 de

¹⁷¹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911. p. 04.

¹⁷² De acordo com os estatutos de 1911 (p. 04-05), operários eram “unicamente os que estiverem exercendo a profissão de carpinteiro, marceneiro, alfaiate, pedreiro, tipógrafo, pintor, colchoeiro, tintureiro, sapateiro, seleiro, cabeleireiro, carroceiro, empregados de fábricas, padeiro, confeitiro, ourives, ferreiro e serralheiro, mecânico, bombeiro, trabalhadores em lavoura, marmoristas, etc.”

¹⁷³ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911. p. 05.

¹⁷⁴ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911. p. 05-06.

¹⁷⁵ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911. p. 06-07.

¹⁷⁶ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911. p. 08-10.

março de 1906, variando seu preço entre “qualquer colaboração em prol das classes operárias”¹⁷⁷ e 1\$500 o trimestre, 2\$500 o semestre e 4\$000 o ano¹⁷⁸. Sobre a tiragem deste periódico, sabe-se somente que, em sua quinta edição, foram impressos dois mil exemplares¹⁷⁹. A partir de 1906, depois de quase dois meses sem publicação, o jornal passou a ser impresso em oficina tipográfica própria, com formato um pouco maior e apresentação em quatro colunas. Além de *O Labor*, nas oficinas eram impressas obras avulsas e confeccionadas brochuras¹⁸⁰.

O Labor surgiu com o propósito de “pugnar pelo aperfeiçoamento da classe, em nome da qual aparecemos”¹⁸¹. Divulgava informações de interesse sobre a Confederação, empenhava pelo direito dos operários dentro da organização político governamental consolidada, apresentava as últimas notícias sobre o movimento operário em diferentes regiões do Brasil, anunciava o recebimento de outros periódicos e veiculava crônicas e contos.

Em *O Labor* eram frequentes anúncios de cobrança de mensalidades atrasadas dos sócios, que, nesse caso, de acordo com os estatutos, poderiam ser excluídos da Confederação e ter seus nomes publicados no jornal. Como exemplo, temos que, a quarta edição do periódico, ao apresentar comunicado sobre sessão de diretoria de 30 de julho de 1905, informava sobre suspensão de nove sócios (com os nomes publicados) por falta ou atraso no pagamento das mensalidades por mais de três meses, até que a dívida fosse paga¹⁸².

Em virtude do art. 30, que determina a suspensão do sócio que atrasar com os seus pagamentos por mais de 3 meses, ficaram suspensos, até que cumpram os seus deveres: Antônio José de Araújo Primo, Antônio Norberto de Souza, Adão Alves Pinheiro, Ascendino Gonçalves Diniz, Joaquim de Souza Braga, João Batista Leopoldino da Silva, Manoel Fernandes Corrêa, José Firme Soares e José Luiz de Oliveira¹⁸³.

Na nona edição, havia um convite para que os operários em atraso com as mensalidades quitassem o saldo devedor no prazo de 15 dias “a contar de hoje, sob pena de

¹⁷⁷ Conforme consta nos números 04 e 05.

¹⁷⁸ Conforme consta nos números 01, 02, 03, 08, 09, 10 e 12.

¹⁷⁹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 05, 17 ago. 1905. p. 02.

¹⁸⁰ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 09, 28 jan. 1906. p. 01-02.

¹⁸¹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905. p. 01.

¹⁸² CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 04, 02 ago. 1905. p. 02.

¹⁸³ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 04, 02 ago. 1905. p. 02.

serem eliminados; ou então que compareçam na quinta-feira, para justificarem essa falta perante a diretoria”¹⁸⁴. A edição seguinte informava sobre prorrogação do:

(...) prazo para o pagamento dos sócios que estiverem atrasados com suas contribuições; mesmo em sessão poderão pagar ou pedir ao Conselho perdão da dívida. Os que, de qualquer destes modos não se quitarem serão eliminados, cujos nomes serão publicados em assembleia¹⁸⁵.

Entre as reivindicações da Confederação, tem-se que, em 1905, iniciou o debate sobre a jornada de oito horas de trabalho, ao solicitar que presidente do Estado, construtores e chefes de fábricas e oficinas aderissem a esse regime de trabalho, inspirados em ação do diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, no Rio de Janeiro, que teria aderido às oito horas de trabalho após pedido de operários comissionados, porque “os operários assim considerados, trabalhariam com mais assiduidade e melhor boa vontade, de maneira a compensar com o trabalho, as horas que lhes foram concedidas para descanso”¹⁸⁶.

Nesse mesmo ano, a Confederação, por meio de seu jornal, denunciava as péssimas condições de trabalho no setor da construção civil, em obras onde os operários arriscavam suas vidas em troca de um parco salário. A recomendação era a de que os “capitalistas”, “senhores endinheirados”, auxiliassem financeiramente as sociedades de beneficência operárias em geral. No tocante à importância da Confederação, o jornal *O Labor*, assim se referia,

Os operários devem se unir em torno a Confederação pois que mediante uma pequena quantia poderão estar descansados nos momentos aflitivos, com os benefícios e os socorros médicos da sociedade.

Os capitalistas devem ajudar esta associação porque ela ajuda e socorre o operário que sofre um acidente em seus serviços muita [sic] vezes no edificante cumprimento do dever; e os operários porque nela terão proteção contra as injustiças; terão dinheiro, médico e remédios nos incômodos e escola boa e adiantada para seus filhos¹⁸⁷.

Em 1907, além de ter participado do Congresso Operário Mineiro, a Confederação organizou uma sessão solene em comemoração ao Dia do Trabalhador, no salão nobre da

¹⁸⁴ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 09, 28 jan. 1906. p. 01.

¹⁸⁵ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 02.

¹⁸⁶ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905. p. 02.

¹⁸⁷ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 06, 07 set. 1905. p. 03.

Câmara dos Deputados¹⁸⁸, que estava “repleto (...) de representantes de todas as camadas e classes sociais”¹⁸⁹, demonstrando vínculos entre a associação e poder público.

Em 1912, em decorrência da greve, a Confederação, juntamente da ABT, publicou uma circular em jornais de grande circulação em Belo Horizonte, orientando aos operários que evitassem reuniões nas ruas, as quais deveriam ser feitas nas sedes das associações.

Conforme Dutra (1988), apesar do nome “Confederação”, a Confederação Auxiliadora dos Operários não reunia sindicatos, e, sim, trabalhadores independentes diversos. Todavia, evidências indicam que associações se federaram à Confederação, por exemplo, a Junta Auxiliar do Morro Velho, de Nova Lima, se uniu à Confederação em 1906, o que foi explicitado em *O Labor*:

Contando a Junta Auxiliar com fortes elementos sustentados por, aproximadamente, dois mil sócios, foi, sem dúvida, esta aliança, um dos acontecimentos mais extraordinários entre o operariado do Estado de Minas que, agora, já vai descortinando um horizonte menos tenebroso do que tem sido até então, em todos os sentidos.

A Confederação, apesar de nova, vai tomando o mesmo rumo da Junta Auxiliar, apesar da soberana descrença em que têm vivido os operários desta terra, desiludidos mesmo, devido a tantas associações congêneres que tem nascido aqui e apenas sobrevivido, cada uma, um curto tempo, apesar destes desarranjos tem ela progredido tanto quanto não esperávamos (...) ¹⁹⁰.

Além dessa união em particular, revelava-se a intenção de reunir todo o operariado do estado em uma confederação sediada na capital mineira:

Uma das combinações essenciais é reunir todo o operariado do Estado por meio de associações com sede aqui em Belo Horizonte.

Conseguiremos isto? Cremos que sim, pois, não temos bastante força de vontade e não somos livres?

Para isto só carecemos da união e boa vontade de todos os operários, mais ou menos entusiastas destes movimentos: tendo isto, teremos tudo e havemos de realizar este sonho grandioso ¹⁹¹.

O anseio e a possibilidade de a Sociedade Beneficente Operária 15 de Agosto (instalada no bairro Barro Preto, localizado à época na zona suburbana) se tornar parte da

¹⁸⁸ A CAPITAL, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 02 maio 1907. p. 02.

¹⁸⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, ano I, n. 61, 03 maio 1907. p. 01-02.

¹⁹⁰ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 09, 28 jan. 1906. p. 03.

¹⁹¹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 09, 28 jan. 1906. p. 03.

Confederação foram anunciados na décima edição de *O Labor*¹⁹². Contudo, não existem informações posteriores sobre a efetivação ou não deste propósito.

Alguns anos mais tarde, assim como a ABT, a Confederação Auxiliadora dos Operários aderiu à Confederação Católica do Trabalho, que, conforme Dutra (1988), passaram a funcionar conforme as suas diretrizes.

De acordo com os registros do jornal, a sede mudou várias vezes de local, todas situadas na região central da cidade. Em 1905, foi provisoriamente estabelecida na Rua dos Tamoios, 699¹⁹³. Em outubro daquele ano, informações em *O Labor* indicam mudança dos arquivos e funcionamento das sessões provisoriamente na Avenida Paraná, 79¹⁹⁴. Outras informações determinam o estabelecimento da sede própria na Rua Tupinambás, 933¹⁹⁵. As áreas desses endereços foram localizadas na figura 6.

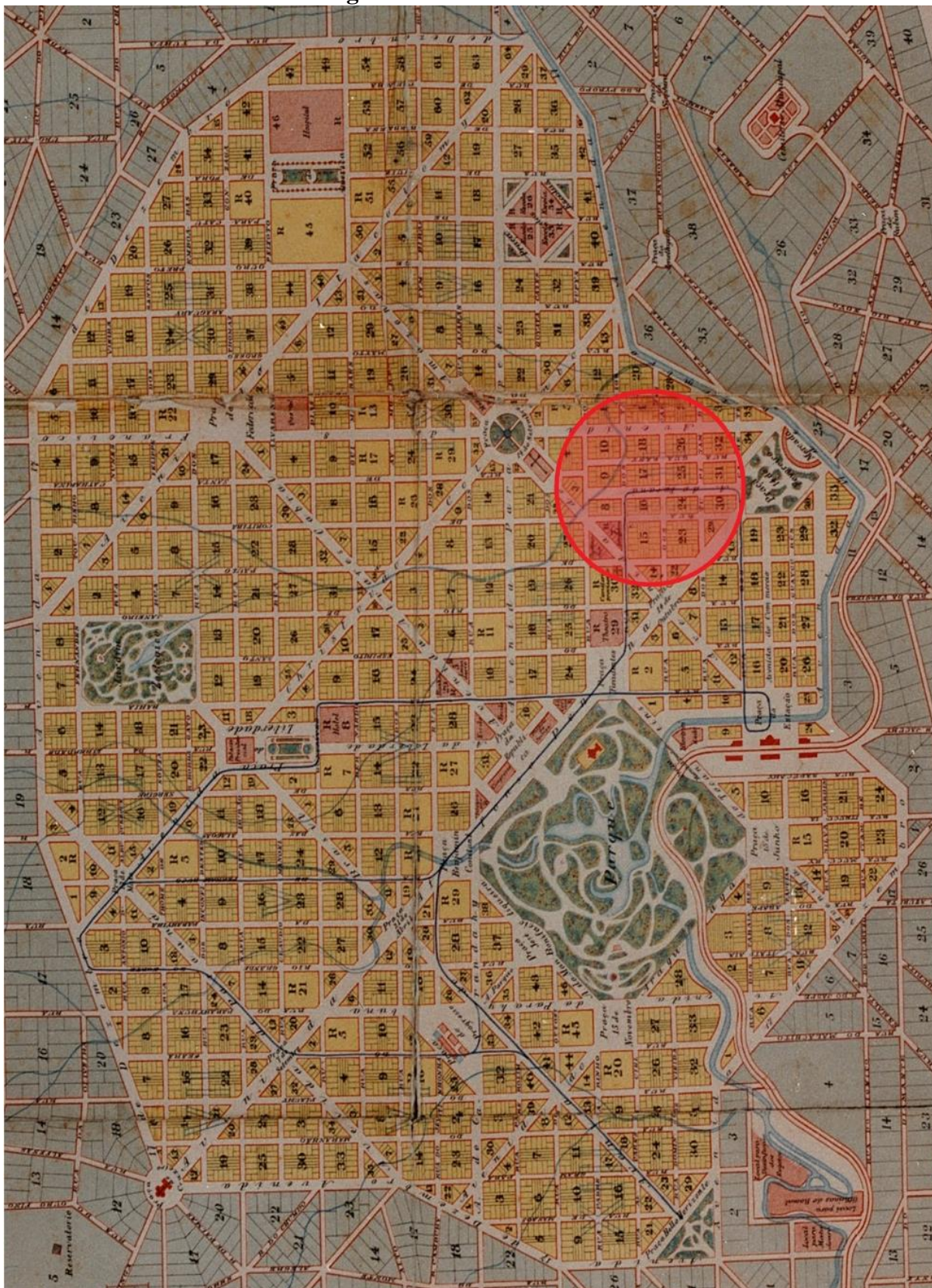
¹⁹² CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 03.

¹⁹³ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 06, 07 set. 1905. p. 01.

¹⁹⁴ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 07, 22 out. 1905. p. 01.

¹⁹⁵ Tanto a Avenida Paraná quanto a Rua Tupinambás localizam-se no interior da antiga zona urbana de Belo Horizonte.

Figura 6 – Localização das sedes da Confederação Auxiliadora dos Operários na planta geral de Belo Horizonte



Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, 1895 (adaptado pela autora).

Segundo Passos,

O então governador Wenceslau Braz e o secretário do interior, Delfim Moreira, contribuíram para a construção da sede da Confederação. Ambos autorizaram a construção, por conta do Estado de várias dependências da sede, entre elas, a sede própria (um prédio de três andares) situada à Rua Tupinambás 933, na área urbana da capital. (PASSOS, 2011, p. 72).

Nesta sede própria se consolidou um dos fins previstos nos estatutos da Confederação, a criação de uma biblioteca destinada aos operários e ao público em geral. Para esse propósito, a diretoria publicou circular no periódico, solicitando de seus leitores auxílios e doações de livros e outras publicações, contribuindo para o “fim tão humanitário de que muito proveito tirarão os operários tão necessitados de instrução e os meninos pobres das suas escolas, que vão ser agora restabelecidas”¹⁹⁶. Ao que parece, a circular também foi enviada a organizações e autoridades públicas, tendo-se em vista agradecimento dirigido a Francisco Sales, presidente do Estado, pelo envio de algumas obras:

Acorrendo à nossa circular pedindo livros para a biblioteca da Confederação, o exmo. sr. Francisco Sales, mui digno presidente do Estado, enviou-nos os seguintes, todos muito úteis e valiosos: O BRASIL ATUAL e DO RIO A BUENOS AIRES por A. Dias e CULTURA DOS CAMPOS e GUIA DO CRIADOR DE CARNEIROS pelo Dr. A. Brazil¹⁹⁷.

De acordo com os estatutos, havia previsão de que “a diretoria da Confederação procurará manter, sempre que puder, aulas noturnas na sede da mesma”¹⁹⁸. Deste modo, a associação investiu na instrução dos operários associados, oferecendo aulas gratuitas noturnas conduzidas por um professor. Além disso, possibilitou aos filhos dos sócios, crianças de ambos os sexos, aulas diurnas em sua sede, sob a regência de uma professora. *O Labor* informava sobre as matrículas:

Para este fim acha-se aberto o livro de matrícula; os sócios que tiverem filhos poderão comparecer nas oficinas da Confederação, onde encontrarão o dito livro; nas mesmas condições os que quiserem frequentar as aulas noturnas. Isto deverá ser feito até domingo vindouro¹⁹⁹.

¹⁹⁶ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 03.

¹⁹⁷ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 03.

¹⁹⁸ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911. p. 20.

¹⁹⁹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 02.

Em uma carta enviada ao redator do periódico da Confederação era explicitada a necessidade de criação de escolas:

Sr. Redator:

O nosso operariado tem grande necessidade de pão, mais ainda de escolas: pão dá força física; e instrução dá força moral. São, portanto, muito necessárias as escolas, para evitar que os filhos do operário, mais tarde, tenham de empunhar a gazúia e dinamite. Se criarmos escolas para os desventurados do trabalho, eles se salvarão na arca santa das letras, “que têm mais luz que as constelações que brilham no infinito”; e assim eles serão o amparo forte da pátria, o esteio inabalável da República, sua garantia e o seu futuro; e de joelhos agradecerão a grandiosa Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas.

Belo Horizonte, 28-VII-905.

Alberto Lopes Bastos²⁰⁰

A instrução por meio da criação de escolas é analisada pelo autor da carta a partir de sua dimensão cidadã, visto que é considerada um importante meio para aperfeiçoamento das condições de vida e trabalho das futuras gerações. A oferta de escolas, a um só tempo, evitaria o surgimento de desordeiros e formaria sujeitos esclarecidos, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Essa proposição se assemelha à visão de escola veiculada em texto da ABT de 1908, no qual o autor J. Camelo enfatiza a necessidade da instrução para o bom desenvolvimento da atividade produtiva. A instrução para o trabalho é vista de forma positiva e necessária para a formação do trabalhador nacional, cidadão ordeiro e pacífico.

De acordo com Passos (2011), a Confederação foi a primeira associação operária a criar uma escola primária pública para os trabalhadores e seus filhos em 1910. Também, *O Labor*, de outubro de 1905, informava o funcionamento gratuito e regular das escolas noturnas da Confederação, a partir das 18:30h²⁰¹. A escola operária noturna da Confederação ocupava um prédio e contava com amplo salão, dois gabinetes e boa instalação elétrica e sanitária. (NOGUEIRA, 2012). Há de se destacar que o curso recebia subvenções do governo do Estado para manutenção da escola, tinha quatro anos de duração e funcionava em conformidade com o programa oficial e outras instruções do Estado. (NOGUEIRA, 2012).

Conforme informações sobre as matrículas de alunos na escola da Confederação

²⁰⁰ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 04, 02 ago. 1905. p. 04.

²⁰¹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 07, 22 out. 1905. p. 01.

Auxiliadora dos Operários²⁰², em 1912, havia 57 alunos do sexo masculino matriculados, de nacionalidades brasileira, italiana e alemã, cujas idades variavam entre 14 e 38 anos, e com declaração do exercício de profissões diversificadas: lavrador (11), marceneiro (11), pedreiro (5), bombeiro (4), alfaiate (3), eletricitista (3), mecânico (3), pintor (3), ferreiro (2), comércio (2), maquinista (2), sapateiro (2), caixeiro (1), impressor (1), moleiro (1), relojoeiro (1), segeiro (1), e tintureiro (1). José Mamede Silva era o professor responsável pelo curso. Este era sócio da Confederação e sujeito atuante no movimento operário de Belo Horizonte.

A partir de 1920, a escola foi designada como Escola Noturna Operária Donato da Fonseca. (NOGUEIRA, 2012). Desta escola tem-se notícias da realização de exames de 1º ano do curso intermediário, “sendo o ato presidido pelo senador Camilo de Brito, servindo de examinador o dr. Sílvio Barbosa, com a presença de várias pessoas da nossa alta sociedade”²⁰³. De acordo com *O Operário*, de maio de 1922, em balanço dos dois anos de existência:

Dentre as mais belas aquisições operárias realizadas nesta capital, figura a fundação da escola noturna “Dr. Donato da Fonseca”.

(...). Grande é o número de benefícios já colhidos pelos operários adultos que, também em elogiável procedimento, tem procurado receber ali a necessária instrução.

É por isso que na comemoração do segundo aniversário, no dia 23 do corrente, teve lugar no confortável salão em que funcionam as aulas, uma sessão atraente pela sua natureza em que foi apreciado o adiantamento dos alunos, muitos dos quais ali se matricularam, quando completamente analfabetos. (...) ²⁰⁴.

Nogueira (2012) destaca que, ao contrário de alguns estabelecimentos de ensino da capital no mesmo período, a escola noturna da Confederação, de fato, seguiu o regulamento geral da instrução de 1911, que proibia a matrícula de crianças em idade escolar nos cursos noturnos, ou seja, somente aceitou alunos maiores de 14 anos de idade. Foi essa experiência com a escola noturna²⁰⁵ que possibilitou a movimentação e reivindicação da associação para a

²⁰² ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Secretaria do Interior*. Correspondência referente ao Ensino Particular (SI-2907), Belo Horizonte, 1912.

²⁰³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 28, 05 jan. 1922. p. 04.

²⁰⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 45, 03 maio 1922. p. 04.

²⁰⁵ As escolas singulares noturnas eram destinadas ao sexo masculino, com frequência mínima de 30 alunos. As matérias do curso eram: leitura; escrita e caligrafia; língua pátria; aritmética; geometria e desenho geométrico; noções de geografia; história do Brasil e instrução moral e cívica; física e química; mineralogia, geologia, botânica e zoologia; e higiene. (MINAS GERAIS. Decreto nº 3.191, de 09 jun. 1911. Aprova o Regulamento Geral da Instrução do Estado. Belo Horizonte, 1911).

criação de um grupo escolar noturno²⁰⁶. De acordo com Nogueira (2012),

A luta da confederação em prol da educação dos operários mineiros extrapolou a criação e manutenção de cursos noturnos, ou mesmo a reivindicação de auxílios ao governo. Essa entidade foi além, mobilizando-se para reivindicar, junto ao Presidente do Estado de Minas, Bueno de Paiva Brandão, e ao Secretário do Interior e Justiça, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, a criação de um grupo escolar noturno, especialmente para os operários adultos, cuja negociação desenrolou-se ao longo do ano de 1912. Nessa negociação, os trabalhadores foram de fundamental importância, pois constituíram a comissão que procurou o presidente do estado para tratar do assunto. (NOGUEIRA, 2012, p. 91).

Apesar da mobilização da Confederação em prol de um grupo escolar noturno em 1912, tal medida somente foi efetivada em 1917, quando foi criado o primeiro grupo escolar noturno do Estado, o Assis das Chagas, que funcionou nas dependências do Grupo Escolar Cesário Alvim até 1937, transferido depois para as dependências do Grupo Escolar Olegário Maciel²⁰⁷. A biblioteca desse grupo escolar foi fundada em 1925 e, em 1937, contabilizava 80 obras e 149 volumes²⁰⁸.

Para Passos (1991), a Confederação não considerava a classe trabalhadora apta a se constituir enquanto força social. Logo, o Estado, como seu protetor e defensor, satisfaria as demandas sociais, ofertando, inclusive, educação à população, exercendo “um controle educacional e político”. (PASSOS, 1991, p. 14). A associação acreditava que cabia ao Estado o cumprimento da Constituição, com objetivo de equalizar os direitos dos cidadãos. De acordo com matéria publicada em *O Labor*:

Não há quem não perceba que as constituições, por mais liberais que sejam, não dão remédio ao mal estar, ao descontentamento que reina entre as classes operárias, vexadas pelas amarguras do presente e pelas apreensões do futuro. Mas o que as constituições não podem fazer, realizará até certo ponto o Estado, cuidando de tornar seguros e respeitados os direitos de todos, distribuindo prodigamente a instrução e favorecendo a atividade dos cidadãos, desconhecidos os privilégios que corrompem e estragam o organismo social.

Aceitamos a República em sua essência, salvas as imperfeições que podem ser corrigidas e pelas quais não temos adoração de fetiche; mas aceitando o regime,

²⁰⁶ Os grupos escolares eram compostos por quatro ou oito cadeiras, sendo cada uma correspondente aos diversos anos do ensino primário. As matérias do curso eram: leitura; escrita e caligrafia; língua pátria; aritmética; geometria e desenho geométrico; noções de geografia; história do Brasil e instrução moral e cívica; física e química; mineralogia, geologia, botânica e zoologia; higiene; trabalhos manuais; desenho; música vocal e canto; e ginástica e exercícios militares. (MINAS GERAIS. Decreto nº 3.191, de 09 jun. 1911. Aprova o Regulamento Geral da Instrução do Estado. Belo Horizonte, 1911).

²⁰⁷ Ambos grupos escolares se encontram no mesmo quarteirão, nos limites da Avenida do Contorno, no interior da antiga zona urbana de Belo Horizonte. O Grupo Escolar Cesário Alvim se localiza na Rua Rio Grande do Sul, e o Grupo Escolar Olegário Maciel na Avenida Olegário Maciel.

²⁰⁸ MINAS GERAIS; SECRETARIA DA AGRICULTURA. *Anuário Estatístico de Belo Horizonte – Ano I – 1937*. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística Geral, 1937. p. 252.

reclamamos com firmeza o que ele estabelece aos homens que mourejam pela elevação da riqueza pública e pela grandeza da pátria²⁰⁹.

Divergindo de Passos, há de se ponderar sobre a força social da classe trabalhadora e em que medida a busca pelo apoio do governo indicava não a sua incapacidade, mas a sua força ao conseguir o cumprimento do dever do Estado.

A despeito de a Confederação aceitar a República e suas instituições – desde que garantisse ordem, conforto e desenvolvimento²¹⁰ –, ela destacava alguns pontos que mereciam a atenção dos dirigentes, posto que alegava haver imperfeições a serem corrigidas para melhorar a situação dos trabalhadores. “O despovoamento do solo, as dificuldades de transporte, a falta de instrução primária”²¹¹ eram arrolados como possíveis causas do atraso, da instabilidade econômica e das dificuldades financeiras dos brasileiros.

Há desorganização completa na instrução primária do Estado, ao passo que desapareceu nele a instrução profissional. Quando as escolas, em pequeno número, se enchem por aí de uma bela infância cheia de vigor e promessa, os pais não creem quem sejam consideráveis os resultados que seus filhos obtenham em aulas sem higiene e sem princípios pedagógicos; mantêm aí seus filhos temporizando, e à espera da boa vontade dos poderes públicos em prol de uma reforma proveitosa. Pois bem, a missão do Estado é organizar a instrução que lhe compete dar, segundo os ensinamentos mais modernos e de mais fecundos resultados²¹².

Sobre a instrução pública, a partir da conjuntura revelada, argumentava ser fundamental reformá-la, reiterando que competia ao Estado a sua oferta gratuita e organização necessária.

2.3 Centro Confederativo dos Operários

Propondo-se a defender os direitos das classes trabalhadoras, o Centro Confederativo dos Operários surgiu em 1907 e correspondia à primeira das seis conclusões do Congresso Operário Mineiro, a qual se referia à organização do operariado em uma confederação de associações com sede em Belo Horizonte. Sobre a atuação do Centro no movimento operário

²⁰⁹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905. p. 01.

²¹⁰ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 18 jul. 1905. p. 01.

²¹¹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 18 jul. 1905. p. 01.

²¹² CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 18 jul. 1905. p. 01.

de Belo Horizonte, Dutra afirma:

Ao que parece, o Centro Confederativo não se constituiu em elemento catalisador do movimento operário, nem em Minas nem em Belo Horizonte, enquanto a Confederação Católica do Trabalho, em Belo Horizonte, ao contrário, agia em vários flancos. (DUTRA, 1988, p. 121).

Além disso, Dutra (1988) informa que, a partir de 1912, o Centro passou a se chamar Confederação Operária Mineira, sobre a qual poucos vestígios foram encontrados a partir de então, somente que, em 1912, participou do Quarto Congresso Operário Brasileiro, organizado pela Liga do Operariado do Distrito Federal, e que havia 500 membros associados em 1921.

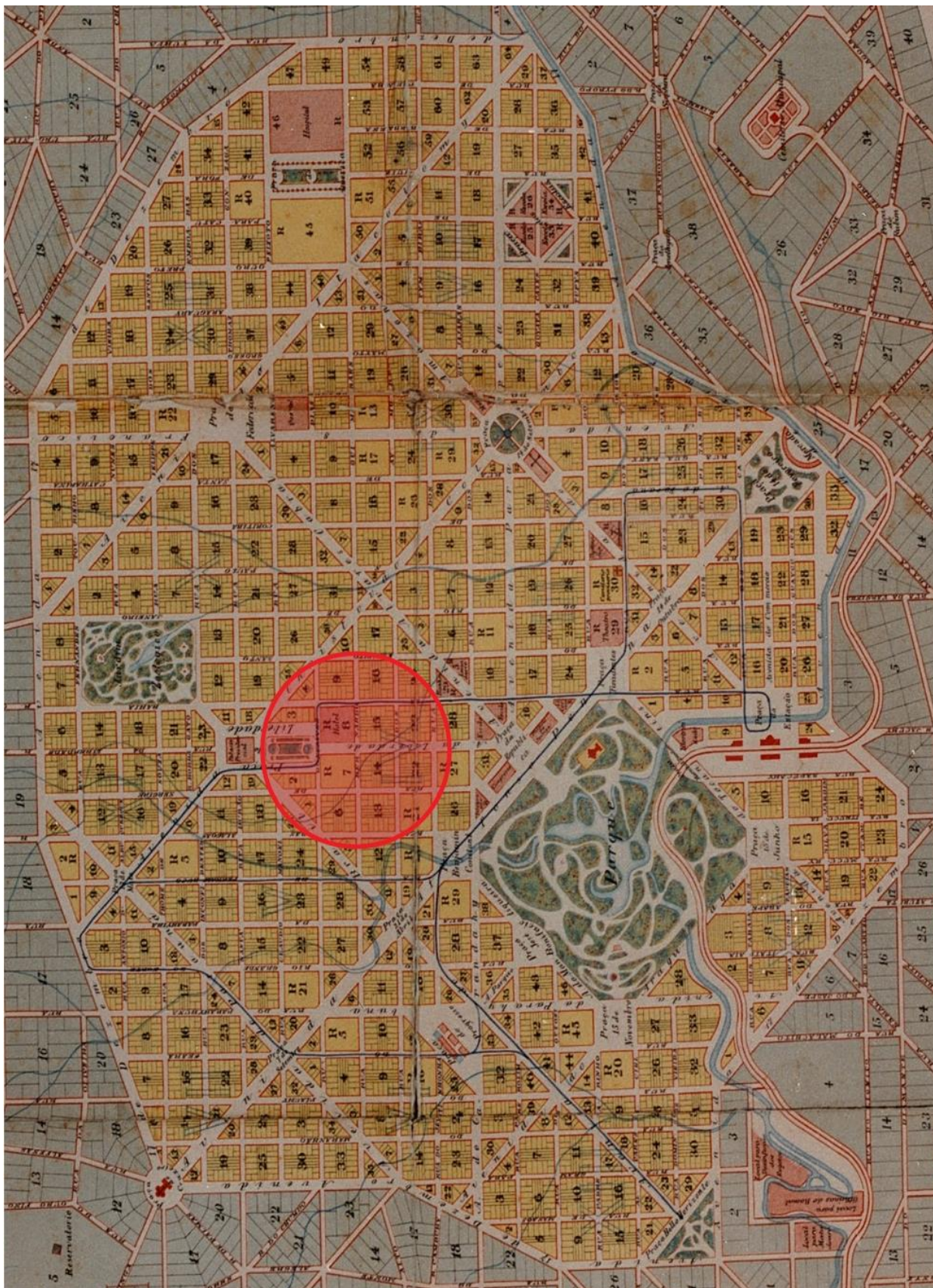
Amaral (2015, p. 82) avalia a posição do Centro como “reformista com ambições político-partidárias”, pois, inovou ao sugerir a criação de um partido, o Partido Operário Mineiro Independente, do qual não há, nas fontes consultadas, indícios que confirmem sua existência. Passos (2011) explica que a função desse partido seria a eleição de representantes nas assembleias parlamentares para levar adiante propostas dos trabalhadores e seus direitos.

O órgão de divulgação do Centro Confederativo dos Operários²¹³, *O Confederal*, teve cinco edições publicadas entre maio e agosto de 1907, sem periodicidade definida, com redação instalada no mesmo endereço do Centro Confederativo (Rua Bernardo Guimarães, 910)²¹⁴, conforme verifica-se na figura 7, e sob direção de Alcides Batista Ferreira que, além de diretor do Centro, era redator do periódico. No número prospecto informava não aceitar assinaturas por não ter oficinas próprias e que, por isso, não havia dia certo para publicação. Entretanto, a partir da primeira edição passou a aceitar assinatura semestral, desde que pago adiantado, no valor de 3\$000 o semestre. Cada edição era vendida separadamente, podendo ser adquirida por um valor que variava entre \$100 e \$200.

²¹³ Originário da terceira e quinta conclusões do Congresso Operário Mineiro.

²¹⁴ A Rua Bernardo Guimarães localiza-se no centro da antiga zona urbana de Belo Horizonte.

Figura 7 – Localização da sede do Centro Confederativo dos Operários na planta geral de Belo Horizonte



Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, 1895 (adaptado pela autora).

A divisa do jornal era “união, desinteresse e trabalho”, a qual era justificada em sua edição inaugural:

Não é preciso encarecer valor das duas primeiras, tão conhecidas são elas no mundo social.

A terceira, o *Trabalho* – é o segundo fator de qualquer gênero de produção. Fator dirigente, guia da natureza, aproveitando em favor do homem as forças produtivas desta “c’est une des formes de l’activité humaine”, vasto campo em que se cruzam milhares de armas na luta pela vida!... E desta forma da atividade humana se encarregaram, perseverantes e humildes, os *Operários*.

(...) Temos também uma ideia e esperamos vê-la vencedora. É a ideia do direito: por fundamento a liberdade; por base o *trabalho unido e desinteressado*, por campeão, por lutador, servindo com que de máquina krupp contra todas as couraças que visarem embargar-nos o paço – *O Confederal*²¹⁵.

O jornal se declarava livre e independente de doutrina e propaganda, e seu maior objetivo era lutar pelo direito operário “de há muito vem se acentuando a necessidade, para o operário, de lutar pelos seus diretos, tão sagrados quanto todos os outros, mais olvidados que nenhum”²¹⁶. Nos primeiros números, privilegiou propagar ideias e conclusões do Congresso Operário Mineiro, mas igualmente trazia importantes informações ao operariado, relatava a formação e desenvolvimento de associações em Belo Horizonte e em outros locais, comunicava sobre festividades, apresentava anúncios etc.

O Centro defendia o “socialismo moderado ou contemporâneo”, que era explicado em seu periódico como “o complexo de princípios e teorias cuja aplicação e realização estabelecerá entre os homens, por diversos meios de coação legal, a melhor e mais equitativa distribuição da riqueza”²¹⁷. Segundo essa acepção de socialismo, a existência da propriedade privada não era contestada. Contudo, para amenizar as desigualdades sociais e econômicas, as riquezas deveriam ser melhor repartidas. Competia ao Estado, sobretudo, a importante função de legislar leis auxiliares no processo de equalização das riquezas.

Apoiado nessa orientação socialista, o Centro assumia uma ação regulada, privilegiando esferas de negociações entre operários e patrões, e exigindo do Estado leis que melhorassem a situação do operariado. Posicionava-se abertamente contrário ao princípio da greve enquanto estratégia de ação operária, o que pode ser elucidado a partir de opinião

²¹⁵ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 01. Grifo do autor.

²¹⁶ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 01.

²¹⁷ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 03, 15 jul. 1907. p. 01.

publicada em *O Confederal* sobre uma greve que ocorria em São Paulo, desde maio de 1907:

Muito embora não preconizemos e nem adotemos o princípio da greve como o meio mais fácil e próprio para as nossas reivindicações que devem preferencialmente ser obtidas mediante acordo entre patrões e operários, impõe-nos o dever de irmãos, prestigiarmos e apoiarmos os nossos companheiros paulistas, porque se a greve é condenável, no nosso estado de organização atual, a causa que a determinou é nobre, sublime e elevada²¹⁸.

Ainda que o Centro discordasse da greve enquanto efetivo meio de ação para conquistas de direitos operários, o apoio aos operários paulistas era justificado pelas razões que levaram ao movimento, quer seja, a redução da jornada de trabalho para oito horas. Essa reivindicação era pauta comum do movimento operário como um todo, independente de filiação ou matriz ideológica, o que justifica o apoio do Centro à greve.

Ao defender a conquista do direito operário por vieses pacíficos, essa associação afirmava que os operários brasileiros não negavam o direito à propriedade, tampouco eram tidos como revolucionários. Segundo matéria publicada em *O Confederal*, os operários “não são utopistas do nivelamento social, nem se erigem contra o princípio de autoridade, exigindo revoluções cruentas ou greves perniciosas”²¹⁹.

Considerando a ignorância a pior inimiga dos operários e ciente da prevalência de analfabetos entre a classe, apostava na instrução operária, defendendo a necessidade de se disseminar a instrução pelas oficinas e combater o analfabetismo²²⁰. Novamente a instrução, em especial a eliminação do analfabetismo entre o operariado nacional, é elencada como solução para a melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores. Essa perspectiva fica evidente quando é destacado seu papel enquanto força social:

Ignorante, em virtude de circunstâncias especialíssimas da vida, que em premência constante, o inibem de procurar instruir-se, em nada lhe aproveitariam as associações, os grêmios ou centros de proteção, desde que, incapaz de raciocínio, não pudesse sugerir planos ou medidas, representando-se politicamente, constituindo-se uma força social²²¹.

²¹⁸ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 04.

²¹⁹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 01.

²²⁰ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 01

²²¹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 01.

O Centro, por meio de sua publicação, entendia que a “ignorância” e o “obscurantismo” eram fatores de degradação da humanidade. Nesse sentido, o operário – para agir enquanto cidadão que compreendia seu valor e direitos como homem livre – deveria se educar e instruir, caso contrário, seria um boneco movido aos acenos de alguns políticos. Por isso, conclamavam as associações a fazerem guerra contra o analfabetismo, trabalhando para difundir instrução e educação entre os operários, destacando-se, dentre as resoluções do Congresso Operário Mineiro, a criação de escolas noturnas nas sedes das associações confederadas²²².

A aposta na escolarização e na ciência como meio de modernização do Brasil fazia parte do projeto de diversos grupos em disputa pelo operariado. Nesse quadro, Bilhão (2016, p. 51) destaca, inclusive, a aproximação entre lideranças anarquistas e positivistas, e afirma que “a defesa da civilização podia colocar no mesmo lado grupos com ideários muito diversos”.

Ademais, o Centro solicitava colaboração das outras associações no sentido de indicar locais – centros fabris e industriais – que tivessem operários suficientes para a fundação de escolas, ação que seria cobrada do governo do Estado, visto que

(...) se o governo do Estado diz a todo o momento que é preciso acabar com o obscurantismo, educar e instruir o povo, certo nos dispensará quaisquer divagações a respeito da necessidade palpitante do desenvolvimento da instrução e da educação do povo, questões largamente tratadas pelo sr. Presidente do Estado em seu manifesto programa e para o qual apelamos, confiando que nos auxilie na solução desta parte do problema, que é também de interesse geral, afim de que grande número de operários, que mourejam ativamente no trabalho, depauperando suas forças, para ganharem o pão quotidiano, que lhes sustenta a energia vital, possam, à noite, encontrar na escola, no livro, o pão espiritual que alimentará seu espírito abatido, pela faina exaustiva de um lidar insano, e que lhe ensinará o caminho do dever, da honra e da dignidade, tornando-os assim aptos para a conquista do bem estar comum (...)²²³.

O Estado não era tomado somente como estado de direito, mas de direito, moral e civilização. Logo, era sua função assistir aos operários, oferecendo instrução – um direito operário – e assegurando o caminho para civilização²²⁴. Desse modo, havia a defesa de que

²²² CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

²²³ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

²²⁴ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 01.

“abrir escolas é fechar cadeias”²²⁵. Nesse sentido, corrobora-se a análise de Nogueira (2012), ao afirmar que a educação defendida pelo Centro pretendia a transformação do operário em cidadão.

O Centro fez campanha em favor da obrigatoriedade efetiva da frequência das escolas primárias do Estado²²⁶, assim como encaminhou ao Congresso Nacional representação indicada na terceira conclusão do Congresso Operário Mineiro sobre a fundação de escolas noturnas nos centros fabris e industriais. Além do reforço de alguns dos princípios discutidos durante o congresso em Sabará, o documento fez um diagnóstico da instrução pública em Minas Gerais, descrevendo as dificuldades de instrução por parte de jovens em decorrência da necessidade e do largo tempo dedicado ao trabalho, o fato de crianças deixarem de cursar o ensino primário para colaborar com a subsistência familiar e de trabalhadores não desenvolverem perfeitamente os seus trabalhos por não conhecerem as teorias necessárias. Diante dessa situação, era solicitado que, por meio da promulgação de leis, o Congresso Nacional decretasse algumas medidas que favorecessem a fundação de escolas (em centros fabris e agrícolas), liceu de artes e ofícios, a compra de livros e a matrícula gratuita para filhos de operários em estabelecimentos de ensino secundário e superior²²⁷.

O Centro pretendia organizar um gabinete de leitura, para o qual solicitava a redatores de jornais o envio de assinaturas gratuitas de exemplares, e destacava a esperança na “generosidade dos colegas que, nas mesas do nosso Gabinete de Leitura, se encontrem diariamente jornais de todos os pontos do Brasil, a fim de que tenhamos conhecimento do que se passa no país”²²⁸.

²²⁵ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

²²⁶ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

²²⁷ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 02, 01 jul. 1907. p. 02.

²²⁸ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 02, 01 jul. 1907. p. 01.

2.4 Confederação Católica do Trabalho

Criada em 28 de setembro de 1919, a partir de aprovação dos estatutos em assembleia ocorrida na sede do Centro da União Popular em Minas Gerais²²⁹, a Confederação Católica do Trabalho (CCT) se baseava nos pressupostos da encíclica papal *Rerum Novarum*, e seu objetivo principal, conforme consta nos estatutos, era colaborar na solução da questão operária em harmonia com as classes sociais “dentro do respeito ao princípio de autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política”²³⁰. Segundo Amaral,

A diretoria foi constituída por Francisco Borges Martins, presidente e representante do Sindicato dos Pintores; João Francisco de Jesus, secretário e representante do Sindicato dos Empregados nos Correios; Antônio Maria de Oliveira, tesoureiro; padre Henrique Brandão, assistente eclesiástico; e, por fim, José Augusto Campos do Amaral, diretor social, Sindicato dos Empregados nos Correios. (AMARAL, 2015, p. 91).

É importante destacar a ênfase da questão social por parte da Igreja Católica a partir da encíclica, buscando reconciliar o catolicismo com os problemas do mundo contemporâneo. Há nela um reconhecimento da independência dos estados em relação à influência religiosa. Contudo, a Igreja se colocou em franca oposição às ideias socialistas, ingressando na disputa pela classe operária ao propor a resolução pacífica dos conflitos entre capital e trabalho (ao invés da luta de classes), uma vez que se baseava “em uma ideia de ordem harmoniosa, na hierarquia social e na propriedade como fundamento do bem comum”. (SOUZA, 2002, p. 63). O Estado era responsável por garantir a propriedade privada mediante leis, favorecendo seu acesso a todos, inclusive aos operários, “porém era preciso que os salários dos operários fosse suficiente (sic)”. (SOUZA, 2002, p. 66).

De acordo com Passos (1991), a CCT era representante oficial da Igreja Católica e foi a partir de sua prática que:

(...) a instituição eclesiástica de Minas Gerais entrou em contato direto com o mundo do trabalho. Todo o seu discurso converge para a promoção da ordem cristã na sociedade, combatendo a tendência revolucionária no terreno social. A fidelidade aos princípios da encíclica está presente na sua abordagem teórica e na experiência

²²⁹ Segundo Amaral (2015), a CCT se vinculou ao Centro da União Popular em Minas Gerais, este fundado em 1909, em Belo Horizonte. “A União Popular funcionou no prédio do Cinema Modelo até 1914, quando adquiriu sede própria. Desde o início, foi dirigida pelo Dr. José Augusto Campos do Amaral, militante católico que atuaria em Belo Horizonte até sua morte, em 1931”. (AMARAL, 2015, p. 57).

²³⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho*. Belo Horizonte, 1920. p. 04.

sindical. Eles estão expressos em seus “Estatutos” e na distribuição popular intitulada “Organização Operária – exposição de alguns princípios”. Esses documentos mostram a necessidade de que as instituições políticas funcionem sob a égide cristã. Através da ação católica, a política social pode funcionar de maneira harmoniosa. Ela é capaz de restaurar uma prática regeneradora. Dessa forma era possível controlar os conflitos entre trabalhadores e patrões e entre capital e trabalho. (PASSOS, 1991, p. 19).

De modo geral, a ação da Confederação desenvolvia-se em torno de dois pontos: defesa e luta pelos direitos dos trabalhadores, garantindo melhoria das condições de vida dos trabalhadores, e a execução de um programa social articulado entre Igreja, Estado e associações operárias. (PASSOS, 1991).

Ainda que buscasse amparar os trabalhadores, a CCT, enquanto representante da Igreja, não representava uma classe específica, rejeitando a ideia de luta de classes. Segundo Souza, o conceito de classe para a Igreja:

(...) se confunde com o de corporação, e é sempre usado para designar qualquer tipo de trabalhador, alternando-se, por sua vez, com o conceito de classes produtoras. O catolicismo social, porém, tentou dar um novo significado ao conceito de classe, conferindo-lhe o sentido de classe trabalhadora que se constitui a partir do ato de produzir, de trabalhar. (SOUZA, 2002, p. 37).

O trabalho era duplamente significado: por um lado, penoso, fruto do pecado original; por outro, algo divino, “lugar de vivência da fé, de busca da própria santificação e de realização da felicidade coletiva, sendo também o lugar de realização pessoal, da unidade familiar, da solidariedade e, sobretudo, da presença da graça”. (SOUZA, 2002, p. 71).

De acordo com Amaral (2007, p. 49), a CCT foi fundada em meio a uma crise social e econômica da capital mineira, gerada pela queda de salários, aumento da carga horária de trabalho e “desemprego até então nunca visto na cidade em decorrência da paralisação das obras de finalização de prédios públicos e demais obras de construção da cidade”. Sobre a exatidão da utilização do termo “confederação” por essa associação belo-horizontina, Amaral afirma:

A despeito de ser denominada confederação, é importante ressaltar que a organização não tinha filiados fora de Belo Horizonte. A Confederação manteve contato com congêneres do interior de Minas Gerais e mesmo de outros estados brasileiros, mas sempre teve a atuação restrita à capital. Poucos estudos se ocuparam da definição da natureza da organização. Eliana Dutra considera que se tratava de uma federação, ou seja, “uma associação sindical de grau superior que reunia sindicatos representativos de atividades e profissões idênticas”, enquanto Cláudio Batalha chama a entidade de “espécie de central de sindicatos católicos”. (AMARAL, 2015, p. 93).

Ao considerar o pouco rigor na utilização do termo durante a Primeira República, Amaral (2015, p. 93) opta por referendá-la como “uma associação intersindical, profissionalmente indiferenciada e com atuação em Belo Horizonte (...) voltada para buscar soluções para os conflitos do mundo do trabalho”. A *Rerum Novarum* consentia o associativismo das profissões e recomendava a constituição de associações operárias, sejam elas compostas exclusivamente por operários, ou mistas, reunindo patrões e operários, contribuindo, assim, na resolução harmoniosa dos conflitos entre as classes²³¹.

O refluxo do movimento operário e associativo de Belo Horizonte é observado quando a CCT passou a dividir espaço com novas organizações igualmente ligadas à ação da Igreja Católica, como os Círculos Operários e a Juventude Operária Católica, que, de acordo com Dutra (1988), assinalaram uma nova etapa do denominado sindicalismo cristão a partir da década de 1930. Sobre a atuação da Confederação, Dutra sustenta que:

Ainda atuando regularmente durante toda a década de 30, a Confederação terá sua influência reduzida ao ter que dividir seu espaço de ação com as novas organizações que a estratégia da Ação Católica acionará na década de 30: os círculos operários e a Juventude Operária Católica (JOC) que assinalarão uma nova etapa no sindicalismo cristão. (DUTRA, 1988, p. 172).

Apesar disso, a criação e ação da CCT possibilitou a valorização da questão social na medida em que amparou e retirou do esquecimento os trabalhadores, “desamparados no plano econômico e social”. (PASSOS, 1991, p. 23). Mais que isso, em um momento de disputas entre diferentes projetos para e pelos trabalhadores, a Igreja se posicionou, abraçou a causa social e, ao mesmo tempo, esforçou-se para impedir a propagação, principalmente, do comunismo e do anarquismo.

Segundo os estatutos da CCT, publicados em 1920, suas principais atividades eram: defender interesses e direitos dos trabalhadores enquanto classe e indivíduos; pleitear vitória nas reivindicações operárias a partir da justiça; providenciar a defesa de trabalhadores sindicalizados quando perseguidos e processados, desde que não seja por falta infame²³²; efetuar cobrança de valores devidos aos trabalhadores associados; promover realização e

²³¹ IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII). *Carta Encíclica Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

²³² Conforme o periódico *O Operário*, os sócios teriam direito a defesa gratuita: em casos de acidentes de trabalho; quando envolvidos em casos policiais, presos ou deportados desde que comprovem a não culpa; contra os patrões quando injustiçados ou perseguidos; na defesa dos direitos pessoais (casos de lesão ou ameaças); e em requerimento de *habeas corpus*. (CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 06, 09 maio 1929. p. 04).

contrato de trabalho e observar sua correta execução; proporcionar educação profissional, moral e cívica aos trabalhadores; impulsionar a criação de confederações congêneres em localidades mineiras, “fazendo de todas uma única confederação no Estado”²³³.

Essa associação era constituída por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, assistente eclesiástico²³⁴ e diretor social, cujos mandatos eram de quatro anos. As decisões de maior relevo eram tomadas pelo Supremo Conselho, formado por diretoria e representantes dos sindicatos. Assim como a assembleia geral, o Conselho reunia-se um domingo por mês. Já os sindicatos dos diferentes ofícios se encontravam em dias e horários previamente estabelecidos e divulgados nas edições de *O Operário*, o periódico da CCT. De acordo com Amaral:

As principais decisões eram tomadas pelo Conselho Supremo, formado pela diretoria da entidade e por representantes de todos os filiados – na proporção de três para cada cem sindicalizados no sindicato ou na associação, não podendo ser menos que um ou mais que dez. O Conselho Supremo era responsável por aprovar os programas de todos os sindicatos filiados. (AMARAL, 2015, p. 95).

A partir de 1920, a CCT passou a contar com uma Caixa Beneficente Operária com o objetivo de auxiliar materialmente os sócios nos casos de doença, invalidez, desemprego e morte (auxílio pecuniário aos familiares)²³⁵, além de assistência judiciária em alguns casos. Ademais, nove comissões organizavam a militância da CCT: comissão de fé e moral, comissão de obras de piedade e culto, comissão de santificação das famílias, comissão de vocações sacerdotais, comissão de instrução e propaganda, comissão de repouso dominical e dias santos, comissão de caridade e assistência popular, comissão de obras sociais e operárias, e comissão de escolas. Esta última com objetivo, principalmente, de promoção do ensino religioso e cursos noturnos para os operários. (AMARAL, 2015).

Os sócios eram propostos nas assembleias mensais e variavam entre ativos (que se alistavam nos sindicatos e seguiam as normas estabelecidas nos estatutos), beneméritos e honorários. Em 1929, dados revelavam condições de admissão dos sócios de forma individual (não mais por meio dos sindicatos): ser maior de 18 e menor de 55 anos, ser operário, ter boa

²³³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho*. Belo Horizonte, 1920. p. 03-04.

²³⁴ Segundo Dutra (1988), os assistentes eclesiásticos eram padres da Congregação dos Redentoristas, de origem holandesa. Afirma que foram eles os responsáveis pela organização desta associação a partir de modelo desenvolvido naquele país.

²³⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho*. Belo Horizonte, 1920.

saúde, pagar joia de 15\$000 e mensalidade de 2\$500²³⁶.

Segundo Amaral (2015), em 1919, já havia 890 sócios inscritos; em 1929, cerca de 1.000 sócios; e, em 1933, eram contabilizados 1.306 associados. O crescimento da CCT não se restringiu ao número de sócios, dado que houve progresso em seu patrimônio. Se no período inicial utilizou a estrutura da sede do Centro da União Popular em Minas Gerais (no centro de Belo Horizonte), alguns anos mais tarde, a CCT contava com cinco filiais, quatro delas localizadas em bairros operários (Lagoinha, Barro Preto, Vila Independência e Carlos Prates) e uma em Boa Viagem²³⁷, situada no interior da Avenida do Contorno. (AMARAL, 2015). Em maio de 1925, anunciou o lançamento da pedra fundamental do edifício-sede (figura 8), realizado no Dia do Trabalhador²³⁸. O prédio seria construído nos lotes seis e oito do quarteirão nove, da segunda seção urbana²³⁹, situados na Rua dos Guaranis²⁴⁰, a partir de donativos de sujeitos cujos nomes e valores doados eram publicados em *O Operário* (ver figura 9). Entre os doadores figuravam os políticos Melo Viana, Sandoval Soares de Azevedo, e Afonso Pena Júnior²⁴¹.

²³⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 06, 09 maio 1929. p. 04.

²³⁷ A filial da zona urbana, em Boa Viagem, localizava-se na Rua Espírito Santo, 1.059. (CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 18, 10 mar. 1921. p. 01).

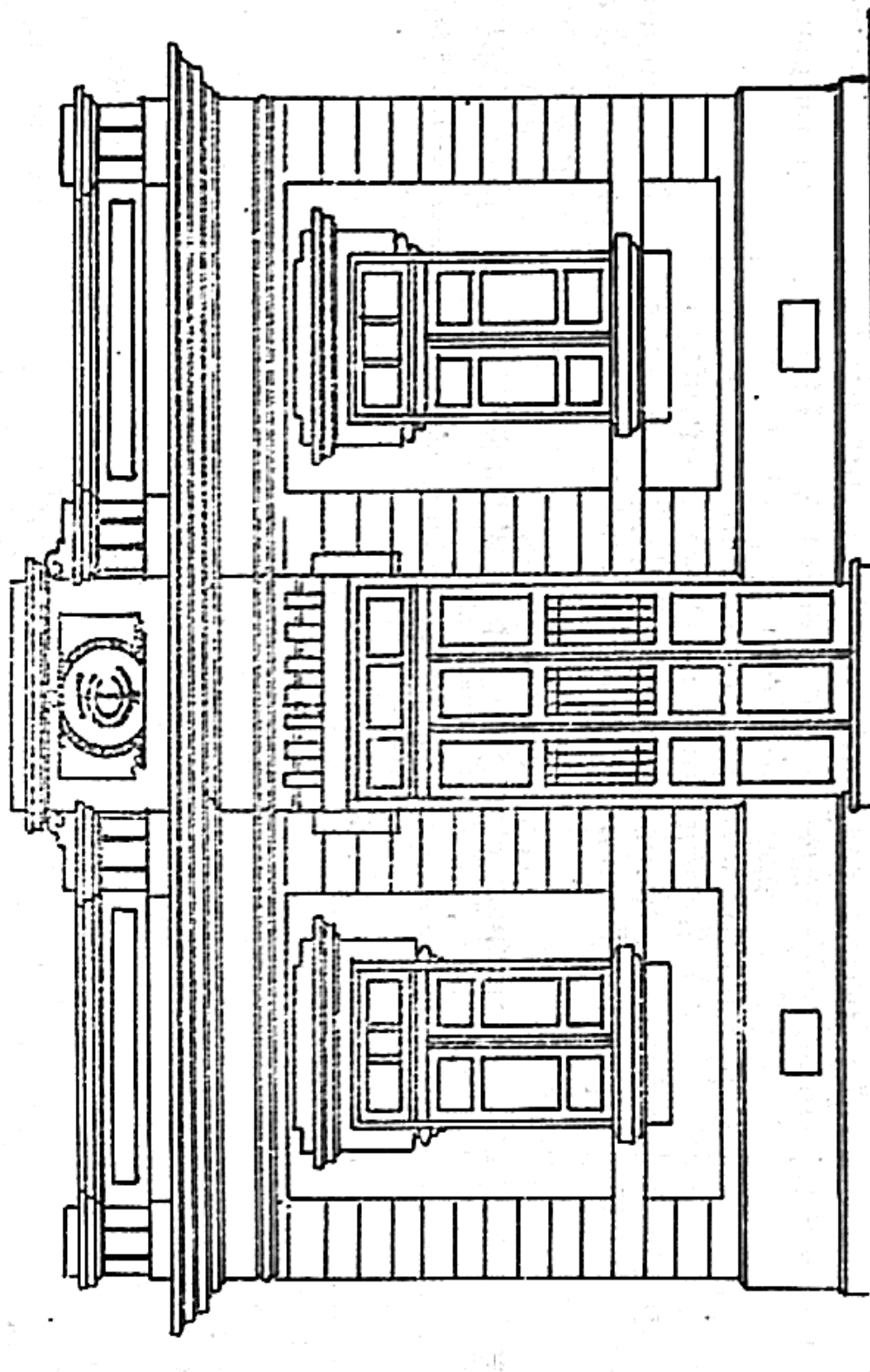
²³⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 05.

²³⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 09.

²⁴⁰ A Rua dos Guaranis localiza-se no interior da antiga zona urbana de Belo Horizonte.

²⁴¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VI, n. 09, 30 set. 1925. p. 04.

Figura 8 – Fachada do edifício para sede da Confederação Católica do Trabalho, localizado na segunda seção urbana, Rua Guarani



Fachada, tirada da planta do edifício para sede da Confederação Católica do Trabalho.

Figura 9 – Localização da sede da CCT na planta geral de Belo Horizonte



Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, 1895 (adaptado pela autora).

O jornal *O Operário*²⁴² foi publicado majoritariamente às quintas-feiras²⁴³, entre os anos de 1920 e 1929²⁴⁴, com o propósito de propagar o programa da Confederação e alcançar aqueles trabalhadores que não compareciam às reuniões. Como representante da CCT, o jornal defendia a ação operária em harmonia com as classes sociais, sem atentar contra a ordem estabelecida, sem prejuízo ou ódio para as outras classes sociais. Nesse sentido, *O Operário* se colocava contrário às ideias anarquistas e comunistas, sem meio termo entre catolicismo, socialismo e anarquismo, artifício utilizado para valorizar o catolicismo enquanto estratégia de enfrentamento dos dilemas sociais.

A ação da CCT, na década de 1920, foi eficiente a ponto de alcançar, segundo Dutra (1988, p. 171), “êxito em arrefecer o movimento operário autônomo em Belo Horizonte”. Sua ação era realizada dentro do princípio da harmonia social, as greves eram condenadas, e as reivindicações operárias encaminhadas aos patrões e poder público municipal e estadual, o que aparecia explicitado nos próprios estatutos:

A Confederação promoverá a constituição de comissões mistas arbitrais, formadas por operários e patrões em número igual, para resolver conflitos ou dúvidas em trabalhadores e patrões, procurando que o desempatador seja o Presidente do Estado ou pessoa por este designada²⁴⁵.

Funcionava como uma espécie de mediadora pacífica entre a classe operária e o poder público²⁴⁶. Se este a apoiava enquanto meio de controle do operariado, principalmente frente a algumas “ameaças” ideológicas que rondavam o mundo, por sua vez “a entidade tinha poder de barganha junto ao poder público e visava ao atendimento das demandas encaminhadas”. (AMARAL, 2007, p. 53). Desse modo, não é fortuitamente que a CCT foi declarada de utilidade pública pelo Senado Federal, em 1925²⁴⁷. Faria e Grossi (1982, p. 197) percebem a ação católica desempenhando “duplo papel, cujas faces se interpenetram”

²⁴² *O Operário*, da Confederação Católica do Trabalho, foi o terceiro jornal com essa nomenclatura, sendo o primeiro da Liga Operária (1900), e o segundo o “órgão dos interesses da classe” (1903-1904).

²⁴³ A exceção se fez entre 1924 e 1925, quando foi publicado nos dias 10, 20 e 30 de cada mês.

²⁴⁴ Estão disponíveis para pesquisa 82 edições de *O Operário*. Houve interrupção da publicação entre 1925 e 1929, quando o periódico foi retomado (a partir de 28/03/1929), mas definitivamente cessado nesse mesmo ano. Segundo Amaral (2015), as informações referentes a Confederação passaram a ser divulgadas, a partir de 1935, pelo jornal *O Diário* e, de 1938 a 1939, pelo periódico *Vida Nova* (23 edições publicadas).

²⁴⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho*. Belo Horizonte, 1920. p. 10.

²⁴⁶ Dutra (1988, p. 179-180) indica alguns políticos mineiros que manifestaram apoio a Confederação Católica do Trabalho: Artur Bernardes, Furtado de Meneses, Negrão de Lima, Melo Viana, Antônio Carlos, Mário de Lima, Pedro Verçosa, Sandoval Soares de Azevedo, Augusto de Lima Júnior, e Nelson de Senna.

²⁴⁷ BRASIL. Decreto nº 4.939, de 10 jul. 1925. Considera de utilidade pública a Confederação Católica do Trabalho, com sede em Belo Horizonte. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1925.

(...) de um lado, procurava conseguir a união e solidariedade dos operários católicos e, de outro, exercia uma função desmobilizadora, de natureza ideológica. Reforçava os valores sociais dominantes, procurando minimizar ou mesmo mascarar os conflitos provenientes de um sistema baseado nos princípios da propriedade e do individualismo. Seu âmbito de ação universal, institucionalizada em quase todos os países do Ocidente, facilitava-lhe os meios de comunicação internacional para difundir as ideias doutrinárias. (FARIA; GROSSI, 1982, p. 197-198).

A despeito disso, desde seu surgimento e ao longo da década de 1920, sua atuação foi importante enquanto orientadora do movimento operário de Belo Horizonte, uma vez que agregou e, até mesmo, impulsionou a organização de sindicatos de ofícios ou mistos²⁴⁸ (mínimo de 15 trabalhadores e número ilimitado de sócios)²⁴⁹ e associações, como a ABT e a Confederação Auxiliadora dos Operários, que aderiram ao sindicalismo católico da CCT e “passaram a funcionar de acordo com a Confederação desde a sua fundação, assinando petições junto com ela e acompanhando-a em todas as suas atividades”. (DUTRA, 1988, p. 170). Além das associações supracitadas, a União dos Empregados do Comércio, a União dos Operários em Calçados, o Centro dos *Chauffeurs* e a Liga Operária Mineira agiram conjuntamente à CCT, além de associações de outras cidades que se federaram, como a Liga Operária Paraense, de Pará de Minas²⁵⁰, e as que foram criadas com auxílio e nos mesmos moldes da CCT, como a Confederação Católica do Trabalho, de Divinópolis²⁵¹.

Algumas dessas ações coletivas foram as campanhas para regularização do descanso dominical e da concessão de terrenos a operários, as quais não somente eram discutidas nas assembleias gerais da CCT, mas ocuparam debates no Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, em 1921, por meio de requerimentos enviados em conjunto. A ação política por meio de petições (e eleição de representantes) era orientação de carta pastoral do episcopado brasileiro²⁵², publicada em 1900, que reforçava alguns princípios contidos na *Rerum*

²⁴⁸ Conforme dados de 1925, havia 18 sindicatos filiados à Confederação (Sindicato dos Carpinteiros, Sindicato dos Marceneiros, Sindicato dos Barbeiros, Sindicato dos Pintores, Sindicato Misto, Sindicato dos Ferroviários, Sindicato dos Condutores e Motorneiros, Sindicato dos Bombeiros, Sindicato dos Mecânicos e Eletricistas, Sindicato dos Empregados em Fábrica de Tecidos, Sindicato das Guardas e demais Empregados da Central, Sindicato dos Pedreiros, Sindicato dos Empregados dos Correios, Sindicato dos Carroceiros, Sindicato dos Padeiros, Sindicato dos Retalhistas e mais Empregados em Açougue, Sindicato das Empregadas Domésticas, e Sindicato dos Alfaiates). Segundo os estatutos de 1920, cada sindicato organizava seu próprio programa e realizava reuniões semanais.

²⁴⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho*. Belo Horizonte, 1920.

²⁵⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 26, 05 maio 1921. p. 03.

²⁵¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 27, 12 maio 1921. p. 03.

²⁵² As cartas pastorais do episcopado brasileiro foram publicadas em diferentes datas, com destaque para a de 1915, “considerada a carta pastoral mais importante para o catolicismo brasileiro, foi acompanhada por

Novarum. (SOUZA, 2002). No Congresso Católico Brasileiro de 1910²⁵³, o tema da moradia operária foi apresentado como primordial à moralização das famílias. Segundo Souza:

Tal proposta unia a Igreja ao Estado, pois este dispunha de uma verba especial para a constituição de vilas operárias, que trariam melhores condições de vida à família operária, além de permitirem seu enquadramento moral, pela disciplina exercida por um aparato assistencial a ser montado pela Igreja, Estado e patronato. (SOUZA, 2002, p. 130).

Certas campanhas (descanso dominical; jornada de trabalho de oito horas; habitações populares para os operários no Barro Preto, Vila Concórdia e Barroca – bairros, à época, localizados na zona suburbana; campanha por um salário justo; criação de bondes de segunda classe com preços reduzidos durante o período de trabalho; instalação das feiras livres), tais como aquelas levadas adiante em conjunto com outras associações operárias belo-horizontinas, apareciam com frequência no jornal, sempre visando a uma solução pacífica e dentro da ordem vigente. (PASSOS, 1991). Conquistadas as garantias legais, a CCT fiscalizava seu cumprimento e, em alguns casos, denunciava seu desrespeito por patrões, sempre objetivando a solução pacífica dos conflitos entre classes.

O primeiro dia da semana, domingo, de acordo com os preceitos católicos, deveria ser um dia de descanso e oração. A partir dessa significação, a disputa pelo descanso dominical dos trabalhadores belo-horizontinos constituiu intensa campanha encabeçada pela CCT, sendo a lei deferida, com várias exceções²⁵⁴, durante a administração municipal de Flávio dos Santos, em 1922²⁵⁵. A principal justificativa para o descanso era de caráter religioso: “um dever que nos impõe o terceiro mandamento da lei de Deus”²⁵⁶. Mas outros argumentos utilizados foram a necessidade de um dia para que o trabalhador recuperasse suas forças e

decretos e resoluções que passaram a funcionar como uma espécie de Constituição eclesiástica e como guia pastoral para toda a Igreja no Brasil”. (SOUZA, 2002, p. 123).

²⁵³ Segundo Souza (2002), o Congresso Católico Brasileiro realizado em 1910 foi o último a apresentar caráter nacional. Antes deste, realizaram-se congressos em Salvador (1900) e no Rio de Janeiro (1908).

²⁵⁴ Conforme lei nº 227, de 1922, o descanso semanal obrigatório aos domingos não se aplicava a determinados serviços, os quais deveriam ter descanso em outro dia da semana e ao menos um domingo por mês, tais como: doméstico indispensável, de transporte de passageiros e bagagens, hospitalar, de hotéis, restaurantes, cafés e afins, de venda de produtos de padaria, carnes, leites, horticultura, sorvetes, produtos de confeitaria e pastelaria, de farmácias, de funerárias, de limpeza pública, de venda e distribuição de jornais, de casas de diversões, de engraxate, e outros serviços caracteristicamente urgentes. O mercado, o teatro, a biblioteca e o cemitério, enquanto estabelecimentos municipais, deveriam funcionar normalmente aos domingos.

²⁵⁵ BELO HORIZONTE. Lei nº 227, de 04 out. 1922. Estabelece o descanso semanal obrigatório no município de Belo Horizonte. *Legislação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>>. Acesso em: 24 out. 2016.

²⁵⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 30, 10 maio 1925. p. 03.

tivesse momentos de lazer com sua família, regressando mais disposto ao trabalho, e a união da classe:

Sem a parada do trabalho aos domingos, os operários não podem frequentar as reuniões para estreitar os laços de fraternal união; fortificar a sua solidariedade; criar e consolidar o espírito de classe; conhecer os direitos e deveres; combinar os meios práticos para conseguir o triunfo de suas aspirações, a satisfação razoável de suas necessidades. Somente o descanso dominical lhes poderá ministrar tempo e meios de educação moral, cívica, intelectual e até profissional²⁵⁷.

O periódico da CCT denunciou a não efetividade do cumprimento de alguns acordos e legislações. O próprio descanso dominical era com frequência burlado, sendo preciso fiscalização para o seu cumprimento. A sugestão era que fosse composta uma comissão de descanso dominical, a fim de relacionar oficinas, patrões, empresas e operários que não cumpriam a lei. De posse da listagem, a ideia era “avisar delicadamente aos infratores” e, caso estes não atendessem ao pedido, a CCT encaminharia uma representação ao prefeito para solução do caso. O grande problema residia no fato de que parte significativa dos infratores da lei eram algumas repartições estaduais, o que, de acordo com *O Operário*, “constitui um triste exemplo que não pode e não deve continuar”²⁵⁸.

Outro acordo desrespeitado era o referente à jornada de trabalho de oito horas, conquistada em Belo Horizonte após a greve de 1912, visto que patrões utilizavam estratégias a fim de descumprir o trato e fazer com que o operário trabalhasse a mais. Conforme já mencionado no capítulo 1, um desses estratagemas foi a baixa remuneração, fazendo com que os operários trabalhassem além das oito horas. Segundo *O Operário*, os patrões “se desculpam hipocritamente dizendo que os operários trabalham assim por sua LIVRE vontade!”²⁵⁹

Afora essas campanhas coletivas, a CCT chamava para si a responsabilidade de promover a educação moral e cívica dos trabalhadores, o que ia da oferta de cursos noturnos para operários até a promoção, por meio de seu periódico, *O Operário*, do catolicismo enquanto prática social dos trabalhadores, mediante divulgação de alguns enunciados com valores morais. (AMARAL, 2007).

²⁵⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 14, 29 set. 1921. p. 02.

²⁵⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 02, 04 abr. 1929. p. 02.

²⁵⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 19 jun. 1920. p. 04. Grifo do autor.

Entre os princípios do jornal, bem como da CCT, estava o de promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores. Desse modo, o periódico, ao mesmo tempo que elogiava alguns dirigentes por iniciativas voltadas à criação de escolas primárias, escolas maternais, nomeação de professores, entre outras, cobrava pela expansão de escolas para os trabalhadores. Isso porque a alfabetização dos operários era vista como meio de estes possuírem liberdade, de compreenderem os regimes políticos e de saberem regular as suas aspirações pela medida do justo, partindo da ideia de que, se o regime não havia sido adaptado ao estado do povo, a educação seria responsável por elevar o povo à altura do regime, fornecendo, assim, instrumentos para a conquista de seus direitos em proveito do “progresso” da classe operária.

A pretensão de instalação de um curso noturno direcionado aos operários, principalmente sócios dessa associação, era anunciada logo na primeira edição do jornal. Esse curso seria dirigido pelo professor José Augusto Campos do Amaral²⁶⁰ e funcionaria a partir de julho de 1920, após a efetivação das matrículas (custo de 5\$000 por sócio, pagas adiantadas), que se encerrariam no mês anterior (final de junho). Conforme a proposta, as aulas ocorreriam de 19 às 21 horas, de segunda a sábado, respeitando domingos e feriados oficiais e religiosos. Às segundas, quartas, quintas e sábados, as lições seriam de português e aritmética; e, às terças e sextas, de geografia e história do Brasil²⁶¹. Alguns anos mais tarde, em 1929, o periódico informava sobre a construção de sua sede “para nela instalar um ‘curso noturno’, uma ‘biblioteca’, um escritório de colocações e informações aos operários, um centro ‘esportivo’, uma sala de educação social e profissional operária, uma secção de união de todas as organizações congêneres existentes no país”²⁶². Novamente era retomada a ideia de implementação de um curso noturno vinculado à Confederação.

A CCT, enquanto devotada mediadora entre operariado e poder público, se aproximava deste por meio dos constantes agradecimentos, elogios e felicitações realizadas a proeminentes figuras de Minas Gerais, principalmente por meio de seu impresso, *O Operário*. De outro lado, segundo Dutra (1988), políticos como Augusto de Lima, Joaquim Furtado de

²⁶⁰ Campos do Amaral atuou na Confederação Católica do Trabalho como membro da comissão de revisão dos estatutos, eleito diretor social em 1919 e 1927. Foi fundador do jornal *O Operário*, diretor do curso noturno operário em 1920 e nomeado para as comissões de descanso dominical e regime interno em 1929. Também foi deputado federal em 1934. (Banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas).

²⁶¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 19 jun. 1920. p. 02.

²⁶² CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 17, 25 jul. 1929. p. 03.

Menezes, Nelson de Senna, Francisco Negrão de Lima, entre outros, foram além do apoio verbal à CCT:

O deputado Joaquim Furtado de Menezes, chamado por John Wirth “a principal voz católica de Minas”, participa da administração da Confederação Católica, sendo presidente da “*Assistência Popular*” desta entidade sindical. Francisco Negrão de Lima está presente à Convenção Operária em Minas, realizada pela Confederação em Pará de Minas, onde, em nome desta, fala várias vezes. Nessa convenção fica decidido que os operários católicos apoiarão um candidato mineiro à Câmara Federal e o nome escolhido é o do deputado Nelson de Sena que, como os demais, mantém estreita ligação com o sindicalismo católico. Todos eles, de alguma forma, aparecem junto aos nomes de Bernardes, Melo Viana, e Antônio Carlos em atos públicos que envolvem a Confederação. (DUTRA, 1988, p. 180-181).

Um dos sujeitos destacados em *O Operário* era Artur Bernardes, presidente do Estado de Minas Gerais de 1918 a 1922, que, parabenizado por seu natalício, era também engrandecido por seu desempenho enquanto dirigente, em especial por seu cuidado com a instrução, visto que um grande número de escolas primárias teria sido criado ao longo de seu governo²⁶³. Deste modo, não é de se estranhar encontrar uma edição de *O Operário* em 1925, com dez páginas em comemoração ao Dia do Trabalhador, recheada de homenagens a esses sujeitos, entre eles: Melo Viana (presidente do Estado de Minas Gerais e “grande amigo dos operários”), Dom Cabral (Arcebispo de Belo Horizonte), Sandoval Soares de Azevedo (Secretário do Interior e “devotado amigo dos operários”), e Mario de Lima (poeta, jornalista e secretário da presidência do Estado de Minas Gerais)²⁶⁴.

Nesta mesma edição, apontava a CCT e seu impresso para uma vontade geral das classes operárias em “progredir” e ocupar um posto mais “elevado” e “nobre”:

(...). É esse lema adotado pelo atual governo de Minas.

Se as classes populares não estão aptas para dirigirem-se porque constituem-se na maioria de analfabetos, vamos alfabetizá-las.

Espalhemos mestres, criemos escolas, derramemos, difundamos a luz da instrução por este território vastíssimo.

Livros, livros a mãos cheias, e que ao em vez de cercear-se a liberdade dos cidadãos por não terem suficiente preparo para dela gozar, por meio de obras de educação popular, demos ao grande número a dose de capacidade e experiências necessárias para que se tornem capazes de compreender o regime, de regular as aspirações pela medida do justo.

Se o regime não foi adaptado ao estado do povo, procuremos elevar o povo até colocá-lo à altura do regime.

Bem haja, pois, um governo que assim pensa, e, o que é melhor, age nesse

²⁶³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 07, 11 ago. 1921. p. 01.

²⁶⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 01.

sentido.

Desde o governo Bernardes nos habituamos a ver o órgão oficial do Estado com a sua primeira página repleta de decretos criando escolas, de atos de nomeação de professores. (...) ²⁶⁵.

Para concretização dos objetivos e direitos dos trabalhadores em busca do “aperfeiçoamento moral e intelectual da humanidade”, as “inferioridades civis e políticas” deveriam ser eliminadas e, para tal, o direcionamento do Estado se fazia necessário por meio de políticas educacionais de combate ao analfabetismo, as quais, segundo o jornal, possibilitariam a paulatina elevação do povo à altura do regime ²⁶⁶.

Há de se destacar referência feita à construção da escola maternal (ver figura 10) durante o governo Melo Viana, para que as mães operárias pudessem, com segurança, deixar suas “joias mimosas” enquanto trabalhavam.

Essa instituição não somente permitirá a operária trabalhar fora do lar, mas ainda dará ao Estado a possibilidade de preparar cidadãos mais robustos física e moralmente, pois, que lhe dará ocasião de ministrar às criancinhas de hoje no período mais delicado da vida, todos os recursos da higiene, da assistência médica e farmacêutica, uma alimentação mais sadia e os primeiros rudimentos de uma educação sólida que prosseguirá através do jardim da infância e do grupo escolar, para onde, felizmente, Deus já voltou ²⁶⁷.

Figura 10 – Edifício construído para escola maternal



Fonte: *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925.

²⁶⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 03-04.

²⁶⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 03-04.

²⁶⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 04.

Outra edição do periódico, a partir da mensagem do presidente do Estado Melo Viana, destacava como fato consolador “de um lado o esforço titânico do governo mineiro em destruir o analfabetismo, do outro a boa vontade do povo em corresponder a esse patriótico e nobre esforço oficial”²⁶⁸. O elogio se fazia ainda que o governo não tenha cumprido seu uso para uma escola maternal.

Uma questão central, principalmente por se tratar de uma associação católica, refere-se à permissão do ensino religioso nas escolas públicas do Estado. Desde a Constituição de 1891, havia a prerrogativa da laicidade, e a Igreja Católica deixou de ser religião oficial do Estado brasileiro, devendo ser laico o ensino nos estabelecimentos públicos, ou seja, proibiu-se o ensino religioso nas escolas públicas, fato que ocasionou intensos debates entre educadores católicos e escolanovistas.

Segundo Dallabrida (2005, p. 77), “apesar de algumas tensões, o episcopado brasileiro aceitou o regime republicano, mas posicionava-se contrário ao caráter laico do sistema público de ensino, porque acreditava que ele agredia a fé católica da maioria do povo brasileiro”. Desse modo, a Igreja se organizou e consolidou uma rede de escolas católicas em diferentes níveis, visto que as ordens e congregações do país tinham permissão para agir livremente. Além disso, nas primeiras décadas do século XX, a Igreja orientou aos católicos que frequentassem estabelecimentos escolares onde houvesse ensino religioso e, concomitantemente, condenou a existência das escolas laicas.

A Igreja Católica envidou esforços para fundar desde escolas paroquiais até universidades católicas, passando por colégios de ensino secundário, escolas normais e profissionais. Por outro lado, o episcopado brasileiro procurou, de modo diplomático e decidido, reintroduzir o ensino religioso – ou melhor, a doutrina cristã – no sistema público de ensino e incentivou os professores católicos a realizarem o curso normal e prestarem concursos públicos para recatolicizar a cultura escolar republicana e laica. (DALLABRIDA, 2005, p. 79).

Para a Igreja, o aumento da violência e a desordem social eram consequências diretas da falta de conhecimento religioso da população brasileira. O remédio para tal situação era o ensino religioso nas escolas e jardins de infância, como reiterava a carta pastoral de 1915, a qual incentivou a luta dos católicos ante os problemas sociais e o ensino religioso nas escolas, “único meio de elevação do nível cultural do ‘povo ignorante’”. (SOUZA, 2002, p. 124).

Em 1929, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos (1926-1930), foi o primeiro a

²⁶⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VI, n. 07, 10 set. 1925. p. 01.

permitir o retorno do ensino religioso nas escolas públicas, o que sinalizava para a força do catolicismo no Estado. (SCHUELER; MAGALDI, 2009). Conforme Dutra (1988), foi autorizada uma hora de catecismo nas escolas. A decisão do governante gerou uma série de manifestações em seu apoio, como a que ocorreu na Praça da Liberdade, com a participação da CCT e Confederação Auxiliadora dos Operários:

No dia 21 de Abril terá lugar grandiosa manifestação que os católicos mineiros vão fazer ao Sr. Antônio Carlos, exprimindo-lhe o júbilo e a gratidão pela permissão do ensino religioso nas escolas.

Tudo indica que esta manifestação será a mais imponente de quantas se realizaram nestes últimos tempos. Todos os operários de boa vontade e que presam o futuro de seus filhos devem participar deste movimento, assistindo à missa solene na Matriz S. José e ao *Te Deum* na Praça da Liberdade²⁶⁹.

Para além da questão do retorno do ensino da religião nas escolas públicas, foi em sua gestão que se implementaram a reforma do ensino primário e normal (comandada por Francisco Campos em 1927) e a Universidade de Minas Gerais (1927), aspectos que, conjugados com outros, possibilitam avaliar suas pretensões políticas naquele momento. Alguns anos mais tarde, em 1931, o Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, mediante decreto nº 19.941, facultava o ensino da religião nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal de todo o país, o que atestava a força da vertente católica e dos grupos educacionais confessionais no Brasil.

Conforme explicitado em *O Operário*, no final de década de 1920, duas emendas foram apresentadas ao projeto de revisão da Constituição, “uma reconhece que o catolicismo é a religião da maioria do povo brasileiro; outra permite o ensino religioso facultativo nas escolas”, as quais teriam provocado resistência de três grupos – maçonaria, espiritismo e protestantismo²⁷⁰ – contribuindo para o insucesso das proposições.

Nas escolas de localidades onde os habitantes sejam protestantes, seja o ensino protestante. Nas escolas onde haja os dois grupos em quantidade apreciável, seja o ensino católico para os católicos, protestante para os protestantes. Finalmente, na pior hipótese, os pais que não queiram para seus filhos esse ou aquele ensino religioso, façam retirá-los na hora de se ministrar o ensino de religião.

O que não podem admitir todos quantos sinceramente seguem a doutrina de Jesus Cristo é este sistema da escola leiga, destruidora de toda a ideia e de todo o sentimento cristão, tal qual desejam a maçonaria e o espiritismo²⁷¹.

²⁶⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 03, 11 abr. 1929. p. 04.

²⁷⁰ A carta pastoral do episcopado brasileiro de 1915, entre outros posicionamentos, “lançava-se contra os espíritas e protestantes”. (SOUZA, 2002, p. 124).

²⁷¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 01, 28 mar. 1929. p. 04.

A oposição dos dois primeiros grupos é interpretada a partir da sua qualificação enquanto “satânicos”, porém causava estranhamento a objeção do grupo protestante em relação à segunda proposta, visto que o ensino religioso era de caráter facultativo e não definida sua especificidade católica, podendo ser adaptável a depender da realidade dos alunos e do estabelecimento escolar.

No capítulo seguinte, serão analisados os objetivos e a materialidade dos impressos destas quatro associações operárias a fim de melhor compreender quais eram as demandas educacionais para a classe trabalhadora.

3 IMPRENSA ASSOCIATIVA: OBJETIVOS, MATERIALIDADE E DEMANDAS PEDAGÓGICAS PARA OS TRABALHADORES

Neste capítulo serão analisados os impressos das associações operárias aqui investigadas. Para tal foram estudados os objetivos, a materialidade e as demandas pedagógicas presentes nas páginas dos periódicos, quais sejam, a revista da Associação Beneficente Tipográfica, e os jornais *O Labor*, da Confederação Auxiliadora dos Operários, *O Confederal*, do Centro Confederativo dos Operários, e *O Operário*, da Confederação Católica do Trabalho. O quadro 2 apresenta o arrolamento desses impressos.

Quadro 2 – Periódicos de associações operárias de Belo Horizonte

Nome do periódico	Associação operária responsável	Data limite	Total de periódicos publicados
Revista da Associação Beneficente Tipográfica	Associação Beneficente Tipográfica	1906-1936	07
<i>O Labor</i>	Confederação Auxiliadora dos Operários	1905-1906	12
<i>O Confederal</i>	Centro Confederativo dos Operários	1907	05
<i>O Operário</i>	Confederação Católica do Trabalho	1920-1929	82

Fontes: Revista da Associação Beneficente Tipográfica; *O Labor*; *O Confederal*; *O Operário*.

Os impressos operários, em geral, eram jornais e revistas produzidos e/ou destinados aos operários e vinculados às associações, sem periodicidade definida e de curta duração, sendo necessárias subscrições para manutenção, e cujas tendências políticas, bem como as suas principais contendas e tensões, eram expressas em suas páginas. (DECA, 1987; FERREIRA, 1988; HARDMAN, LEONARDI, 1991; LUCA, 2006; MACIEL, 2008a e 2008b). Bilhão (2016, p. 40) afirma que esses impressos podem atender uma intenção militante, à “defesa de uma postura política, corrente ideológica, demanda social ou a outras reivindicações específicas”.

Desse modo, os periódicos pesquisados se assemelhavam não somente por sua origem associativa, mas também pela destinação a um público específico, os operários, e pela similaridade do posicionamento político, ainda que um ou outro apresentasse divergência na forma (qualidade do papel, formato, número de páginas, ilustrações), cujo caso mais notável

foi a revista da ABT. Além de expor as disputas relativas à classe trabalhadora de Belo Horizonte, nesses impressos observa-se tendência a um posicionamento político mais reformista, muitas vezes acompanhado do discurso católico.

Efetuiu-se o levantamento dos artigos a partir do conteúdo de interesse da pesquisa, qual seja, as demandas educacionais, observando sua frequência nos impressos das associações, conforme apresentado na tabela 5. Segundo Bilhão (2008, p. 74, grifo do autor), era frequente a temática instrução em periódicos operários, visto que a sua defesa era “considerada pelas lideranças como condição primordial à difusão dos ‘nobres ideais’ e do ‘levantamento moral’ do operariado”. O acesso à educação significava a possibilidade de “emancipação dos operários”, e sua ausência, por outro lado, impeditiva da melhoria de suas condições de vida; uma perspectiva, a propósito, partilhada por diferentes correntes do movimento operário. Por isso, em geral, a educação era defendida como um direito dos operários e dever do Estado. Na falta deste, coube aos próprios operários a organização de suas escolas. (BILHÃO, 2008).

Tabela 5 – Artigos sobre “demandas educacionais” por periódico operário

Nome do impresso	Número de artigos
Revista da Associação Beneficente Tipográfica	03
<i>O Labor</i>	09
<i>O Confederal</i>	08
<i>O Operário</i>	07

Fontes: Revista da Associação Beneficente Tipográfica; *O Labor*; *O Confederal*; *O Operário*.

Posteriormente, de acordo com o modo como apareciam nos impressos, foram organizados os temas de educação: ensino primário, ensino secundário, ensino superior, ensino profissional, escolas maternais, bibliotecas e demandas diversas. Há de se destacar que alguns artigos apresentavam mais de um tema. Esses dados podem ser observados na tabela 6.

Tabela 6 – Classificação dos artigos sobre “demandas educacionais”

Temas	Número de artigos
Ensino primário	13
Ensino secundário	01
Ensino superior	01
Ensino profissional	03
Escolas maternas	02
Biblioteca	03
Demandas diversas	10

Fontes: Revista da Associação Beneficente Tipográfica; *O Labor*; *O Confederal*; *O Operário*.

Foi realizado um estudo a partir dos periódicos das associações operárias e dos artigos com os temas de interesse. Primeiro, buscou-se historicizar os periódicos, trazendo as suas características gerais. Depois, realizou-se uma análise temática do conteúdo dos impressos. Essa investigação deu origem aos tópicos deste capítulo, cada qual referente a um dos periódicos associativos.

3.1 *Fac et spera. Pro nobis laboremus*²⁷²: a Revista Comemorativa da Associação Beneficente Tipográfica (1906-1936)

As edições da revista da ABT foram publicadas em 1906, 1908, 1911, 1920, 1925, 1930 e 1936²⁷³. Em sua maioria, eram comemorativas do aniversário de criação da Associação, quase sempre divulgadas no mês de abril pela administração da ABT²⁷⁴, à exceção da terceira edição, publicada em maio de 1911. Talvez seja em decorrência do mês de sua publicação que esta revista não trazia a adjetivação “comemorativa” em seu título²⁷⁵.

Apreende-se o conceito de comemoração como marco alusivo a acontecimentos fundadores. Nesse sentido, dentre outras interpretações, Paul Ricoeur situa o ato de comemoração,

²⁷² Faze e confia. Trabalhem por nós.

²⁷³ Segundo Linhares (1995) foi publicada *Revista Comemorativa* da ABT em 1907. Do mesmo modo, o número prospecto do jornal *O Confederal* notificava recebimento de exemplar desta revista. No entanto, não foi possível localizar esta edição.

²⁷⁴ Nas datas de publicação da revista eram os presidentes da ABT: 1906, Alcides Batista Ferreira; 1908, Eugênio Velasco; 1911, Américo Gomes de Sousa; 1920, Pedro Verçosa; 1925, Francisco de Paula Gil Júnior; 1930, Antônio Gomes Lima; e 1936, Francisco de Paula Gil Júnior.

²⁷⁵ As edições da revista da ABT de 1930 e 1936 receberam o título de *O Gráfico Mineiro*.

(...) no par memória-hábito/memória-lembrança. (...) não há efetuação ritual sem a evocação de um mito que orienta a lembrança para o que é digno de ser comemorado. As comemorações são, assim, espécies de evocações, no sentido de reatualização, eventos fundadores apoiados pelo “chamado” a lembrar-se que soleniza a cerimônia (...). (RICOEUR, 2007, p. 60).

Somente foi possível apurar a composição da comissão responsável pela organização da *Revista Comemorativa* de 1925, a qual divulgou pela primeira e única vez o quadro com os seguintes nomes: sócios efetivos Dr. Aristides Alves Pereira, Eduardo Frieiro²⁷⁶, Moacyr Assis Andrade²⁷⁷ e Samuel Lima; o sócio-fundador Abílio Barreto, figura bastante assídua em todas as edições da revista, salvo a de 1906. É provável que essa preocupação tenha sido fruto da promulgação da lei regulatória da imprensa em 1923, decreto nº 4.743, que, em um de seus artigos, informava sobre a obrigatoriedade de se estampar os nomes dos responsáveis pela publicação. Ademais, na revista deste ano, encontrava-se, embaixo da autoria dos textos, a especificação da categoria do sócio, se fundador ou efetivo. Tal ação pode sinalizar, também, para uma tentativa de reforçar quem eram os produtores e o público leitor alvo da revista, quer sejam, os sócios da ABT.

A primeira edição da revista foi difundida em 1906, durante a direção de Alcides Batista Ferreira, o qual se responsabilizava por receber as correspondências relativas à revista. Foi também ele que apresentou em artigo a proposta da publicação de uma revista da Associação: publicizar o desenvolvimento da ABT e iniciar campanha para além da proteção material aos sócios. (FERREIRA, 1906). O que significava, conforme os estatutos de 1904, reerguer e nivelar a categoria tipográfica, bem como trabalhar pela solidariedade e interesses dos sócios.

Em suas diferentes edições, exceto a de 1908, a revista apresentava textos que versavam sobre a comemoração do aniversário da ABT: importância da Associação para os tipógrafos, resumos e memória da trajetória histórica de sua constituição, desenvolvimento nas suas diferentes gestões, síntese das diretorias eleitas, e alguns traços biográficos de seus presidentes. A propósito, em geral, era esse o conteúdo inaugural das edições da revista.

Esses escritos, quando identificava-se a autoria, foram elaborados, principalmente, por membros da Associação, como os sócios-fundadores Alcides Batista Ferreira (na edição de 1906, quando era presidente da ABT), Abílio Barreto (1911, 1920, 1925, 1930 e 1936); e os sócios efetivos Vicente Medeiros (1911), Adamastor Barreto (1930), Nilo Gualberto (1930) e

²⁷⁶ Eduardo Frieiro (1889-1982) foi tipógrafo, escritor e professor universitário.

²⁷⁷ Moacyr Assis Andrade (1897-1979) foi tipógrafo, jornalista e dentista.

Francisco de Paula Gil Júnior (1930 e 1936, data em que foi presidente da Associação).

Em grau menor, escreveram também alguns sujeitos, sócios honorários e beneméritos da Associação, que ocuparam cargos de destaque na cidade de Belo Horizonte, como o diretor da Imprensa Oficial Álvaro da Silveira (na revista de 1906, em texto que felicitava a existência e esforços praticados pela ABT) e o político e jornalista Nelson de Senna (texto que homenageava o aniversário da ABT na publicação de 1911).

Há de se destacar a reprodução de documentos relevantes da fundação da ABT em alguns dos números da revista, dentre os quais, as assinaturas dos sócios-fundadores nas bases sociais (revista de 1925) – documento inicial de sua organização, as bases sociais assinadas pelos fundadores (1930) e a ata da sessão inicial que deu origem à ABT (1936).

Além dos textos referentes aos aniversários da ABT, havia informações sobre o seu funcionamento, tais como a composição da administração da ABT (revista de 1920 e 1925), reprodução do discurso proferido por presidente ao assumir o cargo (1920), informe da inauguração da galeria dos presidentes da ABT (1925), dados do fundo social e despesas, conforme balanço financeiro apresentado em 1919 (1920) e movimento econômico e financeiro de 1908 a 1930 (1930). Importante destacar que não há nesses balancetes nenhuma referência relativa aos custos para produção da revista.

A importância do trabalho tipográfico, bem como algumas inovações deste campo, foram conteúdos relativamente recorrentes na revista. Em textos elaborados por sócios, abordava-se sobre o desenvolvimento da arte tipográfica (Eduardo Frieiro, na revista de 1925), surgimento da tipografia e vida de Gutemberg (Antônio Borges, 1925), utilização dos caracteres bodonianos (Eduardo Frieiro, 1930) e trabalho com a linotipo (Cícero Martins Ramos, 1936). Outros artigos, escritos por não sócios, tendiam a enfatizar a importância do trabalho do tipógrafo, seja para os escritores ou para o progresso da sociedade, tal qual Nelson de Senna (1906), J. F. (1925, mas originalmente publicado na *Revista Mar e Terra*, de 1913) e escritor francês Valery Larbaud (1881-1957) (1930, tradução de Antônio Borges).

Outro importante assunto tratado neste impresso foi o movimento operário e a legislação operária. Em 1925, um texto do sócio Pedro Verçosa tratou do aniversário de 55 anos da Associação Tipográfica Baiana, sugerindo laços entre ambas associações tipográficas. O direito e a legislação operária foram matérias de textos dos professores de Direito, Estevão Lobo (revista de 1906) e José Olímpio de Castro Filho (1936). Algumas críticas ao anarquismo, socialismo e comunismo foram empreendidas na revista de 1908, 1911 e 1936,

em artigos escritos por Paulo Brandão, Assis Viana e Arthur Nogueira de Almeida (sócio da ABT), respectivamente.

Apesar desse posicionamento, é relevante destacar, na revista de 1908, o texto “Aos tipógrafos”, de autoria do anarquista espanhol Anselmo Lourenzo (1841-1914), possivelmente publicado devido ao caráter mais intelectualizado deste impresso. Lourenzo apresentava duras críticas às ações da Igreja, principalmente durante a Idade Média:

Então não se sabia, acreditava-se, apenas; porque a fé, só pode ter existência pelo verbo *crer*, indigna palavra que sintetiza o vilipêndio sofrido pela espécie humana na extensa série de séculos que conta de existência, e, o que é mais doloroso ainda, significa tropeço de ignorância, preocupações e interesses criados, que se opõe a prática da justiça social, que ainda fará exalar inúmeras exclamações de dor e tingirá de sangue as cidades e os campos nas horas das reivindicações revolucionárias.

Os homens só conheciam a solidariedade pela dor, porque a Igreja, ‘mestra universal, então, embora mestra da mentira, havia dito: “Este mundo é um vale de lágrimas”²⁷⁸.

O descaso com os homens, bem como o obscurantismo motivado pela Igreja, segundo o anarquista, seria convertido em reivindicações revolucionárias. Este quadro de ignorância teria sido abrandado com a invenção da imprensa por Gutemberg, percebida como fonte de progressos humanos e invenções. Lourenzo, como solução à condição dos tipógrafos, sugeria a reunião da categoria a fim de alcançar “a dignidade, a emancipação e a vida do Direito”²⁷⁹.

Ao longo das edições da revista da ABT foram veiculadas homenagens – algumas com fotografias – aos sócios da Associação (1908; 1920; 1925; Abílio Barreto em 1930; Arthur Nogueira de Almeida, Coriolano França, Antônio Augusto das Dores, Joaquim Alves Pereira e Francisco de Paula Gil Júnior, em 1936), sócios falecidos (1911; 1920; 1925; 1930), sócios beneméritos (Wenceslau Brás e Juscelino Barbosa, em 1911; Azevedo Júnior em 1920, 1930 e 1936), às diretorias da ABT (1911; 1920), aos colaboradores da publicação (1906), a personalidades mineiras (Padre Viegas em 1908; prefeito de Belo Horizonte Olinto Meireles em 1911; presidente do Estado Melo Viana e prefeito de Belo Horizonte Flávio dos Santos, em 1925; presidente do Estado Antônio Carlos, jornalistas e diretores da Imprensa Oficial de Minas Gerais, Abílio Machado, José Maria de Alkmim e Romão Cortes de Lacerda, em 1930 e 1936; governador de Minas Gerais Benedito Valadares Ribeiro em 1936; políticos Ovídio de Abreu, Mario Mattos, Juscelino Kubitschek e Otacílio Negrão, em 1936), à Imprensa Oficial

²⁷⁸ LOURENZO, Anselmo. Aos tipógrafos. *Revista Comemorativa do 8º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, abr. 1908. p. 09. Grifo do autor.

²⁷⁹ LOURENZO, Anselmo. Aos tipógrafos. *Revista Comemorativa do 8º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, abr. 1908. p. 10.

(1908), às associações operárias de Belo Horizonte e de Juiz de Fora (1920), ao operariado mineiro (1906), aos “companheiros do Brasil” (1908), às classes laboriosas do Brasil (1920), à imprensa e publicistas nacionais (1906; 1911) e às artes gráficas (1920).

A nominata dos sócios apareceu na revista de 1906, 1911 e 1925. Em 1906, constavam 49 sócios-fundadores e 51 sócios efetivos, além dos sócios beneméritos, o diretor da Imprensa Oficial Álvaro da Silveira e o político Francisco Bressane; e os honorários, o jornalista Azevedo Júnior, o também diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais Carlos Domício de Assis Toledo e o jornalista Lindolpho Azevedo.

A revista de 1911 subdividiu os sócios conforme as categorias (beneméritos, honorários, efetivos fundadores e efetivos): eram listados 39 fundadores, 83 efetivos, os mesmos honorários e beneméritos mencionados na revista de 1906, além dos beneméritos Gabriel de Oliveira Santos, vice-Presidente do Brasil Wenceslau Brás, e ex-Secretário das Finanças Juscelino Barbosa.

Já em 1925, os nomes dos sócios apareciam em listagem indicando à frente a categoria, se fundadores, efetivos, beneméritos ou honorários. Ao todo contava com 230 sócios, dentre os quais eram beneméritos Álvaro da Silveira, Francisco Bressane, Gabriel de Oliveira Santos, João Carvalhais de Paiva, Juscelino Barbosa, Leon Roussoulières, Mário de Lima, Pimenta Bueno e Wenceslau Brás; e honorários, Lindolpho Azevedo e Nelson de Senna.

Com os dados disponíveis das nominatas de sócios foi possível, ainda que de modo incompleto em razão da ausência desse tipo de informação na revista para todos os períodos, detectar as origens de alguns autores e se estes eram membros da ABT. Embora fosse a revista destinada aos tipógrafos e sócios da ABT, alguns sujeitos, como os sócios beneméritos e honorários, colaboraram com diversos textos (poesias, crônicas e artigos) para a revista. A distribuição dessas contribuições variava, conforme se verifica na tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição dos textos segundo autoria e vinculação à ABT

Revista da ABT (ano)	Textos escritos por sócios-fundadores ou efetivos	Textos escritos por sócios honorários ou beneméritos	Textos escritos por não sócios	Textos sem autoria	Número total de textos
1906	02	02	06 ²⁸⁰	01	11
1908	01	01	15	01	18
1911	04	01	09	-	14
1920	06	02	01	02	11
1925	09	01	03	03	16
1930	09	-	09	04	22
1936	07	-	07	-	14

Fonte: Revista da Associação Beneficente Tipográfica.

Observa-se que as contribuições dos sócios-fundadores e efetivos foi superior nas edições da revista de 1920, 1925, 1930 e 1936, em detrimento das de 1906, 1908 e 1911. Por conseguinte, constata-se que suas colaborações se acentuaram no decorrer da publicação do impresso da ABT. Destes sócios destacam-se: Abílio Barreto, Alcides Batista Ferreira, Pedro Verçosa, Vicente Medeiros, Francisco de Paula Gil Júnior, Pedro Pinto, Eduardo Frieiro, Adamastor Barreto, Octávio de Oliveira, Antônio Borges, Nilo Gualberto, J. Gouvêa, Arthur de Almeida, Jair Silva e Cícero Ramos.

As contribuições de sócios honorários e beneméritos foram um tanto quanto tímidas, variando entre um e dois textos, nas edições de 1906 a 1925, e inexistindo em 1930 e 1936. Nestas categorias, evidencia-se a participação do honorário Azevedo Júnior e dos beneméritos Álvaro da Silveira e Mário de Lima.

Sujeitos que não faziam parte do quadro de sócios da ABT, todavia reconhecidos pela sociedade mineira, igualmente tiveram textos publicados. Eram jornalistas, literatos, professores (principalmente da Faculdade de Direito de Minas Gerais), advogados, políticos e diretores de repartições públicas, tais como: Estevão Lobo, Domingos de Andrade Figueira, Nelson de Senna, Francisco Amedée Peret, Daniel Serapião de Carvalho, Gudesteu de Sá Pires, Carlos Góes, Brant Horta, Belmiro Braga, Machado Sobrinho, Oswaldo Araújo, Franklin Magalhães, Fernando Melo Viana, Djalma Andrade, Abílio Machado, João Alphonsus, Eugênio Rubião, Carlos Drummond de Andrade, Romão Cortes Lacerda, Zora Seljan e José Olímpio Castro Filho.

²⁸⁰ Há comprovação de Nelson de Senna ser sócio honorário somente em 1925, por isso não foi incluído nesta categoria na análise da revista de 1906, 1911 e 1920.

Sobressaem entre esses autores, João Alphonsus e Carlos Drummond de Andrade, escritores centrais do modernismo mineiro, grupo que se consolidou em Belo Horizonte na década de 1920 em virtude de três principais aspectos, segundo Fernando Correia Dias, a saber:

(...) a atividade comum (no jornalismo, no emprego público); a interação, isto é, a atualização de influências recíprocas, tanto pessoais como literárias, pela permuta de experiências, no âmbito das escolas, das livrarias, dos bares; finalmente, a emergência de um sentimento comum de identificação grupal. (DIAS, 1975, p. 168).

A participação de alguns sujeitos, intelectuais, no periódico *O Operário* (de Montes Claros), órgão da União Operária e Patriótica de Montes Claros, foi analisada por Drummond e Taborda de Oliveira (2015). Considerando o conceito de “intelectual” formulado por Edward Said, os autores entendem sua função “de levantar questões publicamente e confrontar ideias, representar pessoas e problemas que são esquecidos ou deixados em segundo plano”. (DRUMMOND; TABORDA DE OLIVEIRA, 2015, p. 210). Assim sendo, tendo-se em vista os objetivos daquela associação de intervir junto aos poderes instituídos para defender as classes que representavam, os intelectuais, enquanto porta-vozes da União Operária, buscavam auxiliar nas conquistas para a classe trabalhadora, sendo encarregados da missão de “valorizar o trabalho pela valorização dos trabalhadores”. (DRUMMOND; TABORDA DE OLIVEIRA, 2015, p. 211).

À vista disso, compreende-se a incumbência de reputados intelectuais e funcionários públicos nos números da revista da ABT, não somente como forma de legitimação e visibilidade da própria publicação, mas igualmente enquanto mediadores dos tipógrafos e suas contendas, dado que estes se faziam representar por figuras ilustres de Belo Horizonte.

A revista usou diferentes formatos, compreendendo aproximadamente entre 40 e 50 páginas, menos a revista de 1911 que continha apenas 18 páginas. Eram impressas nas oficinas da Imprensa Oficial e, de acordo com Linhares (1995, p. 111), “trazia páginas de arte, muitas delas atestando a paciência, o gosto e a perícia gráfica de seus executores”. Em geral, os textos da revista eram impressos em preto, com algumas páginas coloridas (capa, poemas, homenagens, ilustrações). Os textos eram arranjados em duas colunas uniformes por página (com exceção da edição de 1906, em que os textos não estavam divididos em colunas), algumas vezes irrompidas por poesias, possivelmente com a intenção de evitar espaços em branco. Em outras ocasiões, as poesias eram alocadas em página e formato próprio.

Apresentavam algumas fotografias em preto e branco, como da sede da ABT, de diretorias e homenageados. Somente nas edições de 1930 e 1936 constavam sumários com os títulos e autores das matérias publicadas, porém sem a respectiva numeração.

As capas expunham o nome e a data da revista e, em alguns casos, o lema da ABT: *Fac et spera. Pro nobis laboremus*. Duas destas se destacavam pela riqueza de detalhes: 1925 e 1936. A capa da revista de 1925 (figura 11), em fundo verde, trazia uma imagem de perfil de Gutemberg sendo observado e amparado por anjos, uma explícita homenagem a um dos precursores da tipografia, atestada por meio de texto sobre Gutemberg localizado no meio da revista, que também estampava outra imagem sua, porém de frente.

Já a capa da edição de 1936 (figura 12) apresentava, por quase toda a sua superfície, brasão colorido da ABT, envolvido pela inscrição de seu lema. Nas demais páginas da revista, o brasão, impresso na cor azul, integrava a margem superior entremeado por cinco linhas horizontais azuis.

Figura 11 – Capa da *Revista Comemorativa do 25º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica* (1925)



Fonte: Revista da Associação Beneficente Tipográfica (1925).

Figura 12 – Capa de *O Gráfico Mineiro* (1936)



Fonte: *O Gráfico Mineiro* (1936).

Poucas são as informações da revista sobre seus aspectos econômicos, quais sejam: financiamentos e custos da produção, preço, vendas e assinaturas, sistema de distribuição e tiragem. A ausência de anúncios e quaisquer outros tipos de publicidade sugere que, possivelmente, a revista era distribuída gratuitamente aos sócios em dia com as mensalidades da ABT, verba que, por sua vez, era importante para a produção desse impresso.

Demandas operárias por educação foram abordadas em algumas das sete edições da revista da ABT. Foram localizados três textos que traziam o assunto, nos números publicados em 1925 e 1930, os quais eram condizentes com três diferentes temas: escola maternal, ensino primário e ensino profissional.

O primeiro texto da revista de 1925, intitulado “Presidente Melo Viana”, de autoria de Moacyr Assis Andrade, apresentava quatro colunas que ocupavam integralmente a segunda e terceira páginas da publicação. O autor e sócio da ABT elogiava as obras desenvolvidas durante os primeiros quatro meses do governo de Melo Viana, sujeito que, aos seus olhos, solucionava os problemas mais difíceis com agilidade, dentre os quais, o referente à escola maternal.

Moacyr Assis Andrade apontava como recorrente as referências às crianças pobres, filhas dos operários, por parte de literatos e governantes, que, todavia, pouco faziam para transformar a realidade. Contrariando o quadro descrito, evidenciava a operosidade do presidente do Estado ao fundar a escola maternal, em vez de lastimar pelo filho do pobre, com fome e sem instrução. Reforçava, ainda, a importância da ABT, em seu 25º aniversário, homenageando o governante, considerado pelo autor como “o mais infatigável dos trabalhadores”²⁸¹.

Essa orientação favorável ao governo e às suas ações, caracterizada como reformista, entre outros fatores, pela aceitação de intermediários para as causas operárias, conforme destaca Batalha (1989, 2000), é corroborada pelo artigo subsequente, “Às mães de família mineiras”, cujo autor era o próprio presidente do Estado Melo Viana. Com quatro colunas, localizava-se nas páginas quatro e cinco, intercaladas por uma homenagem com a fotografia do governante, esta página não numerada. Com efeito, como adianta o título, o texto era uma mensagem do governante dirigida às mães de família, na qual a data estava inscrita abaixo do título, 28 de março de 1925.

Seguindo norma que constava em artigo do regulamento do ensino primário de Minas

²⁸¹ ANDRADE, Moacyr Assis. Presidente Melo Viana. *Revista Comemorativa do 25º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, abr. 1925. p. 03.

Gerais, Melo Viana defendia a colaboração entre famílias e Estado na educação das crianças, percebendo que o zelo pela educação dos filhos era direito da família e dever do Estado. Preconizava, como instrumento dessa cooperação, a organização de associações de mães de família com interesse de promover ou inspecionar o ensino primário público. De acordo com o governante:

Para o crescimento e bom nome da nossa terra, posso entregar-vos esta causa, que é vossa e também do Estado e da República, confiante de que não a deixareis cair no vazio da indiferença, mas a elevareis à altura do amor que consagrais aos vossos filhos e do supremo desejo que vos anima de que, pela bondade, pela cultura e pelo prestígio de nobres esforços, se façam eles dignos da nossa grande Pátria²⁸².

A parceria entre família e Estado oportunizaria aperfeiçoamento do ensino primário público e, por conseguinte, esclarecimento da população e desenvolvimento do Brasil enquanto nação, reflexão bastante difundida à época.

Finalmente, na revista de 1930, tem-se o texto do sócio Antônio Borges, “Mecanização da arte”, que ocupava duas colunas da 22ª página da publicação²⁸³. A demanda educacional explicitada era a necessidade de oferta de ensino profissional aos tipógrafos para que fosse alcançada a mecanização da arte tipográfica.

Destaca-se nesta revista uma forte participação da intelectualidade mineira, fato que a diferencia das demais publicações analisadas. Esta presença, inclusive, se deu a partir de um teor reformista, corroborando o discurso da ABT.

3.2 O Labor, da Confederação Auxiliadora dos Operários (1905-1906)

O Labor foi um periódico usualmente quinzenal, de propriedade da Confederação Auxiliadora dos Operários, a qual foi criada em Belo Horizonte no ano de 1905. Sabe-se de 12 edições publicadas entre 1905 e 1906, sendo a primeira em 18 de junho de 1905 e a última em 31 de março de 1906, das quais José Leão foi o redator responsável²⁸⁴. A redação, inicialmente instalada na sede da Confederação, estabeleceu-se em diferentes locais da região central de Belo Horizonte. A partir da nona edição, fixou-se na Rua Guajajaras, 329 –

²⁸² VIANA, Fernando Melo. Às mães de família mineiras. *Revista Comemorativa do 25º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, abr. 1925. p. 05.

²⁸³ BORGES, Antônio. Mecanização da arte. *O Gráfico Mineiro*: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 22.

²⁸⁴ Não foi possível encontrar a 11ª edição de *O Labor*.

igualmente na região central, momento em que inaugurou oficina tipográfica própria, a Tipografia Moderna.

Algumas colunas e/ou seções de *O Labor* apareceram em mais de uma edição do periódico. O editorial esteve presente em todas as edições, em sua maioria, intitulado com o mesmo nome do jornal, “O Labor”²⁸⁵, sem autoria expressa até a nona edição, quando José Leão passou a assinar a seção. Em geral, destacava a importância da união operária em favor do progresso da classe, bem como de sua associação à Confederação, e o funcionamento do periódico.

O editorial do primeiro número de *O Labor* anunciava o objetivo do órgão de lutar pelo aperfeiçoamento da classe operária, tornando mais igual a luta entre os homens:

Mas o certo é que nos regimes mais liberais e sob as constituições mais de conformidade com a índole, a história e as aspirações populares, há elementos perturbadores da harmonia geral, contra os quais é necessária a fiscalização de todos, com sentido de anular as demasias e absorções, de desenvolver os bons elementos em gérmen e conseguir-se afinal o grande coup [sic] harmonioso formado de partes perfeitas e seletas²⁸⁶.

Compreendendo a sociedade como um organismo, em nítida alusão às ideias de Herbert Spencer²⁸⁷, que percebia a sociedade como “um corpo que tem órgãos de nutrição, circulação, coordenação e reprodução, muito parecido com o dos indivíduos” (DURANT, [19--], p. 61); e defendia a necessária igualdade legal para o pleno desenvolvimento do corpo social. Para tal, se as constituições liberais não resolviam os problemas dos operários, cabia ao Estado a intervenção a fim de garantir o direito a todos – dentre eles, o de instrução –, tal qual afirmação de Spencer, para quem o Estado existia para o bem dos indivíduos, e não o contrário. (DURANT, [19--], p. 68).

Essa noção foi reforçada no editorial da terceira edição do periódico, que afirmava o respeito às instituições desde que o desenvolvimento, a ordem e o conforto fossem garantidos. Contudo, indicava alguns motivos que contribuía para o atraso do país e, nesse contexto, ratificava a função organizatória do Estado, principalmente no que dizia respeito à instrução

²⁸⁵ As exceções encontram-se na primeira, terceira e quinta edições, cujos títulos do editorial eram, respectivamente, “Em rota”, “Reforma necessária” e “Nossa opinião”.

²⁸⁶ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905. p. 01.

²⁸⁷ Herbert Spencer (1820-1903) foi um filósofo liberal e educador inglês. Utilizou a concepção evolucionista em estudos das ciências humanas.

pública²⁸⁸.

Por sua vez, o editorial da segunda edição alegava que a evolução natural das coisas demonstrava a necessidade de união da classe trabalhadora em prol do bem comum e de criação de um grêmio para amparar os trabalhadores, tal qual a Confederação Auxiliadora dos Operários. Ademais, alertava para que os operários não escutassem certos “sedutores”, provavelmente uma alusão a sujeitos anarquistas e socialistas, que,

(...) a título de libertar as classes oprimidas, em conferências públicas e em discursos de esquinas, não fazem senão implantar o gérmen do ódio no seio do humilde operário, em cujo cérebro, embrutecido pelo poder do trabalho puramente material e pela falta de instruções morais e intelectuais ficam indelevelmente gravadas, como se fossem a fogo, palavras prenes de paixões e absurdos, pelo simples fato de serem proferidas com arte²⁸⁹.

Como alternativa se reportava às ideias de Alphonse Esquiros²⁹⁰, que poderiam despertar entre os operários o sentimento de sociabilidade conferindo, conseqüentemente, vida à classe operária:

(...) Enquanto os povos vivem sob a lei selvagem do fracionamento, diz Esquiros, conservam-se moralmente a distância uns dos outros e realizam em suas relações cheias de violências este dito de Hobbes: “O homem é o lobo do homem”²⁹¹.

Seguidamente, partindo do pensamento de Esquiros, contrário à fragmentação da classe operária, apresentava algumas propostas e objetivos da Confederação a fim de que fosse alcançado o lugar de direito dos operários, para isso, tornava-se preciso a filiação à agremiação.

De modo similar, o editorial da décima edição tratava das dificuldades relativas ao estabelecimento de associações operárias, inclusive no tocante à existência de diversas doutrinas destinadas à classe operária, “algumas das quais muitas vezes chegam a tocar as raias de uma verdadeira anarquia”²⁹². Recuperava-se a ideia de união da classe operária na medida em que sustentava a necessária uniformidade de doutrinas para o operariado. Tal

²⁸⁸ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 18 jul. 1905. p. 01.

²⁸⁹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 02 jul. 1905. p. 01.

²⁹⁰ Alphonse Esquiros (1812-1876) foi político e escritor francês.

²⁹¹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 02 jul. 1905. p. 01.

²⁹² CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 01.

acepção indicava uma estratégia para impedir qualquer avanço de doutrinas tidas como revolucionárias.

A importância de associação dos operários à Confederação (ou outras associações congêneres) era novamente destacada no editorial da oitava edição do jornal. A justificativa se dava em virtude dos benefícios ofertados aos sócios e do objetivo da Confederação de trabalhar para o progresso moral e material da sociedade²⁹³.

Outros editoriais apresentavam como tema central a dinâmica de publicação de *O Labor*. A sétima edição, por exemplo, informava sobre atraso na publicação da folha – cerca de um mês –, desculpava-se com os assinantes e cobrava as contribuições mensais em atraso²⁹⁴. O nono número comunicava o desaparecimento do jornal por um período (cerca de três meses) e a mudança no formato do jornal, de três para quatro colunas:

Este aumento de formato é incontestavelmente mais um passo à frente. Como operários, que somos, procuramos, por meio da união e do trabalho, não riqueza, que não aspiramos, mas simplesmente um meio de melhorar nossa situação em Belo Horizonte, sob o ponto de vista de trabalho, como em todo o Estado de Minas, a cujos nossos irmãos de luta pela vida dirigimos daqui um apelo fervoroso, para que nos auxiliem nessa árdua tarefa²⁹⁵.

Além do destaque dado à união entre os operários com o amparo de outras classes, informava-se o estabelecimento de oficina tipográfica própria (Tipografia Moderna) para ampliar a propaganda social, sem que fosse olvidado seu posicionamento enquanto operários que buscavam trabalhar para a prosperidade da classe operária e da terra que habitavam. Para tanto, pediam o auxílio de todas as classes e indivíduos,

(...) a fim de que os operários, bem dignos de melhor sorte se compenetrem de ser obreiros de uma cidade civilizada, com todos os requisitos para gozar deste nome mas, que ainda tem uma nódoa negra que carece ser dissipada, porque ainda deixa muita família sem pão e um honrado trabalhador perecer quase de miséria²⁹⁶.

A seção “Parte oficial” (ou “Confederação”)²⁹⁷, igualmente ao editorial, aparecia em

²⁹³ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 08, 09 nov. 1905. p. 01.

²⁹⁴ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 07, 22 out. 1905. p. 01.

²⁹⁵ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 09, 28 jan. 1906. p. 01.

²⁹⁶ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 09, 28 jan. 1906. p. 01.

²⁹⁷ Até a quinta edição, essa seção do periódico denominava-se “Parte oficial”; e “Confederação” da sexta em diante.

todas as edições e trazia informes sobre a Confederação, como realização e resoluções de assembleias e sessões da diretoria, composição de diretoria e comissões, incorporação de novos sócios, cobrança das contribuições mensais, prestação de contas e outros temas concernentes ao funcionamento da Confederação.

Além dessas seções fixas, havia as colunas “Tiras”, “Rabugem de velho” e “Carta ao redator”. “Tiras”, de autoria do jornalista Porfírio Camelo, estava presente nas edições dois, três, cinco, sete, nove e dez; e abordava de assuntos cotidianos até o desenvolvimento da Confederação.

“Rabugem de velho”, de K. Lemos, foi coluna publicada da primeira à quarta, sexta e sétima edições. Até a quarta edição, buscou versar sobre as mulheres (compostura, desigualdades entre homens e mulheres, etc.); na sexta edição, sugeria aos operários a filiação à Confederação para terem direito aos auxílios e beneficências, tendo-se em vista a recorrência de trabalhos perigosos e causadores de acidentes. Pela mesma razão, e partindo de um olhar paternalista, convidava os empresários a contribuírem com auxílios para as associações de beneficência dos operários, tal qual a Confederação, visto que auxiliavam e socorriam os trabalhadores em alguns casos, como os de acidente²⁹⁸. Essa coluna era a única, em todas as edições de *O Labor*, que incluiu, próximo ao seu título, uma pequena ilustração representativa do nome da coluna, conforme verifica-se na figura 13.

²⁹⁸ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 06, 07 set. 1905. p. 04.

Figura 13 – Ilustração na coluna “Rabugem de velho”



“Carta ao redator”, redigida pelo referido acadêmico Alberto Lopes Bastos, explanava, na segunda edição²⁹⁹, a respeito da falta de proteção e auxílio do país para com a classe trabalhadora e, na quarta³⁰⁰, sobre a relevância da instrução e criação de escolas para os filhos dos operários.

Ainda que sem colunas fixas, alguns autores foram frequentes em mais de uma edição do periódico. Esse foi o caso de Emília G. Corrêa, com textos da segunda à sexta edição, os quais, em geral, faziam defesa da importância e elogio ao trabalho; e Abílio Barreto, autor recorrente também na revista da ABT, responsável por poemas, contos e crônicas, veiculados em todas as edições de *O Labor*, com exceção da primeira.

Segundo Linhares (1995, p. 103), o periódico foi impresso na Tipografia Beltrão & Cia. até o oitavo número e, depois, na Tipografia Moderna. Com quatro páginas, apresentou formato de 22 centímetros por 14,5 e três colunas por página da primeira até a oitava edição³⁰¹, e 27 por 18,5 e quatro colunas da nona a 12^a. Na primeira página, além do título do periódico destacado pelo tamanho e tipo singular de fonte, o cabeçalho informava o número, ano, origem do periódico, direção e data de publicação. Com a mudança de formato a partir do nono número de *O Labor*, houve alteração do tipo de fonte do título, bem como da organização do cabeçalho, que, na margem superior acima do título, indicava ano, cidade, data e número do jornal, e abaixo do título, indicava que era propriedade da Confederação Auxiliadora dos Operários, os valores das assinaturas semestral e anual, a periodicidade quinzenal da publicação e o redator responsável.

Os jornais traziam o “Expediente” na primeira página, com exceção das edições dois e três, que o mostrava na última página; e a seis que não tinha essa seção. Em todas as edições, a numeração das páginas e o título do periódico apareciam na parte superior das páginas dois, três e quatro. Os textos eram separados por traçados. Nas matérias que receberam títulos, estes vieram destacados de algum modo: pela utilização de fonte diferenciada, por seu tamanho maior ou pelo uso do negrito.

No “Expediente”, informavam-se valores e prazos de subscrições, recebedores das assinaturas em outras cidades e endereço da redação. A partir da nona edição, indicava

²⁹⁹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 02 jul. 1905. p. 03.

³⁰⁰ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 04, 02 ago. 1905. p. 04.

³⁰¹ A sexta edição apresentava duas colunas na primeira e última páginas, e três colunas na segunda e terceira páginas.

publicar gratuitamente anúncios de “vende-se”, “precisa-se” e “aluga-se”, assim como qualquer artigo, de operário ou não, desde que favorável à classe operária.

No que se refere aos aspectos econômicos de *O Labor*, da primeira à terceira edição, aceitava somente assinaturas por um semestre, no valor de 2\$500, sendo considerado assinante aquele que não devolvesse o primeiro número do jornal. A quarta e quinta advertiam receber “qualquer colaboração em prol das classes operárias ficando sujeita apreciação da redação”³⁰². A sexta e sétima não constavam dados sobre as assinaturas. Na oitava recebia subscrição trimestral por 1\$500 e semestral por 2\$500. Da nona à 12^a, a assinatura passou para 2\$500 o semestre e 4\$000 o ano.

Na primeira edição, comunicava admitir gratuitamente para publicação os anúncios de “precisa-se” quando tratassem de empregados³⁰³, e recomendava a loja do barbeiro José Leopoldino da Silva, considerado “companheiro” da Confederação³⁰⁴.

A partir da quarta edição publicou, na última página, a seção “Anúncios”, com propagandas do Salão Rio de Janeiro, cujo letreiro destacava “a verdadeira economia”, que vendia artigos como bengalas, chapéus, meias, com informações de alguns valores; Octorino Nocchi, comércio de camisas e gravatas com preços; Alfaiataria E. Vilke & Comp., com o mote de preços módicos; Casa da Barateza Miguel Abras, que comercializava roupas, calçados, chapéus, artigos de armarinho; Salão Sportsman, barbeiro e cabeleireiro; depósito de lenha cooperativo Castro & Comp.; e Muro de Taipa José E. Fagundes. Esses estabelecimentos localizavam-se na região central de Belo Horizonte.

Da nona à 12^a edição, essa seção passou a ocupar as páginas três e quatro, sendo a última destinada à propaganda da Tipografia Moderna (figura 14), além dos anúncios gratuitos de “vende-se”, “precisa-se” e “aluga-se”, como os de venda de propriedades, de viola e de aluguel de moça honesta para trabalhar em casa de família³⁰⁵. Com esses anúncios, denota-se, para além do próprio título e vinculação associativa da publicação, quem era o destinatário desejado pelo periódico, quer sejam, os trabalhadores, o que igualmente era

³⁰² CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 04, 02 ago. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 05, 17 ago. 1905.

³⁰³ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905. p. 03.

³⁰⁴ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905. p. 03-04.

³⁰⁵ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 12, 31 mar. 1906. p. 03.

constantemente reiterado em textos do jornal, seja ao se autorreferenciar como “somos simplesmente operários”³⁰⁶, ou realçar a importância da Confederação por ser “constituída unicamente de homens e senhoras pobres”³⁰⁷.

³⁰⁶ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 05, 17 ago. 1905. p. 01.

³⁰⁷ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 06, 07 set. 1905. p. 01.

Figura 14 – Propaganda da Tipografia Moderna

[97]

4 O Labor

TYPOGRAPHIA MODERNA

Obras de Luxo e Arte

* * * *

Nesta typographia, montada ha pouco, com machinas novas e todo o material novo e moderno,
imprimem-se, com perfeição e presteza, todos e quaesquer trabalhos
concernentes á arte, como:

cartas, circulares, programmas, rotulos, etiquetas, cartões
de visita de todos os numeros e qualidades,

Ditos commerciaes, enveloppes e papeis commerciaes, notas
e facturas, memoranduns,
papel diplomata, Regia, talões de recibos, folhetos, livros, etc. etc

* * * *

? ? ? ? ? *Preços baratissimas* ? ? ? ? ?

Bello Horizonte - Rua Guajajaras, 329

Nota ~ Fornecem-se amostras e preços pelo correio

Officinas da TYP. MODERNA

Fonte: *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 09, 28 jan. 1906.

Relativamente à tiragem de *O Labor*, sabe-se que, em sua quinta edição, foram impressos dois mil exemplares. Não obstante, Linhares (1995) informa a tiragem de 350 exemplares, número que considerava diminuto “por se tratar de representante de classe tão numerosa”. (LINHARES, 1995, p. 103). Apesar da escassez desse tipo de informação, deve-se destacar o aviso de recebimento de alguns periódicos de outras localidades, como era mencionado na terceira³⁰⁸, quarta³⁰⁹ e sétima³¹⁰ edições de *O Labor*, fato indicativo da ocorrência de permutas, inclusive, de periódicos vinculados a outras associações operárias. Além disso, informava sobre o aparecimento e alteração dos nomes de alguns jornais e parabenizava pelo aniversário de outros.

Afora as trocas e informes de jornais, o que sugeria relações com outras associações, há de se destacar algumas aproximações entre diferentes agremiações. Isso pode ser observado quando o jornal da Confederação comunicava o recebimento de estatutos ou de visitas de membros de outras associações à sua sede.

Foram localizados nove textos, em sete edições diferentes de *O Labor*, referentes às demandas dos trabalhadores por educação. Esses artigos estão distribuídos nos seguintes temas: ensino primário (5), bibliotecas (1), e demandas diversas (3), conforme apresenta o quadro 3:

³⁰⁸ O Reflexo (de Sete Lagoas), Jornal do Agricultor, (de Paraibuna, São Paulo), Correio de Minas (de Juiz de Fora), Cruzada (de São José do Paraíso), A Onda (de Sabará), O Operário (de Juiz de Fora), 21 de Abril (de Antonina, Paraná), O Combatente (de Ouro Preto) e O Radical (de São Paulo do Muriaé).

³⁰⁹ Dois de Fevereiro (de Santos, São Paulo), Monitor Sul-Mineiro (de Campanha), O Itambé (de Diamantina), O Passageiro (de Três Corações do Rio Verde), O Manhuassú (de Manhuaçu), O Riso (de São Sebastião do Paraíso), O Raio (de Campinas, São Paulo), O Taboleirense (de Taboleiro Grande), O Paraibunense (de Paraibuna, São Paulo) e Primeiro de Maio (de Fortaleza, Ceará).

³¹⁰ O Trabalho, O Campo Bello, A Ordem, Primeiro de Maio, Comércio Mineiro, Mensageiro da Aparecida, O Colibri, A Voz da Pátria, A Brisa, A Mutuca, Radium, O Três de Abril, O Germinal, O Condor, O Paraibunense, O Ensaio, O Pirilampo, A Vida Valenciana, O Trairense, O Repórter, Combatente e O Distrito Federal.

Quadro 3 – Artigos sobre “demandas educacionais” em *O Labor*

Número da edição	Data	Número de artigos	Temas
01	18/06/1905	01	Demandas diversas
02	02/07/1905	01	Demandas diversas
03	18/07/1905	01	Ensino primário
04	02/08/1905	01	Ensino primário
06	07/09/1905	01	Ensino primário
07	22/10/1905	01	Ensino primário
10	11/02/1906	03	Ensino primário (1) Bibliotecas (1) Demandas diversas (1)

Fonte: *O Labor*.

No que se refere à instrução primária, a sua falta era compreendida como um dos principais motivos para o atraso brasileiro em editorial de duas colunas, logo na capa da terceira edição de *O Labor*, intitulado “Reforma necessária”. O amor e respeito às instituições era reconhecido, desde que assegurassem desenvolvimento. Porém, o contexto educacional mineiro explicitado parecia destoar desta premissa:

Há desorganização completa na instrução primária do Estado, ao passo que desapareceu nele a instrução profissional. Quando as escolas, em pequeno número, se enchem por aí de uma bela infância cheia de vigor e promessa, os pais não creem que sejam consideráveis os resultados que seus filhos obtenham em aulas sem higiene e sem princípios pedagógicos; mantêm aí seus filhos contemporizando, e à espera da boa vontade dos poderes públicos em prol de uma reforma proveitosa³¹¹.

Desse modo, ao descrever um crítico quadro da educação mineira – poucas escolas, sem higiene e princípios pedagógicos –, apostava e cobrava a missão do Estado de organizar e ofertar instrução, de acordo com modernos ensinamentos e resultados produtivos, cujo caminho era a reforma do ensino primário.

A necessidade de criação de escolas primárias para o operariado mineiro e seus filhos era tema de carta ao redator redigida por Alberto Lopes Bastos, a qual preenchia meia coluna na última página da quarta edição do periódico. Para o autor, se pão dava força física, instrução dava força moral, sendo, por isso,

³¹¹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 18 jul. 1905. p. 01.

(...) muito necessárias as escolas, para evitar que os filhos do operário, mais tarde, tenham de empunhar a gazua e a dinamite. Se criarmos escolas para os desventurados do trabalho, eles se salvarão na arca santa das letras (...); e assim eles serão o amparo forte da pátria, o esteio inabalável da República, sua garantia e o seu futuro; e de joelhos agradecerão a grandiosa Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas³¹².

Mais uma vez a instrução era compreendida como garantidora do desenvolvimento nacional. No entanto, é possível inferir, em decorrência da referência feita à Confederação, que o autor estivesse se reportando à criação de uma escola atrelada à associação, e não a uma devida tarefa estatal tal qual abordado em “Reforma necessária”. Isso porque nos números subsequentes de *O Labor*, especificamente na sexta³¹³ e sétima edição³¹⁴, informava-se o estabelecimento e funcionamento de escola noturna gratuita da Confederação para os operários entre setembro e outubro de 1905.

Em fevereiro do ano seguinte, 1906, na segunda página da décima edição do jornal, havia, na seção de informes da Confederação, um aviso do restabelecimento das aulas diurnas para crianças, filhos dos sócios da Confederação, e noturnas para os sócios homens³¹⁵. O retorno das atividades implicava a ausência de sua oferta por um período. Ainda que não tenha sido determinada a sua causa, possivelmente, esse tempo sem aulas ocorreu em razão do término de um ciclo e início de outro.

Ainda que a maior frequência dos temas seja relativa ao ensino primário, outros foram elencados. Um refere-se à criação de uma biblioteca para utilização dos trabalhadores, crianças pobres das escolas da Confederação – cujas aulas seriam restabelecidas – e público em geral, como era tratado em circular na terceira página da décima edição do periódico³¹⁶. Com essa finalidade, a diretoria solicitava o envio e doação de livros e outras publicações para compor a biblioteca. Algumas dessas doações foram divulgadas posteriormente em notas do periódico³¹⁷.

Três textos foram agrupados em tema concernente a demandas diversas. O artigo

³¹² CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 04, 02 ago. 1905. p. 04.

³¹³ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 06, 07 set. 1905. p. 02.

³¹⁴ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 07, 22 out. 1905. p. 01.

³¹⁵ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 02.

³¹⁶ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 03.

³¹⁷ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 12, 31 mar. 1906. p. 02.

intitulado “Educação”, que ocupava uma coluna e meia das páginas dois e três da primeira edição, reproduzia reportagem de jornal americano (não especificado) que buscava responder a seguinte questão: “O que faremos de nossas filhas [sic]?”. O texto fazia uma defesa da instrução feminina elementar, segundo o qual dever-se-ia ensinar tarefas e economia doméstica e, se possível, secundariamente, música, pintura e demais belas artes, bem como o valor do enlace matrimonial e a honradez do trabalho. Seguindo-se essas prescrições, segundo o artigo, garantir-se-ia a formação de filhas briosas, honradas e independentes³¹⁸.

Um outro texto, de fato uma nota na página três da segunda edição, comunicava o recebimento e permuta de jornais que serviriam à criação de um gabinete de leitura da Confederação³¹⁹. Por fim, na terceira página da décima edição, um pequeno informe avisava acerca de aulas de música, ofertadas aos sócios por Porfírio do Nascimento, no salão da Confederação³²⁰.

3.3 “União, desinteresse e trabalho”: *O Confederal*, do Centro Confederativo dos Operários (1907)

O Confederal foi jornal do Centro Confederativo dos Operários, publicado em Belo Horizonte, sem periodicidade definida, entre 02 de maio e 07 de agosto de 1907. Teve cinco edições, considerando-se seu número prospecto. Era fruto da terceira conclusão do Congresso Operário Mineiro, reunido em abril de 1907 em Sabará, a qual afirmava que, “para preparar o operariado para a luta profícua pelos seus direitos, o Centro Confederativo fundará uma *imprensa livre e independente, de doutrina e propaganda*³²¹”. O direito operário, segundo a folha, regularia as questões jurídicas entre capitalista e operário, sem sacrificar, contudo, por um lado, a liberdade e dignificação do trabalho; e, por outro, a expansão do capital.

A partir dos objetivos de *O Confederal*, depreende-se sua divisa, qual seja, “união, desinteresse e trabalho”, estampada acima do título do periódico. Abaixo dele, informava o redator responsável, Alcides Batista Ferreira – também membro fundador e diretor da ABT

³¹⁸ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905. p. 02-03.

³¹⁹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 02 jul. 1905. p. 03.

³²⁰ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 03.

³²¹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 01. Grifo do autor.

em 1906; a diretoria, a Comissão Central do Centro Confederativo³²²; e o endereço da redação, Rua Bernardo Guimarães, 910, o mesmo logradouro indicado pela revista da ABT de 1906 (provavelmente era residência de Alcides Batista Ferreira, presidente da ABT em 1906).

O periódico aceitava a colaboração escrita de sujeitos desejosos de solucionar o problema operário, todavia se isentava da responsabilidade sobre os conceitos emitidos nos artigos assinados, o que era explicitado logo no expediente do jornal.

Em geral, principalmente nos seus primeiros números, buscou informar sobre o Congresso Operário Mineiro, bem como suas principais teses, conclusões e associações participantes, reforçando amplamente a constituição do direito operário. Em reprodução de documento da Comissão Central do Centro Confederativo dos Operários destinado ao povo, operários e governo mineiro, foram evidenciadas as principais ações e medidas que poderiam possibilitar o direito operário, garantindo a “emancipação” do trabalhador e afirmando o abandono de ideais revolucionários. Nesse sentido, em relação às adequações necessárias, citava-se Spencer: “toda adaptação existente é obstáculo a uma adaptação nova e mais perfeita”³²³.

Também de Spencer, o texto “Princípios de educação”³²⁴ começou a ser editado no terceiro número de *O Confederal*. Spencer enunciava alguns fundamentos para a educação das crianças, tais como, proceder os ensinamentos do simples ao composto e iniciar por definições mais grosseiras, as quais esclarecidas gradualmente. Ao final do texto, havia indicação de sua continuidade, o que sugere a divisão deste em partes. Entretanto, sua continuação não foi confirmada na edição seguinte, a quarta deste periódico³²⁵.

O Confederal reeditou alguns textos publicados anteriormente na revista da ABT, como “Aos Operários”³²⁶, de autoria de Alcides Batista Ferreira, sobre a importância da conquista do direito operário, e “Associações beneficentes”³²⁷, de Cícero Ferreira, a respeito

³²² Essa comissão era composta pelo presidente Alcides Batista Ferreira, vice-presidente João Hamacek, tesoureiro Pedro Paulo Galloti, orador José Mamede da Silva, 1º secretário José Gomes Martins, 2º secretário Alberto Gomes, procurador Vicente de Paula Medeiros e comissão de sindicância, José Alves Pereira, Antônio Caetano da Rocha e Firmino Brígido Peixoto.

³²³ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03-04.

³²⁴ Esse texto possivelmente foi um recorte da obra *Education*, publicada em 1861. Apesar da relevância de sua obra, destaca-se a ausência de traduções para a língua portuguesa.

³²⁵ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 03, 15 jul. 1907. p. 03-04.

³²⁶ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 01-02.

³²⁷ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 03.

da transitoriedade das associações de beneficência, defendendo sua transformação em associações de resistência em busca do direito operário e alcançando a “emancipação” da classe.

As conexões entre o Centro Confederativo dos Operários e outras associações e movimentos de trabalhadores não se limitaram a ações de edição em *O Confederal*. Esse impresso publicou, na íntegra, o estatuto da Liga de Resistência Operária³²⁸; comunicou a existência de aulas noturnas em escola custeada pelo Clube Operário Sabarense José do Patrocínio³²⁹; apoiou greve em São Paulo (1907) em prol da jornada de oito horas de trabalho, ainda que seu posicionamento fosse contrário à greve como forma de luta³³⁰; denunciou atos de violência com colonos praticados pelo diretor da Colônia Rodrigo Silva, solicitando do governo a abertura de inquérito para apurar a denúncia, a qual já havia sido feita anteriormente pela Agremiação Socialista de Barbacena, porém, sem respostas³³¹; avisou da fundação do Círculo dos Operários da Lavoura de Vera Cruz³³²; noticiou posse de diretoria da União Operária Beneficente de Diamantina³³³, União Operária e Patriótica de Montes Claros³³⁴, União Operária Engenho de Dentro³³⁵ e Clube Floriano Peixoto³³⁶; divulgou assembleia geral (realizada no salão da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro)³³⁷ e decisões da Liga Operária de Resistência (dissidente da Confederação Auxiliadora dos Operários)³³⁸.

Ademais, informou sobre sessão solene em comemoração ao Dia do Trabalhador de

³²⁸ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 03.

³²⁹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 03.

³³⁰ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 04.

³³¹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 02.

³³² CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 02, 01 jul. 1907. p. 02.

³³³ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 02, 01 jul. 1907. p. 02.

³³⁴ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 02, 01 jul. 1907. p. 02.

³³⁵ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 04, 07 ago. 1907. p. 01.

³³⁶ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 04, 07 ago. 1907. p. 01.

³³⁷ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 03, 15 jul. 1907. p. 03.

³³⁸ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 02, 01 jul. 1907. p. 03.

1907, organizada pela Confederação Auxiliadora dos Operários, no salão nobre da Câmara dos Deputados³³⁹. Alcides Batista Ferreira também era responsável por esta associação, ocupando cargo de presidente, o qual, conforme *O Confederal*, havia alterado seus estatutos de acordo com as resoluções do Congresso Operário, modificando, inclusive, o seu nome para Liga de Resistência Operária³⁴⁰.

Além da solenidade ao Dia do Trabalhador, outra sessão comemorativa ocorreu no salão da Câmara dos Deputados, também sob organização da antiga Confederação Auxiliadora dos Operários, renomeada de Liga de Resistência Operária. Desta vez, era celebrado o 13 de Maio, com a presença de Abílio Machado e Mário de Lima como oradores, sujeitos igualmente envolvidos com a ABT, e a banda de música da Brigada Policial, cedida pelo chefe de polícia³⁴¹.

Nesse contexto, interroga-se a respeito das relações estabelecidas entre a citada associação, confederada ao Centro Confederativo dos Operários, e o poder público, tendo-se em vista os acessos ao salão da Câmara dos Deputados, por exemplo. A chave para essa resposta pode ser encontrada na figura de Alcides Batista Ferreira, visto que ele, nesse período, foi conselheiro no legislativo municipal – o Conselho Deliberativo de Belo Horizonte.

No segundo número do jornal, deu-se início a uma intensa campanha contra o jogo, especialmente o jogo do bicho, publicando-se artigos que enfatizavam os malefícios resultantes dessa prática para o trabalhador. Essa campanha prosseguiu até o quarto e último número.

O Confederal foi impresso nas oficinas da Imprensa Oficial, com quatro páginas, em formato de 40,5 centímetros por 27,5, e quatro colunas no número prospecto, primeira e segunda edições, e 31,5 por 20,5 e três colunas na terceira e quarta edições. (LINHARES, 1995). Relativamente à tiragem, não foi possível a obtenção desses dados. Até o segundo número (figura 15), acima do título, apresentava a divisa do jornal, “união, desinteresse e trabalho”, e, abaixo, informava ser órgão do Centro Confederativo dos Operários. Em seguida, identificava redator, direção e endereço da redação, além do número da edição, local,

³³⁹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 04.

³⁴⁰ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 01.

³⁴¹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 02.

data e valor do número avulso.

A partir da terceira edição (figura 16) com a mudança do formato, alterou-se o tipo de fonte do título do periódico, o posicionamento da divisa, que passou a localizar-se abaixo do título, bem como do redator responsável e diretoria, realocados no expediente. Na primeira página do periódico, o expediente informava sobre responsabilidade e normas de publicação, textos de colaboradores, valores e assinaturas, composição da Comissão Central do Centro Confederativo dos Operários e informações sobre correspondências. Os títulos dos textos eram destacados em negrito, caixa alta, ou fonte diferenciada. Traços horizontais separavam um texto do outro.

Figura 16 – Primeira página do terceiro número de *O Confederal*

Joaquim P. Lisboa

O CONFEDERAL

União, desinteresse e trabalho

Orgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas

NUMERO 3
Belo Horizonte, 15 de julho de 1907
NUMERO AVULSO. \$100

EXPEDIENTE

REDACTOR—*Alcides Baptista Ferreira.*

DIRECTORA—A COMISSÃO CENTRAL DO CENTRO CONFEDERATIVO.

«O Confederal» é orgão das Associações Operárias Confederadas do Estado de Minas e defensor dos direitos das classes trabalhadoras do Estado.

A redacção não é responsável pelos conceitos emitidos pelos colaboradores do jornal, em artigo assignado.

Todos os negocios relativos á parte material do jornal devem ser tratados com o seu gerente alferes **Vicente Medeiros.**

Só se aceitam assignaturas semestraes pagas **antecipadamente** sendo o preço **3\$000 por semestre.**

Toda a correspondencia relativa a negocios do jornal ou do Centro, deveser dirigida ao seu redactor e presidente, Alcides Baptista Ferreira, residente na rua Bernardo Guimarães, n. 910.

SOCIALISMO CONTEMPORANEO

Queiram ou não os *publicistas, juristas e legisladores*: patrios é uma verdade incontestavel, de uma realidade tangivel, a existencia entre nós de uma corrente de orientação politica filiada ao *socialismo* no sentido lato da palavra; e em especial ao *socialismo* no sentido *est. icto*, isto é, como um ideal politico, cuja realização fará com que nas relações entre os homens reine a maior egualdade possível na distribuição e gozo da riqueza, sendo melhor compensado o trabalho operario.

E esta doutrina, tão santa, quão benéfica, é a que predomina entre o operariado brasileiro cujos direitos têm sido conculcados e sonnegados por todos os governos e por todos os legisladores, devido a, entre nós, o operario ainda não se haver unido, nem mostrado de maneira clara, ter comprehensão seria e nitida de seus direitos.

De facto, o nosso operariado sabe quaes são as suas necessidades, quaes os seus direitos, mas não sabe como reclamal-os.

O operario tem medo de dizer-se *socialista* porque só conhece a doutrina através do doutrinamento escaldante dos companheiros libertarios, utopistas a sonnar com uma Republica de Platão (?), ou dos doutrinarios comunistas e collectivistas, que não vêm que é muito cedo para esse doutrinamento entre nós, ou então dos discursos e escriptos de politicos que, vendo no avançamento de idéas do operario um perigo para as suas reeleições consecutivas só para bem servir aos dominantes, procuram fazer do *socialismo* um espectro famelico, de longas e aduncas garras a envol-

ver no seu fantasmagorico manto o operariado, afim de arrastal-o a uma luta desarrazoada, improficua e improductiva contra a sociedade!

Por isso e para que o operariado mineiro diga conscientemente que é socialista, vamos tentar aqui fazer rapido escorço do que seja a doutrina, confessando, porém, desde já, que nos filiamos á escola denominada *socialismo moderno ou socialismo contemporaneo.*

Entrando, pois, no assumpto começaremos por definir o que seja *socialismo*, que para nós vem a ser «o complexo de principios e theorias cuja applicação e realização estabelecerá entre os homens, por diversos meios de coacção legal, a melhor e mais equitativa distribuição da riqueza».

Não se comprehendem nessa definição, porém, todas as variantes do *socialismo*; não! Esta definição é mais do *socialismo contemporaneo*, ou do *socialismo* no sentido restricto da palavra; pois que no seu sentido lato o *socialismo* comprehende tres grandes divisões: o *communismo*, o *collectivismo* e o *socialismo propriamente dito.*

Os partidarios do *communismo* negam a propriedade individual em toda a linha e, como a propria palavra o diz, pretendem que tudo que existe no mundo é propriedade commum de todos os homens, cabendo á auctoridade publica fazer a distribuição dessas cousas entre os homens, o que torna, como se vê, impraticavel a doutrina, porque é facto incontestavel que não ha duas necessidades eguaes entre os homens, e ninguém seria capaz dessa distribuição, mesmo porque para ella se dar seria necessaria uma transformação completa da sociedade e uma modificação radical da humanidade, si outros inconvenientes não houvesse.

O *collectivismo*, por seu lado pretende que a riqueza das nações se divida em duas partes, pertencendo uma ao individuo e outra a collectividade.

Sobre esta doutrina fascinante, e mesmo realizavel parcialmente, não faremos considerações porque a respeito começaremos a publicar a tradução do bello trabalho de Giovanni Pastorello *Lo Stato Collectivista.*

Agora resta-nos tratar do *socialismo contemporaneo* do qual somos adeptos, e para não sermos taxados de parciais e sectaristas, fale por nós o douto mestre Pedro Lessa, cujas lições muito nos têm auxiliado, nestas ligeiras considerações:

«O *socialismo propriamente dito* não alimenta a aspiração comunista de que todas as cousas devem ser propriedade commum de todos os homens, nem sequer pretende abolir a proprie-

dade privada sobre o capital ou riqueza de reprodução.

«Sem extinguir a propriedade individual, o *socialismo* quer attenuar, tanto quanto possível, as desigualdades economicas ora existentes.

Qual o modo como se deve realizar a generosa aspiração?

«Querem todos os adeptos da escola, não ha duvidar, que o Estado intervenha, promulgando novas leis; nem seriam *socialistas*, si dispensassem essa intervenção, cujo alcance e efficacia tanto exaggeram.» A confiança na intervenção do Estado,— eis o traço saliente do *socialismo contemporaneo.*

Nesse sentido é impropria a denominação de *socialistas de Estado* adjectivada aos sectarios de uma das sub-theorias em que se tem dividido o *socialismo.*

Bem sabemos que assim são denominados aquellos que supõem depender a salvação das classes operarias exclusivamente do Estado, cuja competencia extraordinariamente dilatam, mas do Estado depende a realização de quasi todas as idéas que, enfeixadas formam o programma vasto e complexo do *socialismo* na accepção restricta do termo.

Assim que do Estado dependem:

- a diminuição e fixação das horas do trabalho;
- a regulamentação do salario;
- a criação das corporações de artes e officios;
- o estabelecimento de caixas de socorros para os invalidos, viuvias, e orphans de operarios;
- a educação physica, moral e intellectual dos filhos de operarios;
- a fundação de sociedades cooperativas de produção e de consumo, auxiliadas pelo Estado;
- o imposto progressivo sobre a herança e sobre a renda;
- um imposto mais pesado e quasi prohibitivo sobre o luxo;
- a suppressão do trabalho das crianças e mulheres casadas, que sem a intervenção do Estado difficilmente se realizaria.

Não quer isso dizer que fóra da esphera do Estado não hajam outras entidades que possam e devam concorrer para a solução do inextricavel problema.

A sciencia, discriminando as aspirações realizaveis das utopias; a Igreja, divulgando as idéas e os sentimentos do *christianismo*; os patrões e os proprios operarios, modificando seus sentimentos de hostilidade e corrigindo suas erroneas idéas economicas, muito podem fazer em prol das classes desherdadas.

A necessidade de tão precioso concurso é reconhecida por não pequeno numero de *socialistas.*

Dahi procede a principal divisão da

Inicialmente, em seu número inaugural, afirmava não aceitar assinaturas, visto que não possuía oficinas próprias e dia fixo para publicação. Por isso, o número avulso era vendido por \$200³⁴². A partir do primeiro número (até a última edição), fora a venda avulsa por \$100, passou a aceitar assinatura semestral no valor de 3\$000, quitada adiantadamente. Aqueles que recebessem o jornal e não o devolvessem eram igualmente considerados assinantes.

Não obstante, em várias edições de *O Confederal*, foram solicitados auxílios financeiros às associações aliadas para a manutenção do jornal com o objetivo de propagar os princípios e ideais do Centro Confederativo dos Operários, segundo deliberação do Congresso Operário Mineiro. Tal ação, porém, foi realizada somente pela Liga de Resistência Operária de Belo Horizonte, União Operária de Curvelo e Junta Operária Beneficente de Passagem, conforme revelava a segunda edição do periódico:

De todas as associações aliadas, as únicas que já deram cumprimento a essa resolução do Congresso, foram a Liga de Resistência Operária da Capital, que votou a verba de 12\$000 mensais para auxílio da propaganda; a União Operária de Curvelo, que concorre com a verba trimestral de 25\$000, a Junta Operária Beneficente da Passagem, que votou a verba de 10\$000 mensais para o mesmo fim.

Demais, foi deliberado que cada associação desse uma festa em benefício do jornal, e somente deram cumprimento a esse acordo a Liga de Resistência Operária da Capital, que angariou líquidos 87\$000, e a Junta Beneficente Auxiliar de Passagem, que angariou 60\$000.

Ora, cada número do jornal nos fica em 80\$000, e, pois, se as outras associações não vierem também em nosso auxílio, ser-nos-á difícilmo, se não impossível, levarmos adiante a tarefa que nos impôs o Congresso³⁴³.

Afora as contribuições mensais e outras provenientes de arrecadação com eventos, a partir desta edição, o periódico iniciou, nas últimas colunas da quarta página, a impressão de anúncios pagos, também com a finalidade de continuidade do impresso. Nos números dois, três e quatro, o jornal reproduziu propagandas de comércio de alimentos, armarinhos, tipografia, oficinas mecânicas, carpinteiro, hotéis, alfaiatarias, ourivesarias e relojoeiro.

Considerando-se os aspectos econômicos do jornal, supõe-se que este era destinado às associações de Minas Gerais (e os operários associados), particularmente àquelas confederadas ao Centro Confederativo dos Operários. Essa hipótese é constatada a partir da quinta conclusão do Congresso Operário Mineiro, que sustentava a proporcionalidade na

³⁴² CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 01.

³⁴³ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 02, 01 jul. 1907. p. 01.

distribuição do jornal conforme as cotas de contribuição das associações³⁴⁴.

Dos textos apresentados em *O Confederal*, oito dizem respeito às demandas operárias por educação. Com base nos temas previamente definidos, tem-se a seguinte distribuição: ensino primário (2), demandas diversas (4), e textos que se enquadram em mais de um tema (2). Esse arranjo, para cada edição do jornal, está representado no quadro 4:

Quadro 4 – Artigos sobre “demandas educacionais” em *O Confederal*

Número da edição	Data	Número de artigos	Temas
Prospecto	02/05/1907	04	Ensino primário (1) Ensino primário; Ensino profissional (1) Ensino profissional; Ensino secundário; Ensino superior; Biblioteca (1) Demandas diversas (1)
01	01/06/1907	02	Ensino primário (1) Demandas diversas (1)
02	01/07/1907	01	Demandas diversas (1)
03	15/07/1907	01	Demandas diversas (1)
04	07/08/1907	-	-

Fonte: *O Confederal*.

Logo na segunda página do número prospecto de *O Confederal*, foram apresentadas as conclusões do Congresso Operário Mineiro, dentre as quais destaca-se a terceira, referente à reivindicação ao governo do Estado para a fundação de escolas noturnas nos centros fabris e industriais e de escolas profissionais e de belas artes em Minas Gerais, além da concessão de auxílio pecuniário às escolas fundadas por associações³⁴⁵.

Na página subsequente, a terceira, havia exposição da Comissão Central do Centro Confederativo dos Operários sobre alguns tópicos debatidos durante o Congresso e sobre os quais publicizava “ao povo mineiro”, nomeadamente aos operários e governo. Dentre esses assuntos, a instrução assumia lugar central, considerada ponto irradiador da ação operária. Para tal, contava com as associações operárias para lutar contra o analfabetismo, difundindo instrução e educação para o operariado por meio da criação de escolas noturnas em suas sedes. Solicitava que as associações informassem os centros fabris em que havia operários

³⁴⁴ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

³⁴⁵ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

suficientes para solicitação de escolas do governo, e afirmava:

(...) pois se o governo do Estado diz a todo o momento que é preciso acabar com o obscurantismo, educar e instruir o povo, certo nos dispensará quaisquer divagações a respeito da necessidade palpitante do desenvolvimento da instrução e da educação do povo, questões largamente tratadas pelo sr. Presidente do Estado em seu manifesto programa e para o qual apelamos, confiando que nos auxilie na solução desta parte do problema, que é também de interesse geral, afim de que grande número de operários, que mourejam ativamente no trabalho, depauperando suas forças, para ganharem o pão quotidiano, que lhes sustenta a energia vital, possam, à noite, encontrar na escola, no livro, o pão espiritual que alimentará seu espírito abatido, pela faina exaustiva de um lidar insano, e que lhe ensinará o caminho do dever, da honra e da dignidade, tornando-os assim aptos para a conquista do bem estar comum (...)³⁴⁶.

Assim como exposto na revista da ABT e em *O Labor*, a ignorância e o obscurantismo eram tidos como as verdadeiras causas dos males que degradavam a humanidade, concepção que o jornal afirmava ser partilhada e confessada em documentos pelo presidente do Estado e Secretário do Interior. Por isso, o Centro Confederativo, por meio de seu jornal, apelava para o auxílio do presidente do Estado para a solução dessa questão.

O texto prosseguia cobrando do governo a decretação da obrigatoriedade da frequência das escolas primárias do Estado, criando penas para pais e tutores negligentes, uma outra medida que poderia garantir a diminuição das altas taxas de analfabetismo, possibilitando a “emancipação operária” e progresso do país³⁴⁷.

Novamente, em artigo que iniciava a primeira edição de *O Confederal*, intitulado “Instrução operária”, elencava-se a instrução como ação primordial para a conquista dos projetos vinculados à classe operária, afirmando-se que “a ignorância do homem de trabalho é o seu pior inimigo”³⁴⁸. Para tanto, era necessária a eliminação do analfabetismo:

Para que, porém, chegue o operário à clarividência do seu destino e saiba de que modo deve agir na consecução de seu bem estar, é preciso difundir pelas oficinas a Instrução, movendo campanha exterminadora ao analfabetismo.

O operariado nacional é na sua maioria analfabeto³⁴⁹.

Importantes questões para a classe operária foram relacionadas na quarta página do

³⁴⁶ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

³⁴⁷ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

³⁴⁸ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 01.

³⁴⁹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 01.

número prospecto, as quais, segundo o periódico, ainda careciam de diálogo, como a fundação de estabelecimentos de educação profissional, a gratuidade da instrução secundária e superior, e a fundação de bibliotecas³⁵⁰.

Por fim, o periódico, com o propósito de constituir um gabinete de leitura organizado pelo Centro, solicitou aos redatores de jornais o envio de uma assinatura gratuita de seus impressos. Esse pedido, que apareceu primeiramente no número prospecto³⁵¹, foi igualmente reproduzido na primeira³⁵², segunda³⁵³ e terceira³⁵⁴ edições do jornal.

3.4 O Operário, da Confederação Católica do Trabalho (1920-1929)

Órgão da Confederação Católica do Trabalho, o periódico *O Operário* foi publicado pela primeira vez em Belo Horizonte a 19 de junho de 1920, sendo descontinuado entre os anos de 1926 e 1928, supostamente por razões financeiras³⁵⁵, e brevemente retomado em 1929, ano em que chegou ao seu fim. Segundo Amaral,

A CCT só voltaria a ter um órgão de imprensa próprio em 1938, quando surgiu o *Vida Nova*. Foram vinte e três edições do *Vida Nova* até março de 1939, quando a série é interrompida. A ausência de um periódico entre 1930 e 1938 é também reflexo da conjuntura sindical da época e das mudanças de orientação pelas quais a ação católica passou na década de 1930. (AMARAL, 2015, p. 107).

O periódico foi fundado e dirigido por Campos do Amaral até meados de 1923, sujeito proeminente na formação e direção da CCT, e homenageado em edições de *O Operário*³⁵⁶. A partir de então, até o ano de 1925, este era referido como fundador, sendo diretor Lincoln

³⁵⁰ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 04.

³⁵¹ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 04.

³⁵² CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907. p. 01.

³⁵³ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 02, 01 jul. 1907. p. 01.

³⁵⁴ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 03, 15 jul. 1907. p. 02.

³⁵⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 01, 28 mar. 1929. p. 01.

³⁵⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 11, 08 set. 1921. p. 01; CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 14, 29 set. 1921. p. 01; CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano III, n. 08, 07 set. 1922. p. 02; CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VI, n. 07, 10 set. 1925. p. 03.

Kubitschek³⁵⁷ e gerente João Francisco de Jesus³⁵⁸. Em 1929, o periódico novamente apresentava Campos do Amaral como diretor redator, José Cupertino de Faria³⁵⁹ e João Francisco de Jesus, respectivamente, como secretário e gerente.

O objetivo de *O Operário*, como constava em seu primeiro número, era facilitar a realização do programa a seguir, o mesmo exposto nos estatutos da Confederação de 1920:

- a) Tornar conhecida e forte a Confederação Católica do Trabalho;
- b) Defender os legítimos interesses e os direitos dos trabalhadores como indivíduos e como classe;
- c) Pleitear a vitória das reivindicações operárias baseadas na justiça;
- d) Promover a defesa dos trabalhadores sindicados quando forem perseguidos ou processados, desde que não seja por falta infamante;
- e) Promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores;
- f) Promover a fundação de confederações idênticas em todas as localidades mineiras onde isso seja possível e fazendo de todas uma única confederação no Estado³⁶⁰.

O Operário pautava-se nos princípios norteadores da Confederação, quais sejam, fidelidade dos homens para com Deus e desenvolvimento da ação operária com o aval da Igreja – baseado nos termos da encíclica *Rerum Novarum* –, respeitando a harmonia entre as classes sociais, as autoridades, sem violência e sem contrariar a ordem política e social. Nesse sentido, o jornal assumia a importante tarefa de divulgar o programa da Confederação a todos os operários, principalmente àqueles que não participavam das reuniões e assembleias, buscando retirá-los da condição descrita como inerte e orientando-os em prol de conquistas³⁶¹. Em função disso, divulgou convocações de assembleias diversas e reuniões semanais dos sindicatos confederados (informando os dias e horários fixos), bem como as deliberações desses encontros.

Igualmente objetivando orientar os operários, noticiou acontecimentos relativos ao movimento operário em demais cidades mineiras, estados brasileiros e, até mesmo, outros

³⁵⁷ Na Confederação Católica do Trabalho, foi diretor da Assistência Jurídica em 1925 e eleito assistente jurídico em 1927. (Banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas).

³⁵⁸ Exerceu o cargo de secretário da Confederação Católica do Trabalho em 1919, 1923, 1925 e 1927, e de tesoureiro em 1927, 1931 e 1933. Foi representante do Sindicato dos Empregados dos Correios em 1925, e da Confederação Católica do Trabalho em reunião das associações de classe promovida pela União dos Empregados do Comércio em dezembro de 1927. (Banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas).

³⁵⁹ Foi eleito presidente da Confederação Católica do Trabalho em 1931, e reeleito em 1933. (Banco de dados do *Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas).

³⁶⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 19 jun. 1920. p. 01.

³⁶¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 19 jun. 1920. p. 01.

países. Destacava positivamente as associações operárias católicas, tais como a Liga Operária Paraense (de Pará de Minas)³⁶² e a Confederação Católica de Itabira do Campo³⁶³, associações confederadas à CCT, o Círculo dos Operários e Trabalhadores Católicos no Ceará³⁶⁴, a União Popular do Brasil em Belém (Pará)³⁶⁵, os sindicatos femininos católicos na França³⁶⁶, Confederação dos Trabalhadores Cristãos da Bélgica³⁶⁷, entre outros grupos, mobilizações e conquistas da vertente católica do movimento operário.

De outro lado, por incontáveis vezes, o jornal desqualificou o movimento operário revolucionário, em suas diferentes matrizes (principalmente anarquista, comunista e socialista), pela refutação dos princípios cristãos, especialmente, no tocante à harmonia entre as classes sociais. Sob outra perspectiva, compreende-se tal estratégia como meio de reforçar a ação católica entre o operariado, principalmente a partir da constatação de que, no período analisado, as propostas anarquista e comunista não eram representativas entre os operários da capital mineira. (AMARAL, 2015).

A título de exemplificação, tem-se a Federação Operária Mineira, de Juiz de Fora, tema de texto publicado em *O Operário*, cujo título significativo era “Campos separados”:

Quem percorrer a coleção do PROLETÁRIO, órgão oficial daquela associação, não terá a menor dúvida de que se trata de uma organização SOCIALISTA e, como tal:
a – Contrária à ordem política atual;
b – Contrária à ordem social;
c – Contrária ao capital;
d – Contrária à propriedade;
e – Contrária à religião³⁶⁸.

Em seguida, essas ideias foram desenvolvidas de modo a colocar em lados opostos as propostas socialista e católica, enfatizando a importância da arregimentação católica entre os operários, a qual, segundo o jornal, buscava defender os direitos operários com “zelo e

³⁶² CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 26, 06 maio 1921. p. 03-04.

³⁶³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 49, 01 jun. 1922. p. 01-02.

³⁶⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 20, 24 mar. 1921. p. 03.

³⁶⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 37, 09 mar. 1922. p. 04.

³⁶⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 18, 10 mar. 1921. p. 01.

³⁶⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 05, 25 abr. 1929. p. 03.

³⁶⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 23, 14 abr. 1921. p. 01.

nobreza, conservando-se ao mesmo tempo o tesouro espiritual do vosso ser”³⁶⁹. Nesse sentido, publicação interessante foi a série “Conheceis o Socialismo?”, editada em partes em algumas edições dos dois primeiros anos de *O Operário*, assim como outras que, prontamente em seus títulos, realçavam pejorativamente a situação na Rússia soviética: “É desoladora a situação na Rússia”³⁷⁰, “Os horrores da Rússia”³⁷¹, “A desgraça da Rússia”³⁷², entre outras. Conforme Amaral:

Não raro, histórias de arrependimento por parte de anarquistas ou socialistas eram utilizadas com o objetivo de persuadir os trabalhadores a filiarem-se aos sindicatos católicos. É o caso da carta de um suicida francês, que se diz arrependido de ter optado pelo socialismo. (...).

Percebe-se que em todos os casos citados a preocupação era fazer a associação do comunismo e do anarquismo a características negativas ou que pudessem ser contestadas moralmente pela sociedade da época. O recurso à linguagem literária, na forma de pequenas narrativas ou contos, tentava aproximar a argumentação da realidade do trabalhador. (AMARAL, 2015, p. 121).

Em contrapartida, entre os anos de 1921 e 1922, Artur Bernardes, à época presidente do estado de Minas Gerais, ganhou destaque em algumas edições do jornal da CCT por obra de sua campanha à presidência da República. Este era afamado em decorrência de obras executadas no Estado (com ênfase na construção de escolas e estradas) e por ter proposto em sua plataforma de governo questões caras aos operários católicos, como descanso dominical, participação nos lucros e educação profissional³⁷³. Seu programa de governo – com relevo para as aspirações operárias – foi, inclusive, reproduzido em texto de outra edição, com a sua fotografia estampada logo na primeira página (figura 17)³⁷⁴. Em outro número, do final de março de 1922, algumas semanas após a decisão eleitoral presidencial, anunciava a “vitória da democracia”³⁷⁵.

O presidente do Estado Antônio Carlos também recebeu apoio da CCT e de seu órgão

³⁶⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 23, 14 abr. 1921. p. 02.

³⁷⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 07, 11 ago. 1921. p. 02.

³⁷¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 08, 18 ago. 1921. p. 03.

³⁷² CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 10, 01 set. 1921. p. 03.

³⁷³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 07, 11 ago. 1921. p. 01.

³⁷⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 18, 26 out. 1921. p. 01-02.

³⁷⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 39, 23 mar. 1922. p. 01.

relativamente à sua candidatura ao pleito presidencial nacional. A edição de 1929, por exemplo, informou sobre manifestação em seu apoio, ocorrida em 14 de abril, na Praça da Liberdade, com a participação de representantes e sócios da CCT e da Confederação Auxiliadora dos Operários, membros da redação de *O Operário*, e outros (figura 18)³⁷⁶.

³⁷⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 05, 25 abr. 1929. p. 01.

Figura 17 – Programa de governo de Artur Bernardes em *O Operário*

O OPERÁRIO

PUBLICA-SE
A'S QUINTAS FEIRAS
N. 18

Orgam da Confederação Catholica do Trabalho
BELLO HORIZONTE, 26 DE OUTUBRO DE 1921

DIRECTOR:
Dr. Campos do Amaral
ANNO II

DR. ARTHUR BERNARDES

Estampando o retrato do Dr. Arthur Bernardes em nossa pagina de honra, queremos apenas, embora de modo imperfeito, reflectir o jubilo, os sentimentos de gratidão do operariado digno, honesto, patriota, pelo preclaro estadista, o primeiro depois da Republica, que se lembrou de inscrever na sua plataforma de governo as aspirações da classe trabalhista.

Eis o trecho da plataforma, a respeito da questão operaria:

«Tendo examinado os processos para assegurar, ao capital que produz, todos os recursos de exito e de prosperidade, cumpre não esquecer o braço que, de modo indispensavel, concorre para a produção. Não temos, como nos velhos paizes europeus, as luctas incandescentes entre o capital e o trabalho, para as quaes aqui faltariam razões. Quando, pois, entre nós, fallamos em questão social, não devemos examinal-a pelo prisma das agitações externas, mas pela justiça das aspirações do nosso operariado rural e urbano.

E' commum e procedente, mas não sómente entre nós, a queixa dos proprietarios ruraes contra a falta de braços para os trabalhos da terra.

Estudando identico phenomeno em paizes como a Austria, a Allemanha e a França, escreve conceituado economista, em magnifica monographia sobre "a politica agraria":

«A falta de braços torna-se uma circumstancia economica de relevante importancia, de vez que a collectividade é essencialmente interessada na intensidade da produção. Esta escassez de mão de obra é resultante de uma emigração da população valida, por isso que uma parte desta população procura as cidades e a outra emigra para os paizes de além mar, é indubitavel tambem que aquella falta provem da necessidade que seduz

a população rural, em busca de uma existencia melhor e mais rica de esperança, existencia que acredita encontrar longe dos seus lares.

Isto basta para indicar os processos que deve necessariamente seguir a politica, se quizer obstar esse movimento: deve ella fortificar a attracção exercida pelo solo natal e fazer amar as occasiões de trabalho que ahí se apresentam».

E, completando o seu pensamento, acrescenta: «Os contrastes cada vez maiores entre a civilização urbana e a rural só desaparecerão quando esta ultima, no ponto de vista da segurança e do progresso possivel da existencia, no ponto de vista das obras de assistencia aos doentes e aos pobres, no ponto de vista da cultura do povo e do seu modo de viver, no ponto de vista do respeito e do valor da pessoa humana, procurar obter as vantagens alcançadas pelo desenvolvimento urbano e industrial. E' assim que nos campos pode encontrar-se remedio á falta de braços, pelo melhoramento da situação dos trabalhadores, e tal melhoramento devemos procurar-o nos progressos geraes da civilização.»

Se o phenomeno da falta de braço para a lavoura existe em outros paizes de alta cultura, pelas causas apontadas—o urbanismo e a emigração—resultantes do desejo legitimo de maior conforto na vida, força é reconhecer que, em nosso paiz, tambem tem elle como principaes determinantes uma tendencia ao mesmo urbanismo e a conhecida inconstancia e instabilidade dos trabalhadores ruraes, provocadas pela mesma causa.

E' tempo, portanto, de abordarmos o problema.

As medidas de saneamento rural, que interessam directamente aos trabalhadores, devem ser cada vez mais intensificadas e seguidas de ou-



Sujeitos que não eram operários igualmente foram homenageados, inclusive com suas fotografias expostas, como o Major Lauro Jacques, pelo auxílio financeiro para impressão de folhetos da CCT; o Major Francisco Vilela, por ter mediado com chefes do executivo a questão da validação dos terrenos no Barro Preto³⁷⁷; Nelson de Senna (também sócio honorário e colaborador na revista da ABT), pela eleição como deputado federal³⁷⁸; Dom Cabral, nomeado primeiro bispo de Belo Horizonte³⁷⁹; e Abílio Machado, pelo desempenho à frente da Imprensa Oficial³⁸⁰. Há de se ressaltar o envolvimento de Abílio Machado nas diferentes associações estudadas: foi escritor e homenageado na revista da ABT, e orador em sessão solene comemorativa do Dia do Trabalhador, em 1907, organizada pela Confederação Auxiliadora dos Operários e Centro Confederativo dos Operários.

De modo semelhante, em 1922, a Confederação comemorou a posse do governo mineiro estampando na primeira página de *O Operário* as fotografias de Raul Soares (presidente do Estado), Olegário Maciel (vice-presidente do Estado), Melo Viana (secretário do interior), Daniel de Carvalho (secretário da agricultura), Alfredo Sá (chefe de polícia), Noraldino Lima (diretor da Imprensa Oficial) e Flávio dos Santos (prefeito da capital)³⁸¹.

O mesmo se deu em 1925 com edição comemorativa do Dia do Trabalhador, quando foram reproduzidas fotografias de Sandoval Soares de Azevedo (secretário do interior e qualificado como “amigo” dos operários)³⁸², e, reiteradamente, Melo Viana (desta vez presidente do Estado e considerado “amigo” dos operários)³⁸³, e Dom Cabral (arcebispo de Belo Horizonte e presidente de honra da CCT)³⁸⁴. Essas relações denotam, entre outras coisas, o viés reformista da CCT e de seu jornal.

No que se refere à forma de ação operária, o jornal reforçava a aposta da CCT nos sindicatos, os quais eram responsáveis por conhecer a situação dos operários (quantidade de

³⁷⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 20, 10 nov. 1921. p. 01.

³⁷⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 37, 09 mar. 1922. p. 03.

³⁷⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 45, 03 maio 1922. p. 01-02.

³⁸⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 18, 01 ago. 1929. p. 01.

³⁸¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano III, n. 08, 07 set. 1922. p. 01.

³⁸² CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 01.

³⁸³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 01.

³⁸⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 01.

trabalhadores no ofício, jornada de trabalho, valor dos salários) e das empresas (despesas e lucros) a fim de fazer a defesa da categoria representada. Conforme *O Operário*,

Neste ponto, o sindicato que chegou a conhecer a situação do operário, chega a conhecer a situação do patrão e desse conhecimento depende a possibilidade de reclamar ou não: melhora nas condições do trabalho e melhora nas condições do salário³⁸⁵.

Importantes campanhas, orientadas sobretudo aos operários, ocuparam as páginas deste periódico, como a censura cinematográfica, a carestia da vida, a definição do salário-mínimo (o qual deveria ser deliberado pelos sindicatos de ofício confederados a CCT), a defesa da jornada de trabalho de oito horas (conquistada em Belo Horizonte após a greve de 1907), o alistamento eleitoral (em 1921 e 1922), contra o uso excessivo de bebidas alcoólicas, bondes baratos (1929) e, destacadamente, o descanso dominical, a garantia de habitações e a revalidação de terrenos para os operários (no Barro Preto e na Barroca). As três últimas contendas motivaram representações enviadas ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 1921³⁸⁶.

Os vínculos com associações operárias e periódicos revelavam-se por meio da publicação de felicitações por seus aniversários e de notas divulgadas, que indicavam o intercâmbio entre *O Operário* e outros jornais. Nos primeiros números, em especial o segundo e o terceiro, foram comunicadas as impressões positivas de outros impressos sobre o seu surgimento em prol da classe trabalhadora, como *A Ação Social* (de São João Del-Rei)³⁸⁷, *Ideia Nova* (de Varginha), *O Município* (de Lavras), e *Montes Claros* (de Montes Claros)³⁸⁸. Semelhante ação realizou-se com o reaparecimento de *O Operário*, em 1929, situação informada pelos periódicos: *Diário de Minas* (de Belo Horizonte), *Estrela Polar* (de Diamantina), *O Município* (de Lavras), *Pão de Santo Antônio* (de Diamantina), *O Estado de Minas* (de Belo Horizonte), *O Adoremus* (de Belo Horizonte)³⁸⁹, *Gazeta Rio Novense*³⁹⁰,

³⁸⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 26, 06 maio 1921. p. 03.

³⁸⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 20, 24 mar. 1921. p. 01-03.

³⁸⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 10 jul. 1920. p. 04.

³⁸⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 31 jul. 1920. p. 04.

³⁸⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 08, 23 maio 1929. p. 04.

³⁹⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 10, 06 jun. 1929. p. 04.

Santuário do Senhor de Bonfim (de Bocaiuva)³⁹¹, *Porto* (de Porto de Santo Antônio)³⁹², *Gazeta da Mata* (de Ponte Nova)³⁹³, *Jornal do Povo* (de Guaranésia)³⁹⁴, e *Voz do Oeste* (de Dores do Indaiá)³⁹⁵.

Alguns periódicos eram agradecidos pela transcrição de artigos anteriormente veiculados em *O Operário*, como o jornal católico *A Cruz* (do Rio de Janeiro), que publicou artigo referente ao descanso dominical³⁹⁶, *O Horizonte*³⁹⁷ (de Belo Horizonte), *Família* (de Teófilo Otoni)³⁹⁸, *O Mensageiro do S. Rosário* (de Uberaba)³⁹⁹, e *Nordestino* (de São João Evangelista)⁴⁰⁰.

Essa relação entre as associações igualmente pode ser verificada em edição especial de *O Operário* do Dia do Trabalhador, divulgada em maio de 1925. O primeiro texto, “O 1º de Maio de 1925”, foi escrito pelo sócio da ABT Pedro Verçosa e abordava a necessidade de “emancipação operária”⁴⁰¹. Ao longo desta edição especial de dez páginas foram reproduzidas fotografias de representantes de sindicatos e associações, como Francisco de Paula Gil Júnior⁴⁰² e Pedro Mendes⁴⁰³, respectivos presidentes da Associação Beneficente Tipográfica e Confederação Auxiliadora dos Operários em 1925; Américo Gomes de Sousa, que era vice-presidente da CCT e sócio da ABT⁴⁰⁴; Mário de Lima, “estimado pelas classes trabalhistas”,

³⁹¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 11, 13 jun. 1929. p. 01.

³⁹² CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 13, 27 jun. 1929. p. 02.

³⁹³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 14, 04 jul. 1929. p. 02.

³⁹⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 15, 11 jul. 1929. p. 03.

³⁹⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 19, 08 ago. 1929. p. 01.

³⁹⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 05, 25 abr. 1929. p. 03.

³⁹⁷ Foi publicado pela Arquidiocese de Belo Horizonte a partir de 1923, tendo reproduzido alguns textos de *O Operário*. (AMARAL, 2015).

³⁹⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 12, 20 jun. 1929. p. 01.

³⁹⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 17, 25 jul. 1929. p. 02.

⁴⁰⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 19, 08 ago. 1929. p. 01.

⁴⁰¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 01-02.

⁴⁰² CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 03.

⁴⁰³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 05.

⁴⁰⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 02.

sujeito importante na resolução da greve de 1907 e sócio benemérito da ABT⁴⁰⁵; e do edifício-sede da ABT⁴⁰⁶. Dois textos tratavam sobre a ABT e a Confederação Auxiliadora dos Operários: data de fundação, principais fins e princípios, direitos e deveres dos sócios, auxílios ofertados, patrimônio constituído e quadro da administração à época⁴⁰⁷.

No mesmo ano, em edição posterior à comemorativa, *O Operário* explicitava sobre realização de assembleia da ABT, a qual buscou prestar contas de seu movimento social e financeiro⁴⁰⁸. Já em 1929, informou acerca de assembleia extraordinária da ABT com o propósito de manifestar solidariedade a Antônio Carlos, presidente do Estado de Minas Gerais e candidato à presidência do Brasil pelo Partido Republicano Mineiro; e Abílio Machado, diretor da Imprensa Oficial⁴⁰⁹.

Também informou o recebimento de diversos periódicos: *O São Carlos*, *O Lar Católico*, *Ação Social*, *Nova Era*, *O Progresso*, *Pão de Santo Antônio*, *O Amiguinho do Lar*, *A Ave Maria*, *A União Popular Católica* (Uberaba), *União Popular* (Belo Horizonte), *O Adoremus* (Belo Horizonte), *Novo Movimento*, *O Cruzeiro do Sul*, *O Sul Mineiro*, *O Santuário da Aparecida*, *A Mocidade*, *Ideia Nova* (Varginha), *Correio de Prados*⁴¹⁰, *O Operário* (São Paulo), *Gazeta de Porto Novo* (Porto Novo do Cunha), *Santuário da Aparecida*, *Gazeta de Leopoldina*, *O Lince* (Juiz de Fora), *A Folha Nova*⁴¹¹, *O Serro* (Serro)⁴¹², *O Calafate* (Belo Horizonte)⁴¹³, *Boletim Mundial* (Rio de Janeiro), *Formigas* (Montes Claros), *A Voz do Prata* (São Domingos do Prata), *Excelsior* (Belo Horizonte), *O Operário* (Três Corações), *Vida Social*, *Estrela do Mar* (Ceará), *Cidade de Prata* (Prata), *A Conceição* (Conceição), *A Luta* (Oliveira), *O Imparcial* (Pomba), *O Pirilampo* (Santa Luzia, Sergipe), *O Rio Casca* (Rio Casca), *O Contemporâneo* (Sete Lagoas), *A Gazeta Municipal*

⁴⁰⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 09.

⁴⁰⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 09.

⁴⁰⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 10.

⁴⁰⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VI, n. 03, 30 jul. 1925. p. 03.

⁴⁰⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 10, 06 jun. 1929. p. 04.

⁴¹⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 31 jul. 1920. p. 03.

⁴¹¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 28, 05 jan. 1922. p. 04.

⁴¹² CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 35, 23 fev. 1922. p. 01.

⁴¹³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 35, 23 fev. 1922. p. 03.

(Bicas)⁴¹⁴, *O Município* (Teófilo Otoni), *A Cidade de Barbacena* (Barbacena), *União Popular* (Uberaba), *A Tribuna* (São João Del-Rei), *O Muzambinho*, *O Operário* (Diamantina), *Rio Branco*, *O Poté* (Poté), *Floresta Jornal* (Belo Horizonte), *O Industrial* (Santa Rita do Sapucaí), *O Monitor* (São Paulo), *A Imprensa* (Cidade da Paraíba, Paraíba)⁴¹⁵, *O Arauto* (Belo Horizonte)⁴¹⁶, *Luz* (Pouso Alegre)⁴¹⁷, *O Farol*, *Correio de Coimbra*⁴¹⁸, *Vida Nova* (Três Pontas)⁴¹⁹, *Gazeta de Paraopeba* (Paraopeba)⁴²⁰, *O Culinário Paulista* (São Paulo) e *Revista do Arquivo Público Mineiro* (Belo Horizonte)⁴²¹.

Ainda que não seja possível o acesso a esses periódicos, depreende-se a proveniência católica e/ou operária de alguns em razão de seus títulos. Considerando que os impressos eram recebidos por meio de permuta, esses dados possibilitam inferir acerca da distribuição de *O Operário* para outras associações e cidades, de Minas Gerais e outros estados – como Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo. Consequentemente, presume-se que o público leitor do periódico extrapolava os sócios da CCT.

Entre os jornais relacionados, destaca-se o semanário *A Ação Social*, da União Popular de São João Del-Rei, que, segundo *O Operário*, objetivava “trabalhar para a realização dos princípios da Sociologia Cristã sob a competentíssima [sic] direção do Mons. Gustavo Ernesto Coelho, Vigário de S. João Del Rey”⁴²². Alguns de seus artigos foram reproduzidos em *O Operário*, como “Sindicalismo, garantia para o patrão”⁴²³, “Causa da miséria”⁴²⁴, e “O

⁴¹⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 35, 23 fev. 1922. p. 04.

⁴¹⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 36, 02 mar. 1922. p. 03.

⁴¹⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 42, 13 abr. 1922. p. 03.

⁴¹⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 49, 01 jun. 1922. p. 03.

⁴¹⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VI, n. 03, 30 jul. 1925. p. 04.

⁴¹⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 06, 09 maio 1929. p. 03.

⁴²⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 10, 06 jun. 1929. p. 01.

⁴²¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 18, 01 ago. 1929. p. 03.

⁴²² CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 35, 23 fev. 1922. p. 04.

⁴²³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 26, 22 dez. 1921. p. 02.

⁴²⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 46, 11 maio 1922. p. 04.

governo e os operários”⁴²⁵. Este último argumentava sobre a harmonia social, valorosa ideia do sindicalismo católico fundamentada na *Rerum Novarum*. Apontava o governo como responsável por garantir a equidade entre as classes com o objetivo de zelar pelo bem-estar da classe operária.

Seria, portanto, desrazoável cuidar de uma classe de cidadãos e negligenciar outra. Autoridade pública, é evidente, deve tomar medidas necessárias para salvar o bem estar e os interesses da classe operária.

Se ela faltar a este dever lesa a justiça estrita, que reclama que a cada um seja dado o que lhe é devido, assim como mui sabidamente observa S. Tomás: *Assim como a parte e o todo são em certo modo uma mesma coisa, assim também o que pertence ao todo pertence de alguma maneira a cada parte.*

Por isso é que, entre os graves e numerosos deveres do governo, que quer prover, como convém, ao bem público, o primeiro dever e a principal obrigação consiste em cuidar igualmente de todas as classes, observando rigorosamente as leis da justiça, denominada, distributiva⁴²⁶.

Dessa maneira, defendia que, se o trabalho dos operários possibilitava os bens aos homens e riqueza às nações, nada mais justo que o Estado os proveesse do mesmo modo que estes proveem a sociedade.

O Operário apresentava-se em quatro páginas e três colunas, com formato de 24,5 por 17,5 centímetros até meados de março de 1921, e 32 por 23 centímetros do fim de março de 1921 em diante. No início, foi impresso na tipografia de Oliveira & Costa – localizada na Avenida Afonso Pena, 1050 – e, posteriormente, nas oficinas da Imprensa Oficial, com tiragem de mil exemplares. (LINHARES, 1995). Foi divulgado quinzenalmente em 1920, contudo, a partir de 1921, tornou-se publicação semanal, às quintas-feiras, até o ano de 1923. Entre 1924 e 1925 passou a ser editado nos dias 10, 20 e 30 de cada mês. Em 1929, quando a publicação foi retomada, recuperou sua frequência semanal, às quintas-feiras.

Teve seis diferentes cabeçalhos, os quais variavam em seu formato e conteúdo. Além do título – que teve três tipos distintos de fontes –, traziam outros dados: número e ano da edição, data, cidade, periodicidade, editores responsáveis, vínculo com a CCT e valor das assinaturas. Os títulos e subtítulos das matérias eram realçados pelo uso de negrito ou fontes tipográficas diferenciadas, e traços separavam um texto de outro.

Os jornais, conforme consta no expediente de *O Operário* de 1920 a 1922, poderiam ser encontrados junto aos chefes dos sindicatos da CCT, bem como em alguns

⁴²⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano III, n. 04, 20 jul. 1922. p. 03.

⁴²⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano III, n. 04, 20 jul. 1922. p. 03. Grifo do autor.

estabelecimentos comerciais como barbearias, padarias e negociantes, cujos endereços eram listados. Ainda no expediente, havia solicitação para que os assinantes indicassem lugar mais cômodo para recebimento do periódico, tendo-se em vista que alguns locais de residência não eram visitados pelo carteiro. Essa medida, segundo o jornal, era importante para que acompanhassem o desenvolvimento da CCT e do movimento operário de outras localidades. Por outro lado, indicava que esses sujeitos eram trabalhadores que, muitas vezes, moravam em regiões mais afastadas do centro de Belo Horizonte.

Uma das possibilidades de manutenção dos jornais àquele tempo eram as subscrições. A assinatura anual de *O Operário* variava entre 2\$500, para sócios, e 5\$000, para demais assinantes, com ressalva para o ano de 1929, que informava gratuidade aos sócios da CCT, provavelmente em razão da carestia dos trabalhadores filiados. Ainda assim, *O Operário* utilizou de outras estratégias para manter a publicação, dentre as quais destaca-se a publicação de anúncios de propagandas, o que foi feito desde a primeira edição. Eram propagandas de papelaria, fábrica de carimbos de borracha, elixir, oculistas, piano, advocacias, pó infantil, sabonete, casa de meias, cinema, farmácia, alfaiataria, seguros de vida, banco, cera, além de periódicos como *O Horizonte* e *Revista Lourdes*, e outras direcionadas ao alistamento na CCT, Liga Católica Jesus Maria José e União de Moços Católicos.

Segundo edição de *O Operário* de 1923, esses anúncios eram aceitos por preços módicos⁴²⁷. Já em 1929, havia informação de valores dos anúncios, cujo preço dependia de seu tamanho e localização, sendo necessário o pagamento antecipado (ver figura 19)⁴²⁸. Um outro método utilizado, com objetivo de arrecadação para a continuidade do periódico, foi o compromisso – possivelmente firmado em assembleia – de que cada sócio mensalmente arranjasse mais uma assinatura, anúncio ou donativo⁴²⁹.

⁴²⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano IV, n. 21, 15 nov. 1923. p. 04.

⁴²⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 17, 25 jul. 1929. p. 04.

⁴²⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano III, n. 30, 18 jan. 1923. p. 02.

Figura 19 – Valores de anúncios em *O Operário*

Annuncios n° "Operario"

1ª. PAGINA

1 pagina	150\$000
1/2 *	100\$000
1/4 *	50\$000
1/8 *	25\$000
1/16 *	10\$000
Centimetro de columna	\$500
Linha	\$500

Nas demais paginas os preços, supra indicados, soffrem ás seguintes reduções:

2.ª pagina	40 %
3.ª "	50 %
4.ª "	60 %

Os preços de centimetro e de linha não soffrem redução alguma seja qual for a pagina.

As repetições terão as seguintes reduções:

Até 5	20 %
Até 10	40 %
Mais de 10	50 %

Não se accoita nenhum annuncio sem previo pagamento.

Fonte: *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 17, 25 jul. 1929.

Algumas demandas educacionais apareceram em edições de *O Operário*. Foram ao todo sete artigos referentes a essas demandas, os quais podem ser separados a partir dos seguintes temas: ensino primário (4), escolas maternas (1), bibliotecas (1) e demandas diversas (3). Alguns textos apresentavam mais de uma demanda educacional, caso das edições de maio de 1925 e de 25 de julho de 1929. Esses dados estão apresentados no quadro 5:

Quadro 5 – Artigos sobre “demandas educacionais” em *O Operário*

Número da edição	Ano da edição	Data	Número de artigos	Temas
01	I	19/06/1920	01	Ensino primário
06	II	04/08/1921	01	Ensino primário
32	V	05/1925	01	Ensino primário Escola maternal
07	VI	10/09/1925	01	Demandas diversas
01	VII	28/03/1929	01	Demandas diversas
03	VII	11/04/1929	01	Demandas diversas
17	VII	25/07/1929	01	Ensino primário Biblioteca

Fonte: *O Operário*.

Na primeira edição de *O Operário*, de 19 de junho de 1920, era anunciada a pretensão de instalação de um curso operário noturno para os sócios da CCT, cujas mensalidades eram de 5\$000. Em seu programa, havia aulas de português, aritmética, geografia e história do Brasil, as quais ocorreriam no período noturno, de segunda a sábado, sob coordenação do professor e fundador do periódico, Campos do Amaral. As matrículas seriam realizadas de 20 a 30 de junho daquele ano, nos locais especificados: salão do Colégio Pio XII ou na Confederação Auxiliadora dos Operários⁴³⁰.

Outra demanda concernente ao ensino primário foi realizada em sessão ordinária dos sindicatos vinculados à CCT, da qual alguns debates foram publicados em edição do periódico de agosto de 1921. Ao que parece, dois membros do sindicato dos pedreiros propuseram – o que foi posteriormente deliberado – que este sindicato provesse meios para a criação de aula noturna de desenho e geometria para os operários que quisessem, possivelmente uma necessidade advinda do exercício da profissão de pedreiro. Para esse projeto havia 15 sócios interessados pelo início das aulas⁴³¹.

Apesar dessas demandas, em edição de 1929, o jornal informava, entre outras ações, a construção de sua sede para instalação de curso noturno e biblioteca⁴³². Não havia nenhuma

⁴³⁰ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 19 jun. 1920. p. 02.

⁴³¹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 06, 04 ago. 1921. p. 04.

⁴³² CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 17, 25 jul. 1929. p. 03.

menção às aulas anteriormente estabelecidas pela CCT. Logo, devido à insuficiência de informações, não se pode afirmar se as duas intenções de imediato se efetivaram. No Anuário Estatístico de Belo Horizonte, de 1937, a Escola da Confederação Católica do Trabalho aparece relacionada como escola de ensino primário supletivo, localizada na Rua dos Guaranis, sede da CCT na região central da capital mineira⁴³³.

Ainda assim, no ano de 1922, o jornal informou sobre acontecimentos relativos a uma escola operária, a Escola Operária Donato da Fonseca, em funcionamento desde 1920, sob a direção do professor José Donato da Fonseca. A respeito dessa escola, o jornal comunicou a realização de exames escritos e orais (português, aritmética e caligrafia) de 1º ano, presididos pelo senador Camilo de Brito⁴³⁴, bem como a comemoração de seu segundo aniversário, para o qual a CCT enviou como representantes Campos do Amaral, João Francisco de Jesus e Waldemiro Machado⁴³⁵.

Todavia, não é possível certificar qual a relação existente entre a CCT e esse estabelecimento escolar. No entanto, Nogueira (2012) afirma ser a Escola Operária Donato da Fonseca a nomenclatura adotada pela escola noturna da Confederação Auxiliadora dos Operários a partir de 1920.

Novamente, entre os periódicos operários analisados, a instrução, particularmente a alfabetização, era defendida como prerrogativa para o progresso das classes tidas como “populares”. Nesse sentido, *O Operário*, de maio de 1925, em texto de autoria do político e militante católico Furtado de Menezes, corroborava os feitos do governo de Minas Gerais a favor da instrução e elevação intelectual da população pobre. Segundo o periódico, desde a administração de Artur Bernardes, as páginas do *Minas Gerais*, órgão oficial do governo mineiro, apareciam repletas de decretos de criação de escolas e nomeações de professores. Essa disposição teria sido continuada no governo de Melo Viana, destacado, principalmente, pela criação da escola maternal:

(...) aparelhou a situação dos professores, tornou mais eficaz a fiscalização das escolas, com o estabelecimento de louvores e penas, apelou para o auxílio das Mães de família e, voltando-se para os filhinhos dos operários da nossa capital, vendo-os pequenitos ainda até para os jardins da infância mimoseou-os agora com a Escola

⁴³³ MINAS GERAIS; SECRETARIA DA AGRICULTURA. *Anuário Estatístico de Belo Horizonte – Ano I – 1937*. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística Geral, 1937. p. 241.

⁴³⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 28, 05 jan. 1922. p. 04.

⁴³⁵ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 45, 03 maio 1922. p. 04.

Maternal, ninho de carícias, a que as pobres operárias confiem as suas joias mimosas, durante as horas do labor diuturno a que se entregam nas fábricas para ajudarem os companheiros na manutenção do lar⁴³⁶.

Por meio de seu jornal, a CCT reforçou seu alinhamento em relação às ações governamentais. Como atesta Amaral (2015), o jornal quase nunca se posicionava contrário ao governo. Desse modo, mesmo quando alguma crítica social era feita, buscavam-se argumentos conciliadores.

Alguns meses depois, em reportagem de capa, de setembro de 1925, era destacada uma mensagem de Melo Viana acerca do progresso do ensino primário, enfatizando seu esforço na eliminação do analfabetismo no Estado e a elevação dos vencimentos dos professores⁴³⁷.

Anos mais tarde, em 1929, os debates referentes ao governo se efetivaram segundo a permissão do ensino religioso nas escolas públicas, tendo-se em vista a orientação católica da CCT. Em um primeiro momento, em edição do jornal de março, era defendida uma emenda à Constituição a fim de permitir o ensino religioso facultativo nas escolas públicas⁴³⁸. Duas semanas depois, em abril, o jornal comunicava a realização de uma manifestação em agradecimento ao presidente do Estado, Antônio Carlos, considerado responsável pela permissão do ensino religioso nas escolas⁴³⁹. Não obstante, esse ato somente foi normatizado pelo legislativo mineiro em outubro de 1929, por meio da lei nº 1.092, que autorizou a instrução religiosa facultativa, em horário escolar, nas escolas mantidas pelo Estado, sem discriminação de nenhuma religião⁴⁴⁰.

Amaral (2015) afirma que, desde 1912, seis anos após a proibição do ensino religioso nas escolas públicas em decorrência de reforma de ensino realizada durante governo de João Pinheiro (1906), essa era uma campanha católica, à época encabeçada pela União Popular, “quando enviou representação ao legislativo estadual solicitando a autorização para instrução religiosa facultativa” (AMARAL, 2015, p. 58).

⁴³⁶ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 04.

⁴³⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VI, n. 07, 10 set. 1925. p. 01.

⁴³⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 01, 28 mar. 1929. p. 04.

⁴³⁹ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 03, 11 abr. 1929. p. 04.

⁴⁴⁰ MINAS GERAIS. Lei nº 1.092, de 12 out. 1929. Permite a instrução religiosa, dentro do horário escolar, nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado. Belo Horizonte, 1929.

No quarto capítulo, essas demandas educacionais contidas nos impressos das quatro associações operárias serão analisadas à luz da implementação de equipamentos educacionais pelo governo municipal e estadual, o que permitirá verificar-se em que medida essas demandas educacionais para a classe trabalhadora foram atendidas.

4 DEMANDAS EDUCACIONAIS DAS ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS E POLÍTICAS OFICIAIS

O presente capítulo tem como propósito identificar e discutir em que medida as demandas educacionais presentes nos impressos analisados das associações operárias de Belo Horizonte foram contempladas nas ações e práticas reformistas de governo (municipal e estadual). Ou seja, busca-se cotejar as demandas dos trabalhadores com as políticas oficiais no mesmo período, verificando o processo governamental de implantação da escola primária e educação de adultos, bem como outros equipamentos educacionais. Para isso, foram analisados documentos oficiais, destacadamente: mensagens dos presidentes do Estado de Minas Gerais dirigidas ao Congresso Mineiro, relativas ao ano de exercício; relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte sobre o período administrativo, apresentados ao governador e/ou ao Conselho Deliberativo da Capital; anuários estatísticos de Belo Horizonte e de Minas Gerais; e legislação mineira, principalmente a referente à instrução primária (criação de escolas e reformas da instrução pública).

A partir dessas fontes documentais, tentou-se verificar se houve ou não solução para questões educacionais levantadas nos periódicos das associações operárias, problematizando os limites entre o que era regulamentado pela legislação e o que era exercido na prática e vivenciado na experiência dos trabalhadores. Averiguou-se, também, se as políticas educacionais oficiais direcionadas aos trabalhadores foram suficientes, principalmente considerando a existência de poucas ações a eles exclusivamente designadas, tais como a escola noturna e a escola maternal; ou se faziam-se necessários outros projetos educacionais formulados por trabalhadores e suas associações para suprir as demandas por educação.

Essa investigação foi realizada a partir dos temas de educação, previamente elencados no exame dos artigos dos periódicos operários, quer sejam: ensino primário, ensino secundário, ensino superior, ensino profissional, escolas maternais, bibliotecas e outras demandas educacionais. Isso posto, optou-se pela divisão deste capítulo a partir desses tópicos, iniciando pela demanda mais abordada nos documentos oficiais: o ensino primário.

4.1 Ensino Primário

Na análise dos periódicos das associações operárias de Belo Horizonte, observa-se a convergência de um discurso que tendia a associar o atraso brasileiro à falta de instrução, principalmente primária. Como contrapartida, havia a defesa da instrução geral da população a fim de garantir o desenvolvimento do país. Assim sendo, conforme Veiga e Faria Filho (1997, p. 215), “a escola aparece como uma das faces educadoras e civilizadoras das populações pobres”. Esse enunciado esteve presente nos diferentes períodos aqui analisados, a começar em 1905, quando em *O Labor*, jornal da Confederação Auxiliadora dos Operários, era indicada uma necessária reforma do ensino primário, a ser promovida pelo Estado, para reorganizar a instrução primária de Minas Gerais, fazendo surgir escolas pautadas em princípios higiênicos e pedagógicos. Conforme o impresso:

(...) a missão do Estado é organizar a instrução que lhe compete dar, segundo os ensinamentos mais modernos e de mais fecundos resultados.

Ao contrário, o estado de coisas, desanimador e tristonho, perdurará, e não alvejará no horizonte mineiro a manhã do dia sereno e claro que o povo ansiosamente espera⁴⁴¹.

Tal reivindicação da Confederação estava em consonância com propostas defendidas por amplos setores populacionais brasileiros desde o século XIX, e que se avoluma nas primeiras décadas do século XX. O ápice do apelo à expansão da escola pode ser localizado com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, segundo o qual:

(...) [o] direito de cada indivíduo à sua educação integral decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais⁴⁴².

Desse modo, observa-se convergência de ideias no que se refere à escola enquanto responsabilidade do Estado. Esta, além de pública, gratuita e obrigatória, deveria modernizar-se a fim de se adequar às mudanças sociais e econômicas do país.

Apesar disso, diante da ausência de cursos noturnos e da escassa oferta de escolas públicas estatais, a Confederação Auxiliadora dos Operários criou cursos diurnos e noturnos

⁴⁴¹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 18 jul. 1905. p. 01.

⁴⁴² AZEVEDO, Fernando de et al. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. p. 43.

destinados aos operários e seus filhos, entre os anos de 1905 e 1906, segundo os dados contidos em seu impresso⁴⁴³. Conforme legislação pesquisada – leis mineiras (1900-1930) e mensagens dos presidentes do Estado de Minas Gerais (1900-1930), em Belo Horizonte, entre 1897 (ano de inauguração de Belo Horizonte) e 1905, foram criadas sete escolas isoladas, em sua maioria, localizadas na zona rural de Belo Horizonte, região ocupada “por segmentos mais pobres da população, agricultores responsáveis pelo fornecimento alimentar, preponderantemente imigrantes”. (FIGUEIREDO; DUMONT; GOUVÊA, 2013, p. 03). Essas escolas eram multisseriadas e, conforme Gouvêa *et al* (2016), funcionavam precariamente, comumente, em casas alugadas, local também de residência dos professores. Também Faria Filho (2000, p. 30) afirma que a escola “funcionava, muitas vezes, em ambientes inadequados e sem as condições adequadas a uma ‘escola pública de qualidade’”. Conforme Gouvêa *et al*,

As escolas isoladas em Belo Horizonte, anteriores à criação dos grupos escolares, funcionavam em espaços diversos, que poderiam ser a casa da professora, um edifício construído ou alugado por associações ou moradores. As professoras eram responsáveis pela escolha, pagamento do aluguel e manutenção do local da escola, mas, como a renda era diminuta, os escolhidos não gozavam de condições físicas e higiênicas adequadas para acomodar os alunos. (GOUVÊA *et al*, 2016, p. 330).

Gouvêa e Nicácio (2017) indicam a criação de escolas isoladas mistas nas colônias agrícolas com população escolar de vinte ou mais crianças e frequência de, no mínimo, 15 alunos. Segundo as autoras,

A inexistência de escola pública nos seis primeiros anos de funcionamento das colônias fez com que esta população arcasse, tanto com a abertura de uma escola na colônia Carlos Prates, a mais habitada, financiada pelos próprios moradores, quanto instituisse a Escola Italiana, ambas em 1902. A abertura da escola pública efetivou-se em 1903, após abaixo assinado encaminhado pelos moradores da colônia Carlos Prates ao secretário do Interior e ao Inspetor de Terras e Colonização, no qual solicitavam a construção de uma escola de instrução primária gratuita para suas crianças, já que até então foram os responsáveis pela escolarização de seus filhos. Além desta, foram criadas quatro cadeiras mistas nas demais colônias (decreto n. 1.585, de 14 de março de 1903). Observa-se, portanto, um movimento de maior responsabilização do Estado pela instrução, em que não apenas a reivindicação foi atendida, como estendida às demais colônias. (GOUVÊA; NICÁCIO, 2017, p. 388).

Para Rodrigues (2009, p. 319-320), essas escolas isoladas agrícolas recém-criadas, localizadas nos núcleos coloniais de Belo Horizonte, “absorveram a demanda de mais de 30% de alunos matriculados e frequentes da capital, assumindo um papel importante no

⁴⁴³ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 02.

atendimento da escolarização das crianças em Belo Horizonte”. A autora afirma que,

(...) sendo as primeiras escolas suburbanas da capital, as cadeiras dos núcleos coloniais assumiram grande importância na “rede” escolar de Belo Horizonte. As informações permitiram vislumbrar uma polarização das matrículas nestas escolas, gerando uma centralidade escolar periférica, para além das colônias e, ao mesmo tempo, geograficamente nelas. (RODRIGUES, 2009, p. 330-331).

Em 1907, como destaca Rodrigues (2009), essas escolas dos núcleos coloniais foram transformadas em urbanas, porém continuavam categorizadas como escolas isoladas. Conforme Regulamento da Instrução de 1906, os estabelecimentos de ensino público eram classificados em escolas isoladas e grupos escolares, sendo que as escolas isoladas eram urbanas, distritais ou de colônias, “podendo ser para o sexo masculino, para o feminino e mistas”. O artigo 17 desta norma explicitava:

São urbanas as escolas estabelecidas dentro do perímetro da sede de cidades ou vilas, distritais as estabelecidas dentro do perímetro da sede dos demais distritos administrativos, e finalmente escolas de colônias as que funcionarem dentro das colônias do Estado⁴⁴⁴.

Ao que tudo indica, no período republicano, o ensino primário noturno começou a ser provido pelo Estado somente em 1914, com estabelecimento de aulas noturnas de mesma organização das escolas agrupadas⁴⁴⁵, correspondentes ao agrupamento de uma ou mais escolas em localidades determinadas pelo secretário do interior⁴⁴⁶. Tais dados podem ser verificados nos quadros 6 e 7, que listam as escolas públicas que funcionaram na capital mineira entre 1901 e 1930, produzidos a partir de documentos oficiais.

Na recém-inaugurada capital, como indicam os dados do quadro 6 para o ano de 1901, todas as escolas se localizavam na área central, o que indica o não direcionamento aos trabalhadores.

⁴⁴⁴ MINAS GERAIS. Decreto nº 1.960, de 16 dez. 1906. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1906. p. 158.

⁴⁴⁵ MINAS GERAIS. Decreto nº 4.088, de 05 jan. 1914. Cria, na Capital, uma aula noturna, com a mesma organização das escolas agrupadas do Estado. Belo Horizonte, 1914.

⁴⁴⁶ MINAS GERAIS. Decreto nº 3.191, de 09 jun. 1911. Aprova o Regulamento Geral da Instrução do Estado. Belo Horizonte, 1911.

Quadro 6 – Cadeiras de instrução⁴⁴⁷ primária em funcionamento em Belo Horizonte (1901)

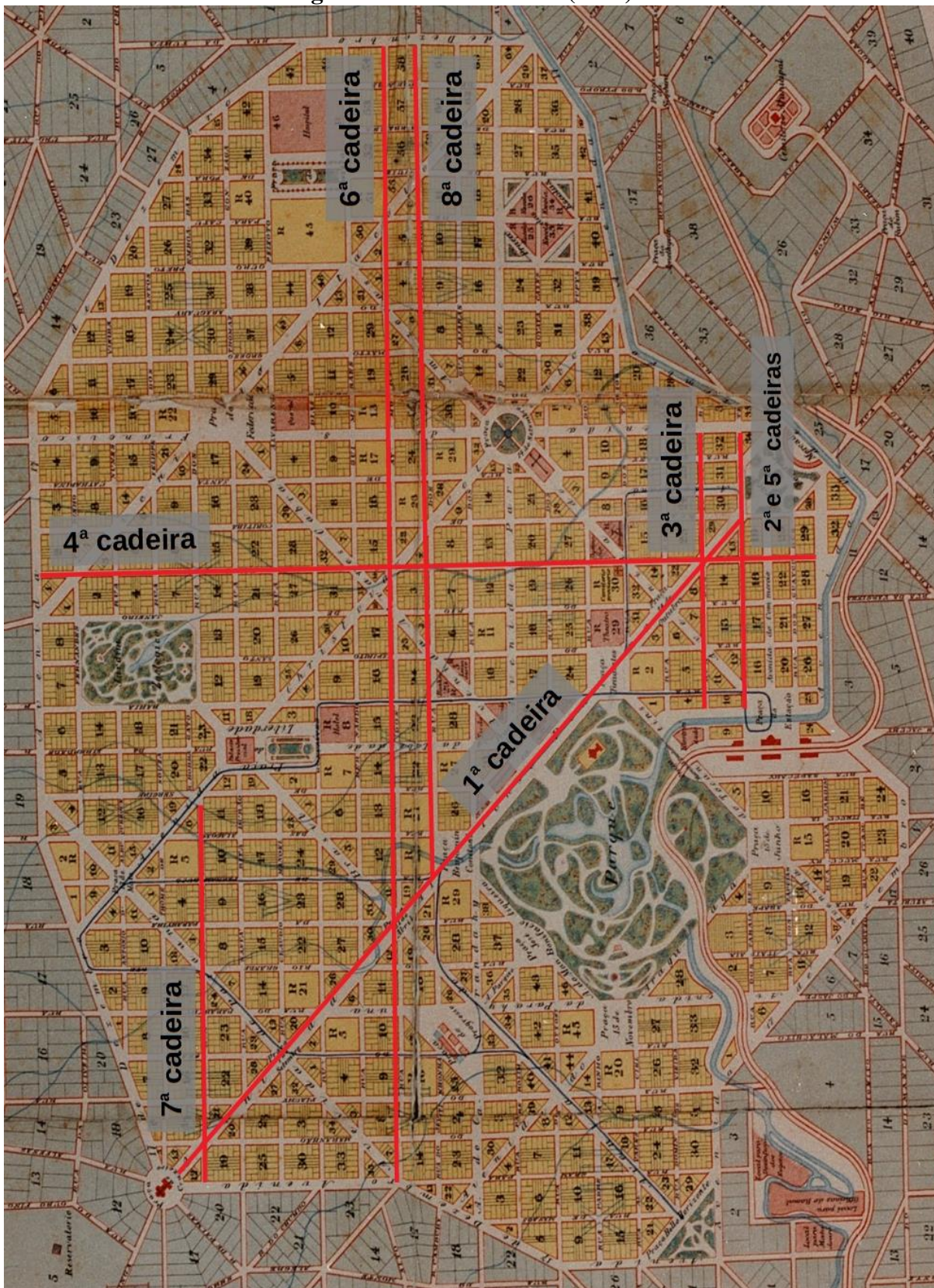
Cadeira	Nome da professora	Sede	Sexo
1ª cadeira	Antônia Ferreira da Silva Avenida	Avenida Afonso Pena	Feminino
2ª cadeira	Augusta de Medeiros	Rua dos Caetés	Masculino
3ª cadeira	Minervina Augusta	Rua dos Tupinambás	Masculino
4ª cadeira	Maria Francisca de Jesus	Rua São Paulo	Feminino
5ª cadeira	Lydia Angélica de Mello	Rua dos Caetés	Masculino
6ª cadeira	Francisca de Paula R. Magalhães	Rua dos Aimorés	Feminino
7ª cadeira	Sebastiana Januária de Macedo	Rua dos Inconfidentes	Feminino
8ª cadeira	Júlia L. de Sousa Paraizo	Rua Timbiras	Masculino

Fonte: Relatório de Inspeção do Ensino, 1901 *apud* RODRIGUES, 2009, p. 300.

A fim de visualizar tais informações, estas foram transpostas para a planta de Belo Horizonte, conforme figura 20.

⁴⁴⁷ Permanência do período imperial brasileiro, a existência de escolas públicas em Minas Gerais (nos primeiros anos da República) estava sujeita ao provimento de cadeiras pelo governo, as quais eram ocupadas por professores e dependiam da frequência dos alunos. Na legislação investigada, observa-se a utilização do termo “cadeira” até 1928.

Figura 20 – Localização (ruas e avenidas) das cadeiras de instrução primária na planta geral de Belo Horizonte (1901)



Fonte: Comissão Construtora da Nova Capital, 1895 (adaptado pela autora).

Quadro 7 – Escolas públicas em funcionamento em Belo Horizonte (1902-1930)

Nome do estabelecimento	Data de inauguração	Tipo de ensino	Localização em Belo Horizonte
Escola Isolada Mista (professora D. Júlia Lomba de Souza Paraíso) (cadeira mista) ⁴⁴⁸	1902	Primário	Sem informações na legislação
Escola Isolada Mista da Colônia Adalberto Ferraz (1ª cadeira mista)	1903	Primário	Colônia Agrícola Adalberto Ferraz – zona rural (atuais bairros Anchieta, Carmo, Cruzeiro, Mangabeiras, e Sion – região centro-sul)
Escola Isolada Mista da Colônia Afonso Pena (cadeira mista)	1903	Primário	Colônia Agrícola Afonso Pena – zona rural (atuais bairros Belvedere, Cidade Jardim, Coração de Jesus, Luxemburgo, Santa Lúcia, Santo Antônio, São Bento, e Vila Paris – região centro-sul)
Escola Isolada Mista da Colônia Bias Fortes (1ª cadeira mista)	1903	Primário	Colônia Agrícola Bias Fortes – zona rural (atuais bairros Novo São Lucas, Pompeia, e Santa Efigênia – região leste)
Escola Isolada Mista da Colônia Américo Werneck – antiga Córrego da Mata (1ª cadeira mista)	1903	Primário	Colônia Agrícola Américo Werneck – zona rural (atuais bairros Floresta, Horto, Sagrada Família, e Santa Tereza – região leste)
Escola Isolada Mista da Colônia Carlos Prates (1ª cadeira mista)	1903	Primário	Colônia Agrícola Carlos Prates – zona rural (atuais bairros Bonfim, Carlos Prates, Pedro II, Prado, e parte do Barroca – região noroeste)
Escola Isolada Masculina (professora D. Júlia Lomba de Souza Paraíso) ⁴⁴⁹ (cadeira do sexo masculino)	1903	Primário	Sem informações na legislação
Grupo Escolar Barão do Rio Branco (1º grupo escolar da capital) ⁴⁵⁰	1906	Primário	1906 a 1914: Avenida Liberdade, bairro Funcionários – zona urbana (atual Avenida João Pinheiro, bairro Funcionários – região centro-sul) 1914 em diante: Avenida Paraúna, bairro Funcionários – zona urbana (atual Avenida Getúlio Vargas, bairro Funcionários – região centro-sul)
Grupo Escolar Afonso Pena (2º grupo escolar da capital)	1907	Primário	Avenida Liberdade, bairro Funcionários – zona urbana (atual Avenida João Pinheiro, bairro Funcionários – região centro-sul)
Escola Isolada Mista na Estação de General Carneiro (cadeira mista)	1907	Primário	Região da Fazenda Marzagão – zona rural (atual distrito de Carvalho de Brito, município de Sabará)

⁴⁴⁸ Essa cadeira originou-se da 2ª cadeira do sexo masculino de Belo Horizonte. (MINAS GERAIS. Decreto nº 1.518, de 07 maio 1902).

⁴⁴⁹ Essa cadeira originou-se de cadeira mista, criada em 1902. (MINAS GERAIS. Decreto nº 1.594, de 30 mar. 1903).

⁴⁵⁰ De acordo com Kruger (1970), esse grupo escolar recolheu alunos das oito cadeiras públicas existentes em Belo Horizonte.

Nome do estabelecimento	Data de inauguração	Tipo de ensino	Localização em Belo Horizonte
Escola Isolada Mista na Colônia da Vargem Grande ⁴⁵¹ (cadeira mista)	1907	Primário	Colônia da Vargem Grande – zona rural (atual região Barreiro)
Escola Isolada Feminina no Calafate (3ª cadeira do sexo feminino da capital) ⁴⁵²	1908	Primário	Povoado do Calafate – zona suburbana (atual região oeste)
Escola Isolada Masculina no Calafate (cadeira do sexo masculino)	1908	Primário	Povoado do Calafate – zona suburbana (atual região oeste)
Escola Isolada Mista da Colônia Bias Fortes (2ª cadeira mista)	1908	Primário	Colônia Agrícola Bias Fortes – zona rural (atuais bairros Novo São Lucas, Pompeia, e Santa Efigênia – região leste)
Escola Isolada Mista da Colônia Américo Werneck – antiga Córrego da Mata (2ª cadeira mista)	1908	Primário	Colônia Agrícola Américo Werneck – zona rural (atuais bairros Floresta, Horto, Sagrada Família, e Santa Tereza – região leste)
Escola Isolada Rural Mista na Estação de Marzagão (1ª cadeira mista)	1908	Primário	Povoado de Marzagão – zona rural (atual município de Sabará)
Escola Isolada Mista na Colônia do Jatobá (1ª)	1909	Primário	Fazenda do Jatobá – zona rural (atual região Barreiro)
Escola Isolada Mista no Engenho Nogueira	1909	Primário	Fazenda do Engenho Nogueira – zona rural (atuais bairros Caiçara e Sumaré – região noroeste)
Grupo Escolar Cesário Alvim (3º grupo escolar da capital)	1909	Primário	Rua Rio Grande do Sul, bairro Centro – zona urbana (atual região centro-sul)
Escola Isolada Mista da Colônia Bias Fortes (3ª cadeira mista)	1909	Primário	Colônia Agrícola Bias Fortes – zona rural (atuais bairros Novo São Lucas, Pompeia, e Santa Efigênia – região leste)
Escola Isolada Mista no Barro Preto (1ª cadeira mista)	1909	Primário	Bairro Barro Preto – zona suburbana (atual região centro-sul)
Escola Isolada Rural Mista em Gorduras	1910	Primário	Povoado de Gorduras – zona rural (atuais bairros Goiânia, São Marcos, Ipê, Fernão Dias, Pousada Santo Antônio, São José, e Jardim Vitória – região nordeste)
Escola Isolada Mista no Barro Preto (2ª cadeira mista)	1910	Primário	Bairro Barro Preto – zona suburbana (atual região centro-sul)
Escola Isolada Mista no Calafate (1ª cadeira mista)	1910	Primário	Povoado do Calafate – zona suburbana (atual região oeste)

⁴⁵¹ Segundo Rodrigues (2009), a Colônia do Barreiro – criada em 1895 e extinta em 1899 – foi refundada em 1907 com a denominação de Colônia Vargem Grande, “que englobou mais uma fazenda da região, a Fazenda Jatobá, e recebeu os investimentos considerados necessários”. (RODRIGUES, 2009, p. 265).

⁴⁵² Não foi possível encontrar informações sobre a 1ª e 2ª cadeiras do sexo feminino da capital.

Nome do estabelecimento	Data de inauguração	Tipo de ensino	Localização em Belo Horizonte
Escola Isolada Mista da Colônia Adalberto Ferraz (2ª cadeira mista) ⁴⁵³	1910	Primário	Colônia Agrícola Adalberto Ferraz – zona rural (atuais bairros Anchieta, Carmo, Cruzeiro, Mangabeiras, e Sion – região centro-sul)
Escola Isolada Mista no Floresta (1ª cadeira mista)	1910	Primário	Bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)
Escola Isolada Mista no Barro Preto (3ª cadeira mista)	1910	Primário	Bairro Barro Preto – zona suburbana (atual região centro-sul)
Escola Isolada Mista da Colônia Bias Fortes (4ª cadeira mista)	1910	Primário	Colônia Agrícola Bias Fortes – zona suburbana (atuais bairros Novo São Lucas, Pompeia, e Santa Efigênia – região leste)
Escola Isolada Mista no Floresta (2ª cadeira mista)	1911	Primário	Bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)
Escola Isolada Mista no Floresta (3ª cadeira mista) ⁴⁵⁴	1911	Primário	Bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)
Escola Isolada Mista da Colônia Bias Fortes ⁴⁵⁵ (5ª cadeira mista)	1911	Primário	Colônia Agrícola Bias Fortes – zona suburbana (atuais bairros Novo São Lucas, Pompeia, e Santa Efigênia – região leste)
Escola Isolada Mista da Colônia Bias Fortes (6ª cadeira mista) ⁴⁵⁶	1911	Primário	Colônia Agrícola Bias Fortes – zona suburbana (atuais bairros Novo São Lucas, Pompeia, e Santa Efigênia – região leste)
Escola Isolada Mista da Colônia Carlos Prates (2ª cadeira mista)	1911	Primário	Colônia Agrícola Carlos Prates – zona suburbana (atuais bairros Bonfim, Carlos Prates, Pedro II, Prado, e parte do Barroca – região noroeste)
Escola Isolada Mista no Calafate (2ª cadeira mista)	1911	Primário	Povoado do Calafate – zona suburbana (atual região oeste)
Escola Isolada Mista na sede da Sociedade Beneficente Italiana ⁴⁵⁷	1911	Primário	Sem informações na legislação

⁴⁵³ Entre 1917 e 1922, as escolas isoladas mistas da Colônia Adalberto Ferraz foram transferidas para distritos de outros municípios mineiros.

⁴⁵⁴ Em 1922, as escolas isoladas mistas no bairro Floresta foram transferidas para distritos de outros municípios mineiros.

⁴⁵⁵ A partir de 1911, as antigas colônias agrícolas e alguns povoados rurais foram incorporados à zona suburbana.

⁴⁵⁶ Em 1922, as escolas isoladas mistas da Colônia Bias Fortes foram transferidas para distritos de outros municípios mineiros.

⁴⁵⁷ Apesar do decreto nº 3.096, de 1911, indicar a criação de cadeira mista de instrução primária na sede da Sociedade Beneficente Italiana, sabe-se, segundo Rodrigues (2009), que a referida Escola Italiana de Belo Horizonte foi fundada em 1903, com a participação de representante consular italiano e *Legata per l'istruzione*. A escola era gratuita, recebeu auxílios do governo italiano e Sociedade Italiana, funcionando em sua sede (Rua dos Tamoios). Contudo, destoava das escolas públicas da cidade no período: “se, para grande parte dos alunos das escolas públicas neste período, a pobreza era uma tônica, os alunos desta escola foram fotografados uniformizados, todos calçados, distintamente ao lado dos professores”. (RODRIGUES, 2009, p. 307).

Nome do estabelecimento	Data de inauguração	Tipo de ensino	Localização em Belo Horizonte
Escola Isolada Mista no Barro Preto (4ª cadeira mista)	1911	Primário	Bairro Barro Preto – zona suburbana (atual região centro-sul)
Escola Isolada Mista na Lagoinha (1ª)	1911	Primário	Bairro Lagoinha – zona suburbana (atual região noroeste)
Grupo Escolar Francisco Sales (4º grupo escolar da capital) ⁴⁵⁸	1911	Primário	Rua Guajajaras, bairro Barro Preto – zona suburbana (atual região centro-sul)
Escola Isolada Mista na Lagoinha ⁴⁵⁹ (2ª)	1912	Primário	Bairro Lagoinha – zona suburbana (atual região noroeste)
Escola Isolada Mista na Lagoinha ⁴⁶⁰ (3ª)	1912	Primário	Bairro Lagoinha – zona suburbana (atual região noroeste)
Escola Isolada Mista na Lagoinha ⁴⁶¹ (4ª) ⁴⁶²	1912	Primário	Bairro Lagoinha – zona suburbana (atual região noroeste)
Escola Isolada Mista no Calafate (3ª) ⁴⁶³	1913	Primário	Bairro Calafate – zona suburbana (atual região oeste)
Grupo Escolar Henrique Diniz (5º grupo escolar da capital)	1914	Primário	Rua Tenente Anastácio de Moura, Colônia Agrícola Bias Fortes – zona suburbana (atual bairro Santa Efigênia – região leste)
Escola Isolada Feminina na sede da Sociedade Beneficente Italiana ⁴⁶⁴	1914	Primário	Sem informações na legislação
Grupo Escolar Bernardo Monteiro	1914	Primário	Rua Oeste, bairro Calafate – zona suburbana (atual região oeste)
Escola Isolada Masculina na sede da Sociedade Beneficente Italiana	1914	Primário	Sem informações na legislação
Aula noturna (com a mesma organização das escolas agrupadas)	1914	Primário (Noturno)	Sem informações na legislação
Grupo Escolar Silviano Brandão	1914	Primário	Rua Itapecerica, bairro Lagoinha – zona suburbana (atual região noroeste)

⁴⁵⁸ Em 1911, possivelmente devido à criação do grupo escolar no bairro Barro Preto, foram suprimidas as escolas isoladas existentes no local, em conformidade ao 10º artigo da reforma do ensino de 1906, lei nº 439, de 28 de setembro de 1906.

⁴⁵⁹ Essa escola originou-se de escola isolada mista da Colônia Agrícola Bias Fortes. (MINAS GERAIS. Decreto nº 3.440, de 02 fev. 1912).

⁴⁶⁰ Essa escola originou-se de escola isolada mista da Colônia Agrícola Bias Fortes. (MINAS GERAIS. Decreto nº 3.440, de 02 fev. 1912).

⁴⁶¹ Essa escola originou-se de escola isolada mista no bairro Floresta, criada em 1911. (MINAS GERAIS. Decreto nº 3.440, de 02 fev. 1912).

⁴⁶² Em 1922, as escolas isoladas mistas na Lagoinha foram transferidas para distritos de outros municípios mineiros.

⁴⁶³ Essa escola originou-se de escolas isoladas do sexo feminino e masculino no bairro Calafate, criadas em 1908. (MINAS GERAIS. Decreto nº 3.827, de 18 fev. 1913). Em 1917, as escolas isoladas mistas no Calafate foram transferidas para distritos de outros municípios mineiros.

⁴⁶⁴ Essa escola originou-se de escola isolada mista, criada em 1911. (MINAS GERAIS. Decreto nº 4.078, de 05 jan. 1914).

Nome do estabelecimento	Data de inauguração	Tipo de ensino	Localização em Belo Horizonte
Escola Isolada Rural Mista de Venda Nova ⁴⁶⁵	1915	Primário	Povoado de Venda Nova – zona rural (atual região Venda Nova)
Escola Isolada Mista da Ressaca ⁴⁶⁶	1915	Primário	Povoado da Ressaca – zona rural (atual região noroeste)
Grupo Escolar Assis das Chagas	1917	Primário (Noturno)	1917 a 1937: Rua Rio Grande do Sul, bairro Centro – zona urbana (atual região centro-sul) ⁴⁶⁷ 1937 em diante: Avenida Olegário Maciel, bairro Centro – zona urbana (atual região centro-sul) ⁴⁶⁸
Escola Isolada Rural Mista na Estação de Marzagão ⁴⁶⁹ (2ª cadeira mista)	1918	Primário	Povoado de Marzagão – zona rural (atual município de Sabará)
Escola Isolada Mista no bairro Serra ⁴⁷⁰	1918	Primário	Bairro Serra – zona suburbana (atual região centro-sul)
Escola Isolada Mista na Pampulha ⁴⁷¹	1921	Primário	Povoado da Pampulha – zona rural (atual região Pampulha)
Grupo Escolar Barão de Macaúbas	1921	Primário	Rua David Campista, bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)
Escola Isolada Rural Mista na Estação de Sarzedo	1922	Primário	Povoado de Sarzedo – zona rural (atual município de Sarzedo)
Escola Isolada Rural Mista no Povoado do Onça ⁴⁷²	1922	Primário	Povoado do Onça – zona rural (atuais bairros Aarão Reis, Floramar, Guarani, Heliópolis, Minaslândia, Primeiro de Maio, Providência, e São Bernardo – região norte)
Escola Isolada Rural Mista no Cruzeiro ⁴⁷³	1922	Primário	Cruzeiro – zona rural ⁴⁷⁴

⁴⁶⁵ Essa escola originou-se de escola rural mista em Honório Bicalho, município de Nova Lima.

⁴⁶⁶ Essa escola originou-se de escola isolada do sexo feminino na Vila Capelinha. (MINAS GERAIS. Decreto nº 4.347, de 23 mar. 1915).

⁴⁶⁷ No Grupo Escolar Cesário Alvim.

⁴⁶⁸ No Grupo Escolar Olegário Maciel.

⁴⁶⁹ Essa escola originou-se de escola isolada rural mista em Santa Isabel, município de Teófilo Otoni. (MINAS GERAIS. Decreto nº 5.069, de 20 ago. 1918).

⁴⁷⁰ Essa escola originou-se de escola isolada feminina mista na Vila Divinópolis. (MINAS GERAIS. Decreto nº 5.075, de 21 ago. 1918).

⁴⁷¹ A instalação dessa escola dependia de doação de prédio ao Estado. (MINAS GERAIS. Decreto nº 5.619, de 18 mar. 1921).

⁴⁷² A instalação dessa escola dependia de doação de prédio ao Estado. (MINAS GERAIS. Decreto nº 6.068, de 02 maio 1922).

⁴⁷³ Essa escola originou-se de escola isolada rural mista em Gorduras, município de Belo Horizonte, criada em 1910. (MINAS GERAIS. Decreto nº 6.156, de 18 ago. 1922).

⁴⁷⁴ Não foi possível encontrar informações sobre a localização atual correspondente.

Nome do estabelecimento	Data de inauguração	Tipo de ensino	Localização em Belo Horizonte
Grupo Escolar Olegário Maciel	1924	Primário	Avenida Olegário Maciel, bairro Centro – zona urbana (atual região centro-sul)
Escola Isolada Rural Mista em Gorduras ⁴⁷⁵	1924	Primário	Povoado de Gorduras – zona rural (atuais bairros Goiânia, São Marcos, Ipê, Fernão Dias, Pousada Santo Antônio, São José, e Jardim Vitória – região nordeste)
Grupo Escolar Pedro II	1925	Primário	Avenida Mantiqueira, bairro Santa Efigênia – zona urbana (atual Avenida Alfredo Balena – região centro-sul)
Escola Isolada Rural Masculina na Estação de Marzagão	1926	Primário	Povoado de Marzagão – zona rural (atual município de Sabará)
Escola Isolada Rural Feminina na Estação de Marzagão ⁴⁷⁶	1926	Primário	Povoado de Marzagão – zona rural (atual município de Sabará)
Escolas Reunidas ⁴⁷⁷ Flávio dos Santos	1926	Primário	Rua Jacuí, bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)
Escolas Reunidas na Rua Pouso Alegre	1926	Primário (noturno)	Rua Pouso Alegre, bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)
Escolas Reunidas Sandoval de Azevedo	1926	Primário	Rua Pouso Alegre, bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)
Escolas Reunidas Lúcio dos Santos	1926	Primário	Bairro Carlos Prates – zona suburbana (atual região noroeste)
Escola Isolada Noturna Masculina no bairro Santo Antônio	1927	Primário (Noturno)	Bairro Santo Antônio – zona suburbana (atual região centro-sul)
Escola Isolada Rural Mista na Fazenda São Domingos	1927	Primário	Povoado da Fazenda São Domingos – zona rural (atual bairro Estoril – região oeste)
Escola Isolada Rural Mista na Cachoeirinha (1ª)	1927	Primário	Bairro Cachoeirinha – zona rural (atual região nordeste)
Escola Isolada Noturna Masculina no bairro Floresta	1927	Primário (Noturno)	Bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)
Escola Isolada Noturna Masculina na Vila Caiiaux	1927	Primário (Noturno)	Vila Caiiaux – zona suburbana (atual bairro Concórdia – região nordeste)
Escola Isolada Rural Mista na Várzea do Felicíssimo	1927	Primário	Povoado da Várzea do Felicíssimo – zona rural (atuais bairros Cinquentenário e Betânia – região oeste)

⁴⁷⁵ Essa escola originou-se de escola isolada rural mista no Cruzeiro, município de Belo Horizonte, criada em 1922. (MINAS GERAIS. Decreto n° 6.697, de 26 set. 1924).

⁴⁷⁶ Essa escola originou-se de escola isolada rural mista na Estação de Marzagão, município de Belo Horizonte. (MINAS GERAIS. Decreto n° 7.224, de 04 maio 1926).

⁴⁷⁷ Segundo o artigo 158, do regulamento de ensino de 1924, nos locais em que havia duas ou mais escolas isoladas urbanas, se instaladas em prédio que as comportasse, estas funcionariam de modo reunido.

Nome do estabelecimento	Data de inauguração	Tipo de ensino	Localização em Belo Horizonte
Escola Isolada Noturna Masculina no bairro Lagoinha	1927	Primário (Noturno)	Bairro Lagoinha – zona suburbana (atual região noroeste)
Escola Isolada Rural Mista em Bento Pires	1927	Primário	Povoado de Bento Pires – zona rural (atuais bairros São Luiz e Bandeirantes – região Pampulha)
Escola Isolada Rural Mista na Cachoeirinha (2ª)	1928	Primário	Bairro Cachoeirinha – zona rural (atual região nordeste)
Escolas Reunidas de Cachoeirinha	1928	Primário	Bairro Cachoeirinha – zona suburbana (atual região nordeste)
Grupo Escolar Sandoval de Azevedo ⁴⁷⁸	1928	Primário	Rua Pouso Alegre, bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)
Escola Primária anexa ao Abrigo de Menores Afonso Pena	1928	Primário (Supletivo) ⁴⁷⁹	Bairro Barro Preto – zona suburbana (atual região centro-sul)
Escola Isolada Mista na Colônia do Jatobá (2ª)	1928	Primário	Fazenda do Jatobá – zona rural (atual região Barreiro)
Escola Primária anexa ao corpo da Escola da Força Pública	1928	Primário (Supletivo) ⁴⁸⁰	Sem informações na legislação
Escola Primária anexa ao corpo de Cavalaria da Força Pública	1928	Primário (Supletivo) ⁴⁸¹	Sem informações na legislação
Grupo Escolar Lúcio dos Santos ⁴⁸²	1929	Primário	Rua Contagem, bairro Carlos Prates – zona suburbana (atual Rua Padre Eustáquio – região noroeste)
Grupo Escolar Mariano de Abreu ⁴⁸³	1929	Primário	Rua Simão Tamm, bairro Cachoeirinha – zona suburbana (atual região nordeste)
Grupo Escolar Diogo de Vasconcelos ⁴⁸⁴	1930	Primário (Noturno)	Rua Pouso Alegre, bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)
Grupo Escolar Flávio dos Santos ⁴⁸⁵	1930	Primário	Rua Jacuí, bairro Floresta – zona suburbana (atual região leste)

⁴⁷⁸ Esse grupo escolar originou-se das escolas reunidas Sandoval de Azevedo, criadas em 1926. (MINAS GERAIS. Decreto nº 8.331, de 17 mar. 1928).

⁴⁷⁹ Segundo o Anuário Estatístico de Belo Horizonte (1937).

⁴⁸⁰ Segundo o Anuário Estatístico de Belo Horizonte (1937).

⁴⁸¹ Segundo o Anuário Estatístico de Belo Horizonte (1937).

⁴⁸² Esse grupo escolar originou-se das escolas reunidas Lúcio dos Santos, criadas em 1926. (MINAS GERAIS. Decreto nº 9.011, de 11 mar. 1929).

⁴⁸³ Esse grupo escolar originou-se das escolas reunidas de Cachoeirinha, criadas em 1928. (MINAS GERAIS. Decreto nº 9.135, de 02 set. 1929).

⁴⁸⁴ Esse grupo escolar originou-se das escolas reunidas na Rua Pouso Alegre, criadas em 1926, e funcionava, no turno da noite, no mesmo prédio do Grupo Escolar Sandoval de Azevedo. (MINAS GERAIS. Decreto nº 9.312, de 20 jan. 1930).

⁴⁸⁵ Esse grupo escolar originou-se das escolas reunidas Flávio dos Santos, criadas em 1926. (MINAS GERAIS. Decreto nº 9.314, de 20 jan. 1930).

Nome do estabelecimento	Data de inauguração	Tipo de ensino	Localização em Belo Horizonte
Grupo Escolar José Bonifácio	1930	Primário	Rua Hermílio Alves, bairro Santa Tereza – zona suburbana (atual região leste)
Grupo Escolar Tomás Brandão (Grupo Escolar em Palmital)	1930	Primário	Povoado de Palmital – zona suburbana (atual bairro Bom Jesus – região noroeste)
Escola Isolada Noturna Masculina	1930	Primário (Noturno)	Sem informações na legislação
Escola Isolada Mista no bairro Santo Antônio (2 ^a) ⁴⁸⁶	1930	Primário	Bairro Santo Antônio – zona suburbana (atual região centro-sul)
Grupo Escolar Professor Caetano Azeredo	1930	Primário	Rua Ouro Preto, bairro Barro Preto – zona suburbana (atual região centro-sul)
Grupo Escolar Adalberto Ferraz ⁴⁸⁷	1930	Primário	Bairro Serra – zona suburbana (atual região centro-sul)

Fontes: Legislação Mineira (1900-1930); Mensagens dos presidentes do Estado de Minas Gerais (1900-1930).

Em 1906, um ano depois da demanda por reforma educacional, feita pela Confederação Auxiliadora dos Operários, em consonância com as reivindicações pedagógicas da época, durante governo de João Pinheiro (1906-1908), reformou-se o ensino primário, normal e superior do Estado, sob a égide da escola enquanto “um instituto de educação intelectual, moral e física” (reforma promulgada pela lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, e regulamentada pelo decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906). Destacava-se o esforço para difundir o ensino primário gratuito e obrigatório “em todos os núcleos de povoação”, ofertado em escolas isoladas, grupos escolares e escolas modelos anexas às escolas normais⁴⁸⁸.

O governo se incumbiu, entre outras questões, de determinar a graduação das escolas, duração do curso primário, divisão do ensino; a organização do programa escolar, o qual era pautado em “método simples, prático e intuitivo”; as condições de matrícula; os feriados e dias escolares; o máximo de alunos por professor; a frequência mínima para conservação das

⁴⁸⁶ Não foi possível encontrar informações sobre a 1ª Escola Isolada Mista no bairro Santo Antônio.

⁴⁸⁷ Esse grupo escolar originou-se das escolas do bairro Serra, das quais sabe-se da existência de apenas uma, criada em 1918. (MINAS GERAIS. Decreto nº 9.671, de 03 set. 1930).

⁴⁸⁸ MINAS GERAIS. Lei nº 439, de 28 set. 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte, 1906.

escolas⁴⁸⁹; as penas disciplinares; e o período e processo dos exames⁴⁹⁰. O artigo 22 da lei desta reforma destacava:

Para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação popular sob o tríplice aspecto físico, intelectual e moral, o Governo empregará os meios possíveis para serem as escolas instaladas em edifícios apropriados e providas de livros didáticos, mobília e todo o material de ensino prático e intuitivo⁴⁹¹.

Contudo, pensando a legislação não somente como ordenamento jurídico mas, conforme Thompson (1987), como regras que servem tanto para mediar e legitimar relações de classes existentes quanto para proteger os destituídos de poder, ela está presente em vários níveis da sociedade (cultura, costumes, relações sociais), logo, “a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido o meio por onde outros conflitos sociais têm se travado”. (THOMPSON, 1987, p. 358). Nesse sentido, leis, como a reforma do ensino de 1906, apareciam como lugares de conflitos e tensões sociais.

Observa-se que, apesar do incremento no número de escolas a partir desta reforma, principalmente escolas isoladas (ver tabela 8 e 9), os dois primeiros grupos escolares de Belo Horizonte foram implementados na zona urbana da cidade em 1906 e 1907, em geral, local não habitado pelos trabalhadores e de difícil acesso pelos seus filhos. Ao que parece, para as elites, o acesso dos pobres às poucas escolas isoladas espalhadas nas colônias agrícolas e povoados da zona rural e suburbana seria o suficiente. Desse modo, cursos e escolas criados por associações operárias, como o da Confederação Auxiliadora dos Operários, apresentavam-se como uma alternativa frente à carência de equipamentos educacionais estatais. Apesar disso, sabe-se que algumas dessas crianças também frequentaram escolas e grupos escolares urbanos. (FARIA FILHO, 2000).

Segundo Faria Filho (2000), os grupos escolares foram primeiramente implementados na região central de Belo Horizonte, apesar do maior povoamento das zonas suburbana e rural. Esses grupos somente foram inaugurados nos bairros operários da zona suburbana a partir de 1911, como se verifica na tabela 8 e 9, os quais “não parecem ter contado com grandes preocupações das autoridades republicanas em dotá-los de boas condições de

⁴⁸⁹ Segundo Gouvêa *et al* (2016), para abertura e funcionamento de escolas, eram necessários 40 alunos matriculados e 30 frequentando, nos distritos, e 45 alunos matriculados e 25 frequentando, nas cidades e vilas.

⁴⁹⁰ MINAS GERAIS. Lei nº 439, de 28 set. 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte, 1906.

⁴⁹¹ MINAS GERAIS. Lei nº 439, de 28 set. 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte, 1906.

funcionamento”. (FARIA FILHO, 2000, p. 42).

Tabela 8 – Número de estabelecimentos escolares públicos inaugurados por tipo e zona de Belo Horizonte (1900-1930)

	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada
Urbana	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-
Suburbana	-	-	-	-	-	-	-	-	02	01	05
Rural	-	-	-	05	-	-	-	02	03	03	02

	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada	Grupo Escolar
Urbana	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-
Suburbana	08	01	03	01	-	03	-	01	01	-
Rural	-	-	-	-	-	02	-	01	01	-

	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930
	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada	Grupo Escolar	Escola Isolada	Escolas Reunidas	Grupo Escolar	Escolas Reunidas	Escola Isolada	Escolas Reunidas
Urbana	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
Suburbana	-	01	-	-	-	04	-	01	01	02
Rural	01	-	03	-	-	-	04	02	-	-

Fontes: Legislação Mineira (1900-1930); Mensagens dos presidentes do Estado de Minas Gerais (1900-1930).

Tabela 9 – Total de estabelecimentos escolares públicos inaugurados por tipo e zona de Belo Horizonte (1900-1930)

	Urbana	Suburbana	Rural	Total de escolas por tipo
Escolas Isoladas	0	28	32	60
Escolas Reunidas	0	05	0	05
Grupos Escolares	06	14	0	20
Total de escolas por zona	06	47	32	85

Fontes: Legislação Mineira (1900-1930); Mensagens dos presidentes do Estado de Minas Gerais (1900-1930).

Como observa-se na tabela 9, quantitativamente havia mais escolas públicas na zona rural e suburbana – 79 escolas, que na zona urbana – seis escolas. Contudo, é importante destacar que era diferenciada a qualidade dessas escolas. Para exemplificar tais desigualdades, a Reforma João Pinheiro, de 1906, determinava que os professores seriam efetivos, adjuntos, auxiliares ou técnicos (para aulas profissionais dos grupos escolares). Nos grupos escolares, obrigatoriamente, atuavam os professores efetivos, os quais, eram normalistas. Nas escolas isoladas, entretanto, estes poderiam ser efetivos, adjuntos ou auxiliares, não sendo necessário o diploma de normalista. Outra discrepância refere-se aos vencimentos dos professores, que apresentavam os seguintes valores: 1:200\$000 para o professor de colônia, 1:400\$000 de distrito, 1:800\$000 de cidade, capital ou grupo escolar de cidade, e 2:000\$000 de grupo escolar da capital⁴⁹².

Semelhante à Confederação Auxiliadora dos Operários, o Centro Confederativo dos Operários, corroborando as resoluções do Congresso Operário Mineiro, em 1907, reivindicava em seu jornal, *O Confederal*, a responsabilidade do Estado tanto na fundação de escolas primárias, que deveriam ser estabelecidas em centros fabris e industriais, como na subvenção financeira às escolas que fossem fundadas por associações. A eliminação ou redução do analfabetismo entre os operários assumia destaque no discurso dessa associação, considerada uma estratégia para a ação do operariado em prol de sua “emancipação”, traduzida na conquista de direitos sociais e políticos. Segundo o periódico,

⁴⁹² MINAS GERAIS. Decreto nº 1.960, de 16 dez. 1906. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1906.

(...) essa face da questão operária – a instrução, é o primeiro passo que devemos dar para que a nossa atuação como força política, se faça consciente e proficuamente, porque o operário para agir livremente como cidadão, deve se educar e se instruir; pois, de outra forma será sempre o títere, o autômato movido ao aceno dos politiqueros, sem a mínima compreensão do seu valor como cidadão e dos seus direitos como homem livre⁴⁹³.

Outra importante demanda do Centro Confederativo dos Operários, em 1907, registrada no jornal, foi a exigência do cumprimento da lei, por parte do Estado, da obrigatoriedade da frequência escolar nas escolas primárias do Estado, bem como a imposição de multas aos responsáveis que não enviassem as crianças às escolas⁴⁹⁴. Essas ações, conforme *O Confederal*, contribuiriam para o processo de diminuição dos elevados índices de analfabetismo, que representava cerca de 74% no Estado, em 1900, e 51% em Belo Horizonte, em 1905⁴⁹⁵.

Embora a obrigatoriedade escolar já estivesse presente na legislação escolar das províncias imperiais, no período republicano foi reafirmada pelas constituintes estaduais. Em Minas Gerais se fez presente na Constituinte Mineira de 1891, tendo sido reforçada nas reformas de ensino promovidas pelos governos estaduais mineiros. (MOURÃO, 1962). No governo de Afonso Pena (1892-1894), foi realizada uma reforma do ensino primário (promulgada pela lei nº 41, de 1892, e regulamentada pelo decreto nº 655, de 1893) que previa a obrigatoriedade do ensino primário “para os meninos, de ambos os sexos, de 7 a 13 anos de idade”⁴⁹⁶.

Em setembro de 1899, durante a administração de Silviano Brandão (1898-1902), outra reforma foi efetivada (lei nº 281, de 1899, regulamentada pelo decreto nº 1.348, de 1900), garantindo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino público primário para crianças de sete a treze anos, cuja matrícula deveria ser realizada por pais e responsáveis, exceto se comprovassem: frequência em estabelecimentos particulares; aprendizado em família; se os alunos já fossem diplomados; se tivessem doenças contagiosas ou incapacidade física ou mental; se residissem fora do perímetro escolar; ou se fossem indigentes⁴⁹⁷.

⁴⁹³ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

⁴⁹⁴ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 03.

⁴⁹⁵ Segundo dados registrados nas tabelas 3 e 4, do capítulo 1, constantes nos anuários estatísticos de Minas Gerais (1922-1925), Belo Horizonte (1937), e Brasil (1947).

⁴⁹⁶ MINAS GERAIS. Decreto nº 655, de 17 out. 1893. Promulga o regulamento das escolas e instrução primária. Ouro Preto, 1893. p. 424.

⁴⁹⁷ MINAS GERAIS. Decreto nº 1.348, de 08 jan. 1900. Promulga o regulamento das escolas de instrução primária. Belo Horizonte, 1900.

Na reforma realizada por João Pinheiro, em 1906, reafirmou-se o ensino primário gratuito e obrigatório para meninos de sete a quatorze anos e para meninas de oito a doze anos. Esses princípios foram validados no regulamento da instrução pública do governo de Bueno Brandão (1910-1914), desta vez abrangendo as meninas também dos sete aos quatorze anos (decreto nº 3.191, de 1911). O mesmo foi corroborado em 1920 (lei nº 800), no governo de Artur Bernardes (1918-1922), e regulamentado em 1924 (decreto nº 6.655) por seu sucessor Olegário Maciel⁴⁹⁸ (1924), quando Melo Viana era secretário do interior. Curiosamente, os pobres eram isentos da obrigatoriedade de frequência:

Art. 22 – O ensino primário fundamental será obrigatório em qualquer parte do território mineiro onde haja escolas públicas, ou particulares subvencionadas, suficientes para o número de menores de ambos os sexos, de sete a quatorze anos de idade, existentes dentro de cada perímetro escolar.

§ 1º – Esta obrigatoriedade não se estende às crianças pobres, residentes onde não haja escolas gratuitas.

§ 2º – Perímetro escolar é a circunferência cujo centro é o estabelecimento público ou subvencionado e cujo raio é igual a 2 quilômetros, para o sexo feminino, e a 3 para o masculino, nas cidades e vilas, com o acréscimo respectivo de meio quilômetro, nas povoações e zonas rurais⁴⁹⁹.

Conhecida como Reforma Francisco Campos (decreto nº 7.970-A, de 1927), a reforma feita por este secretário do interior do governo de Antônio Carlos (1926-1930), em 1927, manteve a obrigatoriedade da frequência escolar nas escolas primárias de sete a quatorze anos, prolongada até os dezesseis anos, se aos quatorze anos não estivessem “habilitados nas matérias do curso primário”⁵⁰⁰. Tal imposição não se aplicava às seguintes situações: falta de escola pública ou subvencionada em raio de dois quilômetros para meninas e três quilômetros para meninos; incapacidade física ou mental da criança; indigência, enquanto não fosse dada assistência, “o vestuário indispensável à decência e à higiene”; por haver instrução em casa ou em estabelecimento particular⁵⁰¹.

Nota-se que eram largas as ressalvas em relação à obrigatoriedade escolar. Duas delas merecem destaque. A primeira refere-se à desobrigação da frequência escolar na ausência de

⁴⁹⁸ Era vice do presidente de Estado Raul Soares (1922-1924), tendo que assumir o seu lugar em decorrência de problemas de saúde, de agosto a dezembro de 1924. Com a execução de novo pleito eleitoral estadual, Melo Viana assumiu a presidência até 1926, data em que foi eleito vice-presidente da República.

⁴⁹⁹ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

⁵⁰⁰ MINAS GERAIS. Decreto nº 7.970-A, de 15 out. 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1927. p. 1145.

⁵⁰¹ MINAS GERAIS. Decreto nº 7.970-A, de 15 out. 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1927. p. 1145.

escola pública em raio de dois a três quilômetros da residência. Considerando-se que, naquela época, a maioria da população estava fixada em áreas rurais de Minas Gerais, em geral, distanciadas por quilômetros de escolas públicas, excluía-se dessa ação estatal um enorme número de crianças, cujo seu trabalho era, inclusive, imprescindível para a economia familiar. No que concerne à capital do Estado, a situação não era muito distinta, visto que a população mais pobre e trabalhadora residia em bairros mais afastados do centro. A fim de visualizar a carência de escolas nessas regiões, os dados do quadro 7 foram inseridos no mapa de Belo Horizonte, de acordo com a figura 21.

Figura 21 – Localização das escolas e grupos escolares públicos no mapa do município de Belo Horizonte⁵⁰²



Fonte: Anuário estatístico de Belo Horizonte de 1937 (adaptado pela autora).

⁵⁰² As escolas sem localização definida não foram incluídas no mapa. Não foi possível identificar os seguintes locais: povoado de Sarzedo e Cruzeiro.

A segunda ressalva a ser destacada é a indigência, denotando necessidade do trabalho das crianças e flagrante contradição das relações entre escola e trabalho. Para Veiga,

(...) a imposição da obrigatoriedade escolar e o uso do trabalho das crianças suscitaram intensos debates, entre eles, o problema da interferência na economia familiar dos pobres, em razão da frequência das crianças na escola. (VEIGA, 2016, p. 275).

Desse modo, observa-se uma contradição entre a obrigatoriedade prescrita na legislação educacional mineira de 1927 e a necessidade do trabalho infantil para sustento familiar. Tal fato possibilitou visualizar as desigualdades das condições da infância,

(...) pois, embora a afirmação de que lugar de criança é na escola tenha se tornado um axioma da modernidade, tal entendimento foi perpassado por contradições quando estiveram em questão as crianças oriundas das classes trabalhadoras. (VEIGA, 2016, p. 276).

Apesar disso, em algumas reformas de ensino eram previstas multas aos pais e responsáveis por crianças não matriculadas em escolas, tais como de Afonso Pena (multa de 10\$000 a 50\$000, o dobro em caso de reincidência)⁵⁰³, Artur Bernardes (multa de 10\$000 e prisão por três dias)⁵⁰⁴, Olegário Maciel (primeiro, aplicava-se admoestação, seguido de multa de 10\$000 a 50\$000 e, em caso de reincidência, o dobro desta)⁵⁰⁵, e Antônio Carlos (multa de cinco a dez mil réis, o dobro em caso de reincidência ou não pagamento em oito dias e, ainda, prisão correccional)⁵⁰⁶.

Considerando que, em 1921, um quilo de carne custava 1\$250⁵⁰⁷ e, em 1929, o valor da jornada média dos operários de Belo Horizonte variava entre 5\$000 e 8\$000⁵⁰⁸, os montantes das referidas multas poderiam comprometer em demasia o orçamento e a subsistência familiar. Não obstante, essa foi uma estratégia política do governo para responsabilizar os pais pela não frequência à escola de seus filhos.

⁵⁰³ MINAS GERAIS. Decreto nº 655, de 17 out. 1893. Promulga o regulamento das escolas e instrução primária. Ouro Preto, 1893.

⁵⁰⁴ MINAS GERAIS. Lei nº 800, de 27 set. 1920. Reorganiza o ensino primário do Estado e contém outras disposições. Belo Horizonte, 1920.

⁵⁰⁵ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

⁵⁰⁶ MINAS GERAIS. Decreto nº 7.970-A, de 15 out. 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1927.

⁵⁰⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 32, 16 jun. 1921. p. 01.

⁵⁰⁸ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 12, 20 jun. 1929. p. 01.

Assim, contrariando o expresso em leis, o que se observou foi o aumento da taxa de analfabetismo, entre 1900 e 1920, de 74,40% para 79,33%⁵⁰⁹. Assim sendo, compreende-se que a política da obrigatoriedade do ensino primário – e outras – não foi bem-sucedida no tocante à diminuição do analfabetismo no Estado. A tabela 10 apresenta o grau de instrução da população de Belo Horizonte por zona em 1905, 1912 e 1920:

Tabela 10 – População recenseada pela Municipalidade em 1905, 1912 e 1920, segundo as zonas e o grau de instrução

Especificação	1905				1912				1920 ⁵¹⁰			
	Zonas			Total	Zonas			Total	Zonas			Total
Urbana	Suburbana	Rural	Urbana		Suburbana	Rural	Urbana		Suburbana	Rural		
Sabendo ler e escrever	4.800	2.771	1.018	8.589	8.728	8.536	4.071	21.335	-	-	-	36.678
Não sabendo ler nem escrever	2.894	3.076	3.056	9.026	3.305	6.306	7.876	17.487	-	-	-	21.885
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	711 ⁵¹¹	-	-	-	-
Total	7.694	5.847	4.074	17.615	12.033	14.842	11.947	39.533	-	-	-	55.563
	37,61%	52,60%	75%	51,24%	27,46%	65,92%	65,92	44,23%	-	-	-	39,58%

Fontes: Anuário estatístico de Belo Horizonte de 1937; Anuário estatístico do Brasil de 1936.

Mas, diferentemente dos dados do Estado, verifica-se em Belo Horizonte uma redução no índice total de pessoas que diziam não saber ler nem escrever: 51,24% em 1905, 44,23% em 1912, e 39,58% em 1920. Provavelmente, essa diminuição ocorreu em virtude da ampliação do número de escolas nas zonas urbana, suburbana e rural da cidade. Se os valores forem examinados, levando-se em conta a instrução por zona, entre 1905 e 1912, percebe-se redução do analfabetismo na área urbana (de 37,61% para 27,46%) e rural (de 75% para 65,92%). De acordo com a tabela 8, neste período foram estabelecidos três grupos escolares na primeira área, e dez escolas isoladas na segunda.

Contudo, na zona suburbana, local onde foram instaladas 19 escolas isoladas e um grupo escolar, o índice de analfabetismo aumentou expressivamente de 52,60% para 65,92%. Alguns fatores podem ser levantados para explicar essa diferença, tais como, o aumento

⁵⁰⁹ Segundo dados registrados na tabela 3, do capítulo 1. Como não se realizou o censo decenal em 1930, não foi possível levantar informações deste ano.

⁵¹⁰ No anuário estatístico do Brasil de 1936 não constam as informações por zona de Belo Horizonte.

⁵¹¹ Sem discriminação por zonas.

populacional da zona e a infrequência escolar. Esta última justificava-se, em grande medida, em decorrência da situação social dos habitantes do subúrbio, região densamente ocupada por adultos que dedicavam seus dias ao trabalho, e crianças que ajudavam na subsistência familiar. Outra questão a ser observada foi a incorporação de algumas colônias agrícolas à zona suburbana a partir de 1911, fato que ampliou a região e, por conseguinte, agravou o quantitativo de sujeitos que não sabiam ler nem escrever⁵¹².

Por isso, diante desses dados e considerando a demanda do Centro Confederativo dos Operários, em relação aos mecanismos garantidores da obrigatoriedade da frequência escolar, pode-se depreender a fragilidade dos dispositivos legais, os quais, possivelmente, na prática, não funcionavam, bem como a insuficiência da oferta de escolas, principalmente nos subúrbios da capital.

Em 1920, o jornal da Confederação Católica do Trabalho, *O Operário*, noticiou a abertura de curso noturno, não gratuito, para os sócios operários. Quase uma década depois, em 1929, o mesmo jornal se referia à proposta de instalação de curso noturno no projeto de construção da sede da Confederação. Apesar de poucas informações a respeito desses cursos, os dados indicam, mais uma vez, a carência de escolas noturnas em Belo Horizonte. Segundo informações das tabelas 8 e 9 – das 85 escolas (grupos escolares, escolas isoladas e reunidas), 12 eram noturnas, localizadas, em sua maioria, na região suburbana e, por isso, passíveis de serem frequentadas por trabalhadores.

Não obstante, o anuário de Belo Horizonte, de 1937, listava a existência de 25 escolas primárias supletivas, conforme verifica-se no quadro 8. Havia sete escolas particulares, uma federal – a Escola de Aprendizes Artífices⁵¹³, e dezessete estaduais. Destaca-se, neste recenseamento, a Escola da Confederação Católica do Trabalho, em funcionamento à Rua

⁵¹² A partir de 1911, as colônias agrícolas foram emancipadas e anexadas a zona suburbana de Belo Horizonte: Adalberto Ferraz, Américo Werneck, Bias Fortes e Carlos Prates em 1911, e Afonso Pena em 1914. (Decretos nº 3.272, de 12 ago. 1911; nº 3.278, de 19 ago. 1911; nº 3.310, de 09 set. 1911; nº 3.345, de 21 out. 1911; e nº 4.194, de 30 maio 1914).

⁵¹³ Em 1909, o então presidente da República, Nilo Peçanha, publicou o decreto nº 7.566, que criava Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados brasileiros. Essas escolas objetivavam o ensino profissional primário e gratuito aos menores (de 10 a 13 anos) “desfavorecidos da fortuna”, os preparando técnica e intelectualmente para o exercício do trabalho. Segundo a norma, havia em cada um destes estabelecimentos dois cursos noturnos: “primário, obrigatório para os alunos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, também obrigatório, para os alunos que carecerem dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprenderem.” (BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 set. 1909. Cria nas capitais do Estado da República Escolas de Aprendizes Artífices, para ensino profissional primário e gratuito. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 26 set. 1909). A Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais foi inaugurada em setembro de 1910, fixando-se em diferentes endereços da região central de Belo Horizonte. Primeiro, se estabeleceu na Avenida Afonso Pena; em 1925, foi transferida para a Avenida Olegário Maciel; e por fim, de 1939 a 1958, ocupou prédio na Avenida Augusto de Lima. (CHAMON; GOODWIN, 2012, p. 327).

Guarani, 305, localizada no centro. Além desta, há de se mencionar os seguintes grupos escolares noturnos em funcionamento, constantes no quadro 7: Assis das Chagas e Diogo de Vasconcelos, além do Bueno de Paiva e Sabino Barroso. O Grupo Escolar Bueno de Paiva surgiu em 1933, a partir do desdobramento das classes femininas do Grupo Escolar Assis das Chagas⁵¹⁴. Já o Grupo Escolar Sabino Barroso, também de 1933, originou-se das escolas reunidas da Rua Jacuí⁵¹⁵.

Quadro 8 – Ensino Primário Supletivo em Belo Horizonte (1937)

Designação	Localização	Dependência administrativa
Abrigo de Menores Afonso Pena	Avenida Augusto de Lima, 2.109	Estadual
Asilo Bom Pastor	Alto do Cercado	Particular
Curso Noturno Valdemar Tavares	Rua Itapagipe, 150	Particular
Escola da Confederação Católica do Trabalho	Rua Guarani, 305	Estadual
Escola de Aprendizes Artífices	Avenida Olegário Maciel	Federal
Escola do 10º Regimento	Barro Preto (bairro)	Estadual
Escola Hélio Vaz de Melo	Rua Lavras, 583 (bairro São Pedro)	Particular
Escola Imaculada Conceição	Rua Guarani	Particular
Escola Noturna da Liga Operária	Rua Tamoios, 930	Estadual
Escola Noturna do Bairro Santo Antônio	-	Estadual
Escola Noturna dos Ferroviários	Suburbana	Estadual
Escola Profissional Santa Inês	Rua Aimorés	Particular
Escola Santa Zita	Colégio Santa Maria – Rua Jacuí, 237	Particular
	Grupo Escolar Afonso Pena – Avenida João Pinheiro	
	Calafate – Bairro Calafate	
	Fábrica Ludol	
Escola Regimental do 1º Batalhão	Santa Efigênia (bairro)	Estadual
Escola Regimental do 5º Batalhão	Santa Tereza (bairro)	Estadual
Escola Regimental do 6º Batalhão	Cruzeiro (bairro)	Estadual
Escola Regimental de Cavalaria	Santo Antônio (bairro)	Estadual
Escolas Agrupadas da Cachoeirinha	Cachoeirinha	Estadual
Escolas Agrupadas Noturnas de Carlos Prates	Rua Visconde de Mauá (ex Ramal)	Estadual
Grupo Escolar Assis das Chagas (noturno)	Avenida Olegário Maciel	Estadual
Grupo Escolar Bueno de Paiva (noturno)	Rua Rio Grande do Sul	Estadual

⁵¹⁴ MINAS GERAIS. Decreto nº 10.680, de 30 jan. 1933. Transforma em grupo escolar noturno, com a denominação especial de “Bueno de Paiva”, as classes femininas do Grupo Escolar “Assis das Chagas”, da Capital. Belo Horizonte, 1933.

⁵¹⁵ MINAS GERAIS. Decreto nº 10.681, de 30 jan. 1933. Transforma em grupos escolares as escolas noturnas reunidas da Rua Jacuí, desta Capital, dando-lhe a denominação especial de “Sabino Barroso”. Belo Horizonte, 1933.

Designação	Localização	Dependência administrativa
Grupo Escolar Diogo de Vasconcelos (noturno)	Rua Hermílio Alves	Estadual
Grupo Escolar Sabino Barroso (noturno)	Rua Jacuí	Estadual
Instituto Agrícola João Pinheiro	Fazenda da Gameleira	Estadual
Orfanato Santo Antônio	Rua São Paulo, 795	Particular

Fonte: Anuário estatístico de Belo Horizonte de 1937.

Além das escolas supracitadas, sabe-se, por meio de notícias em *O Operário* de 1922, da aplicação de exames na Escola Operária Donato da Fonseca (escola noturna da Confederação Auxiliadora dos Operários), estabelecimento que funcionou a partir de 1920. Em alguns orçamentos enviados pelos prefeitos, entre 1920 e 1927, para aprovação no Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, eram indicados auxílios para a manutenção desta escola, os quais variaram entre 1:200\$000 e 4:000\$000⁵¹⁶. A fim de mensurar esses valores, sabe-se que, em 1927, o gasto previsto com o serviço taquigráfico do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte foi de 4:000\$000⁵¹⁷.

Há de se destacar certo impasse em relação à responsabilidade financeira da instrução pública entre Estado e municípios. A constituição do Estado de 1891, no artigo 31, afirmava ser função do Congresso Mineiro legislar sobre a instrução primária, podendo onerar os municípios com despesas de instrução primária (artigo 80). No artigo 75, havia a prerrogativa da livre deliberação dos municípios em vários assuntos, como as despesas com instrução pública, “sem dependência de aprovação de qualquer outro poder, guardadas as restrições feitas nesta Constituição”⁵¹⁸. Subentende-se, conforme artigo 80, a instrução primária como uma dessas limitações. Não havia clareza a respeito da dotação orçamentaria exigida de cada uma das instâncias públicas. Isso posto, nas fontes analisadas, observam-se algumas tensões relacionadas às verbas destinadas à educação pública.

Por exemplo, em relatório de 1908, o prefeito de Belo Horizonte, Benjamim Jacob, relatava que o governo do Estado, com dois grupos escolares, escolas singulares e escola infantil, atendia 2.100 crianças da capital, despendendo, anualmente, cerca de 100:000\$000⁵¹⁹

⁵¹⁶ Relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte apresentados ao Conselho Deliberativo da Capital (1919-1928).

⁵¹⁷ PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Cristiano Monteiro Machado (outubro de 1926)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 14.

⁵¹⁸ MINAS GERAIS. Constituição (1891). *Constituição do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Minas Gerais, 1891.

⁵¹⁹ Com objetivo de dimensionar esse valor, em 1907, foi gasto 146:832\$912 com calçamento de duas vias centrais em Belo Horizonte. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho*

com ordenados de docentes e pessoal administrativo⁵²⁰. Contudo, afirmava que esse valor era insuficiente porque:

(...) para o bom desempenho do ensino prático e intuitivo que requer a orientação pedagógica moderna, outras despesas se impõem, como a dotação de todas as aulas com material escolar necessário a cada disciplina professada, construção de novas salas de aulas para bairros que se têm povoado rapidamente, etc.

O governo estadual não pode prover a todas essas despesas, porque tem de acudir aos interesses de todas as localidades do nosso vastíssimo Estado, e certos aperfeiçoamentos para o ensino não podem, por enquanto, ser proporcionados por seu intermédio⁵²¹.

Diante da justificativa de que o Estado não conseguia arcar com todas as despesas necessárias, o prefeito incluiu no orçamento anual a verba de 12:000\$000 para instrução primária e profissional: aquisição de materiais nas escolas, melhoramentos e construções de prédios escolares, etc. Por sua vez, a importância dos auxílios das municipalidades, com essas despesas, também era destacada nos relatórios dos presidentes de Estado. A título de exemplo, em 1911, o presidente do Estado Bueno Brandão afirmava:

Continua com regularidade o trabalho de construção e reconstrução de prédios para funcionamento de grupos escolares e escolas isoladas, correndo as despesas com esse serviço a cargo das verbas orçamentárias e dos auxílios prestados pelos municípios, principalmente no que concerne à construção de prédios para grupos escolares⁵²².

Alguns anos mais tarde, em 1919, incongruências concernentes a esses auxílios começaram a aparecer. O prefeito da capital, Afonso Vaz de Melo, informava em relatório que, em decorrência da situação financeira do município, não havia a possibilidade de subvenção (fornecimento de luz, impostos, taxas e auxílios pecuniários) de estabelecimentos de ensino, tão somente as instituições de caridade e, por isso, solicitava ao Conselho Deliberativo a sua redução ou extinção. Apontava, inclusive, a compreensão de que o financiamento com a instrução primária e superior era função do Estado e da União, e não do

Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908. p. 70).

⁵²⁰ PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908. p. 06.

⁵²¹ PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908. p. 06.

⁵²² MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Júlio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura no ano de 1911.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911. p. 19.

município⁵²³.

Por outro lado, em 1921, o presidente do Estado, Artur Bernardes, criticava os municípios mineiros que indicavam gasto de cerca de 3,7% de seus orçamentos com educação. Utilizando-se de ideias da Liga Nacionalista de São Paulo⁵²⁴, que propunha que os municípios destinassem 20% “das receitas locais com a educação do povo não só em escolas primárias, como em escolas noturnas para adultos analfabetos e em bibliotecas”, o presidente do Estado defendia que as municipalidades:

Distanciadas, como se acham do ideal apontado na circular aludida, poderiam todas acordar, de começo, em despende 10%, pelo menos, da sua receita com a educação do povo, o que representaria indiscutível progresso material e, sobretudo, enorme progresso moral.

O adiantamento de uma nação se mede pelo interesse com que as suas comunas intervêm no problema da instrução.

Nos mais cultos e adiantados países cabe aos municípios a parte mais ativa e eficiente nesse serviço democrático e os poderes municipais se gloriam dos benefícios que distribuem para a educação e o ensino.

Em contato mais direto com as massas populares e com as escolas, podem eles influir decisivamente na frequência escolar e na correção dos mestres, agindo com a inspeção e o estímulo, dois elementos vitais de todo instituto educativo.

Enquanto o problema do ensino primário se tratar, entre nós, à revelia do município, (que o vitalizaria criando em torno dele o indispensável espírito público) – e à revelia da União, que o orientaria, coordenaria e, sobretudo, nacionalizaria, – toda solução que se lhe der será obra mal fundada e mal acabada, sem rendimento que compense o esforço dispendido⁵²⁵.

O governante sugeria ampliação dos orçamentos municipais com a instrução a fim de garantir progressos materiais, entendendo que as municipalidades tinham maior propriedade em lidar com a questão da educação por sua proximidade com a população. O regulamento do ensino primário de 1924 previa a criação de grupos escolares em cidades nas quais as prefeituras pudessem arcar com doação de terreno e metade do valor para a construção do prédio. Depois de pronta, a escola seria incorporada como propriedade do Estado⁵²⁶.

Em que pese a carência de escolas para operários e seus filhos em Belo Horizonte, a Confederação Católica do Trabalho se alinhava favorável ao governo mineiro. Nesse sentido,

⁵²³ PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Afonso Vaz de Melo*: setembro de 1919. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1919.

⁵²⁴ Essa organização nacionalista (1916-1924) foi fundada na capital paulista, defendia a educação primária e o voto secreto e obrigatório, entre outras bandeiras. (BOTO, 1994/1995).

⁵²⁵ MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Artur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 8ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1921*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1921. p. 49-50.

⁵²⁶ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

em 1925, *O Operário* destacou algumas ações governamentais direcionadas à educação da população nos mandatos de Artur Bernardes (1918-1922) e Fernando Melo Viana (1924-1926), tais como a criação de escolas, nomeações e aumento dos vencimentos de professores⁵²⁷. A ênfase maior em relação ao suposto esforço desses governantes incidia no desenvolvimento do ensino primário, principalmente, no tocante ao desejo de se eliminar o analfabetismo no Estado. Tal posicionamento confirmava o discurso das associações operárias estudadas, que vinculava alfabetização e qualificação ao progresso na defesa dos direitos da classe trabalhadora e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do país.

Nesse período, houve a criação de 13 escolas, das quais cinco por Artur Bernardes (quatro escolas isoladas rurais e um grupo escolar) e sete por Melo Viana (um grupo escolar, duas escolas isoladas rurais, e quatro escolas reunidas). Dentre as escolas criadas por este último, as escolas reunidas da Rua Pouso Alegre, constituídas em 1926, no bairro Floresta (zona suburbana), ofertavam ensino noturno e deram origem ao Grupo Escolar Diogo de Vasconcelos em 1930.

A despeito da diminuta oferta de escolas noturnas na cidade, o governo de Artur Bernardes – por meio da lei nº 800, de 1920 – obrigou os analfabetos, entre 14 e 18 anos, a frequentarem escolas noturnas até que aprendessem a ler, escrever e a fazer operações básicas de matemática. Por sua vez, ao implementar a reforma de ensino de 1924, Melo Viana reduziu a duração do curso primário para dois anos em escolas rurais, noturnas e ambulantes⁵²⁸. Este foi diminuído para três anos nas escolas distritais e urbanas isoladas. As escolas urbanas e reunidas apresentavam duração de quatro anos⁵²⁹. Segundo regulamento, as disciplinas desses cursos eram as seguintes:

- Art. 257 – O curso das escolas ambulantes, noturnas e rurais compreenderá as seguintes disciplinas:
- a) leitura e escrita;
 - b) língua pátria;
 - c) as quatro operações fundamentais da aritmética, e as decimais;
 - d) generalidades acerca do mundo e rudimentos de corografia do Brasil;
 - e) história sumária de Minas Gerais e noções de educação moral e cívica;
 - f) noções de higiene individual e urbanidade.

⁵²⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925. p. 03-04.

⁵²⁸ As escolas ambulantes poderiam ser instaladas em qualquer época do ano e em localidades previamente definidas, para as quais organizar-se-ia “um corpo especial de professores, em número que julgar suficiente para disseminação ambulante do ensino nas zonas rurais de população menos densa”. (MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924. p. 48.)

⁵²⁹ MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

Art. 258 – O curso das escolas singulares, tanto distritais como urbanas, compreenderá:

- a) desenho;
- b) leitura e escrita;
- c) língua pátria;
- d) aritmética prática;
- e) generalidades acerca do mundo e rudimentos de corografia do Brasil, especialmente de Minas;
- f) principais fatos de história pátria, com particularidade de Minas; noções de educação moral e cívica, e de urbanidade;
- g) rudimentos de ciências naturais e de higiene;
- h) canto; exercícios físicos.

Art. 259 – O curso dos grupos escolares e das escolas reunidas compreenderá:

- a) leitura e escrita;
- b) língua pátria;
- c) aritmética;
- d) noções de geometria;
- e) desenho;
- f) noções de cosmografia, de geografia geral e de corografia;
- g) história do Brasil, educação moral e cívica, urbanidade;
- h) noções de ciências naturais e de higiene;
- i) trabalhos manuais;
- j) canto e exercícios físicos⁵³⁰.

Nota-se que o curso das escolas ambulantes, noturnas e rurais era reduzido em comparação ao dos grupos escolares e escolas reunidas. Além desse tempo menor de duração, suas disciplinas eram elementares, o que era supostamente coerente com o público destinatário: trabalhadores, cuja disponibilidade de frequência e permanência eram limitadas. Ademais, tal disposição indicava redução de gastos por parte do Estado, visto que instalava essas escolas em locais que julgasse necessário, em geral, com população menos densa, e programa escolar de dois anos.

De acordo com o regulamento de 1924, as escolas noturnas e ambulantes não eram mistas e exigia-se a frequência mínima de dez alunos. O regulamento obrigou, aos indivíduos ou empresas que empregavam mais de dez analfabetos com menos de dezoito anos, a oferta de ensino elementar em escolas noturnas “se não houver escola pública a menos de quatro quilômetros de distância, ou, havendo-a, se não lhes for possível frequentá-la”⁵³¹. Tais alterações educacionais objetivavam que a população mineira em geral soubesse, ao menos, ler, escrever e contar. Nesse contexto republicano, vale mencionar que o direito ao voto era restrito aos homens, maiores de 21 anos e alfabetizados.

⁵³⁰ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924. p. 76-77.

⁵³¹ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924. p. 11.

Destacam-se as afinidades entre esta reforma mineira e a paulista, proposta alguns anos antes, em 1920, pelo diretor-geral da instrução pública de São Paulo, Sampaio Dória. Enfrentando o dilema do analfabetismo como questão nacional, Dória estendeu a escola a populações até então marginalizadas do processo escolar:

Em nome da erradicação do analfabetismo, a Reforma reduziu a escolaridade primária obrigatória de quatro para dois anos. Fazendo-o, pretendia estar capitalizando o sucesso do modelo paulista, sintetizando-o em uma fórmula que o condensasse em uma formação básica **de dois anos, extensiva a toda a população do estado**. (CARVALHO, 2015, p. 228, grifo nosso).

Ao inserir esses sujeitos na escola, ainda que pelo período de dois anos, possibilitava-se o acesso à alfabetização e, conforme Marta Maria Chagas de Carvalho (2015, p. 230), esta era entendida como “condição do exercício da soberania popular e, portanto, da democracia”.

Concebida nos marcos spencerianos de uma educação intelectual, moral e física, a Reforma incorporava as metas das Ligas Nacionalistas, que desde a década de 10 mobilizavam as classes médias urbanas em torno do alistamento eleitoral e do voto secreto como instrumentos de combate às oligarquias e de consequente republicanização da República. (CARVALHO, 2015, p. 228).

Preservadas as especificidades de cada uma das reformas, observa-se algum empenho em garantir a alfabetização de populações previamente excluídas da escola, seja pela dificuldade de acesso ou permanência ao longo de quatro anos. As iniciativas governamentais também devem ser compreendidas a partir da perspectiva de exigência eleitoral e demandas urbano-industriais.

Na mesma perspectiva de alinhamento político-institucional, uma das edições da Revista da Associação Beneficente Tipográfica, datada de 1925, realçava positivamente os empreendimentos do governo do Estado, em especial, as ações no campo educacional realizadas por Melo Viana. A proximidade política entre esta associação e o governo era tal que a revista reproduziu a mensagem de Melo Viana “Às mães de família mineiras”, datada de março daquele ano, cujo objetivo era unir família e Estado na colaboração da educação das crianças, recomendando a organização de associações de mães de família para zelar pelo ensino primário público. Nesse sentido, conforme relatório do presidente do Estado, sabe-se da criação dessas associações nos grupos escolares Afonso Pena, Barão de Macaúbas,

Bernardo Monteiro, Francisco Sales e Henrique Diniz⁵³².

4.2 Escola Maternal e Jardins de Infância

O artigo 121, do regulamento do ensino primário de 1924, reconheceu as escolas infantis em duas categorias: jardins de infância, onde houvesse densidade populacional, e escolas maternais, nos grandes centros fabris e industriais⁵³³.

A escola maternal foi oficializada pelo decreto nº 6.833, de 21 de março de 1925, durante governo de Melo Viana. Em seu relatório de 1925, esse presidente do Estado afirmava ter a escola recebido seu nome por iniciativa do secretário do interior, à época, Sandoval Soares Azevedo. Ainda segundo este documento, o instituto buscava atender a crianças dos dois sexos, entre três e seis anos de idade, a fim de propiciar desenvolvimento físico, moral e intelectual. Compreendendo a escola maternal como prolongamento dos lares das crianças, originárias de famílias pobres e trabalhadoras de Belo Horizonte, objetivava garantir alimento e educação:

Jogos e movimentos graduados, com acompanhamento de cantigas infantis; exercícios manuais adequados à idade de cada criança; princípios de educação moral, deveres para com Deus e os homens; exercícios de linguagem, narrativas, pequenos contos morais, etc., são temas em torno dos quais se desenvolverá, na escola maternal, a educação da criança⁵³⁴.

Para atender aos pais trabalhadores, a escola funcionaria das sete às dezessete horas, oferecendo às crianças, além de refeição completa e merenda, cuidados de asseio e higiene, os quais eram reproduzidos na educação dos pais:

Por uma ação reflexa, por seu turno, essa escola atuará na educação dos adultos que, privados da presença dos filhinhos, durante o dia, ir-se-ão divertir em ouvir-lhes, à tarde, o que aprenderam e se sujeitarão, de bom grado, a estes preceptores de nova espécie nas suas repreensões aos pais deseducados e ignorantes dos elementares preceitos de higiene e asseio, toda vez que os infringirem⁵³⁵.

⁵³² MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

⁵³³ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

⁵³⁴ MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. p. 91-92.

⁵³⁵ MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 75.

O prédio desta escola maternal, como se observa nas imagens 22 e 23, foi construído na Avenida Paraopeba, atual Avenida Augusto de Lima, no bairro Barro Preto, zona suburbana, local habitado essencialmente por operários. Tinha capacidade de receber até 500 crianças, cujo requinte de sua estrutura era assim detalhado:

De estilo leve e elegante, terá o prédio uma área coberta, de cerca de 3.000 metros quadrados, sendo formado de 5 grandes pavilhões, convenientemente dispostos no centro de uma área ajardinada para recreio dos meninos, de onde partirão suaves rampas de acesso às largas varandas de ligação.

Além de todas as dependências necessárias ao fim a que se destina, e de instalações de banhos, grande piscina de natação, solários, salões abertos para repouso, etc., disporá o prédio de 14 salas amplas e fartamente iluminadas, que pelo sistema de comunicação (folding door), podem formar, quando necessário, um só e vasto salão. Em um dos pavilhões onde se encontram as acomodações para as irmãs de caridade, a cujo carinho e dedicação vão ser entregues às crianças, há instalação para assistência médica e dentária e uma pequena enfermaria⁵³⁶.

⁵³⁶ MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. p. 92-93.

Figura 22 – Vista externa da Escola Maternal Melo Viana em Belo Horizonte



Fonte: Arquivo Público Mineiro (1920-1930).

Figura 23 – Vista parcial de área interna da Escola Maternal Melo Viana em Belo Horizonte



Fonte: Arquivo Público Mineiro (1920-1930).

A obra da escola maternal foi destacada em texto da revista da Associação Beneficente Tipográfica (1925) como ação efetiva para solucionar o problema das crianças pobres, filhos de trabalhadores. Em *O Operário* (maio de 1925), esse mesmo empreendimento era apresentado enquanto uma conquista da classe trabalhadora, uma vez que, a partir de seu estabelecimento, as mães que se dedicavam ao trabalho para colaboração no sustento familiar poderiam com segurança e tranquilidade deixar seus filhos na escola maternal.

Entretanto, o estabelecimento jamais se efetivou para a finalidade de sua construção. Diante da completa ausência de escolas públicas maternais e infantis para atendimento da população pobre de Belo Horizonte, era de se desconfiar a construção de suntuoso edifício para uma escola maternal destinada à classe operária. Em seu espaço funcionou, segundo informações de Mourão (1970), o Ginásio Mineiro, a Escola de Aperfeiçoamento⁵³⁷, e o Colégio Militar.

Além da proposta da escola maternal, que nunca funcionou, foram erguidas duas escolas infantis na capital para crianças maiores de quatro e menores e sete anos⁵³⁸, ambas localizadas na zona urbana de Belo Horizonte: a Escola Infantil Bueno Brandão e a Escola Infantil Delfim Moreira. Os dados dessas escolas públicas infantis e da escola maternal encontram-se no quadro 9.

Quadro 9 – Escolas públicas infantis e maternais em funcionamento em Belo Horizonte (1900-1930)

Nome do estabelecimento de ensino	Data de inauguração	Tipo de ensino	Localização
Escola Infantil Bueno Brandão	1908	Pré-primário	Praça Alexandre Stockler, Avenida Paraúna, bairro Funcionários – zona urbana (atual Avenida Getúlio Vargas, bairro Funcionários – região centro-sul)
Escola Infantil Delfim Moreira	1914	Pré-primário	Rua Espírito Santo, bairro centro – zona urbana (região centro-sul)
Escola Maternal Melo Viana	1925	Maternal	Avenida Paraopeba, bairro Barro Preto – zona suburbana (atual Avenida Augusto de Lima – região centro-sul)

Fontes: Anuário estatístico de Belo Horizonte de 1937; Legislação Mineira (1900-1930).

⁵³⁷ A Escola de Aperfeiçoamento foi inaugurada em 14 de março de 1929. Buscava aperfeiçoamento e desenvolvimento técnico dos professores do Estado. (MOURÃO, 1970).

⁵³⁸ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

O curso infantil tinha duração de três anos, com classes compostas por, no máximo, 35 alunos matriculados, de ambos os sexos. Objetivava desenvolver algumas aptidões físicas e mentais nas crianças, sendo compreendido em seu programa: “lições de coisas da natureza, ocupações manuais, jogos, cantos, exercícios físicos e palestras morais”⁵³⁹.

A Escola Infantil Bueno Brandão foi a primeira escola infantil pública de Minas Gerais, tendo sido criada por meio do decreto nº 2.287, de 03 de novembro de 1908. Em 1914, essa escola foi desdobrada em duas seções (decreto nº 4.086, de 05 de janeiro de 1914). Segundo relatório do presidente de Estado de 1915⁵⁴⁰, a primeira seção funcionava em prédio construído para esta escola, localizado na Praça Alexandre Stockler, sob a denominação de Escola Infantil Bueno Brandão, com 212 crianças matriculadas naquele ano. Já a segunda seção, nomeada Escola Infantil Delfim Moreira, localizava-se em prédio na Rua Espírito Santo, com matrícula de 259 alunos em 1915. O relatório do presidente do Estado de 1922 informava que as duas escolas infantis continuavam a funcionar, cada uma com oito classes⁵⁴¹.

Outro relatório, de 1926, destacava a importância de prover esses estabelecimentos de pessoal habilitado e material adequado, uma vez que as crianças provenientes dos jardins de infância “recebem, durante três anos, uma lição permanente de coisas, um ensino intuitivo que lhes enriquece e estimula a inteligência, uma educação de sentido que as torna aptas para, com mais facilidade, receberem ensinamentos mais amplos”⁵⁴².

Apesar dos benefícios elencados pelo documento e de a reforma do ensino primário de 1924 assegurar a criação de escolas infantis em locais superpovoados, há de se ressaltar a existência de somente duas escolas infantis públicas na capital para atender toda a população belo-horizontina. Ademais, considerando-se sua localização na zona urbana, possivelmente estas não foram projetadas para atendimento dos filhos da classe operária, ainda que os filhos de operários tivessem a prerrogativa de preferência nas matrículas (artigo 123 da reforma de

⁵³⁹ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

⁵⁴⁰ MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1915. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

⁵⁴¹ MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Artur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1922. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

⁵⁴² MINAS GERAIS. Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 74.

ensino de 1924)⁵⁴³. Segundo Faria Filho (1995, p. 113), devido à sua localização central, “trabalhando com crianças ‘não pobres’, a escola infantil acabava ‘encaminhando’ a grande maioria de seus alunos para os dois primeiros grupos escolares da capital, instituições com maior tradição e prestígio”.

Desse modo, observa-se que não havia oferta de escolas maternais e infantis à classe trabalhadora, sendo preciso lançar mão de outras estratégias para a educação dessas crianças.

4.3 Ensino Secundário e Superior

Dentre as quatro associações e respectivos periódicos investigados, somente o Centro Confederativo dos Operários explicitou como demanda educacional, em *O Confederal* (1907), a instrução secundária e superior. Em especial, era reivindicada a gratuidade dessas modalidades de instrução, contudo não havia aprofundamento sobre as ações operárias que deveriam se realizar para tal conquista, tampouco qual seria a função do Estado nesses projetos⁵⁴⁴.

Somente foi possível ter acesso a dados de escolas desses níveis de ensino referentes ao ano de 1937. Embora extrapole o recorte temporal da tese, considera-se importante registrar. A partir do anuário de Belo Horizonte de 1937, das 16 escolas secundárias, somente uma era estadual, o Ginásio Mineiro, naquele ano localizado na Avenida Augusto de Lima, 1549. Segundo Mourão (1962), esse instituto passou a funcionar na capital em 1898, tendo ocupado diferentes endereços. O arrolamento dessas escolas em Belo Horizonte está disposto no quadro 10.

⁵⁴³ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

⁵⁴⁴ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 04.

Quadro 10 – Escolas secundárias em funcionamento em Belo Horizonte (1937)

Nome do estabelecimento de ensino	Localização	Dependência administrativa
Colégio Izabela Hendrix	Rua Espírito Santo, 605	Particular
Colégio Sacré Coeur de Marie	Rua do Chumbo, 400	Particular
Colégio Sagrado Coração de Jesus	Rua Professor Moraes, 363	Particular
Colégio Santa Maria	Rua Jacuí, 237	Particular
Colégio Preparatório Madureza	Rua Espírito Santo, 945	Particular
Ginásio Afonso Arinos	Rua Carangola	Particular
Ginásio Afonso Celso	Rua da Bahia, 1.210	Particular
Ginásio Anchieta	Rua Tamoios, 792	Particular
Ginásio Arnaldo	Praça João Pessoa	Particular
Ginásio Batista Americano Mineiro	Rua Pouso Alegre, 605	Particular
Ginásio Cristo Rei	Rua Tupis, 51	Particular
Ginásio Italiano Marconi	Rua Tamoios, 341	Particular
Ginásio Mineiro de Belo Horizonte	Avenida Augusto de Lima, 1.549	Estadual
Ginásio Santo Agostinho	Avenida Amazonas, 1.803	Particular
Ginásio Tristão de Ataíde	Rua Hermílio Alves	Particular
Novo Curso de Madureza	Rua Espírito Santo, 519	Particular

Fonte: Anuário estatístico de Belo Horizonte de 1937.

O anuário igualmente indicava os estabelecimentos de ensino superior em atividade na capital, conforme se observa no quadro 11:

Quadro 11 – Escolas superiores em funcionamento em Belo Horizonte (1937)

Nome do estabelecimento de ensino	Localização	Dependência administrativa
Faculdade de Medicina da U.M.G.	Avenida Mantiqueira	Particular
Faculdade de Medicina de Minas Gerais	Avenida Tocantins, 451	Particular
Escola de Engenharia da U.M.G.	Avenida Santos Dumont, 174	Particular
Faculdade de Direito da U.M.G.	Praça da República	Particular
Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte	Rua Tamoios, 792	Particular
Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade de Minas Gerais	Praça da Liberdade	Particular
Faculdade Livre de Odontologia e Farmácia	Avenida Bias Fortes, 1.655	Particular
Faculdade Livre de Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte	Avenida Tocantins, 451	Particular
Faculdade Livre de Odontologia e Farmácia Tiradentes	Avenida Carandaí, 804	Particular

Fonte: Anuário estatístico de Belo Horizonte de 1937.

Verifica-se a ausência desse nível de ensino sob dependência administrativa pública. As mensagens dos presidentes de Estado, contudo, indicam subvenção estatal a algumas faculdades da capital mineira: Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina, Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte e Faculdade Livre de Odontologia e Farmácia⁵⁴⁵. Com a criação da Universidade de Minas Gerais, em 1927⁵⁴⁶, essas faculdades foram reunidas. A única escola superior efetivamente mantida pelo Estado era a de Farmácia, em Ouro Preto. Desse modo, ainda que esses estabelecimentos fossem de competência de particulares, havia auxílios financeiros por parte do Estado.

Não obstante, levando-se em conta o elevado índice de analfabetismo na cidade para o período analisado, tal qual apresentado na tabela 10, e a escassa oferta de escolas primárias em bairros populosos habitados por operários, entende-se que a demanda dos trabalhadores pela gratuidade do ensino secundário e superior, a despeito de sua importância, ocupava plano secundário em virtude de outras demandas mais urgentes, como a criação de escolas isoladas e grupos escolares.

⁵⁴⁵ Segundo mensagens dos presidentes do Estado de Minas Gerais, entre 1900 e 1930.

⁵⁴⁶ MINAS GERAIS. Lei nº 956, de 07 set. 1927. Cria a Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1927.

4.4 Ensino Profissional

O ensino profissional foi demanda de algumas das associações operárias estudadas, em especial, do Centro Confederativo dos Operários, em 1907, e da Associação Beneficente Tipográfica, em 1930. O Centro, fruto do Congresso Operário Mineiro de 1907, divulgou em seu periódico, *O Confederal* (1907), a necessidade de reivindicar do governo a fundação de escolas profissionais e de belas artes no Estado. Essa demanda era originária de uma das conclusões do dito congresso⁵⁴⁷.

Já a Associação Beneficente Tipográfica ressaltou a importância do ensino profissional, objetivando a mecanização da tipografia, a exemplo de outros países, como Estados Unidos e Argentina. Acreditava-se que os institutos profissionais poderiam garantir o desenvolvimento da tipografia no Brasil: “Em trinta anos teremos os grandes industriais do compondor e estaremos armados, como bons diletantes que então seremos, a *copiar* com rara perfeição as obras primas que atravessaram o atlântico em busca da América”⁵⁴⁸.

Nos documentos oficiais analisados, verifica-se, mais de uma vez, a intenção de implantação de ensino profissional, principalmente atrelado ao ensino primário. Em relatório de 1902, o prefeito de Belo Horizonte, Bernardo Monteiro, afirmava a importância em se criar um liceu de artes e ofícios, a fim de aproveitar “a aptidão de grande número de meninos, que se vão perdendo aqui diariamente, pela falta de semelhante instituto, que os podendo fazer profissionais, lhes proporcione também a necessária instrução”⁵⁴⁹. Contudo, não foram encontradas informações documentadas sobre a sua execução.

Igualmente, entre os presidentes de Estado, era recorrente a ideia de ofertar instrução profissional e agrícola às crianças. Em 1909, Venceslau Brás declarava não ser suficiente às crianças somente a instrução primária gratuita. Assim como o prefeito, este governante via no ensino profissional uma complementação à formação e possibilidade de se tornarem mais aptos à luta pela própria existência: “Destinando-se ao trabalho de amanhã, a criança de hoje

⁵⁴⁷ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 02.

⁵⁴⁸ BORGES, Antônio. Mecanização da arte. *O Gráfico Mineiro*: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930. p. 22. Grifo do autor.

⁵⁴⁹ PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro: 12 de setembro de 1899 a 31 de agosto de 1902. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902. p. 67.

deve também receber na escola a instrução técnica que a tornará aparelhada dos modernos meios para a luta pela existência”⁵⁵⁰.

Fundamentado na Reforma João Pinheiro⁵⁵¹, que contemplava o ensino profissional e agrícola nos grupos escolares e escolas-modelo – denominado ensino técnico primário⁵⁵², anunciava que o ensino profissional já estava sendo executado em alguns grupos escolares e, sobre o início do ensino agrícola na capital, alegava:

Em alguns grupos escolares já se iniciou o ensino profissional, estando, da mesma sorte, iniciado o ensino agrícola em pequena escala no 2º grupo escolar desta Capital, nas escolas do Calafate e Cardoso (...).

Incrementar e sistematizar estes estudos, dar-lhes expansão e desenvolvê-los de modo a assegurarem ao aluno, saído das escolas oficiais do Estado, a possibilidade de se entregar imediatamente ao trabalho nobilitante, profícuo e inteligente, é dever imperioso da administração⁵⁵³.

Quase duas décadas passadas, em 1926, respaldado na reforma educacional realizada em 1924⁵⁵⁴, o presidente do Estado Melo Viana indicava – em relatório de governo – ter iniciado o ensino primário complementar, não obrigatório, de caráter profissional e duração de um a dois anos⁵⁵⁵.

Segundo essa reforma, o ensino público primário era dividido em fundamental e complementar. O primeiro, laico, obrigatório e gratuito. Já o segundo, laico e facultativo, para os maiores de 12 e menores de 18 anos, desde que aprovados no curso primário, garantida a gratuidade para os menores pobres⁵⁵⁶.

⁵⁵⁰ MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes ao Congresso Mineiro em sua 3a sessão ordinária da 5a legislatura no ano de 1909. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909. p. 43.

⁵⁵¹ MINAS GERAIS. Lei nº 439, de 28 set. 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte, 1906.

⁵⁵² O regulamento da instrução de 1906 previa o funcionamento de aulas profissionais nos grupos escolares, denominadas de aulas anexas. Segundo o documento, “nessas aulas os alunos executarão trabalhos práticos apropriados à sua idade e relativos aos ofícios de hortelão, arboricultor e jardineiro; receberão também noções práticas de construção de habitações e outras que sejam julgadas convenientes”. (MINAS GERAIS. Decreto nº 1.960, de 16 dez. 1906. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1906. p. 159.).

⁵⁵³ MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes ao Congresso Mineiro em sua 3a sessão ordinária da 5a legislatura no ano de 1909. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909. p. 44.

⁵⁵⁴ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

⁵⁵⁵ MINAS GERAIS. Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

⁵⁵⁶ Os alunos não pobres deveriam pagar taxa de vinte mil réis no ato da matrícula. (MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924. p. 59).

Os cursos eram essencialmente práticos e experimentais, sendo divididos em agrícola (dois anos), industrial (dois anos) e comercial (um ano)⁵⁵⁷, conforme regulamento:

Art. 180 – O ensino nas escolas complementares agrícolas e nas industriais será feito em dois anos e compreenderá:

1º – nas escolas agrícolas:

- a) estudo elementar de física, química e história natural, especialmente nas suas aplicações à agricultura;
- b) noções de agronomia;
- c) estudo de desenho, visando sua utilização nas demais disciplinas e sua aplicação prática;
- d) escrituração mercantil e redação comercial;
- e) prática de trabalhos de agricultura;

2º – nas escolas industriais:

- a) estudo elementar de física e de química, especialmente nas suas aplicações à indústria;
- b) desenho;
- c) escrituração mercantil;
- d) estenografia e datilografia;
- e) prática de trabalhos manuais e aprendizagem industrial.

Art. 181 – O ensino nas escolas complementares comerciais será feito em um ano e compreenderá:

1º – aperfeiçoamento do estudo da língua pátria;

2º – escrituração mercantil, contabilidade e redação comercial;

3º – datilografia e estenografia;

4º – estudo prático da língua francesa ou inglesa, a juízo da administração⁵⁵⁸.

Admitia que, apesar de seu caráter profissional, esta escola “não tem propriamente como finalidade o preparo técnico, que, efetivamente, não pode ser completo em dois anos de curso para as crianças que, apenas, saíram do grupo escolar”⁵⁵⁹. Àquela época, o político afirmava o funcionamento do curso complementar comercial em Sete Lagoas; os demais estavam em fase de planejamento. Sobre os objetivos formativos desta escola, declarava:

Para alguns alunos, por certo, terá a escola complementar esse caráter, preparando meninos que possam entregar-se com vantagem ao exercício de diferentes profissões, com base teórica e prática permitindo um desenvolvimento ulterior, satisfatório. Para outros, servirá a escola a um duplo objetivo. Se a criança, saindo do grupo escolar aos doze anos, se destina ao curso secundário, ginasial, que só poderá se iniciar aos quatorze anos, encontrará no ensino complementar o meio de

⁵⁵⁷ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

⁵⁵⁸ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924. p. 57.

⁵⁵⁹ MINAS GERAIS. Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 76.

preencher, utilmente, esse intervalo, sem o grave inconveniente de uma espera ociosa do momento em que deva começar os seus preparatórios⁵⁶⁰.

Em 1928, em outro relatório de presidente de Estado, Antônio Carlos informava o prosseguimento desse curso em Sete Lagoas, corroborando o exposto no regulamento do ensino primário de 1927, o qual dava continuidade ao ensino primário complementar, de caráter técnico-profissional⁵⁶¹. Objetivando cuidar melhor do referido ramo de ensino, sugeria uma reforma mais compatível ao desenvolvimento do Estado, com foco nos imperativos industriais. Para esse fim, contratou os serviços de Omer Buyse⁵⁶², fundador da Universidade do Trabalho de Charleroi, na Bélgica.⁵⁶³

Como tive ocasião de acentuar, por várias vezes, a preparação profissional de novos concidadãos constitui um problema de excepcional importância, a que se deve procurar solução, sem tardança. No propósito, porém, de empreender uma obra sistemática, que possa ser atacada de pronto e continuada e completada, através das administrações porvindouras, convidei o sr. Omer Buyse, fundador da Universidade do Trabalho de Charlesroy [sic] e técnico de notáveis títulos, para estudar as nossas condições e formular, de acordo com elas, um plano de organização.

O ilustre professor percorreu várias regiões do Estado, estudando-lhes minuciosamente as condições, as exigências e as possibilidades do meio, para a elaboração de um plano que faculte atacar, inteligentemente, o nosso problema.

É claro que não pode uma administração assumir a pesadíssima responsabilidade de tentar resolver, sob todos os seus aspectos, uma obra dessa natureza, que, além de muito complexa, exigiria grandes despesas, que o nosso orçamento não poderia comportar. Ficará, todavia, traçado o plano e reservado a cada administração empreender um lançamento dessa construção magnífica, evitando-se, assim, esforços isolados e desassociados, com eficiência de modo nenhum contrarrespondente aos sacrifícios⁵⁶⁴.

Como a mensagem de Antônio Carlos sugeria, durante o seu governo, tal estudo não foi levado à prática. De todos os empreendimentos dos governantes ressalta-se o anseio de uma formação técnica voltada às camadas populares.

⁵⁶⁰ MINAS GERAIS. Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 76.

⁵⁶¹ MINAS GERAIS. Decreto nº 7.970-A, de 15 out. 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1927.

⁵⁶² A obra de Omer Buyse, Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica, foi traduzida para a Revista de Estudos Pedagógicos, em 1927.

⁵⁶³ MINAS GERAIS. Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

⁵⁶⁴ MINAS GERAIS. Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da 10ª legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. p. 52-53.

4.5 Bibliotecas

O desejo de constituição de bibliotecas foi exposto por algumas associações operárias de Belo Horizonte. A Confederação Auxiliadora dos Operários publicou em *O Labor*, em 1906, o anseio de criar uma biblioteca – tal qual corroborado em seu regimento⁵⁶⁵ – para uso dos trabalhadores e crianças pobres que frequentavam suas escolas e público em geral⁵⁶⁶. Para isso, eram solicitadas doações de impressos diversos para a composição de seu acervo. Também a Confederação Católica do Trabalho informou, em 1929, por meio de seu jornal *O Operário*, a intenção de se estabelecer em sua sede uma biblioteca⁵⁶⁷. Por sua vez, o Centro Confederativo dos Operários apresentou como reivindicação, em seu jornal (1907), a fundação de bibliotecas pelo governo⁵⁶⁸. Apesar disso, fundar bibliotecas não fazia parte das suas reivindicações centrais, visto que não constava das resoluções do Congresso Operário Mineiro que deu origem a essa associação.

Em que se pese a importância dessa demanda, não foi possível encontrar nos jornais operários e em outros documentos, referências à efetivação dessas bibliotecas ou quaisquer auxílios financeiros realizados pelo governo mineiro. Tão somente sabe-se da existência da biblioteca pública de Belo Horizonte e de outras instaladas em estabelecimentos de ensino da capital mineira. O censo da cidade de 1937 apresenta a listagem dessas bibliotecas, conforme informa o quadro 12.

Quadro 12 – Bibliotecas em estabelecimentos de ensino de Belo Horizonte (1935)

Designação do Instituto	Ano de fundação	Número de obras	Número de volumes
Ensino primário e secundário			
Associação Escolar Alemã	1934	-	100
Colégio Batista Mineiro	1921	209	328
Colégio Imaculada Conceição	1916	13	146
Colégio Izabela Hendrix	1918	1.650	2.000

⁵⁶⁵ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1911. p. 03.

⁵⁶⁶ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 03.

⁵⁶⁷ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 17, 25 jul. 1929. p. 03.

⁵⁶⁸ CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 04.

Designação do Instituto	Ano de fundação	Número de obras	Número de volumes
Colégio Sagrado Coração de Jesus	1911	10	1.500
Curso Artur de Olivier	1928	60	70
Curso de Matemática	1925	400	450
Curso Kitzinger	1934	44	44
Escola Infantil Bueno Brandão	1929	55	73
Escola Infantil Delfim Moreira	1934	263	300
Escola Israelita Brasileira	1929	150	190
Escola da Liga Operária Mineira	1930	130	615
Escola Reunidas Maurício Murgel	1933	89	68
Escola Regimental do Corpo de Bombeiros	1935	187	211
Escola Regimental do Regimento de Cavalaria	1925	3	80
Escola Regimental do 1.º Batalhão	1915	2	10
Externato do Ginásio Mineiro	1891	2.120	3.250
Externato Paraíso	1918	115	250
Externato Teixeira	1927	720	720
Grupo Escolar Afonso Pena	1928	305	520
Grupo Escolar Assis das Chagas	1925	80	149
Grupo Escolar Barão de Macaúbas	1926	-	382
Grupo Escolar Barão do Rio Branco	1926	420	428
Grupo Escolar Benito Mussolini	1912	1.045	1.050
Grupo Escolar Bernardo Monteiro	1931	174	197
Grupo Escolar Bueno de Paiva	1934	-	66
Grupo Escolar Caetano de Azeredo	1930	-	953
Grupo Escolar Cesário Alvim	1930	133	140
Grupo Escolar Diogo de Vasconcelos	1933	28	158
Grupo Escolar Flávio dos Santos	1930	239	247
Grupo Escolar Francisco Sales	1925	305	343
Grupo Escolar Henrique Diniz	1929	128	176
Grupo Escolar João Pessoa	1930	91	111
Grupo Escolar José Bonifácio	1931	84	124
Grupo Escolar Lúcio dos Santos	1929	107	145
Grupo Escolar Mariano de Abreu	1933	90	-
Grupo Escolar Melo Viana	1934	-	186
Grupo Escolar Pedro II	1926	320	620
Grupo Escolar Sabino Barroso	1933	176	189

Designação do Instituto	Ano de fundação	Número de obras	Número de volumes
Grupo Escolar Sandoval de Azevedo	1934	312	462
Grupo Escolar Silviano Brandão	1935	223	411
Grupo Escolar Tomás Brandão	1930	78	152
Ginásio Afonso Arinos	1934	1.748	4.327
Ginásio Anchieta	1935	780	1.800
Ginásio Arnaldo	1921	690	720
Ginásio Santa Maria	1903	5.435	6.185
Ginásio Santo Agostinho	1934	350	500
Ensino profissional			
Academia Mineira do Comércio	1932	1.350	3.500
Asilo Bom Pastor	1923	193	235
Colégio Sacré Coeur de Marie	1928	2.300	4.889
Escola de Aperfeiçoamento	1929	3.000	3.106
Escola de Aprendizes Artífices	1910	167	486
Escola Livre de Comércio de Minas	1930	160	173
Escola Normal de Belo Horizonte	1926	2.990	4.394
Escola Profissional Feminina	1935	38	39
Faculdade Brasileira de Comércio	1934	1.100	1.200
Faculdade de Comércio de Minas Gerais	1927	185	240
Instituto João Pinheiro	1934	1.000	1.500
Instituto São Rafael	1929	60	70
Ensino superior			
Escola de Arquitetura de Belo Horizonte	1934	295	309
Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais	1913	2.263	2.263
Escola Livre de Direito	1934	840	1.650
Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de Minas Gerais	1914	-	1.025
Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais	1912	9.000	12.000
Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais	1926	1.957	4.671
Faculdade de Medicina de Minas	1934	110	135
Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade de Minas Gerais	1931	64	106
Faculdade de Odontologia Tiradentes	1933	105	105

Fonte: Anuário estatístico de Belo Horizonte de 1937.

Nota-se que parte expressiva das bibliotecas de escolas de ensino primário foram criadas a partir de 1924. Das 23 bibliotecas ligadas aos grupos escolares estaduais, 22 foram fundadas após essa data. Provavelmente, esse aumento ocorreu devido ao disposto no regulamento do ensino primário de 1924, o qual previa a constituição de museus e bibliotecas:

Art. 209 – A direção dos estabelecimentos de ensino público organizará, com o concurso da Secretaria do Interior, dos Conselhos escolares e dos próprios alunos — um museu contendo tudo quanto possa despertar o interesse destes últimos, desenvolver e aperfeiçoar seus conhecimentos; uma biblioteca composta de livros de estudo e de recreio para uso dos mesmos e dos professores.

Parágrafo único – As disposições relativas ao modo de funcionamento do museu e da biblioteca deverão constar do regimento interno de cada estabelecimento⁵⁶⁹.

É importante destacar que nos quatro grupos escolares noturnos em funcionamento na capital – Assis das Chagas, Diogo de Vasconcelos, Sabino Barroso e Bueno de Paiva – havia bibliotecas instaladas, fato que possibilitava aos trabalhadores e estudantes dessas escolas o acesso às obras constantes.

Há referência a uma outra escola noturna, a Escola da Liga Operária Mineira, estabelecimento subvencionado pelo Estado, conforme verifica-se no quadro 9, cuja biblioteca foi constituída em 1930 e contava com 130 obras e 615 volumes. Há de se mencionar que essa associação surgiu a partir de desdobramento da Confederação Auxiliadora dos Operários em 1906⁵⁷⁰.

No quadro 11, chama atenção, em geral, a superioridade numérica de obras e volumes das bibliotecas de escolas particulares primárias e secundárias em relação às públicas estaduais. Como exemplo tem-se duas escolas de ensino primário: o Colégio Izabela Hendrix, particular, com 1.650 obras e 2.000 volumes; e o primeiro grupo escolar público da capital, Barão do Rio Branco, com 420 obras e 428 volumes.

Outra biblioteca que merece ênfase é a do Ginásio Mineiro, única escola pública secundária de Belo Horizonte, que apresentava em seu acervo 2.120 obras e 3.250 volumes. Esse dado aponta para possível maior investimento do Estado nesse estabelecimento de ensino em comparação às demais escolas e grupos escolares primários públicos da capital.

Mais uma demanda das associações, porém independente de ações governamentais, foi a criação de gabinetes de leitura em suas sedes. Tal proposta foi efetivada pela Confederação

⁵⁶⁹ MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

⁵⁷⁰ Banco de dados do Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas.

Auxiliadora dos Operários (1905)⁵⁷¹ e pelo Centro Confederativo dos Operários (1907)⁵⁷², os quais buscaram construir seus gabinetes por meio da permuta de periódicos operários e outros jornais. Com essa finalidade, em seus impressos, o Centro Confederativo, por diversas vezes, pediu aos redatores de jornais o envio de uma assinatura gratuita, e a Confederação Auxiliadora informou receber e permutar impressos.

4.6 Outras demandas educacionais

Outras demandas educacionais foram abordadas nos jornais das associações operárias de Belo Horizonte. Em 1929, a Confederação Católica do Trabalho se empenhou para efetivar o ensino religioso nas escolas públicas do Estado, extinto a partir da Reforma João Pinheiro, de 1906, governante que, adepto dos princípios positivistas, percebia “o ensino religioso nas escolas públicas como manifestação de atraso, um sinal de submissão à Igreja”. (PEIXOTO, 1993, p. 57). Ainda que essa fosse uma disputa anterior à própria existência da Confederação, há de se evidenciar o sucesso de sua campanha, ao lado de outras entidades católicas mineiras. No final de março, em *O Operário*, argumentava-se a favor de uma emenda constitucional para que o ensino religioso fosse incorporado de modo facultativo nas escolas públicas⁵⁷³. Semanas depois, em abril, o jornal informava sobre manifestação pública em agradecimento a Antônio Carlos, presidente do Estado, que havia autorizado o ensino religioso nas escolas públicas de Minas Gerais⁵⁷⁴.

A permissão para a instrução religiosa nas escolas públicas foi feita mediante a lei nº 1.092, de 12 de outubro de 1929⁵⁷⁵. Uma das razões para tal autorização, segundo afirmação do presidente do Estado Antônio Carlos, era por ser católica a maioria da população mineira. Apesar de declarar não ter privilegiado nenhum culto, a medida do político destinou 45 minutos do horário escolar ao ensino religioso, o que informava ter se realizado, fora do horário escolar, desde o início da República. A possibilidade dos pais de poderem retirar seus

⁵⁷¹ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 02 jul. 1905. p. 03.

⁵⁷² CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907. p. 04.

⁵⁷³ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 01, 28 mar. 1929. p. 04.

⁵⁷⁴ CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 03, 11 abr. 1929. p. 04.

⁵⁷⁵ MINAS GERAIS. Lei nº 1.092, de 12 out. 1929. Permite a instrução religiosa, dentro do horário escolar, nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado. Belo Horizonte, 1929.

filhos desse ensino sem prejuízo, para ele, assegurava o princípio de liberdade religiosa. Segundo relatório apresentado por Antônio Carlos ao Congresso Mineiro em 1929:

Mais uma vez, tenho frisado que é uma fecunda lição aos que legislam e governam auscultar os imperativos e as exigências da realidade, e foi assim pensando que permiti se ministrasse o ensino de religião, dentro do horário escolar. Pensei traduzir uma legítima aspiração de quase todos os nossos compatriotas e de modo algum ferir a liberdade de consciência dos que não são crentes ou o são de credos diversos, aos quais deixei ampla liberdade de subtraírem os seus filhos a tal ensino.

(...) Assim procedo, porque evidentemente há mais liberdade em permitir o ensino da religião nas escolas do que em excluí-lo. A tolerância, princípio cardinal de uma democracia, não importa em neutralidade, nem em exclusão de cultos, mas numa livre e desembaraçada coexistência de cultos. O contrário é que seria uma não liberdade e uma não tolerância⁵⁷⁶.

No cotidiano escolar, algumas manifestações religiosas se fizeram presentes antes da promulgação da referida lei. Mourão (1970) relatou, por exemplo, a entronização da imagem de Cristo na Escola Infantil Delfim Moreira em 1917, e a programação de outras nas escolas Bueno Brandão, Barão do Rio Branco e Ginásio Mineiro. Também informou sobre visita do representante da Santa Sé no Brasil, Monsenhor Ângelo Scapardini, às escolas públicas e particulares católicas, em junho de 1919.

Havia ainda, por parte do jornal da Confederação Auxiliadora dos Operários, a oferta de aulas de música aos sócios (1906)⁵⁷⁷, e a defesa da instrução feminina elementar, com prioridade para a economia doméstica (1905)⁵⁷⁸. Naquele período, economia doméstica era, em geral, uma das disciplinas ofertadas pelas escolas normais. Como exemplo, havia, na Escola Normal Modelo de Belo Horizonte (estadual)⁵⁷⁹, cadeiras de costura e trabalhos de agulha, em 1907, costura e trabalhos manuais, em 1911, trabalhos manuais (economia doméstica e arte culinária), em 1916. (FERREIRA, 2010). Há de se ressaltar a existência de apenas uma escola pública secundária pedagógica, segundo anuário de Belo Horizonte de 1937⁵⁸⁰. Na reforma educacional do governo João Pinheiro, em 1906, houve a determinação de aulas anexas aos grupos escolares, sendo as de trabalhos de corte e costura destinadas às

⁵⁷⁶ MINAS GERAIS. Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 3a sessão ordinária da 10a legislatura. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. p. 47-49.

⁵⁷⁷ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906. p. 03.

⁵⁷⁸ CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905. p. 02-03.

⁵⁷⁹ A Escola Normal localizava-se na Rua Pernambuco, bairro Funcionários, na zona urbana de Belo Horizonte. Atualmente é local onde funciona o Instituto de Educação de Minas Gerais.

⁵⁸⁰ MINAS GERAIS; SECRETARIA DA AGRICULTURA. Anuário Estatístico de Belo Horizonte – Ano I – 1937. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística Geral, 1937. p. 239.

meninas⁵⁸¹.

Por sua vez, o ensino de música foi ofertado pela Escola Livre de Música, fundada em 1905, e, depois, pelo Conservatório Mineiro de Música, inaugurado em 1925⁵⁸². Este último tinha curso geral com duração de oito anos⁵⁸³, sendo incorporado posteriormente à Universidade de Minas Gerais. (MOURÃO, 1970). Segundo anuário, era a única escola pública e superior dessa modalidade, sendo particulares as demais existentes⁵⁸⁴.

Embora um e outro tipo de ensino fossem oferecidos em instituições públicas, seu acesso a sujeitos oriundos das camadas mais pobres da população era inviabilizado devido às suas dinâmicas de trabalho.

⁵⁸¹ MINAS GERAIS. Decreto nº 1.960, de 16 dez. 1906. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1906.

⁵⁸² Inicialmente, o Conservatório Mineiro de Música funcionou em uma casa no Parque Municipal. Em virtude da demanda de alunos, foi transferido para outro prédio na Avenida João Pinheiro até a inauguração de prédio próprio na Avenida Afonso Pena. Neste local, atualmente funciona o Conservatório de Música da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁵⁸³ MINAS GERAIS. Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

⁵⁸⁴ MINAS GERAIS; SECRETARIA DA AGRICULTURA. Anuário Estatístico de Belo Horizonte – Ano I – 1937. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística Geral, 1937.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese objetivou a identificação e análise das demandas educacionais contidas em impressos operários de Belo Horizonte (1900-1930), quais sejam, a *Revista Comemorativa* da Associação Beneficente Tipográfica; *O Labor*, da Confederação Auxiliadora dos Operários; *O Confederal*, do Centro Confederativo dos Operários; e *O Operário*, da Confederação Católica do Trabalho. Observou-se que alguns temas sobre educação (ensino primário, ensino secundário, ensino superior, ensino profissional, escolas maternais, bibliotecas e outras demandas educacionais) foram recorrentes nesses impressos, demonstrando a relevância da defesa da escola como condição para avanço social da classe operária, naquele contexto.

Levando-se em consideração os sujeitos da pesquisa, e para o entendimento de sua constituição, fez-se necessário realizar uma discussão historiográfica do movimento operário no Brasil, durante a Primeira República. Essa análise se fez provocada pelas questões propostas pela abordagem da história social, ao problematizar diferentes modos de organização da classe, centrada no conceito de experiência, no caso das análises de E. P. Thompson. Esse conceito tem contribuído para instrumentalizar os historiadores a indagar sobre as especificidades de situações vivenciadas pela classe, o que possibilitou o próprio redimensionamento de classe social, no seu “fazer-se”.

No levantamento historiográfico, detectou-se que, até meados da década de 1980, os estudos sobre movimento operário eram essencialmente determinados pela filiação político-partidária, um dado *a priori* da experiência, privilegiando-se o movimento operário de organização anarquista e comunista ou sindicalismo revolucionário. Essa abordagem interpretou o movimento revolucionário de ação direta como o único portador das demandas do operariado.

A emergência dos chamados “novos movimentos sociais”, na mesma década, proporcionou a ampliação do diálogo com a história social, favorecendo a problematização de outras experiências, manifestações e organizações do operariado brasileiro. Entre elas, destacam-se os arranjos operários de caráter reformista, uma espécie de amálgama de diferentes correntes ideológicas que visava outros meios de ação, tais como a utilização de intermediários governamentais em suas lutas, conquistas trabalhistas respaldadas em leis e a greve como o último recurso. Importante destacar que, no caso do sindicalismo reformista,

apesar das diferenças na ação, suas práticas sindicais eram um tanto quanto similares, cujo objetivo não era a destruição do capitalismo, mas a sua melhoria.

Por outro lado, apesar da existência de heterogeneidade na concepção ideológica, em geral, o movimento operário, revolucionário ou reformista, desenvolveu estratégias de ação muito similares. A partir de uma pauta de luta comum (jornada de oito horas, trabalho noturno, trabalho infantil e de mulheres, remuneração, habitação e escola), organizaram associações, congressos e lançaram mão de periódicos para dar visibilidade às suas reclamações.

Também para a ampliação da interpretação da organização do movimento operário, para além do paradigma revolucionário, fez-se necessário investimento em estudos regionais. Especificamente no caso desta tese, identificou-se, em Belo Horizonte, um movimento operário de feições reformistas, ou seja, isento de tendências revolucionárias, ao contrário, algumas lutas foram acompanhadas e mediadas pelos poderes públicos. Apesar dessa característica ter sido considerada, por alguns estudiosos, uma espécie de precursora do “peleguismo” ou um mecanismo de controle dos trabalhadores, há de se considerá-la enquanto possível estratégia de luta da classe trabalhadora.

Além do vínculo governamental, outra característica marcante das organizações de trabalhadores aqui investigada foi a relação, mais ou menos explícita, com a Igreja Católica. Afinada com as concepções da encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja buscou, não somente, mobilizar os setores operários junto a si, como também se reapropriar do protagonismo na educação, que, no caso brasileiro, tinha sido perdido com a instalação da República.

Importante destacar que, investigar o movimento operário em Belo Horizonte, no início da República, possui a especificidade de se fazer no contexto do planejamento do município e de sua construção para se tornar a capital do Estado de Minas Gerais, bem como de seu desenvolvimento como nova capital. Tendo sido o sítio definido em 1893, e as edificações iniciadas em 1894, Belo Horizonte, com a denominação de Cidade de Minas, foi inaugurada em 1897, ainda com grande parte do planejamento de construção a ser executado. Por sua vez, tal empreendimento demandou contratação de trabalhadores de várias especialidades, e de sua busca em muitas localidades; desse modo, a cada ano, crescia o processo de migração interna de trabalhadores, bem como de vinda de imigrantes estrangeiros.

A cidade foi pensada levando-se em conta questões racionais ligadas à urbanização e ao mercado, sendo que, de acordo com os estudiosos, os engenheiros envolvidos na construção não consideraram de imediato a necessidade de moradia dos trabalhadores, que se aglomeravam nas chamadas *cafuas*, com o acontecimento de vários conflitos. Tal fato tornou-se um problema para os poderes públicos e, mesmo com o desenvolvimento da execução do plano construtor e construção da zona suburbana, delimitada pela Avenida do Contorno, para alocar trabalhadores, isso não foi satisfatório, principalmente, devido ao alto custo de lotes e de impostos.

Por causa do rápido crescimento da cidade e valorização dos lotes, os trabalhadores eram a todo momento realocados para localidades mais distantes. A questão da moradia foi um dos primeiros motivos de mobilização dos trabalhadores e, evidentemente, essas disputas não se deram sem tensões, favorecendo a criação das associações operárias.

Além da criação das associações operárias e de seus periódicos, destacam-se dois acontecimentos importantes ocorridos na nova capital envolvendo trabalhadores. O primeiro foi a realização do Congresso Operário Mineiro em 1907, o qual contou com a participação de várias associações de Minas Gerais, como a Associação Beneficente Tipográfica. O evento discutiu vários pontos e apresentou algumas resoluções, dentre as quais, a criação de uma confederação de associações, o Centro Confederativo dos Operários; a criação de uma imprensa livre; a eleição de representantes políticos; e a demanda por instrução de operários e seus filhos.

O segundo foi a greve de 1912, cuja bandeira principal foi a definição de jornada de trabalho de oito horas. Tomada como último recurso de reivindicação pelo movimento, a greve teve como solução a instalação de uma corte arbitral, com representantes das classes envolvidas, trabalhadores e patrões, e um representante do governo mineiro, o próprio presidente do Estado. Apesar da vitória operária, patrões quase nunca cumpriam os acordos. Na maioria das vezes, os salários eram tão baixos que levavam os trabalhadores a extrapolarem o acordo de oito horas, fato permanentemente denunciado na imprensa, principalmente em *O Operário*, da Confederação Católica do Trabalho.

Embora com pautas de lutas em comum, as associações tiveram suas especificidades. Criada em 1900, a Associação Beneficente Tipográfica visava amparar materialmente os tipógrafos da capital, além de atuar na luta pela jornada de oito horas de trabalho, pelo aumento salarial, pelo descanso dominical, pela regulamentação das moradias operárias etc.

Nas edições da *Revista Comemorativa*, publicadas em algumas gestões da Associação Beneficente Tipográfica, além de textos e informações relativas ao funcionamento da própria Associação Beneficente Tipográfica ou relevantes para a profissão de tipógrafo e artigos sobre o movimento operário, é possível perceber estreitas relações com figuras públicas na medida em que houve publicação de textos e homenagens a esses sujeitos, dentre os quais ressalta-se o então presidente do Estado, Melo Viana, dignificado como benfeitor da escola maternal, no ano de 1925, e outras ações no campo da educação mineira. As demandas por educação foram registradas em algumas edições da revista referentes aos temas escola maternal, ensino primário e ensino profissional, que, em geral, elogiavam o governo por algumas ações no campo da educação mineira.

A Confederação Auxiliadora dos Operários, criada em 1905, tal como a Associação Beneficente Tipográfica, foi inicialmente constituída para socorrer materialmente seus sócios. Além disso, em seu jornal, *O Labor*, publicado entre 1905 e 1906, atuou para resolver questões entre operários e patrões, tais como reivindicação pela garantia da jornada de oito horas, melhoria das condições de trabalho e reforma da instrução pública, sempre apelando ao governo (criação de escolas e reformas educacionais) e patrões para a resolução das questões, enquanto estratégia para solução dos conflitos e de organização operária. Importante destacar alguns empreendimentos realizados por esta associação, tais como a criação de biblioteca e gabinete de leitura e a oferta de aulas gratuitas diurnas e noturnas em sua sede.

Na mesma perspectiva reformista, em 1907, foi criado o Centro Confederativo dos Operários, resultado de uma das resoluções do Congresso Operário Mineiro. Nesse sentido, pretendia lutar pelo direito operário, contudo a disputa se dava dentro da legalidade, a partir de negociações entre patrões e operários, responsabilizando o Estado pela promulgação de leis que qualificassem a vida dos operários. Do mesmo modo que as outras associações, o Centro estabeleceu estreitas relações com o governo, responsável por arbitrar e equalizar as riquezas mediante a criação de leis.

O Centro Confederativo dos Operários fez campanha em *O Confederal*, seu periódico publicado em 1907, pela instrução, abertura de escolas primárias e profissionais, auxílio financeiro para escolas fundadas por associações, gratuidade da instrução secundária e superior, fundação de bibliotecas, efetivação da obrigatoriedade da frequência escolar e eliminação do analfabetismo, considerados entraves para o desenvolvimento do operariado. Essas eram tarefas reputadas ao Estado, o qual deveria ofertar instrução, tida como um dos

direitos operários. Apesar da prerrogativa em lei da obrigatoriedade escolar, com ressalvas, seu cumprimento era defendido como necessário para a redução do analfabetismo.

Em 1919 era criada a Confederação Católica do Trabalho, entidade responsável por alinhar as ideias e unificar as disputas tanto das associações já constituídas (Associação Beneficente Tipográfica e Confederação Auxiliadora dos Operários, por exemplo) como também de outras em cuja criação colaborou. Era declaradamente católica e direcionada pelos princípios da encíclica *Rerum Novarum*. Como as demais associações, que inclusive uniram-se à Confederação Católica do Trabalho, sua ação se deu dentro da ordem, sem greves e violência, a partir da defesa pela harmonia entre as classes sociais. A luta pelo direito operário deveria implicar ações harmônicas, articulando operariado, patrões, Estado e Igreja. Teve papel fundamental em conquistas operárias convertidas em leis, atuando, também, na fiscalização de seu cumprimento. Quando desrespeitada a legislação operária, realizava denúncias em *O Operário*, órgão da Confederação Católica do Trabalho publicado, com intervalos, entre 1920 e 1929, como ocorreu em relação ao descanso dominical e à jornada de trabalho de oito horas.

O Operário informava acerca das atividades da Confederação Católica do Trabalho e das associações e sindicatos a ela vinculados, bem como dos acontecimentos relativos ao movimento operário no Brasil e, predominantemente, em Minas Gerais, como descanso dominical e habitações operárias. Assim como os demais periódicos analisados nesta tese, *O Operário* demonstrava estreitas relações com o poder público, o que era expresso em artigos e homenagens a políticos e outras figuras públicas. No jornal, difundia-se a ideia de que o Estado deveria amparar o operariado, visto que essa classe gerava riqueza para a sociedade.

Destaca-se que o apelo à educação profissional, moral, religiosa e cívica era central na plataforma política da Confederação Católica do Trabalho, com ações presentes em várias situações, tais como, oferta de cursos noturnos para operários; cobrança aos governos para a criação de escolas públicas; elogios a políticos por empreendimentos educacionais; e, ainda, participação no debate acerca da permissão do ensino religioso nas escolas públicas mineiras, em 1929.

A análise dos impressos operários indicou um movimento operário que defendia a constituição do direito operário em diálogo com o poder público, em contrapartida, criticava o anarquismo, o comunismo e o socialismo enquanto formas de organização do operariado. Ademais, nesses impressos, há forte presença de defesa da instrução como possibilidade de

superação de atrasos e desenvolvimento social.

As demandas das associações foram coerentes com a precariedade escolar em Belo Horizonte e a desigualdade na permanência na escola. As primeiras escolas primárias foram criadas no centro da cidade, zona urbana de Belo Horizonte e, ainda que os operários não residissem nesse local, sabe-se que, nos anos iniciais, seus filhos frequentaram as escolas ali constituídas, embora, a grande maioria evadisse. Isso demonstra tanto o desejo das camadas populares por instrução como a ausência de condições de frequentá-la regularmente, devido às dificuldades de acesso (locomoção), à pobreza e ao trabalho das crianças.

Mas as demandas identificadas nos periódicos também reforçam a constatação da ausência de escolas públicas nos aglomerados em que residiam. Isso pode ser exemplificado pela criação do primeiro grupo escolar de Belo Horizonte, na zona urbana, em 1907; ao passo que, nos subúrbios da cidade, esse formato de escola somente chegou em 1911, em um contexto em que a chamada zona suburbana era habitada por camadas médias. Ademais, cabe destacar que os grupos escolares suburbanos não contavam com o mesmo investimento daqueles localizados no centro e, além disso, eram majoritárias as escolas isoladas. No caso da educação de adultos, o primeiro grupo escolar somente foi criado em 1917. Para esse feito, a atuação das associações foi fundamental.

Importante destacar que, nesse contexto, havia uma tensão entre trabalho e escola no que diz respeito à infância. Perante a ausência de uma legislação protetora das crianças, o que só se alterou em parte com a publicação do Código de Menores de 1927, sabe-se que boa parte da infância não frequentava a escola em decorrência da necessidade de auxiliar com a subsistência familiar. Se, por um lado, havia a defesa da obrigatoriedade do ensino, como constatado a partir das demandas do Centro Confederativo dos Operários em *O Confederal* (1907), por outro, o trabalho era socialmente positivado como algo que afastava a infância dos vícios e degeneração.

Segundo o discurso da época, com o intuito de fornecer alimento e educação às crianças originárias de famílias pobres e trabalhadoras da capital mineira e, concomitantemente, atendendo aos pais trabalhadores, foi construída, em 1925, a escola maternal, compreendida pelos impressos operários como uma grande conquista para a classe trabalhadora. Apesar disso, essa escola não se efetivou, não obstante, verificou-se que duas escolas infantis funcionavam na região central de Belo Horizonte, que, em razão da localização, atendiam crianças das classes mais abastadas. Logo, tornou-se evidente que não

houve maior preocupação do governo no atendimento à infância pobre e trabalhadora da cidade. Novas pesquisas devem ser realizadas a fim de compreender melhor as estratégias utilizadas pela classe trabalhadora para a educação da infância e, avançando nessa direção, descortinar a experiência do trabalho infantil na cidade àquela época.

Além do ensino primário e escola maternal, foram constatadas outras demandas nos periódicos das associações operárias: ensino secundário e superior, ensino profissional, bibliotecas e gabinetes de leitura. O ensino secundário e superior foi demanda exclusiva do Centro Confederativo dos Operários. Nessas modalidades de ensino, a presença do Estado se fazia tímida, por exemplo, pelo fato de haver uma escola secundária pública para atender todo o público da capital. Entende-se que essa era uma demanda secundária da classe operária, tendo-se em vista o vultoso índice de analfabetismo e a insuficiência de escolas primárias, essenciais para alcançar os outros níveis de ensino. Já o ensino profissional, por sua vez, esteve presente em alguns discursos de governantes mineiros desde o início do século XX, contudo verificou-se que essa modalidade se realizou de modo bastante pontual, em geral, atrelado ao ensino primário.

Apesar da existência de demanda por bibliotecas públicas, detectou-se apenas a existência de uma biblioteca pública em Belo Horizonte e outras criadas em algumas escolas públicas somente a partir do final da década de 1920. Nesse contexto, tanto a Confederação Auxiliadora dos Operários como a Confederação Católica do Trabalho buscaram criar bibliotecas em suas sedes a partir de doação de livros para a composição dos acervos. Outra estratégia foi a constituição de gabinetes de leitura por meio da permuta de impressos, iniciativa adotada pela Confederação Auxiliadora dos Operários e pelo Centro Confederativo dos Operários.

Foi apurado que, a despeito das demandas por educação das associações operárias geralmente remetidas ao governo, o número de escolas (maternais, infantis, primárias, secundárias e superiores), bem como a qualidade e organização da escola primária em particular, era insuficiente e ineficaz para o atendimento da população trabalhadora de Belo Horizonte. Tal constatação dificultou a eliminação do analfabetismo, visto nos impressos operários como um dos entraves para o aperfeiçoamento da classe operária, fato que atravancava a conquista de direitos. Por outro lado, o elevado índice de analfabetismo no período, demonstrou que as políticas públicas de combate ao analfabetismo mediante reformas educacionais não foram bem-sucedidas.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ACÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; CENTRO DE PESQUISAS E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-catolica-brasileira-acb>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 445 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2006.

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. 2015. 192 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2015.

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2007.

ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A escola primária e o ideário republicano nas mensagens dos presidentes de Estado: investigações comparativas (1893-1918). In: SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 105-145.

ARENA, Dagoberto Buim. Escolas anarco-sindicalistas no Brasil: alguns princípios, métodos e organização curricular. *Revista História da Educação* [online], v. 11, n. 22, p. 87-108, maio/ago. 2007.

AZEVEDO, Fernando de et al. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe?: o sindicalismo reformista na Primeira República. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 13, 1989, Caxambu. *Anais...* São Paulo, 1989. p. 01-16.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma Outra Consciência de Classe?: o sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 120-121, 1990.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio. *Edward P. Thompson: história e formação*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BILHÃO, Isabel. A escrita militante: opúsculos como fonte e objeto de análise (reação à execução de Francisco Ferrer y Guardia). In: MOLINA, Ana Heloísa; FERREIRA, Carlos Augusto (Orgs.). *Entre textos e contextos: caminhos do ensino de História*. Curitiba: CRV, 2016. p. 39-57.

BILHÃO, Isabel. Dia de festa, dia de luto ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920. *Revista de História Iberoamericana*, Passo Fundo, v. 06, n. 01, p. 29-55, 2013.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: Eduel, 2008.

BILHÃO, Isabel. Textos, circulação de ideias e educação operária no Brasil: análise da difusão do ensino racionalista em veículos da imprensa anarquista (1900 a 1920). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8, 2015, Maringá. *Anais eletrônicos...* Maringá: CBHE, 2015. Disponível em: <<http://www.8cbhe.com.br>>. Acesso em: 01 out. 2015.

BOTO, Carlota. Nacionalidade, escola e voto: a Liga Nacionalista de São Paulo. *Perspectivas*, São Paulo, v. 17-18, p. 145-163, 1994/1995.

BUÉRE, Júlio César. Belo Horizonte: a apropriação do espaço urbano. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997. p. 65-82.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 225-251.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 41-59.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHAMON, Carla Simone; GOODWIN JR., James William. A incorporação do proletariado à sociedade moderna: a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). *Varia História* (online), Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 319-340, jan./jun. 2012.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2008-2015.

COSTA, Emília Viotti da. A nova face do movimento operário na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 02, p. 217-232, set. 1982.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 77-86.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.

DE PAULA, Manoel Júlio. *A infância tecida: construindo a infância entre os teares e as escolas da Fábrica de Tecidos e Fiação Cedro e Cachoeira (1880-1915)*. 2010. 252 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2010.

DE PAULA, Manoel Júlio; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A infância tecida: escolas de primeiras letras da fábrica Cedro e Cachoeira (1890-1915). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracaju. *Anais...* Aracaju, 2008. p. 01-19.

DECCA, Maria Auxiliadora. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Fernando Correia. Gênese e expressão grupal do Modernismo em Minas. In: ÁVILA, Affonso. *O Modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 165-177.

DRUMMOND, Carolina Maria Ferreira; TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio. A formação do trabalhador no jornal O Operário, de Montes Claros (1932-1945): a produção de novas sensibilidades “sem classes”. In: BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; MESQUITA, Ilka Miglio de; NOGUEIRA, Vera Lúcia (Orgs.). *Moderno, Modernidade, Modernização*. Belo Horizonte: Mazza, 2015, v. 03, p. 201-225.

DUARTE, Renata Garcia Campos. *A experiência de ser tipógrafo e a ação da Associação Beneficente Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1897-1930)*. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, Uberlândia, 2011.

DURANT, Will. *A Filosofia de Herbert Spencer*. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--].

DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1982. p. 165-213.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. A escola primária noturna na política educacional mineira (1891-1924). In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação: temas e problemas*. Belo Horizonte: Mazza, 2011. p. 532-555.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Educar, Instruir e Civilizar: Contribuição à História da Educação Infantil em Minas Gerais. *Série Documental Relatos de Pesquisa (INEP/MEC)*, Brasília, v. 03, p. 109-115, 1995.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Fazer História da Educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Pensadores sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 239-256.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1986.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Rita de Cássia Oliveira. *A Escola Normal da Capital: instalação e organização (1906-1916)*. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2010.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. *A Escola Moderna*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

FIGUEIREDO, Ellen Rose Fernandes; DUMONT, Henrique; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Escolas isoladas: produção da precariedade e invisibilidade histórica (Minas Gerais 1906-1930). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, 2013, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá, 2013. p. 01-13.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, dez. 2016.

FREITAS, Marcel de Almeida. A influência italiana na arquitetura de Belo Horizonte. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v.14, n.15, p. 137-163, dez. 2007.

GALLO, Sílvio. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. *Proposições*, Campinas, v. 24, n. 2 (71), p. 241-251, maio/ago. 2013.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto; LUGLI, Rosário Genta. A organização/constituição do modelo escolar em São Paulo: imprensa periódica operária e educacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008, Aracajú. *Anais eletrônicos...* Aracajú: CBHE, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008>. Acesso em: 01 out. 2015.

GONÇALVES, Aracely Mehl. *Francisco Ferrer y Guardia: educação e a imprensa anarco-sindicalista – “A Plebe” (1917-1919)*. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Educação, Ponta Grossa, 2007.

GOUGH, Philip Fox-Drummond. *O contrapeso da ordem: o desenvolvimento espacial de Belo Horizonte (1897-1964)*. 1994. 88 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, 1994.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; NICÁCIO, Karina. Escolarização e territorialidade na cidade republicana: Belo Horizonte (1897-1912). *História da Educação* (online), Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 377-396, jan./abr. 2017.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de et al. O projeto republicano de instrução e as escolas isoladas urbanas: entre a transitoriedade e a permanência (Belo Horizonte 1906-1927). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 2 (41), p. 311-340, abr./jun. 2016.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. 323 f. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Ática, 1991.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário?. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 05, n. 10, p. 208-231, mar./ago. 1985.

HOBSBAWM, Eric. Da história social a história da sociedade. In: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1970]. p. 83-105.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana. (Org.). *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 49-118.

LE VEN, Michel Marie. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1977. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, 1977.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania. In: NEVES, Magda de Almeida; DULCI, Otávio Soares (Orgs.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

LINHARES, Joaquim Nabuco; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spinola. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores”? *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 39, p. 89-135, jul./dez. 2008b.

MACIEL, Laura Antunes. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008a.

MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. Construindo trajetórias: as experiências dos trabalhadores em torno da instrução (Rio de Janeiro 1901-1910). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8, 2015, Maringá. *Anais eletrônicos...* Maringá: CBHE, 2015. Disponível em: <<http://www.8cbhe.com.br>>. Acesso em: 01 out. 2015.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte; CEDEPLAR, 1994. p. 11-27.

MOURA, Heloísa Soares de. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: PBH/CEDEPLAR, 1994. p. 51-77.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna em Minas Gerais (1891-1924)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. O ensino noturno em Belo Horizonte nas três primeiras décadas do século XX: um estudo sobre a primeira escola noturna da capital – o Grupo Escolar “Assis das Chagas”. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 06, 2006, Uberlândia. *Anais....* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 5427-5437.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Identidade e cultura das classes trabalhadoras em Belo Horizonte no início do século XX (1893-1930)*. 2011. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em História, Mariana, 2011.

PASSOS, Mauro. *A Classe Trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica: a ponta de uma memória (1900-1930)*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PENNA, Octávio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte, 1711-1930*. Belo Horizonte: FJP, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela escola – Minas Gerais, anos 30. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 17, p. 53-63, jun. 1993.

PELEGO. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; CENTRO DE PESQUISAS E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pelego>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M.. *A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930): Vol. I – O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Maysa Gomes. *Sob o céu de outra pátria: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, Minas Gerais. (1888-1912)*. 2009. 401 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2009.

SADER, Eder. Do anarquismo ao comunismo. In: SADER, Eder. *Movimento Operário Brasileiro: 1900-1979*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

SAMUEL, Raphael et al. ¿Qué es la Historia Social...? *Historia Social*, Valencia, n. 10, p. 135-149, primavera-verano 1991.

SCHUELER, Alessandra Frota M.; MAC CORD, Marcelo. História social e história da educação – as contribuições de Edward Thompson. In: MESQUITA, Ilka Miglio de; CARVALHO, Rosana Areal de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Nas dobras de Clio: História Social e História da Educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 53-82.

SCHUELER, Alessandra Frota M.; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; FERRO, Maria do Amparo Borges. A expansão da escola primária graduada nos estados na Primeira República: a ação dos poderes públicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 161-177.

SCHUELER, Alessandra Frota M.; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

SCHUELER, Alessandra Frota M.. Ensaio de história social da educação: escolas primárias e professores na corte imperial. *Momento*, Rio Grande, n. 18, p. 11-33, 2006/2007.

SILVA, Marina Guedes Costa e. *A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte, 1897-1926)*. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Regina Helena Alves da. *A Cidade de Minas*. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 1991.

SILVA, Regina Helena Alves da (Coord.). *O Legislativo e a cidade: domínios de construção do espaço público*. Belo Horizonte: CMBH, 1998.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A Influenza Espanhola e a Cidade Planejada: Belo Horizonte, 1918*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 1.

THOMPSON, Edward P.. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P.. *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, Edward P.. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P.. *Tradicion, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre industrial*. Barcelona: Critica, 1984.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VARGAS, Francisco. *Anarquismo e Educação em Rio Grande (1918-1927): educação de, para e pelos trabalhadores*. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2011.

VARGAS, Francisco. Anarquismo e educação em Rio Grande (1918-1927): educação de, para e pelos trabalhadores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, 2013, Cuiabá. *Anais eletrônicos...* Cuiabá: CBHE, 2013. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 203-222, set. 1997.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016): alguns apontamentos. *Hist. Educ.* (online), Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 158-181, set./dez. 2017.

VEIGA, Cynthia Greive. Trabalho infantil e escolarização: questões internacionais e o debate nacional (1890-1944). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 4 (43), p. 272-303, out./dez. 2016.

VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: cidade e política: 1897-1920*. 2001. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2001.

VIEGA, Juliana Goretti Aparecida Braga; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. As escolas isoladas nas décadas iniciais do século XX: o estudo de uma instituição. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 11, n. 02, p. 479-500, jul./dez. 2012.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Leis sociais e cidadania na Primeira República: o direito de associação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. p. 01-11.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, v. 04, p. 89-102, jan./dez. 1985.

Fontes

A CAPITAL, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 02 maio 1907.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Secretaria do Interior*. Correspondência referente ao Ensino Particular (SI-2907), Belo Horizonte, 1912.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Vista externa da Escola Maternal Melo Viana em Belo Horizonte (MG)*. MM-341(05), Belo Horizonte, 12 out. 1927.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Vista externa da Escola Maternal Melo Viana em Belo Horizonte – MG*. MM-064(01), Belo Horizonte, 1920-1930.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Vista parcial de área interna da Escola Maternal Melo Viana em Belo Horizonte – MG. MM-064(02)*, Belo Horizonte, 1920-1930.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, 1924.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1904.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Gráfico Mineiro*, Belo Horizonte, out. 2000.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Gráfico Mineiro*: edição comemorativa do aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1936), Belo Horizonte, abr. 1936.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *O Gráfico Mineiro*: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930), Belo Horizonte, abr. 1930.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista Comemorativa do 6º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, maio 1906.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista Comemorativa do 8º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, abr. 1908.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista Comemorativa do 20º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, abr. 1920.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista Comemorativa do 25º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, abr. 1925.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA. *Revista da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, maio 1911.

BELO HORIZONTE. Lei nº 63, de 10 fev. 1913. Concede ao cidadão Arthur Joviano isenção do imposto predial e taxas. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 10 fev. 1913.

BELO HORIZONTE. Lei nº 69, de 10 out. 1913. Eleva a duzentos e cinquenta o número de casas a que se obrigou o concessionário Arthur Joviano, de acordo com a Lei nº 63, de 10 de fevereiro deste ano e contém outras modificações à referida lei. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 10 out. 1913.

BELO HORIZONTE. Lei nº 178, de 06 out. 1919. Cria vilas operárias. *Secretaria da Prefeitura*, Belo Horizonte, 06 out. 1919.

BELO HORIZONTE. Lei nº 227, de 04 out. 1922. Estabelece o descanso semanal obrigatório no município de Belo Horizonte. *Legislação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh>>. Acesso em: 24 out. 2016.

BELO HORIZONTE. *Recenseamento*: iniciado em 12 de novembro de 1911 e terminado em junho de 1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 set. 1909. Cria nas capitais do Estado da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para ensino profissional primário e gratuito. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 26 set. 1909.

BRASIL. Decreto nº 4.743, de 31 out. 1923. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 01 nov. 1923.

BRASIL. Decreto nº 4.939, de 10 jul. 1925. Considera de utilidade pública a Confederação Católica do Trabalho, com sede em Belo Horizonte. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 14 jul. 1925.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 01 maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 09 ago. 1943.

CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, número prospecto, 02 maio 1907.

CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 01, 01 jun. 1907.

CENTRO CONFEDERATIVO DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS. *O Confederal*, Belo Horizonte, n. 03, 15 jul. 1907.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Constituição da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1911.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 18 jun. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 02 jul. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 18 jul. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 04, 02 ago. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 05, 17 ago. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 06, 07 set. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 07, 22 out. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 08, 09 nov. 1905.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 09, 28 jan. 1906.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 10, 11 fev. 1906.

CONFEDERAÇÃO AUXILIADORA DOS OPERÁRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *O Labor*, Belo Horizonte, ano I, n. 12, 31 mar. 1906.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *Estatutos da Confederação Católica do Trabalho*. Belo Horizonte, 1920.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 19 jun. 1920.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 02, 10 jul. 1920.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 03, 31 jul. 1920.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 18, 10 mar. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 20, 24 mar. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 23, 14 abr. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 26, 05 maio 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 27, 12 maio 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 32, 16 jun. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 06, 04 ago. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 07, 11 ago. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 08, 18 ago. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 10, 01 set. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 11, 08 set. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 14, 29 set. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 16, 13 out. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 18, 26 out. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 20, 10 nov. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 26, 22 dez. 1921.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 28, 05 jan. 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 35, 23 fev. 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 36, 02 mar. 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 37, 09 mar. 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 39, 23 mar. 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 42, 13 abr. 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 45, 03 maio 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 46, 11 maio 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano II, n. 49, 01 jun. 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano III, n. 04, 20 jul. 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano III, n. 08, 07 set. 1922.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano III, n. 30, 18 jan. 1923.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano IV, n. 21, 15 nov. 1923.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano IV, n. 35, 15 nov. 1923.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 30, 10 maio 1925.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano V, n. 32, maio 1925.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VI, n. 03, 30 jul. 1925.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VI, n. 07, 10 set. 1925.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 01, 28 mar. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 02, 04 abr. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 03, 11 abr. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 05, 25 abr. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 06, 09 maio 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 08, 23 maio 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 09, 30 maio 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 10, 06 jun. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 11, 13 jun. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 12, 20 jun. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 13, 27 jun. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 14, 04 jul. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 15, 11 jul. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 17, 25 jul. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 18, 01 ago. 1929.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO TRABALHO. *O Operário*, Belo Horizonte, ano VII, n. 19, 08 ago. 1929.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 823, 03 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 826, 07 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 827, 08 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 828, 09 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 829, 10 maio 1912.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 833, 15 maio 1912.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Belo Horizonte, ano I, n. 61, 03 maio 1907.

DIÁRIO POPULAR, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 01 jul. 1921.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 122, 07 maio 1912.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 123, 08 maio 1912.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano II, n. 129, 15 maio 1912.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, ano IV, n. 98, 07 set. 1922.

FERREIRA, Alcides Batista. Aos Operários. *Revista Comemorativa do 6º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica*, Belo Horizonte, maio 1906. p. 09-10.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1878-1903: Leão XIII). *Carta Encíclica Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1922-1939: Pio XI). *Carta Encíclica Quadragesimo Anno*: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil – 1936*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 02, 1936.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil – 1947*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 08, 1948.

JORNAL DO POVO, Belo Horizonte, ano I, n. 104, 05 abr.

LIGA OPERÁRIA. *O Operário*, Belo Horizonte, ano I, n. 01, 02 set. 1900.

MINAS GERAIS; SECRETARIA DA AGRICULTURA. *Anuário Estatístico de Belo Horizonte – Ano I – 1937*. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística Geral, 1937.

MINAS GERAIS; SECRETARIA DA AGRICULTURA. *Anuário Estatístico de Minas Gerais – Ano I – 1921*. Volume III. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1925.

MINAS GERAIS; SECRETARIA DA AGRICULTURA. *Anuário Estatístico de Minas Gerais – Ano II (1922-1925)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1929.

MINAS GERAIS; SENNA, Nelson de. *Anuário Histórico-Corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1909.

MINAS GERAIS. Constituição (1891). *Constituição do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Minas Gerais, 1891.

MINAS GERAIS. Decreto nº 655, de 17 out. 1893. Promulga o regulamento das escolas e instrução primária. Ouro Preto, 1893.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1.348, de 08 jan. 1900. Promulga o regulamento das escolas de instrução primária. Belo Horizonte, 1900.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1.518, de 07 maio 1902. Converte a 2ª cadeira do sexo masculino de Belo Horizonte, regida pela professora D. Júlia Lomba de Souza Paraíso, em cadeira mista. Belo Horizonte, 1902.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1.585, de 14 mar. 1903. Cria uma cadeira mista de instrução em cada uma das colônias Carlos Prates, Afonso Pena, Bias Fortes, Córrego da Mata e Adalberto Ferraz. Belo Horizonte, 1903.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1.594, de 30 mar. 1903. Converte a cadeira mista de Belo Horizonte, regida pela professora D. Júlia Lomba de Souza Paraíso, em cadeira do sexo masculino. Belo Horizonte, 1903.

MINAS GERAIS. Decreto nº 1.960, de 16 dez. 1906. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1906.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.006, de 13 abr. 1907. Cria o 2º grupo escolar da Capital. Belo Horizonte, 1907.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.151, de 26 dez. 1907. Cria uma cadeira mista de instrução primária na Estação de General Carneiro, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1907.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.153, de 26 dez. 1907. Cria uma cadeira mista de instrução primária na Colônia da Vargem Grande, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1907.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.250, de 08 ago. 1908. Transfere a 3ª cadeira feminina da Capital para o lugar denominado Calafate, da mesma Capital. Belo Horizonte, 1908.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.282, de 03 nov. 1908. Cria uma cadeira do sexo masculino no bairro do Calafate, desta Capital. Belo Horizonte, 1908.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.285, de 03 nov. 1908. Cria a 2ª cadeira mista na Colônia Bias Fortes, desta Capital. Belo Horizonte, 1908.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.286, de 03 nov. 1908. Cria a 2ª cadeira mista na Colônia Américo Werneck, desta Capital. Belo Horizonte, 1908.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.287, de 03 nov. 1908. Cria a escola infantil, com sede na Capital do Estado. Belo Horizonte, 1908.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.292, de 10 nov. 1908. Cria uma cadeira mista de instrução primária na Estação de Marzagão, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1908.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.486, de 30 mar. 1909. Designa a área para habitações operárias e contém outras providências. Belo Horizonte, 1909.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.527, de 11 maio 1909. Cria uma cadeira mista de instrução primária na Colônia do Jatobá, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1909.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.585, de 27 jul. 1909. Cria uma cadeira mista de instrução primária no lugar denominado Engenho Nogueira, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1909.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.613, de 17 ago. 1909. Cria um terceiro grupo escolar na Capital. Belo Horizonte, 1909.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.619, de 24 ago. 1909. Cria uma terceira cadeira mista de instrução primária na Colônia Bias Fortes, nesta Capital. Belo Horizonte, 1909.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.672, de 03 nov. 1909. Cria uma cadeira mista de instrução primária na cidade de Belo Horizonte, no lugar denominado Barro Preto. Belo Horizonte, 1909.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.718, de 04 jan. 1910. Cria uma cadeira de instrução primária no lugar denominado Gorduras, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1910.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.744, de 22 jan. 1910. Cria uma segunda cadeira mista de instrução primária em Belo Horizonte, no lugar denominado Barro Preto. Belo Horizonte, 1910.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.869, de 11 jul. 1910. Cria uma cadeira mista de instrução primária no Calafate, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1910.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.870, de 11 jul. 1910. Cria uma 2ª cadeira mista de instrução primária na Colônia “Adalberto Ferraz”, distrito da Capital. Belo Horizonte, 1910.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.871, de 11 jul. 1910. Cria uma cadeira mista de instrução primária em Floresta, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1910.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.872, de 11 jul. 1910. Cria uma 3ª cadeira mista de instrução primária em Belo Horizonte, no lugar denominado Barro Preto. Belo Horizonte, 1910.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2.923, de 23 ago. 1910. Cria uma 4ª cadeira de instrução primária mista, em “Bias Fortes”, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1910.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.092, de 14 fev. 1911. Cria mais duas cadeiras mistas de instrução primária na Floresta, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.093, de 14 fev. 1911. Cria com a mesma denominação “Jovelina Prado” mais duas cadeiras de instrução primária na Colônia “Bias Fortes”, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.094, de 14 fev. 1911. Cria uma 2ª cadeira mista de instrução primária na Colônia “Carlos Prates”, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.095, de 14 fev. 1911. Cria uma 2ª cadeira mista de instrução primária no Calafate, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.096, de 14 fev. 1911 Cria uma cadeira mista de instrução primária na sede da “Sociedade Beneficente Italiana”, nesta Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.097, de 14 fev. 1911. Cria uma 4a cadeira mista de instrução primária no Barro Preto, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.104, de 21 fev. 1911. Cria uma cadeira de instrução primária, mista, na Lagoinha, em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.155, de 04 abr. 1911. Cria um 4o grupo escolar em Barro Preto, nesta Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.191, de 09 jun. 1911. Aprova o Regulamento Geral da Instrução do Estado. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.272, de 12 ago. 1911. Declara emancipada a Colônia “Américo Werneck”, sita nos subúrbios da Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.278, de 19 ago. 1911. Declara emancipada a Colônia Adalberto Ferraz sita nos subúrbios da Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.310, de 09 set. 1911. Declara emancipada a Colônia “Bias Fortes”, sita em Cardoso, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.312, de 12 set. 1911. Suprime as escolas singulares do Barro Preto, nesta Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.345, de 21 out. 1911. Declara emancipada a “Colônia Carlos Prates” sita em um dos subúrbios da Capital. Belo Horizonte, 1911.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.440, de 02 fev. 1912. Transfere para o bairro da Lagoinha, desta Capital, as 3a e 5a escolas mistas da Colônia “Bias Fortes”, bem como a 3a mista do bairro da Floresta. Belo Horizonte, 1912.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3.827, de 18 fev. 1913. Converte em mistas as escolas masculina e feminina do Calafate, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1913.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.077, de 05 jan. 1914. Cria um grupo escolar na Colônia Bias Fortes, desta Capital. Belo Horizonte, 1914.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.078, de 05 jan. 1914. Converte em escola para o sexo feminino a mista da sede da Sociedade Beneficente Italiana, nesta Capital. Belo Horizonte, 1914.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.079, de 05 jan. 1914. Cria um grupo escolar no bairro do Calafate, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1914.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.080, de 05 jan. 1914. Cria uma escola para o sexo masculino na sede da Sociedade Beneficente Italiana, nesta Capital. Belo Horizonte, 1914.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.086, de 05 jan. 1914. Desdobra em duas seções a escola infantil da Capital. Belo Horizonte, 1914.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.088, de 05 jan. 1914. Cria, na Capital, uma aula noturna, com a mesma organização das escolas agrupadas do Estado. Belo Horizonte, 1914.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.089, de 05 jan. 1914. Cria um grupo escolar no bairro da Lagoinha, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1914.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.194, de 30 maio 1914. Declara emancipada a Colônia Afonso Pena, sita nos subúrbios dessa Capital. Belo Horizonte, 1914.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.316, de 02 jan. 1915. Transfere a escola rural mista de Honório Bicalho, município de Vila Nova de Lima, para Venda Nova, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1915.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.347, de 23 mar. 1915. Transfere para o lugar denominado Ressaca, do distrito de Belo Horizonte, convertida em mista, a escola do sexo feminino da Vila de Capelinha. Belo Horizonte, 1915.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.726, de 21 mar. 1917. Cria um grupo escolar noturno na Capital. Belo Horizonte, 1917.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.901, de 24 nov. 1917. Transfere para o povoado denominado Areias, distrito de Vera Cruz, município de Contagem, a escola mista do bairro Calafate, na cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1917.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.902, de 24 nov. 1917. Transfere para o povoado dos Coelho, distrito de S. Gonçalo do Amarante, município de Ouro Preto, a segunda cadeira mista do bairro do Calafate, na cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1917.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.907, de 18 dez. 1917. Transfere para o lugar denominado Tabões, distrito da cidade de Ouro Preto, a terceira escola mista do Calafate, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1917.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.910, de 26 dez. 1917. Transfere para o distrito de S. Luiz, município de Manhuaçu, a 4ª escola mista do bairro do Calafate, na cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1917.

MINAS GERAIS. Decreto nº 4.913, de 08 jan. 1918. Transfere para o distrito de Campolide, município de Barbacena, a segunda escola mista da Colônia Adalberto Ferraz, na cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1918.

MINAS GERAIS. Decreto nº 5.069, de 20 ago. 1918. Transfere a escola rural mista, de “Santa Isabel”, município de Teófilo Otoni, para a Estação de “Marzagão”, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1918.

MINAS GERAIS. Decreto nº 5.075, de 21 ago. 1918. Transfere para o bairro da Serra, desta Capital, a escola do sexo feminino da Vila Divinópolis, convertida em mista. Belo Horizonte, 1918.

MINAS GERAIS. Decreto nº 5.619, de 18 mar. 1921. Cria uma escola mista no lugar denominado Pampulha, município de Belo Horizonte, para ser instalada quando for doado o respectivo prédio ao Estado. Belo Horizonte, 1921.

MINAS GERAIS. Decreto nº 5.649, de 24 maio 1921. Cria mais um grupo escolar, nesta Capital, no bairro da Floresta. Belo Horizonte, 1921.

MINAS GERAIS. Decreto nº 5.838, de 25 jan. 1922. Cria uma escola rural, mista, na Estação do Sarzedo, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.068, de 02 maio 1922. Cria uma escola rural, mista, no povoado do Onça, município de Belo Horizonte, para ser instalada depois de doado o respectivo prédio ao Estado. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.094, de 23 maio 1922. Transfere para Pinhal, município de Campestre, a segunda escola mista do bairro da Floresta, nesta Capital, e a de igual categoria da ex-Colônia “Adalberto Ferraz”, também da Capital, para Fachinal, no mesmo município. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.103, de 30 maio 1922. Transfere para Mato Grosso, município de Abadia do Bom Sucesso, a segunda escola mista da ex-Colônia “Bias Fortes”, nesta Capital. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.105, de 30 maio 1922. Transfere para Lages, município do Pará de Minas, a quarta escola mista da ex-Colônia “Bias Fortes”, nesta Capital. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.106, de 30 maio 1922. Transfere para Várzea da Cachoeira, município do Pará de Minas, a terceira escola mista da ex-Colônia “Bias Fortes”, nesta Capital. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.107, de 30 maio 1922. Transfere para a Estação de Silveira Lobo, distrito de Santana do Deserto, município de Juiz de Fora, a primeira escola mista da ex-Colônia “Bias Fortes”, nesta Capital. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.132, de 25 jul. 1922. Converte em feminina a escola mista do distrito de Santo Antônio da Olaria, município de Rio Preto e transfere para o mesmo distrito, convertida em masculina, a 1ª escola mista de Lagoinha, nesta Capital. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.133, de 25 jul. 1922. Transfere para Fábrica do Cedro, município de Paraopeba, a 3ª escola mista de Lagoinha, nesta Capital. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.134, de 25 jul. 1922. Transfere para Lago do Itaim, distrito de Estiva, município de Pouso Alegre, a 2ª escola mista de Lagoinha, nesta Capital. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.137, de 25 jul. 1922. Transfere para Mata do Salgado, município de Carmo do Paranaíba, a 1ª escola mista do bairro da Floresta, desta Capital. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.156, de 18 ago. 1922. Transfere para o Cruzeiro, município de Belo Horizonte, a escola rural, mista, de Gorduras, do mesmo município. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.219, de 03 nov. 1922. Transfere para o bairro denominado Veneta, da cidade de Teófilo Otoni, a 4ª escola mista da Lagoinha, nesta Capital. Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.655, de 18 ago. 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1924.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.658, de 19 ago. 1924. Cria mais um grupo escolar na Capital. Belo Horizonte, 1924.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.697, de 26 set. 1924. Transfere para “Gorduras”, município de Belo Horizonte, a escola rural mista de Cruzeiro do mesmo município. Belo Horizonte, 1924.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.833, de 21 mar. 1925. Cria uma escola maternal nesta Capital. Belo Horizonte, 1925.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.044, de 02 dez 1925. Cria um grupo escolar na Capital, com a denominação de Pedro II. Belo Horizonte, 1925.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.224, de 04 maio 1926. Cria uma escola rural, masculina, na Estação do Marzagão, município de Belo Horizonte, e converte em feminina a escola mista daquela mesma localidade. Belo Horizonte, 1926.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.333, de 31 ago. 1926. Cria duas escolas mistas à Rua Jacuí, no bairro da Floresta, nesta Capital. Belo Horizonte, 1926.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.338, de 31 ago. 1926. Cria quatro escolas mistas, reunidas, à Rua Pouso Alegre, do bairro da Floresta, nesta Capital. Belo Horizonte, 1926.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.518, de 19 fev. 1927. Cria uma escola noturna, masculina, no bairro de Santo Antônio, desta Capital. Belo Horizonte, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.532, de 25 fev. 1927. Cria uma escola rural, mista, na Fazenda de S. Domingos, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.600, de 19 abr. 1927. Cria uma escola rural, mista, em Cachoeirinha, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.626, de 06 maio 1927. Cria uma escola noturna, masculina, no bairro da Floresta, nesta Capital. Belo Horizonte, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.701, de 09 jun. 1927. Cria uma escola noturna, masculina, na “Vila Caiaux”, desta Capital. Belo Horizonte, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.727, de 27 jun. 1927. Cria uma escola rural, mista, em Várzea do Felicíssimo, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.793, de 23 jul. 1927. Cria uma escola noturna, masculina, no bairro da Lagoinha, nesta Capital. Belo Horizonte, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.970-A, de 15 out. 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Belo Horizonte, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.990, de 16 out. 1927. Cria três escolas rurais, mistas, localizadas nos povoados de Mata, município de Cristina, Bento Pires, município de Belo Horizonte, e Barro Branco, município de Mariana. Belo Horizonte, 1927.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.118, de 02 jan. 1928. Cria mais uma escola rural, mista, em Cachoeirinha, município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.331, de 17 mar. 1928. Transforma em grupo escolar as escolas reunidas Sandoval de Azevedo, da Capital. Belo Horizonte, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.336, de 19 mar. 1928. Cria uma escola primária anexa ao abrigo de menores, nesta Capital. Belo Horizonte, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.409, de 29 abr. 1928. Cria uma segunda escola mista na Rua Hematita, bairro Carlos Prates, na Capital. Belo Horizonte, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.431, de 29 abr. 1928. Cria uma segunda escola mista na Colônia Jatobá, município de Belo Horizonte; uma segunda escola rural, mista, em Jambeiro, município de Peçanha; e uma segunda escola rural, mista, em Cochos, município de Pedro Leopoldo. Belo Horizonte, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.445, de 19 maio 1928. Cria três cadeiras mistas nas escolas do bairro de Carlos Prates (4a, 5a e 6a); duas nas escolas Flávio dos Santos, da Rua Jacuí, no bairro Floresta (3a e 4a); uma na Rua Hematita, do bairro de Carlos Prates (3a); e uma noturna, masculina, na cidade de Cataguases. Belo Horizonte, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.507, de 04 jun. 1928. Cria uma escola primária anexa ao corpo da Escola da Força Pública. Belo Horizonte, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 8.560, de 11 jun. 1928. Cria uma escola primária anexa ao corpo de Cavalaria da Força Pública. Belo Horizonte, 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.011, de 11 mar. 1929. Transforma em grupo escolar, com a mesma denominação, as escolas reunidas “Lúcio dos Santos”, da Capital. Belo Horizonte, 1929.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.135, de 02 set. 1929. Transforma em grupo escolar, com a denominação de “Mariano de Abreu”, as escolas reunidas de Cachoeirinha, subúrbio da Capital. Belo Horizonte, 1929.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.312, de 20 jan. 1930. Converte em grupo escolar as escolas noturnas da Rua Pouso Alegre, nesta Capital. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.314, de 20 jan. 1930. Transforma em grupo escolar, com a mesma denominação, as escolas reunidas “Flávio dos Santos”, da Capital. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.315, de 20 jan. 1930. Cria um grupo escolar no bairro de Santa Tereza, nesta Capital, com a denominação de “José Bonifácio”. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.356, de 05 fev. 1930. Dá a denominação de “Diogo de Vasconcelos” ao grupo noturno da Rua Pouso Alegre, desta Capital. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.380, de 08 fev. 1930. Cria um grupo escolar em Palmital, subúrbio de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.427, de 18 fev. 1930. Cria uma escola rural, mista, no município de Formiga, e uma noturna, masculina, na Capital. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.512, de 20 mar. 1930. Cria uma segunda escola mista no bairro de Santo Antônio, desta Capital. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.649, de 28 ago. 1930. Cria um grupo escolar na Rua Ouro Preto, nesta Capital, com a denominação de “Professor Caetano Azeredo”. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.650, de 28 ago. 1930. Dá denominação de “Tomás Brandão” ao grupo escolar de Palmital, nesta Capital. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.671, de 03 set. 1930. Transforma em grupo escolar, com a denominação de “Adalberto Ferraz”, as escolas do bairro da Serra, desta Capital. Belo Horizonte, 1930.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.680, de 30 jan. 1933. Transforma em grupo escolar noturno, com a denominação especial de “Buena de Paiva”, as classes femininas do Grupo Escolar “Assis das Chagas”, da Capital. Belo Horizonte, 1933.

MINAS GERAIS. Decreto nº 10.681, de 30 jan. 1933. Transforma em grupos escolares as escolas noturnas reunidas da Rua Jacuí, desta Capital, dando-lhe a denominação especial de “Sabino Barroso”. Belo Horizonte, 1933.

MINAS GERAIS. Lei nº 439, de 28 set. 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte, 1906.

MINAS GERAIS. Lei nº 800, de 27 set. 1920. Reorganiza o ensino primário do Estado e contém outras disposições. Belo Horizonte, 1920.

MINAS GERAIS. Lei nº 956, de 07 set. 1927. Cria a Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1927.

MINAS GERAIS. Lei nº 1.092, de 12 out. 1929. Permite a instrução religiosa, dentro do horário escolar, nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado. Belo Horizonte, 1929.

MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Gerais ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da 10ª legislatura.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

MINAS GERAIS. *Mensagem apresentada por Fernando de Melo Viana, presidente do Estado de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Artur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1922.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Artur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 8ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1921.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1921.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1915.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Francisco Antônio de Salles ao Congresso Mineiro em sessão extraordinária da 4a legislatura no ano de 1904.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Francisco Antônio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 3a sessão ordinária da 4a legislatura no ano de 1905.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Francisco Antônio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 4a sessão ordinária da 4a legislatura no ano de 1906.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes ao Congresso Mineiro em sua 3a sessão ordinária da 5a legislatura no ano de 1909.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1909.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Júlio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 1a sessão ordinária da 6a legislatura no ano de 1911.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

MINAS GERAIS. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Júlio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 2a sessão ordinária da 6a legislatura no ano de 1912.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912.

MINAS GERAIS; COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL. *Planta Geral da Cidade de Minas.* Belo Horizonte, 1895.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Cristiano Monteiro Machado (outubro de 1928).* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Mensagem apresentada pelo prefeito Cristiano Monteiro Lobato ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte em 6 de outubro de 1927.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Cristiano Monteiro Machado (outubro de 1926).* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro: 12 de setembro de 1899 a 31 de agosto de 1902.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos (outubro de 1925)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos (setembro de 1923)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos (setembro de 1924)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Afonso Vaz de Melo*: setembro de 1919. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1919.

PUC MINAS. *Banco de dados do Dicionário do Movimento Operário em Minas Gerais* – Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas. Belo Horizonte, [2008?].

APÊNDICE A – Composição das diretorias da Associação Beneficente Tipográfica por período (1900-1936)

	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	1º SECRETÁRIO	2º SECRETÁRIO	TESOUREIRO	PROCURADOR E RECEBEDOR
1900 (PROVISÓRIA)	Antônio Augusto Soares	Joviano Fernandes	Eugênio Velasco	Pedro Alonso de Verçosa	Francisco de P. Tertuliano	Francisco Netto
1900	Antônio Augusto Soares	Joviano Fernandes	Eugênio Velasco	Eduardo Costa	Francisco de P. Tertuliano	Francisco Netto
1901	Lauro Jacques	Sinésio Lima	José Alves Pereira	Pedro Alonso de Verçosa	Joviano Fernandes	Francisco A. Pereira
1902	Lauro Jacques	Sinésio Lima	Alcides Batista Ferreira	Turiano Pereira	Florêncio Jorge Do Carmo	Francisco A. Pereira
1903	José Alves Pereira	Américo Gomes de Sousa	Pedro Alonso de Verçosa	Francisco Coelho Netto	Florêncio Jorge Do Carmo	Vicente de P. Medeiros
1904	Alcides Batista Ferreira	José Alves Pereira	Pedro Alonso de Verçosa	Marciano Miranda	Florêncio Jorge Do Carmo	Vicente de P. Medeiros
1905	Alcides Batista Ferreira	Eugênio Velasco	Francisco Daniel Da Rocha	Abílio Barreto	João Andrade	Francisco de Paula Mattos
1906	Alcides Batista Ferreira	Eugênio Velasco	Pedro Alonso de Verçosa	Vicente de P. Medeiros	João Andrade	Lindolpho Garcia
1907	Lauro Jacques	Pedro Alonso de Verçosa	Francisco Tibúrcio de Oliveira	Abílio Barreto	João Andrade	Pedro Celso de Abreu
1908	Eugênio Velasco	José Alves Pereira	José Possidônio	Francisco A. Pereira	João Andrade	Pedro Celso de Abreu
1909	José Alves Pereira	Américo Gomes de Sousa	Pedro Alonso de Verçosa	José Cândido de Oliveira	João Andrade	Pedro Celso de Abreu
1910	Américo Gomes de Sousa	Abílio Barreto	Pedro Alonso de Verçosa	Francisco de Paula Gil Júnior	João Andrade	Pedro Celso de Abreu
1911	Américo Gomes de Sousa	Augusto Berardo Nunan	Francisco de Paula Gil Júnior	Antônio Pedro de Medeiros	João Andrade	João Tito de Oliveira
1912	Sinésio Lima	Francisco de Paula Gil Júnior	Francisco Velasco	Lindolpho Garcia	João Andrade	Adamastor Barreto
1913	Abílio Barreto	Eugênio Velasco	João de Assis Martins	Zeno Pereira	João Andrade	Arthur Cyrino Rodrigues
1914	Joaquim Alves Pereira	Eduardo Da Costa Santos	João de Assis Martins	Eduardo Frieiro	João Andrade	José Vaz de Mello
1915	Joaquim Alves Pereira	Eduardo Da Costa Santos	Pedro Alonso de Verçosa	Eduardo Frieiro	João Andrade	José Vaz de Mello
1916	Américo Gomes de Sousa	Francisco Alves Pereira	Pedro Alonso de Verçosa	Eduardo Frieiro	João Andrade	José Vaz de Mello
1917	Eduardo Da Costa Santos	José Possidônio	Lindolpho Garcia	Euzébio Cavalière	João Andrade	Mário Versiani
1918	Francisco de Paula Gil Júnior	Francisco de Paula Gil Júnior	Samuel Lima	Euzébio Cavalière	José Alves Pereira	Modesto Quites
1919	Francisco de Paula Gil Júnior	Antônio Medeiros	Samuel Lima	Arthur Pinto	José Alves Pereira	José Augusto de Oliveira
1920	Pedro Alonso de Verçosa	Zeno Pereira	Lindolpho Garcia Da Costa	Francisco Coelho Netto	José Alves Pereira	Antônio de Paula Miranda
1921	Pedro Alonso de Verçosa	Pedro Celso de Abreu	Lindolpho Garcia Da Costa	Francisco Coelho Netto	José Alves Pereira	Antônio de Paula Miranda
1922	Pedro Celso de Abreu	Francisco Velasco	Lindolpho Garcia Da Costa	Astrolindo C. Rodrigues	José Alves Pereira	Bento C. de Figueiredo
1923	Francisco de Paula Gil Júnior	Francisco Velasco	Pedro Alonso de Verçosa	Astrolindo C. Rodrigues	José Alves Pereira	Bento C. de Figueiredo
1924	Francisco de Paula Gil Júnior	Francisco Velasco	Astrolindo C. Rodrigues	Coriolano França	José Alves Pereira	Bento C. de Figueiredo
1925	Francisco de Paula Gil Júnior	Francisco Velasco	Coriolano França	Adolpho Bueno	José Alves Pereira	Bento C. de Figueiredo

	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	1º SECRETÁRIO	2º SECRETÁRIO	TESOUREIRO	PROCURADOR E RECEBEDOR
1926	Francisco de Paula Gil Júnior	Francisco Velasco	Coriolano França	Adolpho Bueno	José Alves Pereira	Bento C. de Figueiredo
1927	Francisco de Paula Gil Júnior	João Andrade Pereira Da Silva	Coriolano França	Arthur Cyrino Rodrigues	José Alves Pereira	Senocret Augusto
1928	Francisco de Paula Gil Júnior	Pedro Celso de Abreu	Coriolano França	Arthur Cyrino Rodrigues	José Alves Pereira	Aracymá Leite
1929	Lindolpho Espescht	Francisco Coelho Netto	Waldemar Diniz	Antônio de Paula Miranda	José A. Pereira e Abelardo Campos	Ulysses Cruz Júnior
1930	Antônio D. Gomes Lima	Francisco de Paula Mattos	Benedicto Peixoto	Coriolano França	Abelardo Campos	Nelson Silva
1931⁵⁸⁵	-	-	-	-	-	-
1932	Francisco de Paula Gil Júnior	Astrolindo C. Rodrigues	Edeltrudes Mascarenhas	Francisco Fonseca	Arthur N. de Almeida	Antônio de P. Miranda
1933	Francisco de Paula Gil Júnior	Coriolano França	Adolpho Bueno	Francisco Fonseca	Arthur N. de Almeida	Antônio de P. Miranda
1934	Antônio Vieira Barreto	Coriolano França	Adolpho Bueno	Newton Dores	Arthur N. de Almeida	Antônio de P. Miranda
1935	Antônio Silva	Cicero Martins Ramos	José Souto Mayor	Homero de Souza	Arthur N. de Almeida	Antônio de P. Miranda
1936	Francisco de Paula Gil Júnior	Francisco Coelho Netto	José Souto Mayor	Nicodemus Nunes	Arthur N. de Almeida	Antônio de P. Miranda

Fonte: Construído pela autora com base em informações da Revista da Associação Beneficente Tipográfica (1906, 1911, 1920, 1925, 1930, 1936).

⁵⁸⁵ Não foram encontradas informações sobre a administração de 1931.